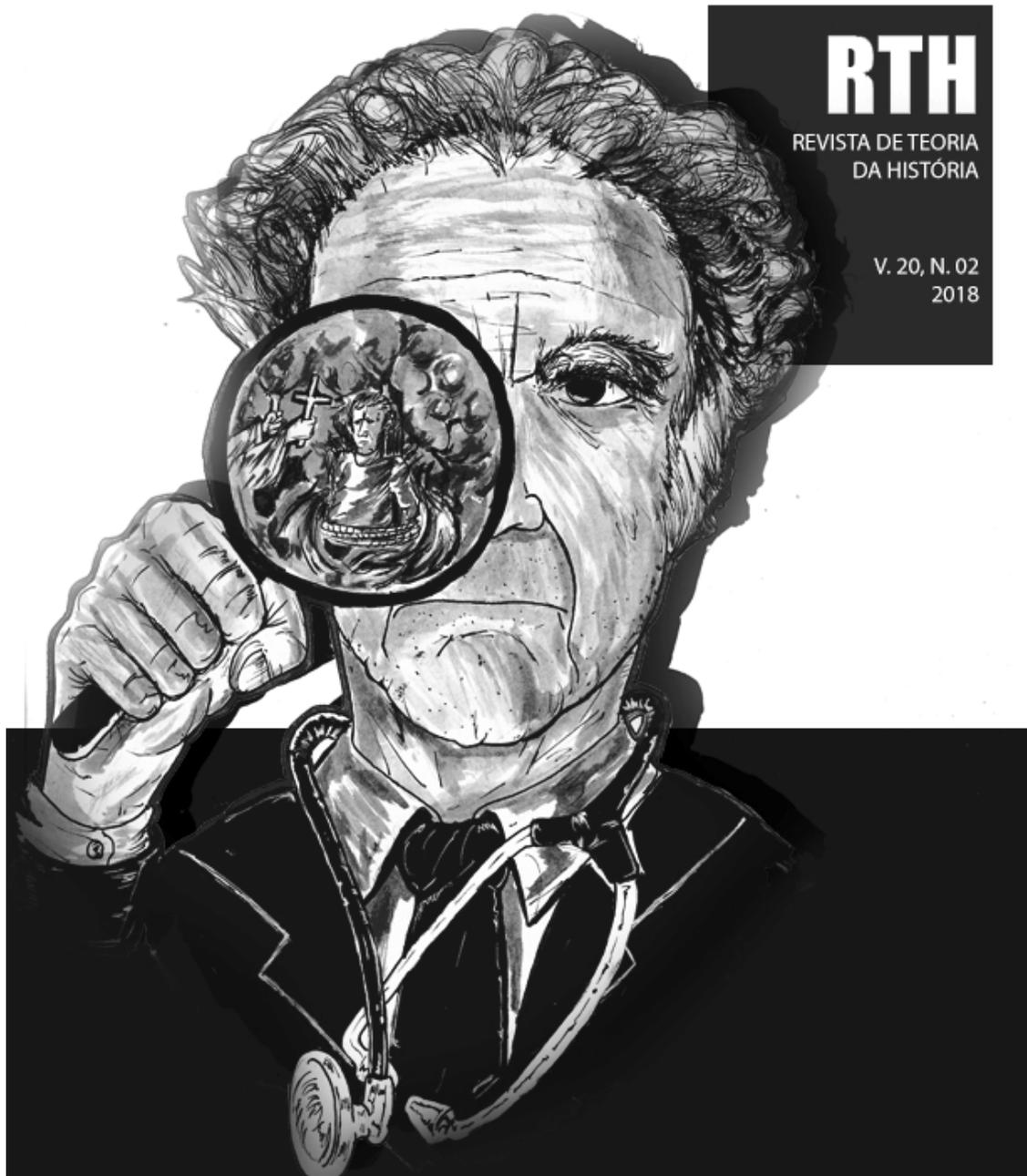


RTH



RTH

REVISTA DE TEORIA
DA HISTÓRIA

V. 20, N. 02
2018

(Carlo Ginzburg)

ISSN: 2175-5892

<http://revistadeteoria.historia.ufg.br/>

VERSÃO COMPLETA

(Sumário ao fim)

Universidade Federal de Goiás

Reitor: Prof. Dr. Edward Madureira Brasil

Vice-reitor: Prof.^a Dr.^a Sandramara Matias Chaves

Faculdade de História

Diretor: Prof. Dr. Eugênio Rezende de Carvalho

Vice-diretora: Prof.^a Dr.^a Dulce Oliveira A. Dos Santos

Programa de Pós-graduação em História

Coordenadora: Prof.^a Dr.^a Fabiana de Souza Fredrigo

Vice-coordenador: Prof. Dr. Jiani Fernando Langaro

Revista indexada em:

Sumários.org – Sumários de Revistas Brasileiras

Latindex – Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América
Latina, el Caribe, España y Portugal

Livre! – Portal para periódicos de livre acesso na Internet

DOAJ – Directory of Open Access Journals

Diadorim – Diretório de Políticas de Acesso Aberto das Revistas Científicas Brasileiras

Portal de Periódicos da Capes

Google Scholar

Revista de Teoria da História

Vol. 20, n. 2, dezembro de 2018

Universidade Federal de Goiás

Faculdade de História

ISSN: 2175-5892

Editores Executivos

Prof. Dr. Ulisses do Valle (UFG)

Prof. Dr. Marcello Felisberto Morais de Assunção (FFLCH-USP)

Conselho Editorial

Prof. Dr. Augusto Bruno de Carvalho Dias Leite, UFES, Brasil

Prof. Dr. Anderson Zalewski Vargas, UFRGS, Brasil

Prof. Dr. Arthur Alfaix Assis, UnB, Brasil

Prof. Dr. Cristiano Arrais Alencar, UFG

Prof. Dr. Dagmar Manieri, UFT, Brasil

Prof. Dr. Diogo da Silva Roiz, UEMS/Amambai

Prof. Dr. Dominique Vieira Coelho Santos, FURB, Brasil

Prof. Dr. Fernando Felizardo Nicolazzi, UFRGS, Brasil

Prof. Dr. Fernando José de Almeida Catroga, Universidade de Coimbra, Portugal

Prof. Dr. Flávio Silva de Oliveira, IF GOIANO, Brasil

Prof. Dr. Francesco Guerra, Università di Pisa/UFG, Itália

Prof.^a Dr.^a Joana Duarte Bernardes, Universidade de Coimbra, Portugal

Prof. Dr. João Alfredo Costa C.Melo Júnior, UFV, Brasil

Prof. Dr. Luis Reis Torgal, Universidade de Coimbra, Portugal

Prof. Dr. Luiz Sérgio Duarte da Silva, Universidade Federal de Goiás, Brasil

Prof. Dr. Marlon Jeison Salomon, UFG, Brasil

Prof.^a Dr.^a Maria Beranedete Ramos Flores, UFSC, Brasil

Dr. Nuno Miguel Magarinho Bessa Moreira, Universidade do Porto, Portugal

Prof. Dr. Pedro Spinola Pereira Caldas, UNIRIO, Brasil

Prof. Dr. Rafael Saddi, UFG, Brasil

Prof. Dr. Sérgio Ricardo Matta, UFOP, Brasil

Prof.^a Dr.^a Sonia Regina Mendonça, UFF, Brasil

Prof. Dr. Thiago Lima Nicodemo, UFES, Brasil

Prof. Dr. Valdei Lopes Araujo, UFOP, Brasil

Conselho Consultivo

- Dr. Adailson José Rui, UFA, Brasil
- Prof. Dr. Astor Antonio Diehl, UPF, Brasil
- Prof. Dr. Berthold Oze, Universität Passau, Alemanha
- Prof. Dr. Cássio Fernandes, UFJF, Brasil
- Prof. Dr. Carlos Alvarez Maia, UERJ, Brasil
- Prof. Dr. Carlos Oiti Berbert Junior, UFG, Brasil
- Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior, UFRN, Brasil
- Prof. Dr. Eliézer Cardoso Oliveira, UEG, Brasil
- Prof. Dr. Estevão Rezende Martins, UNB, Brasil
- Prof. Dr. Francisco José Calazans Falcon, UNIVERSO, Brasil
- Prof. Dra. Francismary Alves Silva, UFSB, Brasil
- Prof.^a Dr.^a Helena Miranda Mollo, UFOP, Brasil
- Prof.^a Dr.^a Heloisa Meireles Gesteira, PUC-RIO, Brasil
- Prof. Dr. Henrique Espada Rodrigues Lima Filho, UFSC, Brasil
- Prof. Dr. Jörn Rüsen, Kulturwissenschaftliches Institut Essen, Alemanha
- Prof. Dr. Jorge Luís da Silva Grespan, USP, Brasil
- Prof. Dr. José Carlos Reis, UFMG, Brasil
- Prof. Dr. Jurandir Malerba, PUC-RS, Brasil
- Prof. Dr. Luiz Carlos Bento, UFMS, Brasil
- Prof. Dr. Marcelo Hornos Steffens, UNIFAL, Brasil
- Prof.^a Dr.^a Maria Helena Rolim Capelato, USP, Brasil
- Prof. Dr. Mateus Henrique Pereira, UFOP, Brasil
- Prof. Dr. Mauro Lúcio Leitão Condé, UFMG, Brasil
- Prof. Dr. Oliver Kozlarek, Universidade de Morelia, México
- Prof. Dr. René Gertz, UFRGS, Brasil
- Prof. Dr. Temístocles Américo Corrêa Cezar, UFRGS, Brasil

Secretaria

Elbio Quinta Junior (UFG)

Krisley Aparecida de Oliveira (UFG)

Murilo Gonçalves (UFG)

Tila Almeida Mendonça (Katholische Universität Eichstätt-Ingolstadt)

Sabrina Costa Braga (UFG)

Editores de arte e audiovisual

Arthur dos Reis Morais

Bruno Silva Mesquita

Túlio Henrique Queiroz e Silva

APRESENTAÇÃO E CORRESPONDÊNCIAS

HISTÓRIA E LINGUAGENS: BIOGRAFIA – FICÇÃO – TEORIA DA HISTÓRIA

Desde que Hans Robert Jauss, em sua conferência *O que é e com que fim se estuda história da literatura?* (1967), lançou o desafio de pensar a contribuição da literatura para a construção das percepções do mundo social, inúmeros esforços têm sido feitos por pesquisadores comprometidos em superar “o abismo entre literatura e história, entre o conhecimento estético e o histórico”. Os debates e reflexões acadêmicas em torno das relações entre História e Linguagens, em especial a partir de um eixo teórico em diálogo incessante com a Teoria da História, tem se expandido de modo significativo nas últimas décadas, reorientando os olhares da produção historiográfica recente às articulações entre expressões estético-culturais e a experiência temporal. Muitas das questões levantadas concernem, de um lado, às marcas da historicidade inerente às linguagens, ao exemplo da ficção, da autoficção ou da (auto)biografia, e, de outro, às contribuições das linguagens literárias para pensar os elementos constitutivos do fazer historiográfico: suas escritas, seus lugares, suas práticas. Estas e outras indagações norteiam as linhas centrais deste dossiê. Nele, reúnem-se pesquisadores e pesquisadoras de diversas áreas das humanidades, em especial da História e da Crítica Literária, interessados em dialogar com o referencial de pensamento proposto abaixo; com o fito de ampliar os domínios teóricos no interior da instabilidade que tem se formado na dimensão interdisciplinar dos estudos.

Dessa maneira acentuamos que a ficção tem sido tomada, na tradição ocidental, como um elemento de engano ou simplesmente enquanto produto da representação do real, que desde Platão tem se baseado na imitação como paradigma. Essa definição – já canonizada, cerceada pelo controle do imaginário e reduzida pela conformidade sociológica – acarreta inúmeras restrições no trato historiográfico e, por conseguinte, no campo da Teoria da História. De modo que atentamos também, no âmago desta tradição, para uma tendência ao afastamento de seus correlatos ficcionais (biografia, autobiografia e autoficção), como campos ligados ao falso e ao inverossímil, ou ainda ao mero entretenimento, e em consequência, revestidos com a impossibilidade de um aproveitamento para a História. Nesse sentido, os artigos e textos

reunidos neste dossiê articulam pensadores que tomam, em variados campos, a problemática da ficção em sua heterogeneidade de suportes, bem como seus efeitos, manifestações e recepção dentro do campo teórico, historiográfico e (auto)biográfico. Em comum às perspectivas deslindadas, um posicionamento que toma o fictício enquanto um ponto de partida para indagações sensíveis ao ofício historiográfico: o que fazemos quando lidamos com a produção de sentidos entretecida pelos discursos, ou ainda com os desafios acerca “da presença realizada na linguagem”¹, como evocou alhures Hans Ulrich Gumbrecht (2009).

A pluralidade de perspectivas teórico-metodológicas adotadas pelos artigos coligidos no dossiê aponta para dimensões convergentes: abordar as relações históricas entre linguagens, formas narrativas e experiências temporais, em especial, as interconexões entre a historicidade dos discursos ficcionais/autoficcionais e as tessituras sociais, culturais e políticas inerentes à sua produção. Por extensão, os textos reunidos neste dossiê nos convidam a questionar a construção teórica do discurso historiográfico a partir de uma relação incessante e dialógica com outras modalidades narrativas, nominalmente aquelas classificadas sob a rubrica do ficcional, compreendendo-as também como um esforço de constante reclassificação das formas de apreensão do passado e do presente. Finalmente, essas reflexões encontram-se refinadamente sintonizadas com a Teoria da História, ao promover reflexões epistemológicas a respeito dos diálogos entre discursos históricos e linguagens categorizadas como ficcionais ou dotadas de certa literariedade.

Indubitavelmente, Luiz Costa Lima (PUC-Rio) tem sido uma referência em meio a estes debates na produção historiográfica recente, em especial a partir de suas obras *A Aguarrás do Tempo* (1989), *História. Ficção. Literatura* (2006) e *O Controle do Imaginário & A Afirmação do Romance* (2009), dentre inúmeros outros livros e artigos nos quais discute questões caras às bases teóricas e discursivas do fazer historiográfico. Em seu artigo **Poesia e experiência estética**, publicado no presente dossiê, toma como ponto de partida os debates em torno da filosofia da linguagem para tratar da construção de sentidos e significados a partir das linguagens poéticas, simultaneamente atentando-nos aos desafios que a poesia tem apresentado para a crítica literária e para a historiografia. A ênfase recai à noção de experiência estética a partir da reflexão filosófica, sobretudo em Kant, por meio do qual Luiz Costa Lima enfatiza a

¹ GUMBRECHT, Hans Ulrich. A presença realizada na linguagem: com atenção especial para a presença do passado. *História da Historiografia*, n.3, setembro de 2009, p. 10-22.

singularidade da sensibilidade “suscitada por um objeto de arte”, a qual “é possível de provocar a reocupação crítica do semântico”.

As singularidades conceituais do *logos* e *pathos*, em suas relações com o mundo da linguagem, fornecem subsídios analíticos para o texto **Logos e pathos em Antígona e Protágoras**, de Flávia Maria Schlee Eyler (PUC-Rio). Por meio da cosmogonia de Protágoras, ponto de partida do artigo, a autora discute relações entre virtudes e política como condições de possibilidade ao próprio bem comum da *polis* grega. A linguagem é novamente tomada como uma questão central, uma possibilidade de constituir sentidos em torno do ser e do viver, de construir mundos em que a condição humana torne-se possível.

Uma história conceitual da *vaidade*, por meio de dicionários espanhóis, franceses e portugueses ao longo dos séculos XVIII e XIX, é o objeto central de análise de Daniel Wanderson Ferreira (UFRJ) e Mannuella Luz de Oliveira Valinhas (UFRJ). No artigo intitulado **O tema da vaidade nas línguas espanhola, francesa e portuguesa: o estudo de semântica histórica em dicionários**, os autores abordam as transformações sócio-históricas implícitas na tópica da vaidade, e demonstram as formas pelas quais uma noção, originalmente associada à ideia numérica de valor, deslocou-se para um campo caracterizado por concepções éticas-morais.

Em **Uma biografia sem ninguém: reflexões acerca da biografia Getúlio Vargas: o Poder e o Sorriso (2006)**, Marcelo Hornos Steffens (UNIFAL-MG) analisa a biografia de Getúlio Vargas escrita por Boris Fausto, a fim de, por um lado, verificar se o texto dialoga com as novas formulações a respeito da biografia e, por outro lado, estabelecer uma confrontação entre o gênero biográfico e a historiografia recente, suas aproximações e distanciamentos. Ao fim, trata-se de analisar aspectos teóricos ligados à constituição de cada um dos gêneros e suas implicações para a escrita da história.

Uma releitura da conferência de Michel Foucault, *O que é um autor?* (1969, à luz de críticos e historiadores como Roland Barthes, Roger Chartier, Jorge Luís Borges e Giorgio Agamben) norteia o texto **O autor como gesto: revisitando uma questão foucaultiana**, de Reginaldo Sousa Chaves (UESPI). A conferência de Michel Foucault tem fornecido, indubitavelmente, subsídios para debates críticos em torno da concepção de emergência da autoria e o texto, em especial pela aproximação da perspectiva de Agamben, sugere delimitar a autoria enquanto gesto, uma forma de resistência do sujeito frente às tramas do poder.

Ficção, autoficção e (auto)biografia são linhas mestras que norteiam os artigos, atentos às relações incessantes entre as linguagens e seus vetores históricos e, portanto, contemplando as narrativas textuais enquanto elementos constitutivos do mundo social e de lugares de produção cultural. No artigo **Biografar, imaginar, escrever: escrita biográfica e imaginação histórica em João Manuel Pereira da Silva (1817-1898)**, Rafael Terra Dall’Agnol (UFRGS) analisa as relações entre a escrita biográfica e as formas de lembrar no supramencionado historiador oitocentista, em especial, nos volumes de sua obra *Plutarco Brasileiro*.

Em **Heróis de Papel. História e Biografia em Gustavo Barroso**, de Érika Morais Cerqueira (UFMG), acompanhamos uma análise atenta às formas discursivas e às concepções historiográficas presentes nas narrativas biográficas de um intelectual que, entre as décadas de 1920 e 1940, dedicou-se ao estudo de heróis militares, fulcros de identificação coletiva que, na óptica do biógrafo, seriam responsáveis pela constituição e reclassificação das relações de poder. História e memória, interesses políticos e sociais transparecem na escrita biográfica de Gustavo Barroso, além de recursos retóricos que visavam, por meio de narrativas humanizadoras, apresentar os heróis da história pátria aos seus leitores, para perpetuá-los na posteridade e na memória coletiva.

Estudos como estes, concernentes às relações entre História e Biografia, localizam-se em um vértice significativo de análise na produção historiográfica das últimas décadas. Na esteira das transformações de âmbito teórico-metodológico pelas quais passou o campo da História nas últimas décadas, o gênero (auto)biográfico se tornou um terreno privilegiado para debates e problematizações a respeito das experiências dos sujeitos históricos, articulados entre o individual e o coletivo, o público e o privado, as razões e as sensibilidades, a História e a memória. Ademais, possibilitaram que muitos historiadores e historiadoras pensassem nas modalidades múltiplas de atribuição de sentidos ao passado e da construção das culturas históricas de determinados contextos.

Os debates em torno da Teoria da História e dos *passados práticos* são retomados no texto **Historiografia e visada ética: Hayden White e os passados práticos**, de Walderez Simões Costa Ramalho (UFOP), Augusto Martins Ramires (UFOP) e Leticia Almeida Ferraz (UFOP). Na análise, a partir de referências de historiadores nacionais e estrangeiros, os autores apontam as limitações da proposta teórica de Hayden White, mas simultaneamente avaliam as possibilidades de sua aplicação no que compete à história da historiografia. Dentre os diálogos

suscitados pelo artigo, destaca-se a referência a Gadamer, ao proporem paralelos e aproximações teóricas em torno da proposta de White a respeito dos passados práticos e do questionamento ao método historiográfico moderno.

O dossiê conta também com duas **traduções: Algumas observações à proposta de uma nova representação do tempo na pintura do século XIX**, de Jeffrey Andre Barash (Université de Picardie Jules Verne), traduzido por Ana Carolina de Azevedo Guedes (PUC-Rio). O argumento central do texto incide sobre a perspectiva de que movimentos vanguardistas do século XIX promovem expressões de experiência temporal, edulcoradas por um movimento de ultrapassagem de estilos precedentes nas artes visuais. Na medida em que a pintura cubista e as artes de vanguarda testemunham as transformações das sensibilidades artísticas em determinados períodos históricos, simultaneamente apontam para as distintas experiências temporais traduzidas pela expressão pictórica.

Em seguida, a tradução do texto de Samuel Becket, **Dante...Bruno. Vico... Joyce**, realizada por Lucas Peleias Gahiosk (PUC-Rio). O ensaio, até então inédito em língua portuguesa, foi publicado originalmente em 1929 em uma coletânea crítica em torno da recepção de *Work in Progress*, de James Joyce, título preliminar de seu *Finnegans Wake*. No ensaio, Becket cinge erudição e leveza ao dialogar com dois pares de intelectuais – Dante Alighieri e Giordano Bruno, Giambattista Vico e James Joyce – para tratar de relações fundamentais envolvendo a linguagem em tempos de modernismos.

Na seção de **artigos livres**, contamos com dois textos. No artigo **Las reactualizaciones contemporáneas de la teoría del reconocimiento**, o pesquisador argentino Leonardo Gustavo Carabajal (Universidad Nacional de Jujuy) trata da leitura realizada por Axel Honnet e Paul Ricoeur a respeito da teoria do reconhecimento de Hegel, desenvolvida durante o período de Jena. A tese central do artigo é a de que o conflito seria um elemento constitutivo da vida social, sendo que a tensão entre a liberdade positiva e negativa se resolve mediante a luta pelo reconhecimento em uma comunidade intersubjetiva. Já em **A história transnacional e a superação da metanarrativa da modernização**, Walter Francisco Figueiredo Lowande (UNIFAL-MG) empreende um esforço ligado a uma história da historiografia nacional mediante a apresentação de suas vertentes “pós-nacionais”, dentro das quais a história transnacional é destacada. Trata-se da incorporação de uma perspectiva espacial, isto é, que

ênfatisa os aspectos ligados às dinâmicas dos espaços e seus fluxos. Com isso, o autor pretende tratar da possibilidade de uma “superação da historiografia nacionalista”.

Na seção de **entrevistas**, **Luiz Costa Lima** é entrevistado por Ana Carolina de Azevedo Guedes (PUC-Rio), Edson Silva de Lima (UNIRIO) e Maycon da Silva Tannis (PUC-Rio). Passadas quase seis décadas desde a publicação de seus primeiros trabalhos, Costa Lima apresenta-se em sua maturidade a responder questões referentes à dimensão ética na historiografia, a fragmentação do indivíduo em tempos de literaturas testemunhais, as relações entre mimesis e discursos históricos e literários, entre outras temáticas. Contamos também com uma entrevista com **Willi Bolle**, realizada por Augusto Leite (UFES), Josias Freire (IFB) e Marcello Felisberto Morais de Assunção (USP). Willi Bolle desenvolveu ao longo de sua trajetória diversas reflexões na intersecção entre história e literatura, sendo a “modernidade” brasileira o objeto primordial desses escritos. Tem sido um dos grandes divulgadores da obra de Walter Benjamin no Brasil, organizando coletâneas como *Documentos de cultura*, *documentos de barbárie* e a versão em português das *Passagens*.

Além disso, o presente número inaugura uma nova seção da Revista de Teoria da História: **conferência**. Como sugere o nome, a RTH passará a publicar textos advindos de conferências, aulas inaugurais e discursos, contribuindo, desse modo, para a disponibilização de conteúdos relativos à Teoria da História e à História da Historiografia para além do formato do artigo científico. A primeira contribuição é de Arthur Alfaix Assis, **História, Teoria e Liberdade: Saudação a Jörn Rüsen**, discurso proferido na cerimônia de concessão do título de doutor *honoris causa* a Jörn Rüsen pela Universidade de Brasília, em 25 de setembro de 2015.

Contamos ainda, na seção de **resenhas**, com o texto de Flávio Dantas Martins, **Uma História de vida de Paul Ricoeur**, a respeito do livro de François Dosse, *Paul Ricoeur - Os sentidos de uma vida* (2017).

Finalmente, complementamos a apresentação do volume com uma troca de cartas. Lidando com o meio de campo entre os discursos históricos e literários, Eduardo Ferraz (UERJ),

em seu texto **Correspondências historiográficas: Literatura e História para além da forma tradicional** (página 13 adiante), destaca-se duplamente. Em primeira instância, por mobilizar a escrita ensaística e o lugar de missivista, ao entretecer um diálogo cruzado com as linhas teóricas e conceituais do dossiê, em especial no que tange às indagações sobre biografia, autobiografia e autoficção ou ainda à “relação íntima entre a singularidade da experiência e a possibilidade do relato”. E, somado a isso, a centralidade da escrita enquanto modalidade de relação intrínseca com o real, ou, como sumariza ao tratar de Roland Barthes, “desmistificar a própria noção de literatura, para combater a dilaceração do esquecimento”.

Essa carta/artigo foi enviado pelo professor da UERJ e querido amigo Eduardo Ferraz que atendendo ao pedido da comissão de organização do dossiê História e Linguagens enviou um texto original, teórico e preocupado em dialogar com as questões indicadas em nossa chamada para artigos. Com muito cuidado o professor aponta questões centrais a respeito da ficcionalidade da vida, do sujeito simulado e da interdisciplinaridade necessária ao desenvolvimento de pesquisas que congratulam conosco a vontade de renovação e estímulo ao diferente. Ela traz uma forma dissidente dos modelos acadêmico-monográficos sem perder o rigor científico. Em uma forma leve de conteúdo denso se preocupou em apontar, com uma erudição pouco presente em nosso métier, questões que estejam presentes na feitura da escrita da história no mundo contemporâneo e sua relação heurística com a faculdade de julgar reflexionante.

Correspondências historiográficas: Literatura e História para além da forma tradicional

Eduardo Ferraz Felipe²

Querida Carolina,

Fico imaginando, aqui, o quanto é estimulante, para vocês, organizar esse dossiê. Apesar de ainda não nos conhecermos, fiquei animado com esse primeiro diálogo, mesmo que seja por uma carta. Por vezes, pensei em mandar e-mails a vocês. Por outras, acreditei que seria melhor apresentar um texto crítico com a presença de um ator e tal. Nenhuma delas daria conta das intenções que apresento aqui, nem mesmo iria transparecer o afeto que sinto por vocês.

Entendo que, se essas cartas são escritas a “quatro olhos”, os olhos de quem escreve e do destinatário que as lê, elas devem ser entendidas como um diálogo cruzado. Há traços de mim em cada uma delas. Tentei tangenciar o que pude reconhecer de vocês, mesmo estando à distância. Assim como em outras dessas cartas mantive minha atenção à chamada do dossiê. Também percebo, assim como vocês, a instabilidade que tem se formado na dimensão interdisciplinar dos estudos históricos e historiográficos. Apenas devemos lembrar que ela não está presente apenas no interior dos estudos históricos.

Já o que mais me interessa, para além do diagnóstico da ficção sendo tomada como mentira, conforme trabalhado por alguns autores, dentre os quais o próprio Costa Lima, foi essa localização da ficção entre biografia e Teoria da História. Acho que o uso da biografia como problema historiográfico já tem sido bastante tratado; contudo, compreendo quando indicam impossibilidade de um aproveitamento para a História do trato biográfico. Essas cartas são uma

² Professor do Programa de Pós-Graduação em História do departamento de história da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Investigou a historicidade do ensaio e sua relação com obras de ficção histórica. Pesquisador do MAC - SP com bolsa de Pesquisa em Acervos. Os interesses são voltados por um lado para a questão da Ética e da prosa e, por outro, Arte-Educação. Tem interesse nas estratégias discursivas e formas de popularização do passado em prosas e ensaios de fins do século XX e início do século XXI, especialmente com textos de narradores contemporâneos latino-americanos e de países de língua anglófona.

espécie de sugestão possível para a chamada do dossiê. Trazer para o primeiro plano algumas questões norteadas pelo que chamamos de biográfico é um dos principais méritos dessa proposta levantada por vocês. Fico um pouco com a sensação de que esse tema do biográfico poderia ter sido mais desenvolvido. Percebo que aquilo que vocês tanto querem enfatizar é a ênfase no questionamento da escrita profissional do campo dos estudos históricos. Desse lado do prisma, acho mais acertada a presença dos desdobramentos das indagações sobre biografia, autobiografia e autoficção, do que exatamente na discussão sobre História e Ficção.

Talvez por isso, opto, em geral, por enfatizar o estudo da narrativa histórica do que exatamente o problema da ficção e suas dimensões epistemológicas. Acredito que consigo me debruçar mais sobre obras, textos e ensaios, do que sobre outros livros que discutam a ficção, mesmo que dentro da tradição dos estudos históricos, como no caso de Hayden White. Esse caminho que começa com ele apresenta forte inflexão na obra do Luiz Costa Lima em seu rigor destacável. Ainda no dossiê, achei um tanto quanto estranha a presença do Koselleck ao lado do White. Aquilo que achei interessante foi o modo amplo e aberto como vocês se colocaram diante das tensões existentes entre campos profissionais. Parece-me acertada a decisão de avisar aos leitores de que eles não encontrarão explicações ou exposições imediatas acerca do tema, mas entrarão em uma arena feita de polêmicas no que diz respeito às relações entre história e literatura.

Meu modo de contribuir foi ampliar mais ainda o escopo dessa discussão com essas cartas. Meu próprio percurso, nesses tempos de golpe, está sendo posto em jogo. Não somente pela foto ou pelas palavras, mas porque em todas as cartas a abertura para a réplica foi o tom escolhido. Por isso, concebo essas cartas mais como um diálogo do que um artigo científico. E, por isso, ao longo dessas cartas, fiz de traços de minha própria biografia um caminho; e assim acredito que possamos voltar ao que importa: nossa relação íntima entre a singularidade da experiência e a possibilidade do relato. Acredito que a melhor forma de tratar esse desdobramento seja a partir do que já vim anunciando aqui: a crítica da especificidade estética. Uma autora interessante, que leio há alguns anos, Svetlana Boym, fez algumas contribuições sugestivas. A proposta da autora de ler o Viktor Shklovsky para utilizar o seu *ostranenie* a relação de estranhamento com a especificidade em uma chave que o aproxima de das teorias de Benjamin, Warburg e Simmel e, até mesmo, do comum maravilhoso surrealista, é potente. Li diversos de seus livros e eles me inspiraram a enfrentar diversos temas, como o da nostalgia,

por exemplo. Distinto, nesse caso, é a possibilidade da autora de propor um caminho no qual a autonomia estética, que fundamenta muitas de nossas leituras do romance, pode ser tomada enquanto valores cambiantes e ambíguos. Esse é o passo que ela toma, a partir de suas publicações que questionam o modo moderno de entender o futuro, em princípios do século XX. Já com *The Future of nostalgia*, Boym lida com a relação entre autonomia da arte e dispositivo. A autora enfatiza, a partir daí, que a relação entre autonomia da arte e dispositivo ocorrem de modo mutuamente definível.

A partir dessas indagações, Carol, novamente retorno a alguns dos textos mais híbridos que citei nessas cartas, como o *Nick's Movie* do Wenders, *Soldados de Salamina* de Javier Cercas e *La Novela Luminosa* de Levrero. Se a atenção ao que acontece por detrás dos panos muito me instiga, deve-se à tentativa de embaralhamento de fronteiras e a busca por não-pertencimento de cada uma dessas obras. Não se trata, exatamente, da mistura entre História e ficção, o que já foi feito em diversos momentos. Nas narrativas que lidam com o trauma essa perspectiva é muito enfatizada. Por exemplo, no livro de Rodrigo Rey Rosa *El Material Humano*, essa mistura entre História e ficção estão colocadas de modo diametralmente opostos e, a partir daí, se mistura. Pelo menos do modo como as entendo, não se trata bem disso. Não é que se coloque contra isso também, Carol. Trata-se de um deslocamento de ênfase. Narrar o que acontece nos bastidores, lidar com aquilo que imediatamente não necessita ganhar uma forma acabada, nos termos convencionais do romance, como em Defoe, propicia uma ampliação. Como se nesse mundo em que vivemos, aqui, abaixo das estrelas, deixássemos de buscar a definição final das formas que mobilizamos. E, a partir daí, passássemos a nos dedicar a outro tipo de empreendimento vocacionado a interferir nisso que chamamos de realidade para além das dicotomias que mobilizamos. Talvez a chamada do dossiê pudesse ganhar mais ao lidar com a relação entre História e ficção não exatamente pedindo a reabilitação da ficção. Talvez, Carol, o que pudéssemos nos indagar é a respeito do valor da continuidade do seu uso; em que lugar nos colocamos, e qual o impacto epistemológico, quando lidamos com o que chamamos de ficção. Atentar para o suporte e a estratégia de montagem das obras pode ser um primeiro passo para lidarmos por outros ângulos com esses impasses, pelo menos no campo dos estudos históricos.

Deixamos os desenvolvimentos seguintes para outro momento.

Um grande abraço e espero que um dia possamos conversar pessoalmente.

Querido Edson,

aceito sim. Para mim é uma honra. Fico alegre quando vejo estudantes se movendo e propondo indagações pertinentes aos seus campos de conhecimento. Já que andamos mais distantes e não dividimos o cotidiano, vai ser bom botar as coisas por escrito, continuar esse diálogo que ao vivo era uma agradável concha de retalhos entre o que eu dizia, o que você dizia, o que ambiente nos permitia ouvir e o que o ruído permitia suturar.

Achei sugestiva a proposta do dossiê. Sinto-me inserido tanto no que concordo quanto naquilo que discordo do que vocês apresentaram. A princípio, pensei em escrever um ensaio totalmente identificado com a proposta de vocês. Ele começaria com um título que lidasse com a relação entre História & ficção em algum autor dos últimos tempos. Algum autor que tivesse como interesse questionar a escrita profissional acerca do passado e que tivesse escrito sobre tipologias diversas. O romance, o ensaio ou talvez a poesia seriam mobilizados a partir da relação entre fato e ficção, suas tensões, permeamentos e distanciamentos. Imediatamente me vieram à cabeça uns quatro ou cinco autores que poderiam sugerir um percurso e desenvolvimento interessantes para essa chamada. Eles estariam atrelados ao que vocês propuseram nas linhas de apresentação do dossiê. Por fim, encontraria um título daqueles que, em geral, utilizamos quando nos propomos a escrever artigos ou ensaios para revistas especializadas, ou seja, “história e ficção na obra de...” ou “a catástrofe, a história e a ficção em ...”.

Optei por seguir um caminho um pouco diverso, entretanto. Buscava algo que pudesse dialogar com você, mas que não perdesse aquela relação de acordo e desacordo que já havia te dito um pouco antes. Agradecido pelo convite e alegre por ver uma geração mais jovem propondo um dossiê, não gostaria de seguir esse caminho da escrita de um autor, nem mesmo utilizar aquelas coisas que de vez em quando esbarramos quando mexemos na gaveta. Estava querendo algo que lidasse com a singularidade do instante, mesmo que colocasse certo ruído nas rígidas “diretrizes aos autores” que aparecem na política de submissões da revista. Somente assim acreditei que pudesse fazer jus ao instante e ao lugar que essa proposta busca ocupar nas publicações atuais do campo dos estudos históricos. Somente assim poderia dar conta da satisfação em vê-los propondo algo e me perceber como parte de uma rede que auxiliasse nesse

desenvolvimento. Entendo que, como professor universitário, uma das minhas tarefas é abrir veredas para as próximas gerações.

Tudo o que está em jogo me lembra um trecho que é da obra de Ricardo Piglia. Não tenho plena certeza, mas acho que ele provém de *Los diarios de Emilio Renzi*. Não consegui recuperar exatamente a referência. O menino que via o avô com um objeto retangular nas mãos, completamente absorto, tentava copiá-lo sentado na calçada de um bairro em Adrogué. Até que um dia uma sombra de um velho quase cego comenta que o livro estava de cabeça para baixo. Retira Renzi daí uma espécie de ato inaugural — não uma evocação ou uma decisão — da mania daquilo que se chama de escrita e leitura. Essa anedota é sintomática de certa relação fortuita com a escrita que não a diminui, mas a expande para além da busca de certezas e de definições categóricas. Passamos anos de nossa vida agindo (escrevendo) como algumas das imagens recusadas por Renzi, seja sob a forma de evocação, seja sob a forma de decisão. Hoje me sinto menos tentado a provar e a constatar o que, no fundo, muitos outros podem fazer com muito mais vigor e vontade. Por vezes, algumas dessas afirmativas tornam-se críveis, com seus critérios de constatação e verificação, pois atuam dentro de um campo de conhecimento que já disponibiliza um leque de perguntas possíveis típicas de qualquer modalidade de conhecimento.

Sou menos movido pela procura de conhecimento do que pelo intuito de imaginar linhas invisíveis a tecer uma ligadura entre as coisas desse mundo. Buscar essas tramas tênues de sentido, construí-las e desfazê-las, sempre me interessou mais. É claro que isso não significa uma apologia do amadorismo, mas de mergulhar naquilo que me atinge. A partir daí mergulho. Não acho possível me desfazer da bagagem teórica que carrego comigo. Não desejo me desfazer da memória disciplinar a partir da qual estabelecemos esse estar coletivo; apenas acredito que ela deve ser usada menos como cartas na manga a serem apresentadas conforme o desenrolar da partida, e mais como parte de um corpo em mutação que possui um estar e reconhece seu inacabamento.

Por falar em cartas, Edson, se escrevo essas a vocês, é porque minhas pesquisas (esse conceito ruim do qual não gosto) se tornou inseparável da nossa amizade e ao mesmo tempo desse habitar. A ideia de escrever um artigo formal não iria condizer com minha intenção de ampliar e questionar a proposta feita por vocês no dossiê. Não seria capaz, insisto, de reafirmar minhas convicções acerca da escrita, não conseguiria mesmo desenvolver uma proposta que contivesse alguma particularidade crítica e pudesse lidar com o biográfico. Essas cartas são para

vocês e com vocês. Nada aqui me pertence, mas me responsabilizo por tudo. O que escrevo pertence à relação, tecida nessa salutar distância, e não a um ou a outro dos envolvidos. A partir daí acredito que a riqueza do encontro possa ganhar amplitude e que a alegria da partilha ganhe sua devida magnitude.

O estudo e a vida se misturam, enfim. Parto de anotações biográficas sutis. Nada muito explícito que pudesse gerar uma inversão de ênfase. A relação com os meus estudos e essas cartas ocorrem ao mesmo tempo em que volto a me interessar por piano. Trata-se de um interesse ainda não materializado. Mas é algo que vai além da relação empática e retoma mais de quatro anos de investimento em estudos musicais durante a juventude. Algo me faz acreditar que agora será diferente. Mesmo que a diferença seja não me tornar um virtuose, como era antes. Seja apenas estar atento ao seu som. Retornar de um modo diverso, e não disposto a atar as duas pontas da vida. Retornar como retorno às cartas que sempre adorei ler; como fiz no estudo sobre Capistrano de Abreu, no mestrado, e nas cartas de Alejo Carpentier, no doutorado. Em ambos os casos me interessava por aquilo que Stephen Greenblatt chamava de automodelagem a clareza e a autonomia moderna na elaboração de sua própria identidade. Acho que não concordo mais com tudo isso, mas ainda permaneço insistindo no tema, porém agora com uma série de outras ênfases. Acredito que essa seja uma opção adequada para a proposta do dossiê, porém muito mais adequada para esses frágeis *flashes* de lembrança individual, deixados dispersos nessas cartas.

Espero que essa dispersão se instale entre eu e você. Torço para que os fios dispersos possam indicar minha relação entre pesquisa e vida, meu pacto com esse vazio ao meu redor. Não busco consolação. Trata-se de uma aceitação do que está ante mim. Venho conversando com meus alunos sobre temas que vocês elencaram na introdução desse dossiê. Parto, por isso, de anotações biográficas como o início de um movimento que, se não demanda impulso, depende dessa vereda para estimular a correlação com alguns autores, obras e perguntas. Tento me expor: a força, a fraqueza, os silêncios são parte da vulnerabilidade que você pode captar por esse ângulo. Não conseguiria esgotar teoricamente nada do que foi pedido na chamada do dossiê; por isso, encontro esse ângulo de fluidez e capricho no trato com essa chamada do título. É apenas um ensaio, Édson, com sua fuga da estrutura rígida dos tratados. Busco a dignidade do efêmero, assim como Adorno havia afirmado com relação ao ensaio. Evito definir conceitos a priori; espero que a precisão surja das relações que cada um passa a estabelecer entre si nas

novas configurações que criam uns com os outros, sem que se forme uma rígida estrutura. O “campo de forças”, a expressão que Adorno toma de Benjamin, que me lembra muito mais as constelações benjaminianas. Benjamin olha para os céus, mesmo que esteja com o livro aberto; procura certo sentido, lê construindo constelações em que se relacionam o acaso, o cotidiano, as imagens mais comuns.

Aposto em sua clarividência e em certo tom profético que suas palavras carregam. Acho adequado ao nosso tempo, adequado a essa escrita que te oferto no qual o modo como vocês apresentam História e Ficção me parece muito rígido. Para mim, nisso tudo, o que mais me interessa é perceber o movimento das próximas gerações, entretanto. E, por meio de um lampejo, perceber certo porvir. Confesso que resisti a escrever “continuidade” na última frase. Escrevi e apaguei. A palavra afundou aqui. Escrita e naufrágio possuem tensa relação. No fundo, todas são a expressão da inconstância e a possibilidade de que eu e você formemos um nós em sua leitura. Assim acredito que possamos conversar mais sobre a chamada presente no título. No mais, talvez nada disso seja tão sério. Talvez um regalo, só isso.

Continuamos a conversa, agora, de modo coletivo. Incorporamos Maycon, Evander e Carol. Espero que essa oferta contribua para vocês.

No mais, um grande abraço.

Querido Evander,

Não nos conhecemos pessoalmente. Escrevo essa carta como um regalo para esse dossiê. Acredito que assim possamos desenvolver mais o diálogo. Deixo também a mão estendida para a amizade. Espero que esse seja o contato inicial de muitas conversas intelectuais.

Essa é mais uma das cartas que escrevo a vocês. Somente assim pude responder ao que foi pedido no dossiê. Achei interessante a proposta; não por concordar com ela plenamente, mas por entendê-la como um convite ao comentário. O diálogo é a melhor parte de tudo isso; por isso, optei por seguir uma forma em desuso e praticamente esquecida atualmente. Minha intenção era ser anacrônico, mas legar um anacronismo deliberado. Um anacronismo ciente de si mesmo, possuidor da clareza de seus objetivos. Você pode até me chamar de antiquado. Não me considero velho; apenas aquele que busca atualizar um procedimento antigo. Acho mais

elegante esse modelo de cartas do que a presença de emails no corpo do texto. Acho que assim podemos nos ouvir melhor. Fica a porta aberta para réplicas. Quando recebi do Edson o convite, fiquei me indagando qual o melhor papel a ser desempenhado. Como assinarei como professor, só poderia entender, como entendo, todo o esforço de vocês como um estímulo para o campo dos estudos históricos. Vejo com bons olhos esse lance dos jovens tomarem as rédeas das ações. Entendo que as novas gerações devem ocupar um papel bacana no campo disciplinar.

Lidei com alguns escritores para dizer o que gostaria: Ricardo Piglia e Mario Levrero e, também, o cineasta Wim Wenders. Em todos eles, tomados como exemplo do que enfatizo, destaquei essa invenção no *making off* como possibilidade de escrita. Wenders é grandioso. Piglia analítico. E Levrero um tanto quanto estranho, digamos. Sob a sombra da estranheza de Levrero poderíamos começar. O denominado experimentalismo com a linguagem e o flerte com o surrealismo me interessam pouco. O que mais me interessa mesmo é a relação com a procrastinação, a relação permanente com a pouca vontade de definir, de matizar aquilo que deveria ganhar uma forma final. Essa relação entre entrega de um texto final e seu suposto “inacabamento” me interessa. Esse modo de narrar o que está por detrás dos panos como aquilo que se quer tornar o primeiro plano.

Por falar entre o que deve assumir protagonismo na escrita ou deve ser deixado para trás, lembro que ainda não citei por aqui outro empreendimento: *Os Soldados de Salamina*, de Javier Cercas. A conjunção entre memória, história e criação artística são parte indissociável da abertura que trata da execução do livro, os impasses do narrador e se projeta para além do próprio livro. A intenção de tornar claro os impasses pelos quais passou ao tentar escrever, como a sua depressão e o abandono da mulher, dialogam muito com meu próprio momento. Em todos esses momentos, Cercas está sendo circundados pela procrastinação e o abandono de projetos. Já no início de *Os Soldados de Salamina* sabemos que estamos diante de uma proposta incomum, pelo menos para o momento em que foi concebida a prosa. Indago, com Javier Cercas, se esse procedimento não tem se tornado hegemônico desde o momento em que foi publicado seu “romance”. Talvez, essas cartas circundam esse objetivo, mesmo que tenha clareza de que não se trata de buscar dados que o expliquem.

Continuo aqui pensando sobre a Jusefina Ludmer, mas agora consigo perceber sua indagação a partir de alguns outros registros. Peço um pouco da sua atenção para o que talvez mais importe nesse instante: a tendência contemporânea para a diluição de fronteiras. O

entrecruzamento de meios e suportes apresenta-se não somente enquanto estratégia para apresentar uma obra acabada e pronta. Serve também, Evander, como um discurso contrário às obras que se propõe a sustentar sua própria legitimidade em qualquer unicidade desse mesmo meio. O livro, como suporte privilegiado utilizado especialmente por historiadores, ou até mesmo a ênfase na palavra escrita, parecem estar postas em xeque. Não para que o nosso diálogo se desloque para toda a discussão apresentada de diversas formas pelo que se convencionou chamar em um grande guarda-chuva de História Pública, mas pela possibilidade aberta a partir do uso desse insight da arte para pensar o campo dos estudos históricos. Ainda não tenho certeza, Evander, mas talvez seja possível retirar daí algum fruto ou, no mínimo, uma semente para indagações futuras.

Claro que poderíamos nos remeter a W.G. Sebald e toda a relação estabelecida entre imagem e palavra e a mistura de gêneros de suas prosas, o que torna apressado o próprio uso do conceito de ficção para identificá-las. Esse talvez seja o exemplo mais conhecido, aquilo que todo mundo leu. Devido meus interesses em ensaio, que nunca soube muito bem de onde veio, cheguei primeiro a *Anéis de Saturno*; depois fui atrás de *Vertigem* e, o último, foi *Os Emigrantes*. Claro que em meio a tudo isso teve *Austerlitz*, lá pelo ano de 2011. Fico aqui buscando um modo de ampliar as possibilidades de leituras de vocês, e aí me veio à cabeça o Mario Bellatin do *Salón de Belleza*. O espaço da escrita, em geral como ocorre em outros livros de Bellatin, é convertido em um cenário em que as mais diversas possibilidades de imagens, indo da mãe solteira ao latido do cão, podem ser copiados no texto. Eles provêm da cidade e foram todos, pouco a pouco, incorporados à escrita de Bellatin. Além disso, gosto muito da epígrafe: “Cualquier clase de inhumanidad se convierte, con el tiempo, en humana”. Não sei se já lhe disse, mas sou apaixonado por epígrafes.

Percebo que essa multiplicidade e esse espírito de anotação, presente nessas obras, evitam o espírito de anotação típicos do romance novecentista, poderíamos dizer. Trata-se de uma diferenciação sensível, como já havia comentado com o Edson e o Maycon, aqui, nessas cartas. Claro que definir precisamente com o que estamos lidando não é uma tarefa nada fácil. Inclusive, cada um desses pontos poderia (talvez alguns dissessem deveria) ser mais desenvolvidos. Antes disso, fico por aqui encaminhando alguns dos temas que sempre admirei e escutando esse narrador em primeira pessoa, presente na maioria dessas prosas atuais. Tudo isso se mistura, como vocês pontuaram na chamada do dossiê, ao momento político que

vivemos. Desde que o golpe e a narrativa do golpe ganharam força até a prisão do Lula parece que a decadência está sempre ao nosso redor. Nem mesmo decadência, mas esse retorno do que é obsoleto a nos rondar. Essa nossa sensação de “já vi isso antes” que ataca nossos olhos, que embaralha os nossos tempos. Talvez tenha sido isso que me fez tirar uma foto para minha própria recordação, em uma exposição em Buenos Aires, em 2016. Fico me perguntando se não foi naquele momento, há quase dois anos atrás, que comecei a escrever essa carta que agora te envio.



“Desnecessário dizer o quanto sou encantado pelo que é obsoleto.”

Engraçado, Evander, como, por vezes, nossas lembranças nos atacam. Sempre tive predileção por ensaios. Nunca entendi muito bem o motivo. Consegui ler quase toda a tradição ensaística. Desde seu começo com Montaigne, até as produções atuais em línguas inglesa, portuguesa e espanhola; passando por ensaístas do século XVIII em língua inglesa e francesa. Consigo perceber, hoje, o retorno desse espírito ensaístico em diversos livros publicados. Não se trata de dizer que são ensaios, claro que não. Não se trata disso, Evander. Mas de que a mistura de registros diversos retoma algumas das estratégias de escrita típicas do século XVIII, por exemplo. Nada disso é tão difícil perceber, já que David Hume, por exemplo, cansava de enfatizar tudo isso em seus escritos. Lidei com os ensaios de Hume em um curso que dei na Casa Dirce Cortes Riedel, em 2015, no qual o Edson esteve presente. Nessa casa agradável localizada em Botafogo, conversamos sobre impasses dos ensaístas na tradição de língua

inglesa e espanhola sem respeitar muito a cronologia, mas buscando alguns de seus principais insights em suas específicas historicidades. Em outras palavras, devemos estar atentos às indagações feitas por Dominick LaCapra, na década de oitenta, acerca da relação entre historicidade e forma literária, como uma sugestão ao campo dos estudos históricos. Nessa década, ele efetivou muito bem seus insights tanto em *Rethinking Intellectual History* quanto em *History and Criticism*.

Essa mistura de registros, hoje, parece ser uma distinção de nossa historicidade. A ênfase na prosa, não somente embaralha os percursos da relação entre História e ficção; mas por vezes tornam algumas das discussões antes levantadas um tanto quanto obsoletas. Uma delas, acredito, seja a tomada das referências principais dessas discussões por meio do recurso à evidência. Hoje me parece que estamos muito mais interessados na narrativa e menos atentos a esses debates que ainda nos lembram fins do século XX. Bom, talvez não precisemos ir tão longe, essa carta já está chegando ao seu fim. Não acho que seja o momento de abrir mais esse percurso. Nessa conversa coletiva, acho que mais algumas marcas dessa indagação ganharão densidade. Assim, poderemos, quem sabe, superar os limites da tipologia comum das cartas. Ser escrita a “quatro olhos” não quer dizer, em nosso instante, que somente os envolvidos nas cartas poderão ler. Acho um desperdício. Fica o convite para que troquem entre si as cartas e as organizem, do jeito que acharem melhor.

Quando vier ao Rio de Janeiro avise. Aqui não anda tão frio como no Paraná e a luz do sol anda ótima para boas fotos.

Um abraço.

Querido Maycon,

Uma pena ainda não nos conhecermos pessoalmente. Edson sempre fala bem de ti. Espero que essa seja a primeira oportunidade de um diálogo de muitos anos. Fico animado quando entro em contato com propostas interessantes de estudantes dedicados como vocês. Justamente sobre isso que estou pensando enquanto estou sentado aqui de frente para o meu notebook. Na tela do computador minha imagem se reflete enquanto escrevo essa carta. Do reflexo vejo alguns poucos livros dispersos em minha casa. Observo-os de modo lateral. Volto a um deles; às suas páginas sem reflexo. O livro é justamente *Passagens* de Benjamin. A bela

edição lançada em 2007 que mobilizou muitos tradutores e que, agora, está sendo reeditada em três livros. Lembrei que o livro me veio à cabeça em uma manhã dessa mesma semana, ao caminhar por uma livraria famosa em que vi algumas imagens de monumentos. Eu, ingenuamente, acreditava que os monumentos deveriam passar alguma coisa para os visitantes que se propõem a visitá-los mais do que representar. Mais do que sabia, eu sentia que essa intenção poderia ser sem sentido; depois, no fim do mesmo dia, me dei conta de que era plausível tudo o que dizia, ao ver um trecho das *Passagens*, dos halls de exposição, das estações, em que Benjamin fala de “fins transitórios”. Benjamin associa esses fins transitórios às estações de trem. O termo causa estranhamento, por ser uma espécie de oxímoro deslocado e mal situado, o que cabe bem nas *Passagens*.

Tenho sempre relutância a denominar *Passagens* de livro. O projeto é de livro, mas os acontecimentos, sua forma singular e a intensidade em que tudo está escrito não me remete ao que de convencional todo livro me lembra. Mais uma vez parece ser a opção singular de Benjamin, que hoje é tão lembrado e que foi definidor em diversos de seus leitores de prosa e poesia. Um deles, Ricardo Piglia, construiu sua obra lidando com impasses da escrita em prosa. Sempre valorizou a aporia e se indagava se era possível ter acesso ao outro, se poderíamos, em algum momento, dizer a verdade. Imerso na tradição da teoria literária, lidava com o campo da História e da biografia, especialmente atento aos rumos do romance e do conto. Leitor das *Passagens*, a unia com a tradição literária norte-americana, Proust e Aristóteles. É justamente da *Poética* de Aristóteles que vem um dos principais nortes da proposição da chamada do dossiê por vocês organizada. Desde Aristóteles, a teoria literária, mesmo antes de existir a enquanto teoria, resolve o problema da criação ficcional a partir da noção de verossimilhança. Não se trata exatamente de considerá-la como falsidade, mas por associar a relação da poesia com a verossimilhança e não com a verdade. A sua *poiesis* está intimamente ligada à sua coerência interna. O problema persiste desde esse instante. O que indica, como suspeitamos, e como é sugerido no texto inicial de vocês, que a literatura não está ligada ao afastamento com relação à verdade, mas justamente sugere uma proximidade da verdade.

Poderíamos dar um salto, se preferir. Já no seu primeiro livro, *O grau zero da escrita*, Roland Barthes substituía a ideia de literatura pela ideia de “escrita”. Em sua preparação do romance, já no fim da vida, mirando o “Vita Nova”, escrever e desejo de escrever são indissociáveis. A noção de escrita como um caminho para desmistificar a própria noção de

literatura, para combater a dilaceração do esquecimento, na medida em que esse está relacionado com o absoluto, como dizia. Não cabe aqui desenvolver mais, Maycon. As referências estão dispersas, propositadamente. Mais do que aprofundar a análise de um autor, ou de utilizar um livro para lidar com o temário por vocês proposto nesse dossiê, a minha intenção foi, até aqui, ler a proposta de vocês. Comentar, desdobrar, rasurar. Fazer de minha própria escrita um apêndice, uma caixa de comentário da proposição de vocês. Por isso, essas cartas estão menos interessadas na análise da relação entre ficção e História e, conforme sugerido por Barthes, muito mais interessadas na preparação, digamos assim. A aproximação das referências das cartas, inscritas em motivações diversas, se referem muito mais a um limite que se explica melhor ao indagarmos as possibilidades da escrita do que, exatamente, fronteiras entre público e privado e, acredito, a questão da ficção. O próprio termo “prosa de ficção” como uma atualização do romance, não parece ser o mais adequado. Os diários de Piglia, Levrero, Paul Auster, Julio Ramón Ribeyro, também comentados com Edson, a menção rápida a Aristóteles e Barthes, são apenas indicativos dos impasses e limiares, éticos diria, entre “escrever” e “fazer a literatura”.

Note que muito do que foi aqui dito poderia ter sido desenvolvido por outro caminho. O mais esperado seria o percurso que mobilizaria Hayden White e Dominick LaCapra e as discussões que se remetem à evidência histórica. Mas gostaria de seguir outro percurso, espero que me entenda Maycon. Estou muito mais atento ao que o Barthes chamou de “preparação”. Minha intenção, nas cartas, é tangenciar esse tema e torná-lo um motivo para a nossa conversa. A partir da discussão levantada por vocês da Ficção e da História, meu alvo era não ficar discutindo falso, verossímil ou inverossímil. Fico tentando lidar com algumas das aporias colocadas por alguns autores sobre a ficção quando ele tende a ser relacionada a autonomia estética e entender, a partir disso, formas que pretendem falar do outro sem toda essa carga de “peso” ou “culpa”. Claro, me refiro ao ensaio, ao documentário, ao diário, a carta. Não que essa preparação necessite ser considerada uma antecâmara do porvir, mas por que ela já possui em si o valor que demanda o nosso debruçar sobre elas.

Fico imaginando que todos nós poderíamos apresentar referências diversas. Imediatamente já me vem à cabeça o filme do Wim Wenders *Lighting over the water* — um Filme para Nick. Filmado a partir da relação entre Wim Wenders e Nicholas Ray, acompanha os instantes da doença desse último, ao mesmo tempo enfatiza a sua experiência

cinematográfica do encontro entre ambos. O filme todo nasce como uma espécie de *making off* de um filme porvir. Nick, muito doente, sendo filmado em seu cotidiano por e com Wenders. Percebemos a doença de Nick avançar ao longo do filme. Combinam de fazer um filme juntos, mas ao longo das cenas do filme, o que se percebe é que não haverá outro filme. Não há porvir. Aquele já é o filme. Não haverá nada além do que está sendo gravado, percebemos isso ao longo do filme. Nick morre durante as gravações. Talvez esse não seja um dos filmes que mais gosto de Wenders, acho difícil competir com aquele que foi traduzido por *Asas do Desejo*, mas acredito que seja o mais adequado ao que estamos tentando conversar aqui. Lidar com a morte é mais sutil e mais adequado em produções nas quais a relação entre “preparação” e “execução” são fluidas ou, na verdade, a preparação já é a sua execução.

Poderia citar, aqui, o Levrero de *La novela luminosa*. Levrero fala sobre seu desejo de escrever um romance e, ao longo de tudo aquilo que poderíamos chamar de um diário, ele descreve, aprofunda e desenvolve suas instigantes reflexões sobre o escrita, corpo, rotina, sexo, jogo, hipocondria, amor e computadores. Após ter ganhado uma bolsa da fundação Guggenheim para terminar de escrever o seu romance iniciado em 1984, opta por mergulhar dentro de si mesmo e escrever um diário da escrita de um romance. Porém, ele é muito mais do que isso. Qualquer espécie ou possibilidade de transcendência se dissolve, ou se efetua, na permanente repetição de manias cotidianas. O permanente adiamento do projeto é a reiteração de uma modalidade de relacionamento e elaboração das coisas que, por fim, termina por lapidar isso que, na falta de um nome melhor, chamamos de vida. Sua desconfiança frente aos escritores que propunham grandes narrativas latino-americanas é marca daquele que se levanta contra qualquer normalização. Não está preocupado com fundar, refundar, criticar ou atacar qualquer corrente capaz de definir o que é a escrita; apenas escreve. Talvez essa pequenez do gesto seja sua marca maior. Particularmente sinto falta de uma série de coisas, mas ele parece atingir o mais alto do poderia esperar com o que nos foi dado a ler, com o que era seu objetivo inicial.

Tanto em Wenders quanto em Levrero percebo tudo isso que quis enfatizar nessa carta para você; a valorização de tudo isso que não anseia pela obra acabada. Não se trata de que não as valorize, Maycon. Pelo contrário, poderia apresentar para você uma análise de algum romance histórico. Não era isso o que buscava. Nem acho que seria o mais adequado à proposta de vocês. Valorizo o que julguei interessante na chamada. Aquilo que percebo como o que vocês chamam de confluência teórica a partir da discussão sobre ficção. É justamente aqui que

parece residir certo limite do que falamos. Essas obras fogem do que se poderia esperar como “pura ficção”. Apoiam-se em outro registro, pois miram outras perspectivas de leitura. A partir delas a discussão sobre autonomia artística parece ter encontrado certo limite e precisa ser realocada.

A partir daí ganha relevo a proposta de Josefina Ludmer com as “literaturas pós-autônomas”. Gosto do insight central utilizado pela autora: não importa se aquilo que está em nossas mãos é ou não é literatura; se é ou não é ficção; se é ou não é História; se é ou não é realidade. Algumas poucas vezes utilizei o termo “prosa de ficção”, mas, na verdade, a minha intenção era muito mais situar o leitor do que fazer uma análise epistemológica, meu caro Maycon. Inclusive, nunca escrevi sobre História e ficção ou mesmo História & ficção ou Romance e História, por esse tipo de perspectiva pouco me interessar. Não que os julgue descabidos; pelo contrário, acredito que possamos receber importantes insights deles. Acredito, contudo, que situar nossas discussões nesses termos me desloca de um conjunto de problemas que me interessa prioritariamente. Ele se situa de modo mais circunscrito à questão da narrativa. Não pretendia, contudo, enfatizar a questão da evidência, de modo analítico, mas lidar com a crítica literária contemporânea, de modo a trazer alguns insights para o campo dos estudos históricos.

Mas nada que se pretende completamente renovador desses estudos.

Nada que suponha que o campo da história serve para pouco.

Nada que nos diga que não vale a pena continuar.

Vale sim, como vocês mostram a todos.

Um abraço e continuamos a conversa por meio dessas cartas.

Os organizadores do dossiê História e Linguagens agradecem as contribuições dos autores de artigos e entrevistas, bem como aos pareceristas e à equipe editorial da Revista de Teoria da História. Desejamos uma boa leitura, e esperamos que a circulação destes textos contribua para futuras pesquisas no que compete às relações, sempre instigantes, entre História e Ficção.

Doutorando Edson Silva de Lima (UNIRIO)

Doutorando Evander Ruthieri (UFPR)

Doutorando Maycon da Silva Tannis (PUC-RIO)

Doutoranda Ana Carolina de Azevedo Guedes (PUC-RIO)

Membros do grupo *História e Linguagens*

POESIA E EXPERIÊNCIA ESTÉTICA

Luiz Costa Lima
Professor Emérito do Departamento de História da PUC-RIO
l.18danil@gmail.com

Resumo: O Presente texto foi escrito como suplemento às discussões acerca da filosofia da linguagem. Uma vez que a poesia torna a relação Conceito-Linguagem uma forma problemática, pois ela extravasa a capacidade explicativa do discurso analítico e torna não o que é, ou tampouco mentira, mas o eterno devir do que poderia ter sido. Essa relação acaba por estabelecer um outro funcionamento que aqui pretendo explorar tomando como ponto de partida, objeto e terreno a experiência estética que se realiza na linguagem.

Palavras-Chave: Linguagem; Experiência Estética; Poesia.

Abstract: The present text was written as a supplement to the discussions about the philosophy of language. Since poetry makes the Concept-Language relationship a problematic form, for it overflows the explanatory capacity of analytic discourse and makes not what it is, or a lie, but the eternal becoming of what might have been. This relationship ends up establishing another operation that I intend to explore here, taking as a starting point, object and terrain the aesthetic experience that is realized in language.

Keywords: Language; Aesthetic Experience; Poesia.

Artigo recebido em: 05/08/2018
Artigo aprovado em: 15/10/2018

There is a sense in sounds beyond their meaning, "Pieces".

Wallace Stevens

Mesmo que não tenhamos lido Agostinho, teremos ouvido falar de seu dito sobre o tempo: “que é [...] o tempo? Se ninguém me perguntar, eu, se quiser explicá-lo a quem me fizer a pergunta, já não sei” (AGOSTINHO, 1965, p. 14). É menos divulgado que, muitos séculos depois, um certo Samuel Johnson diria o mesmo sobre a poesia. James Boswell, seu biógrafo exemplar, relata o diálogo, travado em 11 de abril de 1776: Boswell: “Then Sir, what is poetry?” Johnson: “Why, Sir, it is much easier to say what it is not. We all know what light is; but it is not easy to tell what it is” (BOSWELL, 1791, p. 85).

O cotejo das passagens nos ensina a confiar menos na suficiência das definições. Não se diz que elas sejam impraticáveis - mesmo fora das ciências e do ambiente acadêmico, a sobrevivência diária se tornaria caótica sem um mínimo delas. Sua eficácia contudo depende de dois limites: a) que se restrinjam a ser descritivas, tenha ou não a descrição uma função normativa; b) que concirnam a objetos ou situações verificáveis ou de reconhecimento imediato. Posso então definir um martelo, um parafuso, uma colher ou uma situação, como "a arrogância do império não impediu que a torre ruísse". Contudo, mesmo em relação a instrumentos e situações tão evidentes, o segundo limite aludido concerne a situações verificáveis ou de reconhecimento imediato. Já é afetado se me pergunto: para que servem tais coisas ou advertências? A resposta passará a depender de variáveis não necessariamente dadas – necessitará antes precisar um tempo e um espaço e, dentro destes, uma conjuntura, os hábitos e valores de uma comunidade de homens. Por essa razão, um conjunto de definições não forma uma teoria, ou uma teoria não se confunde com um conjunto de axiomas.

Tais considerações não diminuem as dificuldades em que Agostinho e Johnson nos meteram. No primeiro caso, porque Agostinho não ultrapassa o obstáculo a uma definição do tempo pelo uso de uma "fenomenologia pura do tempo". “[...] A ‘teoria’ é inseparável da operação argumentativa pela qual o pensador corta uma depois das outras cabeças sempre renascentes da hidra do ceticismo” (RICOEUR, 1983, p. 23). Ser argumentativa sua "teoria" significa que sua concepção do tempo não caberá numa definição, que, caso seja formulada,

será apenas um recurso editorial, indispensável para a circulação de dicionários e enciclopédias. No caso de Samuel Johnson, a situação é muito pior: embora tão variadas, suas conversas com Boswell nunca pretenderam discutir alguma teoria, com ou sem aspas, para a poesia.

Só aparentemente, o pensamento contemporâneo nos põe numa situação menos embaraçosa. Seus dois máximos extremos, Heidegger e Wittgenstein, indicam nosso desconforto. Para aquele, a poesia (no sentido amplo de arte) é um instrumento privilegiado na revelação do Ser dos entes. Mas o Ser não é uma substância, situada "atrás" ou habitante de uma região diversa daquele em que os entes proliferam, mas sim o que se revela apenas instantaneamente para que logo retome à sua situação de velado (*verborgen*). A poesia é uma das maneiras pelas quais o Ser se desvela, para que, como sucede nas outras maneiras, logo recaia em seu encobrimento (*Verdeckung*) originário. A formulação, embora mereça e já tenha recebido longos desenvolvimentos, é mais especulativa do que explicativa. Pergunta a desenvolver: seria possível extrair-se uma "teoria" heideggeriana da poesia? Sem embargo, algo de fecundo é trazido ao leitor: embora o pensador a encare oblíqua e especulativamente, passamos a saber melhor que a poesia não é uma miragem ou algo dependente de um puro arbítrio (o leitor como árbitro). É algo sim que a atividade no mundo cotidiano tende a ignorar. "Não é acidental que, mesmo sem considerar o caráter de fábula que lhe dá acesso a La Divina commedia, a imaginação de Dante faça vir doutro lugar a inspiradora do verso: 'Amor mi mosse, che mi fa parlare'" (DANTE, 1950, p. 72).

No extremo oposto, localiza-se o que se extrai de Wittgenstein. É verdade que, na passagem que temos em mira, o filósofo austríaco não falava de poesia mas sim de experiência estética. Mas a diferença de sujeito não seria por si um obstáculo: se encontrarmos alguma trilha, no que diz sobre a experiência estética, se tomará menos misterioso o caminho de compreensão da poesia. Sem negar que assim se dê, o avanço não será de ajuda para quem ainda aspirasse algo próximo a uma definição. A experiência estética, para Wittgenstein, é mais um "jogo da linguagem", o qual só se define no campo de uma cultura: "What belongs to a language game is a whole culture" (WITTGENSTEIN, 1938, p. 8). Como jogo da linguagem, a experiência estética não acolhe, revela e desfaz algo encoberto. O que se passa nelas se passa se dá na superfície das palavras sintaticamente coordenadas, portanto entre elas e não dentro delas. Apesar de que seja assim, da reflexão de Wittgenstein resulta que o mero recurso à "ciência da linguagem" não bastará para que se entendam as regras do jogo. Será preciso

determinar o quando e o onde o jogo se desenrola e, a partir destas coordenadas, sua situação precisa. Se imaginamos, por exemplo, uma cultura extremamente ritualística em que a formulação "*m'illumino d'immenso*" constituísse uma forma de cumprimento (!), digamos que reservado ao reencontro de um raro amigo, o dístico de Ungaretti simplesmente perderia o caráter de poesia. Não passaria de um pragmático automatizado. (O exemplo inverso parece altamente improvável. Mas não esqueçamos da experiência do poeta alemão que, pela simples conversão em "estrofe" da escalação de uma equipe de futebol, a apresentava como poema).

Em síntese, as reflexões que se seguiram às duas citações iniciais podem levar a dois desenvolvimentos imediatos, recebe uma formulação pontual: há fenômenos diários que, apesar de sua frequente incidência, oferecem uma entrada mínima para o entendimento, no sentido pleno do termo. E, este ainda quando alcancemos algum acesso a ele, será sempre argumentativo e ao apodítico. Daí a impossibilidade de definições, no sentido próprio e dicionarizado do termo. É o caso da poesia.

O segundo desenvolvimento é movido pela conclusão do primeiro. Só seu sumário pode ser rapidamente formulado: a dificuldade, até hoje invencível, de definir a poesia parece escandalosa ao progresso científico. Ou objeto de desdém. No entanto, é este escândalo ou desdém mesmo que merece ser pensado. Terá o leitor a paciência de nos seguir? Talvez lhe pareça preferível seguir o conselho do poeta: "Non ragioniam di lor, ma guarda e passa". De todo modo, procuro interessá-lo. Não é verdade que, diante de qualquer mediana dificuldade, costumamos recorrer a uma ciência, ainda que através de seu escalão mais trivial? Ora, a qual ciência deveria o contemporâneo recorrer para entender a poesia? Como esta tem por veículo a palavra, a resposta haveria de ser a linguística. Assim, de fato, se tentou, ainda nas primeiras décadas do século. O que antes era tarefa dos retóricos, passou a ser dos linguistas. Seria excessivo resgatar aqui a sua história. Consideremos apenas a linha dos formalistas. E ainda assim já em etapa avançada. Quando sua sobrevivência se tornou ameaçada sob o poder stalinista, alguns tantos (Trubetzkoy, Jakobson, Karcevski) passaram a colaborar com o círculo linguístico de Praga, fundado em 1926 por Mathesius. Poucos anos depois, publicava-se as hoje famosas teses de 1929. Entre suas formulações, nos interessa a seguinte: "Em seu papel social, cabe distinguir a linguagem segundo a relação que existe entre ela e a realidade extra linguística. Ela tem, seja uma função de comunicação, se dirige para o significado e uma função poética, se dirige ao próprio signo" (MATHESIUS, 1929. p. 4).

Ao considerarmos sua formulação, logo notaremos que aí surge um operador que escapava da estrita competência linguística, ao menos de como a encarava Saussure, Hjelmslev (ou de como Chomsky a encarará): o papel principal da linguagem. Para desenvolvê-lo, o especialista ou ampliará seu objeto, articulando a apreensão de sua estrutura às formas de seu uso, ou reconhecerá que empregava uma variável que exigiria a reorganização de seu campo, tornando-o interdisciplinar. Mas a interdisciplinaridade ainda não era uma prática corriqueira. Ao continuarmos essa mínima retrospectiva, notaremos que, contemporaneamente, alguém que participava do Círculo, Jan Mukarovsky, ao tratar da linguagem poética, não só reiterava a relevância da distinção das funções de uso da linguagem, como a aprofundava pela introdução do operador “valor estético”.

A linguagem poética é permanentemente caracterizada somente por sua função; função, contudo, não é uma propriedade mas um modo de utilizar as propriedades de um certo fenômeno. A linguagem poética está entre as numerosas outras linguagens funcionais, cada uma das quais é uma adaptação de um sistema linguístico a certa meta da expressão. “O efeito estético é a meta da expressão poética” (MUKAÍOVSKY, 1940, p. 3-4).

Se o princípio de uso da língua ainda poderia ser pensado como passível de ser expandido pelos linguistas, o do efeito estético o levava para longe de sua estrita área de competência. A linguagem poética, dizia o autor, não é uma propriedade da linguagem. Como então poderia ser uma propriedade dos linguistas, a menos que vissem sentido em se converterem em sociolinguistas? O que nos interessa, contudo, não é chamar a atenção para um conflito de competências, mas sim como a questão se deslocava, saindo de uma área científica para a da reflexão filosófica. Qual a sua consequência? Para acompanhá-la, recorreremos a passagem de outro ensaio do mesmo autor, publicado em data mais próxima das teses do Círculo “[...] O objeto imediato da valoração (*Bewertung*) estética atual não é o artefato 'material', mas sim o 'objeto estético', que apresenta seu reflexo e correlato na consciência do observador.” (MUKAROVSKY, 1935, p. 105-106).

Não nos interessa aqui apontar para os outros embaraços em que o analista assim entrava. É suficiente dizer que eles assentavam na afirmação de que o valor estético assumia o caráter de “reflexo e correlato”, na mente do receptor. Mas, em vez de levá-lo adiante, apenas nos perguntamos por que, em um período tão curto (1929 - 1935), um participante ativo do Círculo teria preferido afrontar a selva *selvaggia* do efeito estético, em vez de se contentar com

o promissor tratamento linguístico? Talvez só um eslavista especializado na questão saiba a resposta. Podemos contudo presumir que tenha sido ele motivado pelo mesmo motivo que havia forçado seus colegas linguistas, russos e tchecos, a recorrer, já em 1929, a um operador linguisticamente não de antemão legitimado. Assim sucedera porque a poesia se mostrava recalcitrante a ser explicada por uma disciplina científica. Daí desviar-se Mukarovsky para uma reflexão nitidamente de cunho filosófico, da qual estudos de poética e literatura estiveram desligados durante o século XIX. Mas não se renuncia impunemente a uma trilha científica.

É o que mostraria trabalho de uma norte-americana que, muitos anos depois, se preparava para se tornar uma especialista em estudos literários. O primeiro capítulo de seu livro se intitula *A Falácia da "linguagem poética"* e, em sua abertura, censurava os seus responsáveis por não notarem algo extremamente simples: "Exemplos da literatura virtualmente nunca são acompanhados por dados do discurso extraliterário" (PRATT, 1977, p. 5). Seu ataque à pretensão dos formalistas eslavos nunca ultrapassa essa trivialidade pasmosa: "Uma simples prova negativa disso (de que não há as chamadas 'propriedades literárias') é o fato de que os textos não podem sempre ser identificados como literatura de cara (*on sight*)" (PRATT, 1977, p. 6). Ou (a "ideologia estética") "tem dificuldades em explicar o fato de que enunciados literários e não literários são absolutamente semelhantes" (PRATT, 1977, p. 16). Ou ainda: "[...] A prosa literária não é sistematicamente distinguível como literatura com base em propriedades textuais que a linguística estrutural possa distinguir" (PRATT, 1977, p. 16). O que ela chamava "a falácia poética" consistia em a linguística haver aceito reconhecer como objetos distintos o que não se diferenciava de enunciados do dia-a-dia. "Pois, pois", diria um colega luso.

Que concluir daí? Bem, se poderia dizer que nenhuma instituição está isenta de legitimar profissionais incompetentes. Mas, para sabê-lo, não precisamos nos dar ao trabalho de nos curvar sobre páginas escritas. Conclusão menos óbvia seria dizer que tal tipo de ataque à poética de base linguística se explica porque vivemos em uma sociedade que pressupõe que um objeto só adquire existência quando for cientificamente demonstrado.

Também essa conclusão seria ociosa se, a contrário, não justificasse rever o que notamos a partir da passagem das Teses de 1929. Ao introduzirem o operador 'função', os linguistas eslavos implicitamente reconheciam que a análise da estrutura linguística não bastava para objetivar o poético; que não há marcas linguísticas que sejam específicas ao poético ou cujo reconhecimento em um enunciado cotidiano o converta em objeto literário. Em poucas palavras,

que a diferenciação de formas de uso da linguagem ou adquiriria um respaldo científico, ou que a poesia não se legitimaria. A opção dos linguistas era pelo primeiro caminho. Um Jakobson a manteria até o fim da vida. Se a cientificidade de sua abordagem do poético não parece convincente, assim parece suceder por conta do próprio objeto, a poesia. Por acaso, a biologia saiu-se melhor com a vida, que pretensamente seria seu objeto? A ciência operacionaliza um modo de ser, é capaz de instrumentalizá-lo. De definir suas instrumentações, mas não de definir seu objeto, senão que de maneira ociosa. Como Weber já sabia, ao médico cabe prolongar a vida do paciente. Não lhe compete saber para que. Se as conclusões a que Weber chegava ainda no começo do século passado houvessem sido melhor consideradas, o desenvolvimento que aqui se faz ou teria sido desnecessário ou haveria sido muito menos complicado: a ciência pressupõe "que o que é produzido pelo trabalho científico é importante, no sentido de ser 'digno de ser conhecido' (*wissenswert*) E isso, manifestamente, estão contidos todos nossos problemas. Pois esse pressuposto não é, de seu lado, verificável com os meios da ciência" (WEBER, 1919, p. 599).

Em síntese: o que se diz sobre a poesia, sobre a ficção literária, sobre arte, não são respaldados por instrumentação científica. Querer definir a experiência estética é pretender apreendê-la cientificamente. Explica-se pois a opção de Mukarovsky, ainda que não fiquemos nela. Mas sua retificação se faz a partir do terreno que escolhe: o campo da reflexão filosófica. Será por ela que tentaremos entender em que consiste a experiência estética - o meio pelo qual se configuram os valores estéticos - e como ela se metamorfoseia em experiência crítica. Tanto melhor, se a ciência um dia nos for de ajuda. Mas considerá-la condição *sine qua non* é apenas prova de sermos "demasiado modernos". Ou que somos demasiado estúpidos.

O segundo desenvolvimento a que nos dedicamos talvez nos tenha levado muito longe do alvo inicial. Mas essa volta explícita melhor o passo que nos permitiu. Há anos atrás, na tentativa de desdobrar o entendimento da experiência estética segundo Kant, avançava a hipótese de que tal experiência se desse e então se caracterizasse pela oscilação entre o sintático e o semântico. (Entendia o termo sintaxe em sua acepção usual: mecanismo formal de articulação entre os membros de um enunciado, vigente em uma língua, como condição para a formulação e transmissão de significados). Repito agora sua justificativa em termos quase absolutamente idênticos.

Fora da experiência estética, tanto na relação pragmática mais banal, como na composição do mais abstrato dos tratados, estamos sempre presos ao império do semântico. Pode-se modelar quanto se queira a sintaxe, lançar-se mão de toda a gama dos recursos expressivos da língua, sempre contudo a sintaxe e, com ela, o andamento alcançado pela modulação da frase, estará a serviço do semântico. Assim sucede porque, independente da elaboração do texto não-artístico, é ele sempre presidido por um interesse objetivo e este não se transmitirá caso não se observe o império do semântico. Em decorrência, sendo a experiência estética apropriada para a arte, podemos dizer que elas (tanto a experiência adequada, quanto o objeto “arte”) implicam a suspensão provisória do império do semântico. Assim se dá toda vez que, diante de uma formulação ou mesmo pela posição de uma única palavra, suspendemos sua decodificação - isto é a pergunta por seu sentido - e nos deixamos ocupar pela própria configuração conseguida. A experiência estética implica tornar-se a sintaxe como espera e intervalo que, provisória e contingencialmente, antecede a (re)ocupação semântica (COSTA LIMA 1993, p. 137). Neste sentido, a experiência estética realiza uma espécie particular de movimento psíquico. Embora não fosse nela que o autor estivesse pensando, a ela se aplica por excelência a sua reflexão: "a mobilidade é uma qualidade de certas intuições" (Simmel, 1916, p. 48).

Enquanto a experiência dura, dissolve-se o confronto entre sujeito e objeto. Essa dissolução não se confunde com a distância do eu criada pela arte, "a arte cria a distância do eu" (*Ich-Ferne*), intuída por Celan (Celan, 1961, p. 49). É o passo prévio que a prepara, sem que, do ponto de vista do receptor, inevitavelmente tenha êxito. Dizê-lo, significa que entendemos que a experiência estética não se confunde com a recepção da obra de arte. A experiência estética é também do autor, não porque seja ele autor mas na medida em que consiga romper seus limites personalizados, ou melhor, conectar-se a limites que desconhece. Mas tampouco a experiência estética é suscitada apenas pela obra de arte. Ela se compara a uma perda de peso, provocada por qualquer evento que nos faça perder o sentido de orientação, sem que, por isso, nos desatine. A vantagem da experiência estética provocada por urna obra de arte estaria apenas em que, ao cessar, sabemos identificar o que a provocou, sendo pois capaz de nos orientar mais frontalmente na reocupação (crítica) do semântico. Provisória, contingente, de pequena duração, ela nem se confunde com uma alucinação, nem muito menos poderia se converter em um "programa de vida". Não estranharia, contudo, que se dissesse que ela exige

um certo preparo para reconhecê-la. Mesmo porque ela não é necessariamente prazerosa. Tanto o belo, como o sublime, kantianamente definido, podem provocá-la - e o belo e o sublime não são motivados apenas pelo objeto de arte. Penso, contudo, que só a experiência estética suscitada por um objeto de arte é passível de provocar a reocupação crítica do semântico. Como os dois parágrafos anteriores correm o risco de uma desmedida abstração, procuremos concretizá-los por meio de um exemplo. No prefácio ao *Traité du verbe* (1886), de René Ghil, escrevia Mallarmé (1886, p. 857):

Je dis: une fleur! Et, hors de l'oubli ou ma voix relegue aucun contour, en tant que quelque chose d'autre que les calices sus, musicalement se leve, idée même et suave, l'absente de tous bouquets.

Harald Weinrich, que cita a passagem, enfatiza a poética mallarmeana como uma poética fundada no esquecimento (WEINRICH, 1997, p. 177-180). Mas aqui a utilizamos não para falar de uma poética, mas sim da experiência provocada por suas obras. Mas que dizemos? Aparentemente, o exemplo não é bem escolhido. Por acaso não ressaltamos que, na experiência estética, a sintaxe rompe, embora por curto instante, o império do semântico, ao passo que, na passagem referida, é uma ideia, "a ausente de todos os buquês", que se eleva do esquecimento da flor? É pelo próprio choque das formulações que esperamos avançar. Pois a suspensão provocada pela sintaxe não significa ausência de ideia - algo semelhante ao que, há pouco tempo, se chamava popularmente "curtir um som" - senão ausência de alguma ideia precisa, obediente aos limites fixados por esta ou aquela palavra. Se assim o fosse estaríamos confundindo a experiência estética com um subjetivismo extremo, em que qualquer coisa poderia ser entendida por qualquer outra. Mas não é absolutamente isso. A suspensão propiciada pelo realce da sintaxe significa a oportunidade de uma proto-ideia passível ou não de germinar. Caso entretanto ela fecunde, o resultado não será uma repetição da ocupação semântica prévia. Depois de se elevar sobre a ausência de todos os buquês, a ideia não mais remeterá à flor que, indiretamente, a suscitara; nem tampouco a negará, como talvez propusesse o próprio Mallarmé. Fique claro que não entendemos a experiência estética à semelhança de como a poética da negatividade entende a obra de arte. A experiência estética ou se esgota em si ou provocará uma decisão, própria da crise que a engendrou. Com isso, adiantamos seu enlace com a experiência crítica.

Não vou me deter na pergunta se, sendo prévia à reocupação, a experiência estética se esgota nessa anterioridade. Não o creio. Antes penso na possibilidade de sua inter-relação: a suspensão dá lugar à reocupação, que, enquanto é trabalhada, dá lugar a nova suspensão e, assim, sucessivamente. Mas é claro que esse ziguezague só é pensável se a suspensão inicial, tanto no produtor como no receptor, tenha dado lugar ao distanciamento do eu.

Continuemos a pensar, considerando agora a volta, isto é, a reocupação semântica. A volta nos conduzirá obrigatoriamente ao pragmático cotidiano. Mas ela será diferente se terminar por nos reintroduzir em um campo analítico, sobretudo o analítico de uma arte. Assim, se ao sair de um concerto, o espectador não voltar de imediato à sua condição habitual, terá dificuldades com as imposições do dia-a-dia: a de voltar para casa, a de ir a um encontro antes programado, etc. A dificuldade não será menor - ainda que de tipo diferente - se se tratar de um crítico. Suponhamos um crítico de poesia. Caso, terminada a leitura de um poema que tanto o extasiou, ele, ao começar a indagá-lo, continuar sob a mesma oscilação de que se alimentara sua experiência estética, o resultado inevitável será desastroso: escrever uma análise que seria a diluição de um poema. Sua crítica seria "literária", as aspas indicando seu desajuste (não importa que agradável a certo tipo de leitor). Mas a reocupação poderá consistir na percepção mais aguda de sua função crítica, isto é, de sua percepção dos limites da razão, provocados pelo objeto e pela tentativa consequente de ver adiante, isto é, de penetrar no que antes a razão não lhe permitia.

Avancemos um pouco mais sobre os dois regressos. No primeiro caso, o reingresso no cotidiano não pode ser afetado pela experiência da suspensão, pois, no entretanto, as regras que presidem o cotidiano não se modificaram - terei de lembrar-me onde tomar a condução que me trará para casa ou onde e quem são as pessoas que fiquei de encontrar. No segundo caso, o retomo, embora sempre implique um hiato inevitável, terá um modo de continuação. Se me está vedada a perduração pura e simples da experiência estética, se, de imediato, terei as mesmas dificuldades se não compreender o mundo não-estético, poderá ela, em troca, afetar o sentido ordinário que tenho das coisas, depois de tê-las vivido de longe, de tê-las experimentado "sem peso". Obviamente, a diferença do retomo não significa que a capacidade, aberta pela experiência estética, de passar a ver as coisas de longe se reduza ao analista! (O analista é apenas uma espécie de leitor). Mas, ainda que esteja teoricamente aberto para todos, este ver à distância não anula o choque do retomo (o fechar o livro, o cessar do acorde equivalem à volta à vida

pública). Podemos pois dizer, independente da fecundidade ou não que tenha a experiência estética pela qual passei, de imediato seu encerramento provoca uma descontinuidade. Nos termos de Wittgenstein, exige o reconhecimento de que passei a outro jogo da linguagem.

Referências bibliográficas

- AGOSTINHO, Santo. *Confessiones*. Livraria do Apostolado da imprensa, Porto: 1977.
- BOSWELL, James. *The Life of Samuel Johnson*. George Bell & Sons: Londres - Nova Iorque, 1892.
- CELAN, Paul. Rede. In: *Der Meridiam und Der andere Prosa*. Surkamp Verlag, Frankfurt: 1988.
- COSTA LIMA, Luiz. *Limites da Voz*. Editora Rocco, Rio de Janeiro: 1993.
- _____. *Mímesis desafio ao pensamento*. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro 2000.
- MALLARMÉ, Stephane. Avant-dire du traité du verbe (1886), incluído em Pages (1891). In: *Mallarmé Oeuvres Completes*, Pléiade, Paris, 1956.
- MANDELSTAM, Osip. *O Rumor do Tempo*. Editora 34, São Paulo: 2000.
- MUKAROVSKY, Jan. Aëstetische Funktion und Aestetich norm als sozialen fakten. In: SCHAMSCHULA, Walter. *Kapitel und das Ästhetik*. Surkamp Verlag. Frankfurt: 1970.
- _____. *On Poetic Language in The Word and The Verbal art*. Yale University Press: 1977.
- PRATT, Mary Louise. *Toward a speech act theory of literary discourse*. Bloomington: Indiana University Press: 1977.
- RICŒUR Paul, *Temps et récit*, tome 1,2,3. Paris, Le Seuil: 1987.
- SIMMEL, Georg. *Rembrandt, Ein Knustphilosopher Versuch*. Matheis & Seitz, Munich: 1985.
- VALERY, Paul. *Poesie et Pensée Abstract*. In: Oeuvres. Pléiade, Paris: 1957.
- WEINRICH, Harald. *Lethe: Kunst und Kritik der vergessens*. Beck, Munich: 1997.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Lectures & Conversations on Aesthetics, Psychology and relegious Belif*. University of California Press, Los Angeles: s/d.

LOGOS E PATHOS EM ANTÍGONA E PROTÁGORAS

Flávia Maria Schlee Eyler
Professora do Departamento de História da PUC-Rio
Doutora em Letras - PUC-Rio
feyler@puc-rio.br

Resumo: O presente texto tem como intenção explorar os mecanismos diferenciais da cultura grega em relação à cosmogonia do conhecimento, *logos e pathos*, de modo a compreender como eles nos abrem o mundo da linguagem, antigo e atual, para outras instâncias e tematizações referentes a um reconhecimento por parte da história, de mecanismos e instâncias da linguagem que não são percebidas no viés estritamente analítico.

Palavras-Chave: Linguagem; Experiência Estética; Pathos; Logos.

Abstract: The present text intends to explore the differences mechanisms of Greek culture in relation to the cosmogony of knowledge, logos and pathos, in order to understand how they open the world of language, ancient and current, to other instances and thematizations regarding recognition by history, of mechanisms and instances of language that are not perceived in the strictly analytical bias.

Keywords: Language; Aesthetic Experience; Logos; Pathos.

Artigo recebido em: 13/06/2018
Artigo aprovado em: 10/10/2018

Pensar as relações entre *pathos* e *logos* tanto nos mitos quanto no teatro trágico é enfrentarmos os limites do próprio dizível no sentido apontado por Wittgenstein de que “os limites do mundo são os limites da linguagem” (WITTGENSTEIN *apud.* CARNEIRO LEÃO, 2010. p. 67). Neste trabalho, compreendemos o *logos* como linguagem e, sobretudo, como a fonte de todas as possibilidades na medida em que ela é a “abertura que atravessa todos os fins e definições, que perpassa todos os limites e de-limitações, que transcende todos os termos e de-terminações” (CARNEIRO LEÃO, 2010. p. 68). Neste caso, introduzimos a ordem do *pathos*¹ na política como impulsos afetivos do pensamento e da ação. O estudo dos efeitos que o discurso produz sobre os homens é que faz com que o *pathos* perca seu sentido mais amplo de fenômeno passivo para vir a designar as percepções da alma.

Por outro lado, a linguagem só pode falar quando o homem se pronuncia, ou seja, quando ela atualiza-se como discurso e neste sentido ela sempre se dirige a alguém. Se ainda hoje estamos interessados nas palavras fixadas pelos gregos, é a nós que elas se dirigem.

A partir daí talvez possamos olhar de outra maneira para o problema que, de modo aqui simplificado, se instala nas relações entre linguagem e mundo. De acordo com Paul Ricoeur (1988. p. 10) as palavras, como signos, tanto se apresentam como virtualidade num sistema

¹ Para Aristóteles, agir e padecer são dois conceitos inseparáveis, mas cada um deles designa uma potência bem distinta. Padecer é inferior a agir por dois motivos. Porque é próprio do agente encerrar em si mesmo um poder de mover ou mudar, do qual a ação é a atualização; o ajuste está naquilo que faz ocorrer uma forma. Diz-se paciente àquele que tem a causa de sua modificação em outra coisa que não ele mesmo. A potência que caracteriza o paciente não é um poder-operar, mas um poder-tornar-se, isto é, a suscetibilidade que fará com que nele ocorra uma forma nova. A potência passiva está então em receber a forma. Padecer consiste em ser movido e o agente capaz de comunicar uma forma não é essencialmente mutável. Já o paciente é por natureza um ser mutável, caracterizado pelo movimento.

Para os gregos, a imutabilidade e a imobilidade eram desqualificadas diante do imutável e imóvel. Neste sentido, como só a matéria é indeterminada, mostra que ela não possui todas as qualidades de uma só vez, e que a aparição destas depende da intervenção de um agente exterior. (ver a *poiesis* como incompletude dos sentidos).

É reagindo a uma ofensa que eu sinto raiva. Sinto medo ao imaginar um perigo iminente que possa me prejudicar ou destruir. A paixão é sempre provocada pela presença ou imagem de algo que me leva a reagir, geralmente de improviso. Ela é o então o sinal de que eu vivo na dependência permanente do Outro. Um ser autárquico não teria paixões. Pode-se imaginar um deus irritado ou um deus amoroso? É verdade que os poemas homéricos estão cheios dessas histórias. Mas é justamente por isso que Platão denunciava sua nocividade. Os poetas, afinal, “são grandes mentirosos”.

Só há paixão onde houver mobilidade, imperfeição ontológica. Por isso ela é um dado do mundo sublunar e da existência humana. Devemos contar com as paixões e aprender a tirar proveito delas. Daí o tratado sobre elas integrar a arte Retórica que analisa as paixões de modo a permitir ao orador suscitá-las ou pacificá-las em seus ouvintes. Saber jogar com impulsos emotivos pertence à técnica oratória – e é provável que os retores tenham sido os primeiros a atribuir ao *pathos* esse sentido, a que hoje chamamos psicológico. Ver. Lebrun Gérard. “O conceito de Paixão” p. 17-35 (org.) In Cardoso, Sérgio (org.) *Os Sentidos da Paixão*, São Paulo: Cia das Letras, 1987.

semiótico da linguagem, quanto como elementos que atualizam essa linguagem em um discurso atravessado pela semântica e que assim se relaciona com o mundo. A diferença entre semiótico e semântico, entre língua e discurso indica a própria aporia da linguagem humana e ao mesmo tempo, é essa impossibilidade de passagem que pode produzir um saber e uma história. Pois, para um ser que já fosse sempre falante e estivesse sempre em uma língua indivisa, ele seria desde sempre unido à sua natureza linguística e não encontraria em nenhuma parte uma descontinuidade e uma diferença nas quais algo como um saber e uma história poderiam produzir-se (AGAMBEN, 2005, p. 14).

Os desdobramentos desta questão podem ser articulados a partir de interpretações do mito de criação do homem narrado por Protágoras a Sócrates (PLATÃO, 1980, p. 23). Nele há uma dimensão do humano como algo bastante específico e distinto de outros seres vivos. O modo trapaceado e inacabado da criação do homem pelos titãs Epimeteu e Prometeu resultou na consciência de sua própria condição. Um ser que não possui em si mesmo as qualidades adequadas para sobreviver diante das estações de Zeus e de alguns outros seres vivos; um ser que não tem um corpo dotado de defesas; um ser que se não for cuidado, protegido e amparado não sobrevive ao mundo em que nasce; um ser que é frágil e mortal e sabe que é assim.

Ainda segundo o mito, para suprir tamanha fragilidade, Prometeu roubou de Hefesto e de Atena a sabedoria das artes e do fogo e os entregou ao homem. E assim, este foi capaz de reconhecer o plano divino e sua potência. Por temor diante dos deuses, o homem ergueu altares e organizou oferendas para eles. No entanto, o homem era capaz de destruir seus semelhantes, pois não conhecia a arte política que era a única a superar a violência, a lei do mais forte ou a lei do mais esperto através da linguagem.

Como a arte política dos antigos gregos era uma forma de vida exclusivamente humana, ela se desdobrava na felicidade e na amizade. Por isso, de modo geral e talvez até ideal, a amizade ultrapassava a relação pessoal e servia de base para uma ética da sociabilidade. Ressaltamos que, quando tratamos o outro como se fossemos nós mesmos através do diálogo, afirmamos que a consciência humana entende a realidade da qual é parte e a percebe como um conjunto de coisas que nos rodeiam, com seus processos, suas qualidades e temporalidades. Através de uma linguagem comum construímos um conhecimento confiável sobre o mundo e podemos chegar ou não a um acordo com outras pessoas sobre que mundo é esse que percebemos. Por contraste, quando a consciência reconhece os eventos que a cercam, e dos

quais ela participa, surge a compreensão singular da experiência. Juntamente com ela, vem a impossibilidade de uma experiência vivenciada e sentida ser integralmente compartilhada. Diante de tal aporia, só nos resta a experiência da linguagem que, como discurso, que é capaz de garantir uma sobrevivência daquilo que foi o evento. Ricoeur chama essa possibilidade de “o milagre da comunicação” que, de fato, cria um mundo para os homens.

Independentemente de sua configuração material ou de seus regimes políticos, a *polis* foi feita por homens e para os homens na ordem do tempo e pode ser pensada como uma resposta diante da fragilidade e da violência da condição humana. Seu sentido estava naquilo que eles compartilhavam e que lhes ultrapassava, ou seja, era algo que permanecia para além da mera luta pela sobrevivência e sinalizava uma continuidade, uma garantia de porvir. No entanto, tal garantia estava sempre ameaçada, pois se o homem era o mais portentoso dos milagres, como canta o coro na *Antígona* de Sófocles², pelo uso de sua *tekhné* e sua *méthis* não pode fugir à morte mesmo quando singra o mar sorrindo galgando vagalhões; quando ano após ano rasga a arado e pisa com cavalos a Terra infatigável; que sabe caçar, pescar, domar touros e cavalos e se defender com suas leis, palavras e pensamentos. Embora saiba encontrar remédios para as piores doenças, este senhor de arte e de engenho que ultrapassam qualquer sonho, pode também preferir tanto o mal como o bem. No caso grego, em ambos os mitos, o homem quando respeita as leis e o juramento dos deuses seria digno da pátria. Na *Antígona*, ficaria sem ela aquele que por orgulho a conduziu ao mal e em *Protágoras*, após uma longa e complexa discussão sobre a composição da virtude e sua definição; se ela poderia ou não ser ensinada; se a prática do mal seria voluntária ou involuntária; chega-se ao debate sobre o princípio salvador da vida humana e a arte de medir, mas a nenhuma conclusão. No final do debate, Sócrates diz a *Protágoras* que desconfiava de Epimeteu como armador desta cilada para eles, mas também não chegam a um veredicto sobre o aprendizado da virtude na arte política.

Tomamos aqui essas duas narrativas míticas, que se complementam e se desdobram, para uma reflexão sobre a constituição da realidade humana que se apresenta de modo partido na medida em que o homem partilha da divindade, mas também da animalidade. Essa desproporção seria a porta de entrada do mal no mundo e implicaria, para Paul Ricoeur, no

² Na tragédia de *Prometeu*, Zeus já não aparece como benfeitor dos homens, mas como aquele que rancoroso, caprichoso e furioso, castiga *Prometeu* por ter ajudado os homens ao roubar o fogo.

conceito de falibilidade³ que podemos acompanhar através dos discursos de Protágoras e Antígona. Para Ricoeur (1960), o mal seria um escândalo da razão na medida em que, no mundo grego pertence tanto aos deuses quanto aos homens e sempre causa destruição, mesmo quando se apresenta como purificação ritual purificadora. Esta não pode evitá-lo e por isso ele exige um compromisso com a ação. Mas a ação só pode acontecer no tempo e este é, para Ricoeur, um enigma na medida em que é possibilidade do ser e do acontecer e é nele também que o mal se desenvolve. Desta forma, há uma assimetria entre o mal como escândalo da razão e o tempo como seu enigma e ambos não podem ser pensados apenas teoricamente.

O dilema apresentado em Protágoras sobre a melhor escolha, se entre a arte de medir ou a força da aparência e em Antígona, entre a escolha da obediência às leis da tradição ou do poder de Creonte sobre a cidade, sinalizam uma fissura nas relações entre linguagem, mundo e ação. Quando contrastadas com a eficácia da palavra mágico religiosa anteriormente pronunciada pelo adivinho, pelo rei de justiça e pelo poeta compreendemos os problemas estabelecidos pela palavra diálogo na *polis*. Para Detienne (1988. p. 36 - 41), diferentemente dos dilemas apresentados nos diálogos socráticos ou nas tragédias gregas, esta palavra que instituía e realizava o real escapava à temporalidade dos homens, ela não era a manifestação de uma vontade ou de um pensamento individual, nem a expressão de um agente, de um eu. Todas as palavras do homem, que possuem o privilégio deste tipo de “verdade”, definem-se pela mesma eficácia, ou seja, pela possibilidade de apresentar aquilo que vale a pena ser lembrado ou esquecido. No entanto, entre esses dois pólos não há contradição e sim um movimento que se desenvolve em uma zona intermediária, na qual *Alétheia* se desloca progressivamente em direção a *Léthe* e vice-versa.

Percebemos, então, que em Protágoras e em Antígona, há um problema colocado pelo *logos*, um novo tipo de palavra, agora associado a *polis*. Como palavra ele também diz o mundo, mas seu dizer agora parte da distinção entre o nome e o verbo. É desta distinção, efetuada pela cópula do verbo ser, que surge a pedra angular do discurso humano como significação do mundo. Neste caso, o verbo é uma significação nominal atravessada por um acréscimo ou

³ A elaboração do conceito de falibilidade em Paul Ricoeur vem da dualidade dialética entre aquilo que é voluntário e involuntário no homem. Tal dialética colocaria em cena um vasto campo de forças e sua proporção e de polaridade entre o finito e o infinito e possíveis intermediações e mediações. É neste campo que surgem no homem sua fragilidade específica e sua falibilidade. Cf. Ricoeur, *Finitude et culpabilité* v. I, Paris: Aubier, 1960, p. 25-26.

mesmo por uma duplicação através da qual designa o tempo de um estado ou de uma ação e os possíveis predicados de alguém. E é assim que a frase, ao dizer algo do ser, introduz o mundo humano no reino da ambiguidade e da desproporção. Porém, essa ambiguidade não é mais a da palavra mágico-religiosa e sim da palavra diálogo da arte política que traz a dúvida entre o verdadeiro e o falso e exige julgamento e decisão⁴.

O debate desenvolvido em Protágoras sobre a condição humana, a necessidade da arte política e sua virtude é uma reflexão sobre as condições de possibilidade do próprio pensamento, sobre algo que seria fundamental para o bem da cidade, isto é, o conhecimento e o aprendizado da virtude. Já nas tragédias é, sobretudo, o problema da impossibilidade da ação virtuosa que se coloca. Em *Antígona*, participamos dos dilemas da melhor escolha e suas possíveis consequências. Nela percebemos a força despertada pelo contraste entre as imutáveis leis e costumes de devoção aos ancestrais e aos deuses e a nova ordem da *polis* baseada em leis humanas mutáveis.

Para não reproduzirmos a dualidade em termos de ruptura entre *mythos* e *logos*, optamos por encaminhar as articulações entre ação e reflexão que pertencem a ambos os campos. Diante da condição dos homens como seres capazes de pensar, falar e escolher introduzimos, mas ainda não desenvolvemos o suficiente, a questão da falibilidade, da desproporção e da fragilidade humanas.

A distinção e a aporia entre semiótica e semântica permite que a linguagem seja compreendida como limitação e fratura, por evidenciar que o discurso humano se inicia sempre “*in media res*” e jamais pode atingir um saber absoluto. Ele está constitutivamente remetido à imperfeição, não apenas por ser aproximativo, mas por sua intrínseca incompletude. Neste caso, Ricoeur afasta a questão do mal como possibilidade de ser pensado e compreendido a partir de uma substancialidade. Ele não é substância e por isso não é passível de comportar um sentido. Por outro lado, os símbolos do mal apontam para o próprio pensamento. Como irresolução do ser ao pensar, ele obriga na sua ininteligibilidade, que encontremos algo que o torne comensurável com o viver uma existência onde ele existe.

⁴ A análise de Paul Ricoeur sobre Aristóteles em *da Interpretação*, traz a possibilidade de se fazer com as mesmas significações nominais, não somente uma afirmação e uma negação, mas também uma negação falsa, uma afirmação falsa, uma afirmação verdadeira e uma negação verdadeira e até mesmo absurdas. E é esta possibilidade e poder terrível e admirável da linguagem humana que abre a desproporção e por sua vez, a dualidade do entendimento e sensibilidade. Ver: RICOEUR, Paul. *Teoria da Interpretação*, Lisboa: Ed.70, 1976, p. 47.

Afinal, a experiência da imagem do mal enraíza-se no corpo dos homens e antecede a experiência da palavra, mas só podemos comunicar as sensações que nos acontecem quando fixamos em nós uma imagem que é uma forma de presença daquilo que já existiu como evento. “O ato de ver apanha não só a aparência da coisa, mas alguma relação entre nós e essa aparência.” (BOSI, 1983. p. 13).

A linguagem como expressão é um dizer de algo que pede para ser dito e é a temporalização do ser que emerge no tempo presente enquanto acontecimento do discurso. Mas, por outro lado, esse dito do dizer é uma instância discursiva, um ato de alguém que quer articular uma experiência e compartilhá-la. Desse modo, toda instância discursiva é rememoração, é um querer dizer algo que, enquanto experiência vivida é inesgotável e aponta sempre para um futuro possível do dizer. Quando tanto a palavra mágico-religiosa quanto a palavra racional são pronunciadas, a solidão da vida é, por um instante, iluminada pela luz comum do discurso. A linguagem, assim compreendida, permite uma abertura que diferencia a voz humana no mundo da *physis* pela entrada no plano da constituição de um sentido do ser e do viver e da configuração de mundos onde o habitar humano possa ser possível.

Referências bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio. *Infância e história*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- BOSI, Alfredo. *O ser e o tempo da poesia* São Paulo: Cultrix, 1983.
- CARNEIRO LEÃO, Emmanuel. *Filosofia Grega – uma introdução*. Rio de Janeiro: Daimon, 2010.
- DETIENNE, Marcel. *Os mestres da verdade na Grécia arcaica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- PLATÃO. *Diálogos*, vol. III –IV, *Protágoras*. Tradução de Carlos Alberto Nunes, Universidade Federal do Pará, 1980.
- RICOEUR, Paul. *Finitude et Culpabilité – La symbolique du mal*. Paris: Aubier, 1960.
- VIDAL-NAQUET, Pierre; RICOEUR, Paul; DETIENNE, Marcel; CHÂTELET, François. *Grécia e Mito*. Lisboa: Gradiva, 1988.
- LEÃO, Carneiro. *Filosofia Grega – uma introdução*. Rio de Janeiro: Daimon, 2010.

O TEMA DA VAIDADE NAS LÍNGUAS ESPANHOLA, FRANCESA E PORTUGUESA: ESTUDO DE SEMÂNTICA HISTÓRICA EM DICIONÁRIOS

Daniel Wanderson Ferreira
Professor Adjunto de História Moderna
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Doutor em História Social da Cultura PUC-Rio
daniel_ferreira_bhz@hotmail.com

Mannuella Luz de Oliveira Valinhas
Professora de Museologia
Universidade Federal de Ouro Preto
Doutora em História Social da Cultura PUC-Rio
mannuellaluz@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo propõe a leitura de definições do verbete *vaidade* em alguns dicionários nas línguas espanhola, francesa e portuguesa e, com isso, traça um estudo sobre as formas segundo as quais as línguas de matriz latina criaram um conceito de homem cuja ideia de vazio pôs um problema para a cultura cristã no Ocidente. Além disso, analisa-se como, entre os séculos XVIII e XIX, a tópica da vaidade alterou-se novamente, tendo em vista a emergência concepções subjetivas de vida e a noção de indivíduo.

Palavras-chave: vaidade; conceito de homem; Mundo Moderno latino

Abstract: This article proposes the reading of definitions of the word vanity in some dictionaries of Spanish, French and Portuguese languages, and thus a study is made of the forms according to which languages from Latin have created a concept of man whose idea of void poses a problem to the Occident's Christian culture. Moreover, it states that, between the eighteenth and nineteenth centuries, the idea of vanity changed again regarding the emergence of rather subjective conceptions of life rooted in the notion of the individual.

Keywords: vanity; concept of man; latin Modern World

Artigo recebido em: 15/06/2018
Artigo aprovado em: 21/09/2018

I

O estudo de verbetes em dicionários constitui um meio de se perceber as práticas sociais. Entretanto, esse registro apresenta limitações, visto que as formas de dizer encontram sentido em contextos de uso e expressão circunscritos, quando os atores sociais utilizam-nas na experiência cotidiana e ultrapassam os modos canônicos ou convencionais da linguagem. Como resultado, a coleta produzida por dicionaristas dá a ver, geralmente, tendências mais consolidadas de significados. Assim, a inserção nos dicionários dos deslocamentos dos significados ou mesmo das alterações mais evidentes e profundas nos sentidos das palavras podem ser, muitas vezes, percebidos como desvios da norma culta da língua. Contudo, nem se trata de erro nas formas de dizer (cf. BAGNO, 2011) nem se inviabiliza o estudo dos dicionários, daí buscarmos neles os indícios da genealogia que eles evidenciam tanto as formas orais da linguagem quanto as performances sociais que se relacionam com esses modos de dizer.

Os dicionários apresentam um modo performático específico da linguagem e isso implica o reconhecimento das estratégias de enunciação que lhes constitui. Trata-se, conforme explica Bakhtin, de perceber que o ato de enunciação é dialógico, pois somente Adão teria dito os nomes pela primeira vez e elaborado as estruturas frasais de modo inaugural. Todos os demais homens, de certa forma, participam de uma cadeia de perguntas, respostas e intervenções (BAKHTIN, 2000, p. 277-326). Além disso, há de ser perceber que o caráter performático é constitutivo da linguagem porque não se pode desvincular as formas de dizer dos modos segundo os quais os homens revelam-se no mundo e enfrentam os dilemas da existência. Segundo Nietzsche, tanto a fuga quanto a luta pela afirmação de si mostram-se como partes da presença dos homens no mundo, e nada mais são do que dois aspectos de uma mesma teatralidade ou ato performático. Por isso, é preciso escrever com sangue e fazer um esforço para evitar o espírito de plebe cuja característica fundamental se pauta pela fuga da existência e do enfrentamento da vida. Uma vez que fugir ou afirmar é um modo de se instituir, como gesto que, concomitantemente, institui a linguagem. Nem se pode escapar da performance que se dá a ver pela ação — seja ela de fuga ou de enfrentamento e afirmação —, nem se deve confundir a linguagem escrava com a livre, isto é, a forma de dizer lógica e linear com a

expressão ambígua e contraditória. “Aprendi a andar: desde então corro. Aprendi a voar: desde então, não quero ser empurrado para sair do lugar” (NIETZSCHE, 2011, p. 41).

É justamente porque os homens se apresentam pela linguagem em formas performáticas que o estudo de verbetes de dicionário pode ser visto em seus aspectos mais amplos. Quando se abandona o campo dos limites dos dicionários e se lida com a escritura em seus aspectos mais autônomos, percebem-se as possibilidades das formas de dizer e como se institui sentido ao mundo. Abandona-se também a ênfase nos limites dos vestígios que acessamos sobre a realidade.

Nesse sentido, tomamos como pista inicial para uma reflexão sobre a tópica da vaidade a leitura do *Dictionnaire d'étymologie française*, de August Scheler, publicado em 1862. Lançou-se ali uma pista sobre a origem latina do verbete, inicialmente indicando que esse termo passou ao francês a partir do provençal *van*, e encontra atualmente equivalência no latim a *vanus* por meio de uma derivação do verbete *vanitas*.¹ De igual maneira, o *Diccionario de la lengua castellana*, preparado pela Real Academia Española e publicado em 1739, apresentou que o termo *vanidad* emergiu da matriz latina *vanitas*.²

Não sabemos se o percurso genealógico dos verbetes em francês e espanhol foram remontados até sua origem latina porque os estudiosos de dicionário buscavam retomar esse deslizamento semântico, enfatizando a relação com o latim ou se lhes era desconhecido algum percurso histórico de período ainda mais remoto. Como se trata de uma questão que não pode ser desvelada em razão da falta de fontes, voltamo-nos para o argumento etimológico delineado por Ernout e Meillet, que indicam que o verbete latino *vanus* tem, por sua vez, relação com *uacō* e suas declinações *-ās*, *-āui*, *ātum* e *āre*, cujo significado vincula-se à noção abstrata de “estar vazio” e “estar vazio de”; “estar vacante, livre”; por conseguinte, “ter tempo para”. Desse modo, a tópica da vaidade liga-se ao mundo linguístico indo-europeu inicialmente como um

¹ Cf. VAIN (verbeta). SCHELER, Auguste. *Dictionnaire d'étymologie française d'après les résultats de la science moderne*. Bruxelles : Auguste Schnée, éditeur ; Paris : Librairie de Firmin Didot, Frères, Fils et C^{ie}, 1862. Em todas as citações, as grafias das palavras foram atualizadas para facilitar a leitura.

² Cf. VANIDAD (verbeta). *Diccionario de la lengua castellana en que se explica el verdadero sentido de las voces, su naturaleza y calidad, con las frases o modos de hablar, los proverbios o rephranus y otras cosas convenientes al uso de la lengua, dedicado ao rey nuestro señor don Phelippe V (que Dios guarde) a cuyas reales despensas se hace esta Obra. Compuesto por la Real Academia Española*. Tomo sexto. Madrid: Imprensa de la Real Academia Española, 1739.

enunciador numérico, melhor dizendo, uma expressão da ideia numérica de ausência de valor e da presença contábil.³ É daí que a matriz latina serviu de base para as línguas modernas na formação dos vocábulos *vanidad*, *vanidoso(a)* e *vano(a)*, no espanhol; *vain(e)*, *vanité* e *vaniteux(euse)*, no francês; e *vaidade* e *vaidoso(a)*, no português.⁴

Remontar esse caminho permite-nos, por um lado, fazer alguns questionamentos sobre o valor numérico ou a ausência contábil de unidade que aparece nessa cultura pela expressão de vazio. Essa indicação no ramo linguístico indo-europeu serve de pista a ser perseguida sobre o sentido do vazio e como ele era expresso em culturas tradicionais e agrárias. Por outro lado, por meio desses possíveis deslizamentos semânticos, podemos tomar como objeto de investigação as transformações sócio-históricas implícitas na tópica da vaidade e a partir daí, entendemos ser importante perceber, mesmo que na forma de um esboço, como a noção abstrata matemática deslizou para um sentido vinculado aos temas de caráter ético-moral.

No mundo cristão, a tópica da vaidade teve uma emergência ligada à ideia do homem decaído da condição de perfeição, ou seja, do homem em pecado. Segundo Paulo, em sua *Epístola aos Romanos* (8:20-21), “a criação ficou sujeita à vaidade, não por sua vontade, mas por causa do que a sujeitou”. Expressou-se, assim, o vínculo entre a queda, a ruptura humana com a perfeição do Ser e a imposição da vaidade como uma elemento inevitável. Ao mesmo tempo, ficou claro que essa falha inerente ao homem podia ser superada por meio da “esperança”, uma vez “que a mesma criatura será libertada da servidão da corrupção, para a liberdade da glória dos filhos de Deus”.

Essa ideia colocava em evidência as relações entre a cultura cristã e a filosofia helenística de Platão e Aristóteles, daí a tendência a ver a construção do monoteísmo hebraico como um elemento importante para a emergência da noção do Uno como parte do caráter sem movimento e demiúrgico de Deus. Segundo Etienne Gilson, no pensamento cristão medieval, a noção de movimento implica a ideia de ser, pois a existência do nada ou a negação do ser está logicamente relacionada com a impossibilidade de que haja qualquer movência. Ao mesmo

³ Cf. *UACŌ*, -ās, -āui, ātum e āre (verbete). ERNOUT, Alfred; MEILLET, Alfred. *Dictionnaire étymologique de la langue latine. Histoire des mots*. 3e édition, revue, corrigée et augmentée d'un index. 1e édition 1932. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1951.

⁴ Cf. INDO European Lexicon. Disponível em: <https://lrc.la.utexas.edu/lex/semantic/field/QN_EM>. Acesso em 01.abr.2013.

tempo, se o que se move é pleno, perfeito e acabado, logo, não há necessidade de haver mudança e, nesse sentido, o aristotelismo medieval entendeu o movimento como um modo de ser do homem, não um modo de ser de Deus. Essa perspectiva filosófica, sobretudo a partir de São Tomás de Aquino, lidou com as relações entre os conceitos de ser, unidade e movimento, consolidando na cultura filosófica do cristianismo medieval um rigor de pensamento que superava os dilemas da perspectiva grega, pois se evitava, rigorosamente, o conflito entre as noções de existência e essência. Como apenas Deus é o Ser e o Uno, sendo a fonte de movimento originário do múltiplo, somente Ele passou a ser visto como a existência e a essência. Isso não significava, segundo o pensamento inaugurado pelo cristianismo medieval em sua versão tomista, uma variação interna ao caráter da divindade. A rigidez lógica do pensamento filosófico impunha, ao contrário, a compreensão de haver uma projeção de Deus como criador — “No princípio criou Deus o céu e a terra” — em sua criatura e, desse modo, somente a divindade passou a ser vista como o Uno e o Ser. A criatura, por sua vez, tendeu a ser pensada pelo movimento e pela incompletude (GILSON, 2006, p. 122).⁵

Embora esse argumento aqui seja apenas esboçado e uma investigação das variações na cultura filosófica e no pensamento cristão medieval deva ainda ser objeto de análise mais atenta, o que ressaltamos é que o conceito de vazio, presente na tópica da vaidade, pode implicar a negação da unidade e, com isso, do Ser. A própria existência de Deus como fonte da Verdade e da Ideia, elementos de interseção entre as perspectivas helenística platônica e aristotélica e a judaico-cristã, compôs, no Ocidente, a ideia do homem decaído como uma figura supérflua. O problema é que a passagem do numeral ao aspecto ético-moral indicava um cruzamento perigoso, e nossa hipótese tenta perceber que a moldura geral da tópica da vaidade emergiu com uma tendência de se pensar que a vaidade não se refere apenas ao amor próprio ou ao amor de si, mas a um vício social: o amor do mundo, das efemeridades do mundo nas quais se encontra o homem na sua existência terrena. Para isso, a ideia do vazio implicava em um duplo sentido: por um lado, a existência como o elemento fundamental de Deus, o Uno, e por outro, o vazio como essa falta ou negação de Deus. Segundo as Escrituras, no livro de *Eclesiastes* (1:02-03), “tudo é vaidade. Que proveito tem o homem, de todo o seu trabalho, que faz debaixo do sol?”.

⁵ O versículo bíblico ao qual fizemos referência encontra-se em *Gênesis* 1:01.

No mundo hebraico e posteriormente judaico-cristão, a ideia de vaidade esteve, historicamente, vinculada a um qualificativo que abarca o mundo sem que Deus seja tocado por essa característica. A crise ou o risco era que aquilo que é efêmero pudesse se converter na ideia crítica de anulação da perspectiva do ser em movimento. Diante disso, entendemos haver uma possibilidade de que a noção do homem como o ser que tende à perfeição ao se aproximar de Deus fosse abalada.

O risco desse deslizamento semântico para a ideia de homem que foi se construindo no pensamento ocidental está vinculado, desde esses cruzamentos, à ideia de que a vaidade pudesse compor não o movimento da criatura na imperfeição, e sim, a ausência de movimento, o que é próprio ao vazio. Nesse caso, a forma numérica ou a negação do número poderia ser percebida como a ausência do Ser, o que, segundo a perspectiva essencialista, põe em xeque não apenas a divindade, mas o próprio homem, já que o homem é criatura e tem potencialidade de se elevar em virtude da participação da imagem divina.⁶ Por conseguinte, a ligação de *uacō* com *vanus* e daí a passagem para as línguas modernas conjuram, de modo implícito, a crise da noção de homem, dado que a ideia de homem no Ocidente está intimamente ligada à ideia de Deus.⁷ Porque Deus e homem participam de uma mesma forma, embora com disposições opostas — finito e o infinito, perfeito e imperfeito, verdade e aparência —, esse jogo dual constituiu a emergência da ideia de movimento do ser — a criatura — e sua elevação rumo à perfeição, como aproximação do Ser. Com a passagem da perspectiva numérica para o caráter ético-moral na tópica da vaidade, instalou-se a chance de o vazio, a negação do Uno, indicar tanto a negação do Ser quanto a impossibilidade do movimento de perfeição, ideia fundamental para a semelhança. Essas questões ainda não nos parecem completamente esclarecidas, muito embora nosso entendimento geral indique que esses deslizamentos semânticos constituem uma aposta

⁶ Para São Bernardo de Claraval, imagem e semelhança não são termos equivalentes, conforme explicam Bohener e Gilson. Cf. BOEHNER, Philotheus; GILSON, Etienne. *História da filosofia cristã*. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 284-285.

⁷ Chamamos à atenção para uma perspectiva historiográfica clássica que não percebe que o Renascimento não pôs em evidência o antropocentrismo. O pensamento cristão relaciona a divindade e o homem, pois apresenta o homem como ser criado à imagem e semelhança de Deus. Sobre o Renascimento, ver FERREIRA, Daniel Wanderson. A primeira viagem de Colombo rumo ao Poente: os medos e a ideia de homem no começo da Época Moderna. *Aletria: Revista de Estudos de Literatura*, v. 26, n. 1, p.131-155, jul. 2016. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/8894/9601>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

arriscada e que não pode ser entendida como casual, uma vez que tal reposicionamento impactou a forma de compreensão do homem.

II

Na virada dos séculos XVIII e XIX, ou seja, na passagem da Época Moderna para a contemporaneidade, outro segundo deslizamento semântico passou a constituir a tópica da vaidade, alterando-a substantivamente. Nesse momento, o vocábulo *vaidade*, que tendia a ser entendido como uma qualidade da humanidade ou do homem em um sentido geral, passou a estar relacionado com o homem em um sentido particular. O Padre D. Raphael Bluteau, em seu *Vocabulario Portuguez e Latino*, definiu:

“VAIDADE. Insuficiência, impermanência de coisa, que não tem ser sólido e durável. Escreveu Agrícola um livro douto sobre a vaidade das ciências. Considerando Salomão que caducas são as grandezas e felicidades do mundo, dizia repetidas vezes: *Tudo é Vaidade*. As vaidades do mundo, da terra e da glória humana. (...) Vaidade vã e falsa glória.

Vaidade. Ostentação que se faz de uma coisa, gloriando-se dela. (...) Fazer a vaidade de uma coisa. Estimá-la por coisa honorífica. Em muitos livros os Antigos faziam vaidade de cultivar a terra. Não se envergonha um filósofo de fazer vaidade de não se recear dessas coisas, e ter conhecido a falsidade delas?

Vaidade. Imoderado desejo de glórias, do louvor e das honras”.⁸

Ao enunciar que há vaidades vãs, Bluteau enfatizava que uma das modalidades dessa paixão estava relacionada à capacidade de ela se voltar sobre si mesma, sendo autorreflexiva. Entendemos que esse aspecto, embora não constitua a primeira camada da definição, permite-nos perceber a especificidade da ideia de vaidade no século XVIII, na língua portuguesa. A vaidade era compreendida como algo que envolvia todo o mundo, tocando os homens naquilo que eles possuem em comum como partes da humanidade. Vendo-a pelo movimento interno de uma fluidez que já não pode corresponder à propriedade do vazio, pois ela estava relacionada à impermanência de coisas, o entendimento da tópica da vaidade, em 1721, revelava um enfrentamento do risco que o deslizamento numérico contábil podia trazer ao termo. A escolha

⁸ VAIDADE (verbetes). BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero... autorizado em exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos, e offerecido a ElRey de Portugal Dom Joam V*. Lisboa: Officina de Pacoal da Sylva, 1721.

das formas de dizer feita pelos falantes da língua portuguesa havia sido baseada, assim, na oposição entre o que é sólido e o que é fluido, melhor dizendo, entre o permanente e o estável.

Em *Reflexões sobre a vaidade dos homens ou discursos morais sobre os efeitos da vaidade* (1752), Matias Aires explicou que amplitude do conceito de vaidade remete ao uso da tópica da brevidade da vida e fugacidade do mundo material. Fez referência ainda à origem e à continuidade do corpo social, sendo a vaidade percebida como uma causa dos laços entre os homens para viverem em sociedade. Para ele, tratava-se de enfatizar por meio da vaidade o princípio que dá início ao movimento que garante a vida do corpo social.

“O mundo, e a vida tudo é o mesmo; e quem há que sem loucura deixe de amar a vida? Tudo no mundo é vão, por isso a vaidade é a que move os nossos passos: para donde quer que vamos, a vaidade nos leva, e imos por vaidade. Mudamos de lugar, mas não mudamos de mundo”.⁹

Em seu tratado moral, Matias Aires recuperava e usava a ideia de vaidade não apenas como amor de si, mas também como apego dos homens ao juízo que os homens fazem uns dos outros. Assim sendo, a forma autorreferencial servia-lhe para ver uma situação minimamente binária: a vaidade envolve pelo menos duas pessoas ou uma pessoa e ao menos um objeto do mundo, senão o mundo como um todo.

Embora o entendimento desse termo em Matias Aires se diferenciasse de Bluteau, eles se aproximavam em uma compreensão geral ao verem a vaidade em suas relações com o movimento. Como qualificativo de transitoriedade, tanto Bluteau quanto Matias Aires mostravam que, na língua portuguesa, a tópica da vaidade tendia a escapar da concepção de do vazio absoluto, e percebiam também que a ideia de *vaidade* aproximava-se da noção de se estar vazio ou estar ausente do Ser. Essa solução retomava a tópica da presunção conforme apresentada por São Tomás de Aquino, na medida em que via a atitude do homem que se apoiava sobre si mesmo e, portanto, sobre sua impotência, em detrimento de se alicerçar na potência divina, cuja natureza se pauta pela imutabilidade.¹⁰ O resultado era uma definição da tópica da vaidade segundo a leitura tomista naquilo que ela havia estabelecido como uma alternativa para lidar com a ideia do Ser, visto como imutável e perfeito — qualificativo da

⁹ AIRES, Matias. *Reflexões sobre a vaidade dos homens e Carta sobre a fortuna*. 1752. (Demais edições: 1761, 1778, 1786). Lisboa, INCM, 2005, aforismo 20. Optamos por apresentar o número do aforismo, o que permite ao leitor localizar o texto em qualquer uma das edições disponíveis.

¹⁰ Cf. AQUINO, Santo Tomás de. *Suma teológica, Secunda Secundae*, Questão 21: Da presunção, art.1, 1865.

potência divina —, em oposição ao movimento e instabilidade, próprio à criatura imperfeita, o homem, que em uma esperança desmedida, avalia a si mesmo como capaz de se estabilizar e alcançar a imutabilidade que não lhe é passível de conquista, senão em Deus.

Também no *Theatro moral de la vida humana, en cien emblemas*, publicado em 1701, a vaidade foi apresentada algumas vezes. No emblema 23, intitulado ‘A balança da amizade’, por exemplo, relacionou-se a vaidade ao tema da amizade ao serem representados dois amigos. Na figura, um homem traz consigo a virtude e o outro, a vaidade. Apesar dessa oposição de caráter entre eles, haja vista que virtude e vaidade “são coisas tão desconformes”, no comentário explicativo, deixou-se evidente que a resolução do conflito se dava pelo Amor, que era apresentado como “engenhoso”. Isso porque o Amor “se coloca na balança da parte mais fraca, e pondo-se a si mesmo em balança, ajusta o peso, e faz de dois contrários a mais estreita união, e de uma dissonância, a mais perfeita harmonia”.¹¹

Revelava-se, assim, que o amor era visto como uma paixão capaz de equilibrar, na relação de amizade, as paixões em suas diferenças, convertendo o vício em virtude. Parece-nos difícil, para não dizer anacrônico, pensar sobre essas imagens em um sentido menos tipificado e mais subjetivo, daí a noção tão precisamente geral dos emblemas.

A partir do século XIX, entretanto, o conceito de vaidade tendeu a fazer referência, cada vez mais, a um sentimento cuja aparência remetia ao indivíduo, servindo de indicativo de que a tópica da vaidade mudava paulatinamente de significado. No *Diccionario da Lingua Brasileira*, de 1832, o verbete vaidade ainda informava que o termo como “qualidade do que não tem permanência, vanglória. Ostentação. Desejo vão. Presunção vã de si próprio”.¹² Em o *Novo Diccionario da Lingua Portuguesa, recopilado de todos que até o presente se teem dado à luz, seguido de um diccionario completo dos synonymos portuguezes*, publicado em 1836, José da Fonseca já apresentou tanto o verbete substantivo *vaidade* quanto o adjetivo *vaidoso*:

“VAIDADE, fumaças, fumos, presunção, vanglória — impermanência — alarde, jactância, ostentação — desvanecimento, ufanía — altivez, soberba — ambição.

¹¹ “cosas tan desconformes (...) Pero el Amor que es ingenioso, arrimandose à la parte mas flaca, y poniendose à si mismo en balanza, ajusta el peso, y hace de dos contrarios las mas estrecha union, y de una dissonancia, la mas perfecta harmonia”. *Theatro moral da vida humana, en cien emblemas con el enchiridon de epicteto y la tabla de Cebes*. Amberes: H. y C. Verdussen, 1701, p.46.

¹² VAIDADE (verbeta). PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

VAIDOSO, inchado, orgulhoso, vanglorioso, vão — desvanecido, jactancioso, presumido — fastoso — brioso”.¹³

Em 1871, no *Diccionario dos synonymos poetico e de epithetos da Lingua Portuguesa*, Roquete e Fonseca, por sua vez, definiram *vaidade* junto com *jactância*.

“A *jactância* é a linguagem da *vaidade*, é o instrumento de que esta se serve para dar-se a conhecer. O fim da *jactância* é elevar-se; o da *vaidade* é ofuscar aos demais.

A *jactância* manifesta-se por meio de palavras e ações, anuncia um amor próprio excessivo, e merece o desprezo dos homens sensatos. A *vaidade* vale-se do traje particular do indivíduo, manifesta-se no ar entonado e maneiras altivas, pretende fazer-se superior a todos, e faz-se a credora do seu ódio.

A *jactância* torna-se ridícula; a *vaidade* degenera em mania; a primeira causa riso, a segunda ofende”.¹⁴

Ao deixarem bem evidenciado que o verbete *vaidade* tendia a estar ligado a uma característica subjetiva dos indivíduos, Roquete e Fonseca mostraram ainda que, no fim do século XIX, a tópica da vaidade passava a ser explicada em termos sentimentais. Ficava manifesta a diferença marcante entre a ideia de vaidade que emergira com a ascensão do mundo burguês e aquela forma que se vinculava à sociabilidade que perdurou no mundo latino ocidental até aproximadamente o século XVIII.

O novo sentido semântico que se produzia de *vaidade* tendia cada vez mais a se relacionar com as formas subjetivas de experiência da vida. Enquanto as paixões deixavam-se perceber pelas tipologias relacionadas ao universo ético do Belo, passava-se mais facilmente à ideia de homem e de mundo em que *paixão* e *passividade* associavam-se. Com isso, o contraste entre *actio* e *passio* — a primeira camada de entendimento de *passio* e que, na tradição, mostrava-se em oposição à *ratio* —, tinha uma certa lógica ou uma transparência aparente para o que se queria expressar sobre o mundo, já que a paixão ligava-se a essa concepção de se participar de uma forma geral, típica, e que possuía os homens. Contudo, a nova experiência da vaidade fez-se pelo deslocamento em direção aos sentimentos e, assim, deixava ver como a sociedade latina ocidental escolhia uma nova forma de dizer para expressar como os homens compreendiam a si mesmos e ao mundo. Tornava-se paulatinamente menos possível enunciar o sofrimento, o suplício ou o estado daquilo que nos acomete, enfim, dizer da paixão — do

¹³ VAIDADE, VAIDOSO (verbetes) FONSECA, João da. *Novo Diccionario da Lingua Portuguesa, recopilado de todos que até o presente se teem dado à luz, seguido de um diccionario completo dos synonymos portuguezes*. Pariz: J.-P. Aillaud, 1836.

¹⁴ 573. — JACTÂNCIA, VAIDADE (verbe). ROQUETTE, J. I.; FONSECA, José da. *Diccionario dos synonymos poetico e de epithetos da Lingua Portuguesa*. Pariz: J.-P. Aillaud, Guillard e Cia, 1871.

latim *pătior*, *passus sum*, *păti*, homônimo grego πάθος (*pathos*) —, vinculando-a à tópica da vaidade, pois isso era um indício de uma ação extemporânea e externa ao indivíduo, como se o homem fosse tocado por um mundo de percepções verdadeiras fora dele mesmo e que era comum a todos os homens.¹⁵ Ainda que esse tipo de entendimento não tivesse ainda desaparecido — o que deveria ser melhor estudado, tendo em vista a importância da cultura cristã, no Ocidente, e os modos de como se misturaram com as formas laicas de sociabilidade —, Roquette e Fonseca explicaram a *vaidade* como um sentimento. O vocábulo *sentimento*, oriundo do indo-europeu *sent-*, liga-se à ideia de se tomar a direção de ou de ir para. No latim, *sentio* faz referência ao ato de se perceber pelos sentidos, pela inteligência.¹⁶ Por isso, o sentimento ocupa, em primeiro lugar, um caráter ativo e interior — em oposição à passividade da paixão —, e, desse modo, entendemos a definição correlacionada que Roquette e Fonseca propuseram como reveladora da nova compreensão que emergia naquele momento. Para eles, a arrogância podia constituir a linguagem ou a forma de expressão do homem vaidoso ou, como explicaram os estudiosos no dicionário de 1871, tratava-se da vaidade que se revelava em cada homem, mostrando o interior do homem que se podia ver em gestos.

Desde a edição de 1739, nas edições do *Diccionario de la lengua castellana*, apresentou-se o verbete *vanidad* seguido de *vanidoso* — “o que tem vaidade, e a dá a conhecer”. Para a Real Academia Española, os vínculos genéticos do termo eram provenientes do latim *vanus* e se relacionavam a *gloriosus*.¹⁷ Porém, em 1817, houve uma mudança nessa definição genética,

¹⁵ Cf. PASSION (verbeta). SCHELER, Auguste. *Dictionnaire d'étymologie française d'après les résultats de la science moderne*. Bruxelles : Auguste Schnee, éditeur ; Paris : Librairie de Firmin Didot, Frères, Fils et Cie, 1862 ; PĂTIOR (verbeta). GAFFIOT, Félix. *Dictionnaire Latin Français*. Paris: Hachette, 1934. Erich Auerbach explica também os intercruzamentos da ideia de paixão na cultura ocidental, partindo da forma greco-romana, sobretudo tomando o conceito a partir dos estoicos, e como essa noção ganhou novas conformações com o mundo cristão medieval. Cf. AUERBACH, Erich. Apêndice *Gloria passionis*. In: *Ensaio de literatura ocidental*. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2007, p. 77-95.

¹⁶ Sobre a formação do vocábulo sentimento em sua matriz indo-europeia, cf. SENTIŌ (verbeta). ERNOUT, Alfred; MEILLET, Alfred. *Dictionnaire étymologique de la langue latine. Histoire des mots*. 3e édition, revue, corrigée et augmentée d'un index. 1e édition 1932. Paris : Librairie C. Klincksieck, 1951; Root / lemma: *sent-* (verbeta), <<https://academiaprisca.org/indoeuropean.html>>. Acesso em 29.ago.2018; *sent-* (verbeta). <<https://irc.la.utexas.edu/lex/master/1696>>. Acesso em 29.ago.2018. O radical latino, cf. SENTIŌ (verbeta). GAFFIOT, Félix. *Dictionnaire Latin Français*. Paris: Hachette, 1934.

¹⁷ “El que tiene vanidad, y la da á conocer”. VANIDOSO, SA (verbeta). *Diccionario de la lengua castellana en que se explica el verdadero sentido de las voces, su naturaleza y calidad, con las frases o modos de hablar, los proverbios o rephranus y otras cosas convenientes al uso de la lengua, dedicado ao rey nuestro señor don Phelippe V (que Dios guarde) a cuyas reales despensas se hace esta Obra. Compuesto por la Real Académia Española*. Tomo sexto. Madrid: Imprensa de la Real Académia Española, 1739.

e o termo *gloriosus* deu lugar a *superbus*, que passou a dar a tônica de sentido do vocábulo *vanidoso*, de função adjetiva. Com essa mudança, indicou-se um deslizamento de sentido na definição que se manteve, pelo menos, entre 1739 e 1803.

No século XIX, revelou-se um crescente processo de secularização da vida social e a pista de apresentação de um novo termo correlato para expressar o vocábulo *vaidade* serve-nos como um indicativo dessa mudança. O termo espanhol *glorioso(a)*, proveniente do latim *gloriosus*, diferentemente de *superbus*, faz referência a uma pessoa, esse vocábulo trazia implícito uma origem mística.

“GLORIOSO, SA. adj. Ilustre, famoso, digno de honra, louvor e recomendação. (...)

GLORIOSO. Significa também o que está gozando a glória dos bem aventurados, e assim se diz: a GLORIOSA Virgem Maria, o GLORIOSO S. Francisco, & c”.¹⁸

No caso de *superbus* (latim) ou *soberbio* (espanhol), ainda que a noção de que havia um defeito de caráter de alguém fosse mantida, as relações correlatas entre *soberbio* e *vaidade* serviam para indicar um apagamento de vínculo com a divindade cristã. Por isso, parece-nos importante perceber como essa mudança serve de indício para se entender um traço mais secular na tópica da vaidade segundo os modos de dizer em espanhol. “SOBERBIO, BIA. adj. O que tem soberba, ou se deixa levar por ela. *Superbus*. SOBERBIO. Altivo, arrogante e elevado”¹⁹, esses são os termos e relações para a nova definição e, mesmo que pouco se possa dizer sobre as formas mais sociais e a amplitude do processo de secularização, tal aspecto não deve ser desconsiderado.

A relação da Península Ibérica com a religiosidade cristã católica resultou em uma compreensão mais universalista das formas de expressão e do pensamento filosófico, sendo

¹⁸ “GLORIOSO, SA. adj. Ilustre, famoso, digno de honor, alabanza y recomendación. (...)GLORIOSO. Significa también el que está gozando la gloria dos bien aventurados, y así se dice: la GLORIOSA Virgen María, el GLORIOSO S. Francisco, & c”. *Diccionario de la lengua castellana en que se explica el verdadero sentido de las voces, su naturaleza y calidad, con las frases o modos de hablar, los proverbios o rephranus y otras cosas convenientes al uso de la lengua, dedicado ao rey nuestro señor don Phelippe V (que Dios guarde) a cuyas reales despensas se hace esta Obra. Compuesto por la Real Acadèmia Española. Tomo quarto. Madrid: Imprensa de la Real Acadèmia Española, 1734.*

¹⁹ “SOBERBIO, BIA. adj. El que tiene soberbia, ó se deja llevar de ella. *Superbus*. SOBERBIO. Altivo, arrogante y elevado”. *Diccionario de la lengua castellana en que se explica el verdadero sentido de las voces, su naturaleza y calidad, con las frases o modos de hablar, los proverbios o rephranus y otras cosas convenientes al uso de la lengua, dedicado ao rey nuestro señor don Phelippe V (que Dios guarde) a cuyas reales despensas se hace esta Obra. Compuesto por la Real Acadèmia Española. Tomo sexto. Madrid: Imprensa de la Real Acadèmia Española, 1739. Encontramos a mesma referência nas edições de 1817 e 1822.*

interessante notar que o deslizamento não se deu tanto no rumo de se exprimir um movimento interno e autônomo do indivíduo. De um lado, a ideia de glorioso aplicava-se a santos ou a Deus e, por isso, estava relacionada ao mundo elevado da mística cristã. Ao se expressar o termo *vaidade* pela noção correlata proveniente da palavra latina *superbus*, encontrava-se um modo de dizer que lidava com a arrogância, um dos defeitos de caráter que se liga à vaidade — dificilmente é possível desvincular de modo categórico essa ideia do resultado do pecado, daí nossa percepção do conflito inerente ao lugar genealógico da emergência de *vanidoso*. Justamente em razão da religiosidade ibérica, parece-nos que a tópica da vaidade estava mais presa, de outro lado, à missão apostólica, sendo valorada positivamente a construção de uma retórica construída em tópicos que guardavam uma pretensão de universalização e que se encarnavam, sobretudo, nesse programa de universalismo cristão definidos de acordo com os preceitos da neo-escolástica, conforme ela ganhou destaque na Época Moderna.

Em Portugal, mas com ampla influência na Península Ibérica, os marcos retóricos e as regras da filosofia remontavam à reforma da Universidade de Coimbra, quando se estabeleceram as Regras do Professor de Filosofia, no século XVI. Na *Ratio Studiorum*, texto datado de 1599, a Companhia de Jesus recompunha as regras para a leitura do texto aristotélico original, estudando as variações e os sentidos que lhe foram acrescentados pela tradição. A partir daí, adequou-se o texto, tendo em vista os debates apresentados pelos modernos. Esse procedimento de restabelecimento de Aristóteles deu-se pela incorporação do tomismo, mas também pela leitura, em alguma medida, dos modernos. Delineou-se claramente um humanismo cristão, e isso se mostrou bastante evidente no século XVIII, quando o debate racionalista e lógico-demonstrativo, feito à moda de Descartes, despontou como um dos elementos promotores da decadência desse Método Jesuíta de ensino e filosofia (CERQUEIRA, 2011, p.163-192).

Na França, esse caminho de constituição de um tipo mais individualizado e subjetivista participou do processo de se compor a noção de *vaidade* e teve emergência, de algum modo, em período anterior à experiência vivenciada na Península Ibérica. Parece-nos ainda que isso se deu em uma direção diversa daquela que aconteceu nas línguas portuguesa e espanhola. No *Dictionnaire François-Latin, augmenté*, publicado em 1573, o termo *vanité* já comportava uma possibilidade mais personalizada concepção de homem:

“Vaidade, Vanitas, Futilitas. Envaidecer, Se perder & se tornar nada. Ronsard. Vanescere. Se Envaidecer, lactarese, Venditare, Se assemelhar e ser razoável de se [...] vender, de venditare. Se envaidecer loucamente, Exultare”.²⁰

Em 1697, no *Dictionnaire de l'Académie française*, a vaidade foi indicada como uma expressão da inutilidade e da pouca solidez. Além disso, apresentou-se o orgulho e a presunção como um dos componentes da vaidade. Assim, o movimento de consolidação da tendência de se ver a tópica da vaidade a partir da subjetividade ou de um traço que, minimamente, estava relacionado ao homem ganhou força.

A complexidade do problema reside na compreensão dos sentidos do que significava socialmente essa ideia de subjetividade e em que grau ela existia, daí deixarmos apenas pistas das possibilidades das transformações, sem que sejamos ainda capazes aqui de delinear múltiplos caminhos do que essas mudanças indicavam. Se, por um lado, a tradição humanista vinha, sobretudo desde Montaigne, delineando na língua francesa um conjunto de referências ambíguas e que de modo conflitante, mostravam um esforço para se provocar um outro debate sobre a ideia de homem, por outro lado, ainda é bastante complicado lidar com a pluralidade de propostas e percebê-las, de forma mais assertiva. Isso porque essas concepções tão conflitantes e díspares não deixavam necessariamente claro se elas tendiam a indicar um sentido mais geral de homem — o homem como espécie ou conjunto de homens ou o homem como tipo que era a criatura moldada por Deus — ou o homem em sua subjetividade. Mesmo com a proposta de Descartes e seu *cogito ergo sum*, que trouxe uma novidade ao enunciar uma relação entre sujeito e objeto — *subj-jacere* indica que se trata do que está encoberto abaixo e *ob-jacere* faz referência ao que se lança contra —, apenas nos é deixado ver, caso sejam acompanhadas somente as linhas de força amplas e de modo geral. A complexidade das relações e dos dilemas enfrentados no processo de construção das formas de dizer sobre o homem e de mundo, e, principalmente, dos impasses para se pensar sobre a relação entre homem e mundo que

²⁰ “Vanité, Vanitas, Futilitas. Vanoier, Se perdre & devenir en rien. Ronsard. Vanescere. Se Vanter, lactarese, Venditare, Se semble e stre raisonnable de se [...] venter, de venditare. Se vanter follement, Exultare”. *DICIONNAIRE François-Latin, augmenté Outre les précédentes impressions d’infinies Dictions Françaises, spécialement des mots de marine, venerie et faulconnerie. Reccueilli des observations de plusieurs hommes doctes: entre autres de M. Nicot Conseiller du Roy et Maitres des Requettes de l’hostel, et reduites à la forme et perfection des Dictionnaires Grecs et Latins*. Paris: Jaques de Puys, 1573. Não conseguimos ler a palavra entre colchetes [...] em razão de uma falha tipográfica.

emergiam no começo da França clássica não é, enfim, simples e pode ser resolvida tranquilamente, e o risco é uma compreensão bastante comprometida ou anacrônica.

No mundo moderno, a crise do nominalismo trazia fissuras às concepções ocidentais e as dimensões internas e externas ao homem, naquilo que dele é específico como indivíduo, e geral, como um ser participante de uma mesma identidade como criatura ou filho de Deus, estavam sendo discutidas e colocadas em xeque.²¹ A consideração sobre a forma de expressão produzida por cada homem em seu universo interior relacionava-se com a ideia de vaidade naquilo que tocava à paixão e, na medida em que retomamos a observação inicial feita por Descartes sobre a necessidade de uma investigação sobre o que é corpo e o que é alma, percebemos que a própria ideia de paixão era revisada. Descartes, no tratado intitulado *As paixões da alma*, publicado em 1649, ao lidar com essas dimensões, tomou como ponto de partida de seu argumento a insuficiência da tradição.

“o que os antigos ensinaram [sobre as paixões] tão pouca coisa, e para a maior parte tão pouco crível, que eu não posso ter nenhuma esperança de aproximar da verdade senão distanciando-me dos caminhos que eles seguiram”.²²

La Rochefoucault, por sua vez, em suas *Máximas*, aprofundou a temática da vaidade, explicando-a a partir de várias relações: “A virtude não irá tão longe se a vaidade não a faz companhia” ou “A vaidade, a vergonha, e sobretudo o temperamento fazem o valor dos homens, e a virtude das mulheres”. Se a ideia de valores éticos como medidas dos homens apareciam-lhe em várias máximas e podiam ser pensadas a partir das noções de paixão, isso ganhou outras nuances na medida em que La Rochefoucault afirmou que “qualquer pretexto que nós damos

²¹ Além da leitura dos próprios textos clássicos de Rabelais, Montaigne, Gassendi, Calvino e Descartes, para citar apenas alguns, há uma vasta bibliografia sobre o tema. Embora se refira propriamente a Michel de Montaigne, indicamos como referência a análise de Telma Brichal, sobretudo porque ela se voltou especificamente para a discussão do *eu*. Cf. BIRCHAL, Telma de Souza. *O eu nos Ensaios de Michel de Montaigne*. Belo Horizonte: UFMG, 2007. Para uma leitura introdutória geral do tema, cf. BELAVAL, Yvon (org.). *Histoire de la philosophie, II vol. I, La Renaissance, l'âge classique*. Paris: Gallimard, 2005.

²² “ce que les anciens en ont enseigné est si peu de chose, et pour la plupart si peu croyable, que je ne puis avoir aucune espérance d'approcher de la vérité qu'en m'éloignant des chemins qu'ils ont suivis”. DESCARTES, René. *Les passions de l'âme*. in *Œuvres et lettres*. Bibliothèque de la Pléiade. Édition d'André Bridoux. Paris: Gallimard, 1953, p.693.

às nossas aflições, apenas e geralmente o interesse e a vaidade que os causam”.²³ Assim, ao conjugar as aflições em um sentido ativo e interno ao sujeito com o interesse e a vaidade, apresentados como objeto, reverteu o conceito de sujeito em objeto ou, minimante, La Rochefoucault voltou à dimensão indeterminada de quem ocupa o primeiro plano na forma das correlações de termos definidores de *vaidade*, em semelhança às reflexões sobre o valor do sujeito e do verbo. Na *Gramática do Port-Royal*, Arnauld e Lancelot explicaram que

“a afirmação, como concebida, pode também ser atributo do verbo, como no verbo *affirmo*, que significa duas afirmações, um das quais diz respeito à pessoa que fala e a outra à pessoa de quem se fala, seja de si mesma seja de outra, Pois, quando digo: *Petrus affirmat, affirmat* é o mesmo que *est affirmans*; então *est* indica minha afirmação, ou o julgamento que faço em relação a Pedro, e *affirmans*, a afirmação que concebo e atribuo a Pedro”.²⁴

Nessas ambivalências, o verbo, como atributo de afirmação, converte-se em “designação da pessoa, do número e do tempo”.²⁵ Com isso, subverteu-se a ideia ativa de sujeito pela subjugação do sujeito ao verbo por suas declinações, tal como na máxima de La Rochefoucault os termos *aflições*, *interesse* e *vaidades* misturavam-se, e a designação de *aflições* por meio do pronome possessivo *nossas* servia para indicar, concomitantemente, os aspectos mais indeterminantes e aqueles determinantes que compunham as tais aflições. Dito de outro modo, fazia-se, ao mesmo tempo, referência a aflições de todos os homens e, ou àquelas que os homens constituem, individualmente, como uma experiência interior.

Na quarta edição do *Dictionnaire de l'Académie française*, datada de 1762, ao se apresentar o vocábulo *vaidade* em associação com a ideia de “amor próprio”, evitou-se a relação

²³ “La vertu n'irait pas si loin si la vanité ne lui tenait compagnie”; “La vanité, la honte, et surtout le tempérament, font souvent la valeur des hommes, et la vertu des femmes”; “Quelque prétexte que nous donnions à nos afflictions, ce n'est souvent que l'intérêt et la vanité qui les causent.” DE LA ROCHEFOUCAULD, François. *Réflexions ou sentences et maximes morales*. Paris: Claude Barbin, 1665, respectivamente as máximas 200, 220 e 232. Indicamos as máximas pelos números para que o leitor possa, facilmente, encontrá-las em qualquer edição que consulte.

²⁴ ARNAULT, Antoine; LANCELOT, Claude. *Gramática do Port-Royal ou Gramática geral e razoada, contendo os fundamentos da arte de falar, explicados de modo claro e natural; as razões daquilo que é comum a todas as línguas e das principais diferenças ali encontradas etc.* Tradução: Bruno Fregni Bassetto; Henrique Graciano Murachco. [1660]. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p.86. Infelizmente não tivemos acesso a esse texto no original e nos desculpamos pela citação traduzida.

²⁵ ARNAULT, Antoine; LANCELOT, Claude. *Gramática do Port-Royal ou Gramática geral e razoada, contendo os fundamentos da arte de falar, explicados de modo claro e natural; as razões daquilo que é comum a todas as línguas e das principais diferenças ali encontradas etc.* Tradução: Bruno Fregni Bassetto; Henrique Graciano Murachco. [1660]. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p.86.

clássica. É que na tradição, a correlação mais corrente lida com as noções de orgulho e presunção.

“VAIDADE. s.f. Inutilidade, pouca solidez. Tudo é apenas vaidade no mundo. A Escritura diz, Vaidade das vaidades, & tudo é vaidade. Desprezar as vaidades do mundo. Ele voltou das vaidades do mundo.

Significa também, Amor próprio que vem das coisas frívolas ou estanhas à pessoa que as aproveita. A vaidade é uma marca de pequenez de espírito. A vaidade o perdeu. Fez vaidade de seu nascimento, de tudo o que ele tem”.²⁶

Mesmo que o sujeito sofra a ação de um afeto e de uma paixão, mesmo que a noção clássica da tradição cristã ainda estivesse presente, em um indício de que a tópica ainda se mantinha em contato com os valores mais próximos do Ocidente em sua dimensão mística, o processo mais subjetivista que emergia em função da noção de amor próprio parece-nos um indicativo da ambiguidade do termo, ainda no século XVIII. Nessa direção, os afetos deslizavam-se nos sentidos e compunham as concepções de valores universais. Tratava-se de uma novidade na dinâmica social que conjugava a noção de individualização com uma representação atemporal e maior, comum a todos os homens e conformando o homem ou a humanidade. Além disso, em semelhança ao sentido semântico apresentado no *Dictionnaire critique de la langue française*, publicado entre 1787 e 1788, o conceito de *vaidade* se mostrava cada vez mais relacionado às coisas inúteis e ao mundo, mas também e, sobretudo, à ideia de *faire vanité*, como um modo de se referir ao nascimento, e a partir daí, ao sentimento de pertencimento a tudo aquilo que o homem tem, seus vínculos sociais.²⁷ Assim, a origem social e o nascimento mostravam-se como um dos pontos de apoio para a capacidade de fazer e se construir pelo orgulho. É justamente essa forma aquela que julgamos fundamental para a composição e os deslizamentos de emergência do sentimento em detrimento das paixões, na língua francesa e isso pode ser analisado pelas transformações que a noção de *romance* passa no fim do século XVIII e como esse debate conjurou uma discussão sobre a noção de

²⁶ “VANITÉ. s.f. Inutilité, peu de solidité. Tout n'est que vanité dans le monde. L'Écriture dit, Vanité des vanités, & tout est vanité. Mépriser les vanités du monde. Il est revenu des vanités du monde. Il signifie aussi, Amour propre qui vient de choses frivoles ou étrangères à la personne qui s'en prévaut. La vanité est une marque de petitesse d'esprit. La vanité l'a perdu. Il fait vanité de sa naissance, de tout ce qu'il a”. *Dictionnaire de l'académie française*. Quatrième édition. Tome seconde. L—Z. Paris: Veuve de Bernard Brunet, 1762.

²⁷ Cf. VANITÉ (verbe). FERRAUD Abbé. *Dictionnaire critique de la langue française*. Tome troisième. Marseille : Jean Mossy, Père et Fils, 1788.

personagem, o entendimento estético do que era a realidade e sua representação, e as estratégias utilizadas na escrita ficcional.²⁸

III

A secularização engendrada ao longo da Época Moderna constituiu-se como um passo capaz de fazer com que a tópica da vaidade, classicamente entendida como um aspecto negativo, ganhasse uma nova forma. Isso não implicou, certamente, o apagamento completo das matrizes indo-europeias e, sobretudo, dos dilemas enfrentados com o cruzamento com a cultura judaico-cristã. Porém, ao se converter a paixão negativa, isto é, a ideia de ser possuído por um defeito, uma falha ou uma falta, em um orgulho de si que poderia servir à coesão social, os homens passaram a expressar uma nova forma de se verem. Nesse novo modo de dizer, as forças plurais e conflitantes que compõem as línguas neolatinas permitiram que se enfrentasse de modo mais arriscado a noção de vazio, inclusive para que a feitura da existência desse origem à ideia de uma afirmação de si sem que qualquer divindade estivesse em questão. Está aí, novamente, outro limite de uma reflexão que aqui não se encontra desenvolvida e, se a enunciamos, é apenas para expressar que essa conversão da vaidade em valor positivo parece-nos indicar uma possibilidade para se entender como na modernidade o conceito de homem — esse ser que tradicionalmente havia sido composto em uma relação dual com a divindade — passa a implicar a ideia de autoinstiuição. Segundo Castoriadis, trata-se de uma possibilidade de entender o homem, o mundo e a sociedade por meio da capacidade criativa do homem de fabricar a si mesmo, dando sentido à existência à medida que o próprio homem se constrói (cf. CASTORIADIS, 1999). É desse modo que, no limite da passagem da Época Moderna para a experiência da modernidade, o vazio como uma negação de Deus poderia ser visto — arriscamo-nos a dizer como uma hipótese a ser investigada —, como um encontro com o vazio,

²⁸ Trata-se de um amplo debate que perpassa a segunda metade do século. Deixamos duas análises em francês como referência introdutória, e um artigo em português que pode dar pistas a quem quer acessar essa discussão ou procura algum artigo publicado em português. Cf. DELON, Michel, Procès de la rhétorique, triomphe de l'éloquence (1775-1800) (p. 1001-1017). In FUMAROLI, Marc (org.). *Histoire de la rhétorique dans l'Europe moderne (1450-1950)*. Paris: Presses Universitaires de France, 1999; SOUILLER, Didier. *La nouvelle em Europe de Boccace à Sade*. Paris: Presses Universitaires de France, 2004; FERREIRA, Daniel Wanderson. O pensamento de Sade nos limites retórico-filosóficos da Época Moderna. *Cadernos De Ética E Filosofia Política*, 1(26), 144-158, 2015.

a falta de matéria e, dobrando o nada em ser, melhor dizendo, enfrentando a falta e o limite pelo valor da contradição, constituir-se não o homem que Ocidente até então engendrou, mas um novo homem, aquele capaz de sentir porque se coloca como a autorreferência ou, melhor dizendo, o homem cuja entendimento de si somente advém pela possibilidade mais ampla do vazio. Quando há o nada, pode-se construir o novo, não por uma inversão do infinito, mas pela força de encontrar em si mesmo, dentro do próprio homem, o vazio que faça com que o *fiat lux* seja a vontade de potência pura. Trata-se, obviamente, de uma outra investigação que demandaria tanto o estudo de verbetes mais atuais quanto de uma aproximação com outras formas de dizer. Isso sem falar do limite do que nos propusemos pensar e do conjunto de perguntas muito novas às quais não podemos senão afirmar como uma ideia vaga de caminho futuro. A questão que nos parece importante, entretanto, diz respeito não à da morte do homem, mas ao nascimento de um novo conceito de homem que não lida com a conversão da vaidade em virtude, e sim desliza a carga semântica da vaidade, vendo-a como um começo e como possibilidade para uma nova existência.²⁹ O resultado, enfim, permitiria pensar em um mergulho no vazio como um encontro com as possibilidades que a ausência de matéria propicia ao homem ocidental como uma nova chance ou um novo começo.

²⁹ Principalmente a partir de Nietzsche, a ideia da morte do homem constitui-se como uma tópica bastante recorrente na tradição filosófica contemporânea. Apenas como provocação e pelo impacto da reflexão feita, parece-nos relevante pensar na forma como Michel Foucault investigou a temática. Cf. FOUCAULT, Michel. *Les mots et les choses*. In *Œuvres, tome I*. Bibliothèque de la Pléiade. Paris: Gallimard, 2015, p.1456-1457.

Fontes e referências bibliográficas

AIRES, Matias. *Reflexões sobre a vaidade dos homens e Carta sobre a fortuna* [1752]. (Demais edições: 1761, 1778, 1786). Lisboa, INCM, 2005.

AQUINO, Santo Tomás de. *Suma teológica, Secunda Secundae*. Disponível em: <<http://www.corpusthomicum.org/>>. Acesso em 29.ago.2018.

ARNAULT, Antoine; LANCELOT, Claude. *Gramática do Port-Royal ou Gramática geral e razoada, contendo os fundamentos da arte de falar, explicados de modo claro e natural; as razões daquilo que é comum a todas as línguas e das principais diferenças ali encontradas etc.* Tradução: Bruno Fregni Bassetto; Henrique Graciano Murachco. [1660]. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

AUERBACH, Erich. *Ensaio de literatura ocidental*. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2007.

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico*. São Paulo: Loyola, 2002.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso (p.277-326). In *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero... autorizado em exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos, e offerecido a ElRey de Portugal Dom Joam V*. Lisboa: Officina de Pacoal da Sylva, 1721.

BOEHNER, Philotheus; GILSON, Etienne. *História da filosofia cristã*. Petrópolis: Vozes, 2009.

CASTORIADIS, Cornelius. *Institution imaginaire de la société*. Paris: Seuil, 1999.

CERQUEIRA, Luiz Alberto. A ideia de filosofia no Brasil, *Revista Filosófica de Coimbra*, v. 39, p. 163-192, 2011.

DE LA ROCHEFOUCAULD, François. *Réflexions ou sentences et maximes morales*. Paris : Claude Barbin, 1665.

DESCARTES, René. Les passions de l'âme [1649]. in *Œuvres et lettres*. Bibliothèque de la Pléiade. Édition d'André Bridoux. Paris: Gallimard, 1953, p.693.

DICCIONARIO de la lengua castellana en que se explica el verdadero sentido de las voces, su naturaleza y calidad, con las frases o modos de hablar, los proverbios o rephranus y otras cosas convenientes al uso de la lengua, dedicado ao rey nuestro señor don Phelippe V (que Dios guarde) a cuyas reales despensas se hace esta Obra. Compuesto por la Real Academia Española. Tomo sexto. Madrid: Imprensa de la Real Academia Española, 1739, 1817; 1822.

DICIONNAIRE de l'académie françoise. Quatrième édition. Tome seconde. L—Z. Paris: Veuve de Bernard Brunet, 1762.

ERNOUT, Alfred; MEILLET, Alfred. *Dictionnaire étymologique de la langue latine. Histoire des mots.* 3e édition, revue, corrigée et augmentée d'un index. 1e édition 1932. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1951.

FERRAUD Abbé. *Dictionnaire critique de la langue française.* Tome troisième. Marseille : Jean Mossy, Père et Fils, 1788. VANITÉ (verbete).

FERREIRA, Daniel Wanderson Wanderson. A primeira viagem de Colombo rumo ao Poente: os medos e a ideia de homem no começo da Época Moderna. *Aletria: Revista de Estudos de Literatura*, v. 26, n. 1, p.131-155, jul.2016. Disponível em: <doi:http://dx.doi.org/10.17851/2317-2096.26.1.131-155.>.

FONSECA, João da. *Novo Dicionario da Lingua Portugueza, recopilado de todos que até o presente se tem dado à luz, seguido de um dicionario completo dos synonymos portuguezes.* Pariz: J.-P. Aillaud, 1836.

FOUCAULT, Michel. Les mots et les choses (p.1456-1457). In *Œuvres*, tome I. Bibliothèque de la Pléiade. Paris: Gallimard, 2015.

GAFFIOT, Félix. *Dictionnaire Latin Français.* Paris: Hachette, 1934.

GILSON, Etienne. *O espírito da filosofia medieval.* São Paulo: Martins Fontes, 2006.

INDO European Lexicon. Disponível em: <https://lrc.la.utexas.edu/lex/semantic/field/QN_EM>. Acesso em 01.abr.2013.

INDO-European Etymological Dictionary – Indogermanisches Etymologisches Woerterbuch (Jpokorny). Disponível em: <<https://academiaprisca.org/indoeuropean.html>>. Acesso em 29.ago.2018.

NIETZSCHE, Friedrich. *Assim falou Zaratustra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

ROQUETTE, J. I.; FONSECA, José da. *Diccionario dos synonymos poetico e de epithetos da Lingua Portugueza*. Pariz: J.-P. Aillaud, Guillard e Cia, 1871.

SCHELER, Auguste. *Dictionnaire d'étymologie française d'après les résultats de la science moderne*. Bruxelles: Auguste Schnée, éditeur; Paris: Librairie de Firmin Didot, Frères, Fils et Cie, 1862.

THEATRO moral da vida humana, en cien emblemas con el enchiridon de epicteto y la tabla de Cebes. Amberes: H. y C. Verdussen, 1701.

BIRCHAL, Telma de Souza. *O eu nos Ensaios de Michel de Montaigne*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

BELAVAL, Yvon (org.). *Histoire de la philosophie, II vol.1, La Renaissance, l'âge classique*. Paris: Gallimard, 2005.

UMA BIOGRAFIA SEM NINGUÉM: REFLEXÕES ACERCA DA BIOGRAFIA *GETÚLIO VARGAS: O PODER E O SORRISO* (2006)

Marcelo Hornos Steffens
Professor Associado I
Universidade Federal de Alfenas
Doutor em História
Universidade Federal de Minas Gerais
mhornossteffens@gmail.com

Resumo: O presente texto discute a biografia *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*, do historiador Boris Fausto (2006). Busca-se analisar no conteúdo da biografia suas aproximações e distanciamentos em relação à historiografia, a incorporação ou não das novas discussões que envolvem a renovação da História Política e da escrita biográfica, dentre os quais, os compromissos e marcas que assinalariam as preocupações do historiador com uma narrativa mais ou menos verossímil, bem como com uma noção ampliada dos possíveis usos de escritas deste gênero, superando as limitações impostas pelas narrativas macro-históricas e pela visão estruturalista da história. Com esta análise pretende-se contribuir no aprofundamento de discussões teóricas e metodológicas sobre a utilização deste gênero de escrita na produção do conhecimento em história.

Palavras-chave: Teoria da História; Biografia; Historiografia; Getúlio Vargas; Boris Fausto

Abstract: The present paper discusses the biography *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*, by Boris Fausto historian (2006). The objective is analyze this biography, the approximations and deviations in relation to historiography, the incorporation or not of further discussions involving the renewal of political history and the biographical writing. This is, the commitments and brands that would signal the concerns of the historian with a narrative more or less believable, as well as an expanded notion of the possible uses for writing this genre, overcoming the limitations imposed by macro-historical narratives and the perspective of history structuralist. This analysis is intended to contribute to the deepening of theoretical and methodological discussions about the use of this genre of writing in the production of knowledge in history.

Keywords: Theory of History - Biography - Historiography - Getulio Vargas - Boris Fausto

Texto recebido em: 29/06/2018
Texto aprovado em: 30/11/2018

O presente texto tem a intenção de discutir a biografia *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*, do historiador Boris Fausto (FAUSTO, 2006). Neste artigo, dou continuidade a uma tarefa iniciada no doutorado (STEFFENS, 2008) na qual teci reflexões sobre outras oito biografias de Getúlio Vargas escritas em momentos distintos e nas quais busquei avaliar e refletir sobre seus autores, sobre as aproximações ou distanciamentos das biografias em relação à historiografia do período, sua temática, bem como, com os compromissos dos biógrafos, considerando sua formação profissional e acadêmica, com as marcas que assinalariam a preocupação com uma narrativa mais ou menos verossímil.

No caso da obra de Boris Fausto, lançada em 2006, ela não havia entrado em minhas reflexões por absoluta falta de tempo e das exigências de cumprimento de prazos que caracterizam o funcionamento do sistema de financiamentos da pós-graduação no país. De alguma forma, então, o retorno a esse texto é o pagamento de uma dívida que tinha comigo mesmo, e que espero quitar da forma mais produtiva possível.

Sobre o autor, Boris Fausto, seu reconhecimento nacional como historiador é unânime. Dono de uma extensa produção bibliográfica, artigos acadêmicos, textos em jornal, mereceu - dentro do projeto *Intelectuais do Brasil* - a análise de alguns livros de sua obra em *Leituras críticas sobre Boris Fausto*, realizada por Ângela de Castro Gomes (GOMES, 2008).

Mas, enfim, como se sairia um historiador do porte de Boris Fausto na escrita de uma biografia e, especialmente de uma biografia de Getúlio Vargas, um dos personagens mais importantes e controversos da recente história brasileira e sobre o qual já haviam sido escritas dezenas de outras biografias?

Mais recentemente, o mundo acadêmico tem reconhecido a escrita biográfica como uma forma bastante rica de se apresentar as complexidades das formas de organização social, política e cultural, no sentido de rearticular as relações entre análises macro e microestruturais, como também entre sujeitos coletivos e sujeitos individuais. Nesse movimento, a Nova História Política teve papel fundamental ao colocar em questão o domínio de uma visão estruturalista iniciada no século XIX e que se estendeu pela maior parte do século passado.

Conforme Roger Chartier, somente a partir dos anos de 1960 é que a história estruturalista, dominante, que almejava “identificar as estruturas e as relações que, independentemente das percepções ou intenções dos indivíduos, comandam os mecanismos

econômicos, organizam as relações sociais, engendram as formas de discurso” (CHARTIER, 1994, p. 101), sofre profundo questionamento. Marcado, segundo Chartier, pela emergência de novos pressupostos como os trazidos pela micro-história, que

pretende construir, a partir de uma situação particular, normal porque excepcional, a maneira como os indivíduos produzem o mundo social, por meio de suas alianças e seus confrontos, através das dependências que os ligam ou dos conflitos que os opõem. O objeto da história, portanto, não são, ou não são mais, as estruturas e os mecanismos que regulam, fora de qualquer controle subjetivo, as relações sociais, e sim as racionalidades e as estratégias acionadas pelas comunidades, as parentelas, as famílias e os indivíduos (CHARTIER, 1994: 102).

Dentro deste mesmo movimento de questionamento do paradigma estruturalista, ressurgiam com considerável vigor discussões em torno da história política, que resultou na ampliação e no alargamento de alguns aspectos discutidos pela micro-história. Conforme afirmava René Rémond:

(...) a história política – e esta não é a menor das contribuições que ela extraiu da convivência com outras disciplinas – aprendeu que, se o político tem características próprias que tornam inoperante toda a análise reducionista, ele também tem relações com os outros domínios: liga-se por mil vínculos, por toda a espécie de laços, a todos os outros aspectos da vida coletiva. O político não constitui um setor separado: é uma modalidade da prática social. (...) Se o político deve explicar-se antes de tudo pelo político, há também no político mais que o político. Em consequência, a história política não poderia se fechar sobre si mesma, nem se comprazer na contemplação exclusiva de seu objeto próprio. Nem privilegiar um tipo de relação: não há, por exemplo, razão científica para estabelecer a uma ligação mais estreita do político com o econômico que com o ideológico, o cultural, ou qualquer outro termo de relação (RÉMOND, 2003: 35-6).

Neste processo de retorno da história política, provavelmente o paradigma estruturalista tenha sido o mais afetado, de modo especial em relação ao seu forte caráter determinista, que submetia a esfera do político à esfera econômica, afirmando que a superestrutura jurídico-política era determinada, em última instância, pela infraestrutura socioeconômica.

Outra consequência do domínio do paradigma estruturalista na historiografia, era a de que os atores individuais estariam ausentes ou seriam desconsiderados nas análises das formações sociais produzidas no período. Como bem observa Rémond:

Como uma desgraça jamais vem sozinha, e como o acontecimento em geral tem a ver com a ação dos indivíduos, o biográfico era para essa história o complemento e o corolário do circunstancial. A história política não concentrou sempre sua atenção em alguns personagens de prestígio, que se agitavam no prosaetório e faziam esquecer as multidões laboriosas, combatentes, sofredoras? (...) Quanto aos historiadores que tivessem a fraqueza de ainda se interessar pelo político, e praticar essa história superada, fariam o papel de retardatários, uma espécie em via de desaparecimento, condenada à extinção, na medida em que as novas orientações prevalecessem na pesquisa e no ensino (RÉMOND, 2003: 17-9).

Transformações na historiografia percebidas já no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, quando a dimensão subjetiva e individual passava a ser tratada não como uma história menor e reducionista, mas como uma possibilidade de ampliação das formas de entendimento do humano. Como afirma Sabina Loriga, no bojo destas transformações:

(...) a atenção pouco a pouco se deslocou da atividade econômica e política [formal e institucional] do camponês ou do operário para a sua subjetividade e seu “vivido”. (...) A crise, de gravidade e de importância desiguais, da interpretação marxista, do modelo estrutural e da análise cliométrica estimulou a estender e a aprofundar a noção histórica de indivíduo. Decepcionados e insatisfeitos com o uso de categorias interpretativas predeterminadas, os próprios historiadores sociais, tradicionalmente mais atentos à dimensão coletiva da experiência histórica, começaram a refletir sobre os destinos individuais (LORIGA, 1998: 225-6).

É necessário, todavia, esclarecer que ao se apresentar, neste artigo, alguns momentos da crise do paradigma estruturalista, que não se está fazendo uma história evolutiva da historiografia. Não se pretende afirmar que ele, o paradigma estruturalista, foi totalmente superado e abandonado, assim como, também, não se pretende eleger a melhor teoria, mas apenas, reconhecer as disputas que ocorreram no interior da comunidade de historiadores. Como descreve a própria Loriga, por volta de 1985, quando

por ocasião de um congresso na Sorbonne, a biografia foi apresentada como algo que se podia admitir na falta de coisa melhor, como o sinal de um cansaço, e chegou-se a defini-la como ‘uma modesta ferramenta que ajuda a melhor observar ou a ilustrar as tendências longas, as estruturas. as forças de peso; em hipótese alguma ela poderia pretender tornar-se uma alavanca intelectual’ (LORIGA, 1998: 227).

Este processo, no Brasil, passou por momentos, discussões e críticas semelhantes. Entre as décadas de 1960 e 1970, preponderavam na produção historiográfica as grandes sínteses, como afirma Vavy Pacheco Borges:

(...) instala-se na produção brasileira de ciências sociais o uso de esquemas de luta de classes e transformações sociais, em particular a discussão sobre “revolução burguesa”, sobre a história do Brasil e modos de produção... muitas vezes empregados como modelos e/ou categorias prontas e ahistóricas, marcou a produção de história. O marxismo era a “ciência”, o resto era “história burguesa” (BORGES, 1991-1992: 13).

Entretanto, nos primeiros anos da década de 1980, uma nova historiografia tensionava e repensava alguns conceitos e interpretações, leituras consolidadas e tidos como “seguros”. Segundo Maria Helena Capelato, essa nova historiografia, ao analisar o período pós-1930,

(...) propõe um caminho inverso: privilegia as particularidades nacionais e os recortes mais específicos. Em lugar das grandes sínteses e das generalizações teóricas – que

certamente, trouxeram contribuições muito importantes para a compreensão do período -, os pesquisadores na área buscam hoje a “reconstituição histórica concreta” dos vários populismos. Nesse contexto, o varguismo ganhou destaque na produção historiográfica brasileira, mas a atenção se voltou, sobretudo, para a fase de 1930-1945; o Estado Novo aí se coloca como tema de principal interesse, principalmente para os que se dedicaram ao estudo de aspectos políticos e culturais dessa experiência (CAPELATO, 1998: 184).

A discussão sobre biografias entrava na esteira das novas reflexões impulsionadas, como já dito, pelo “retorno” da História Política e pela crítica ao paradigma estruturalista e macro-histórico. Dessa forma, as reflexões sobre as sociedades, em escalas distintas, contribuíram para que se reconhecesse na análise o grau de complexidade do social. Dentre os diversos suportes e gêneros de escrita de si, as biografias, as autobiografias, as cartas, os diários pessoais começaram a ser reconhecidos como fontes e objetos importantes na pesquisa em história.

Assim, as percepções e a abertura às novas e ampliadas leituras do social foram se processando. Essa abertura, no Brasil, é bem identificada por Borges, segundo ela:

Convidada, no início da década de 1980, para fazer uma “séria e completa” biografia de Vargas, recusei peremptoriamente por mais de uma vez: “Getúlio” (como sempre o chamávamos) suscitava-me pouca atração e eu percebia que sua enorme importância na política nacional me obrigaria a muitos anos de pesquisa somente a ele dedicados. Nos cursos que ministrava e em outras atividades nas quais estava envolvida fui me interessando pelo problema do papel do indivíduo na história. Examinei com os alunos a importância atribuída à figura de Vargas, que chegou a determinar periodizações de nossa história como os “Anos Vargas” e a “Era Vargas”. Em um curso, ao ministrar uma unidade sobre as biografias de G. Vargas, comecei a me enfronhar no campo teórico sobre a temática, me interessando cada vez mais em pensar o indivíduo, “a mais real das realidades”, procurando recuperá-lo de “perdido” que estava entre “classes” ou “estruturas” (BORGES, 2005: 211).

As tensões entre estrutura e indivíduo, entre as generalizações da macro-história e as particularizações da micro-história, a representatividade do individual ou mesmo a crítica à busca de regularidades têm centralizado os debates entre essas visões distintas de história. A incorporação de novos materiais de pesquisa acirrou os debates, especialmente os que buscavam ou lançavam um pouco de luz, mesmo que mais ofuscante, sobre o personagem individual.

A incorporação desses novos materiais produziu críticas, mas também fez com que se pensasse sobre as possibilidades de uso, seus limites, suas armadilhas, conforme afirma Ângela de Castro Gomes:

para o historiador, uma documentação construída com esses textos/imagens vem sendo reconhecida, cada vez mais, como legítima e valiosa, mas vem exigindo mudanças nos procedimentos de crítica às fontes. Fica descartada *a priori* qualquer possibilidade de se saber “o que realmente aconteceu” (a verdade dos fatos). O que passa a importar é qual a ótica assumida pelo documento e como é expressa por seu autor. Pode-se dessa forma, traçar estreitas relações, embora nem mecânicas nem imediatas, entre uma história das práticas culturais da escrita de si e uma história da História, que reconheceu novos objetos, fontes, metodologias e critérios de verdade históricos (GOMES, 2006: 98).

Considerando as discussões que levaram ao retorno do político e do biográfico, parece essencial perguntar especificamente sobre as biografias, na seguinte direção: O que podemos chamar de biografia? Como se caracterizam as biografias hoje, especialmente, em relação às suas formas anteriores?

Uma primeira definição pode ser encontrada no verbete *biográfica* de Chaussinand-Nogaret, no *Dicionário das Ciências Históricas* (BURGUIÈRE (org.), 1993, p. 95-7) que faz um pequeno histórico do conceito e das concepções do que era a biografia: no século XIX, conforme Littré: “espécie de história que tem por objeto a vida de uma só pessoa”. A partir de 1930, segundo o autor, a concebeu-se

recuperada como gênero histórico suscetível de tratamentos múltiplos, a biografia levava a uma existência paralela, à margem da nova história, que por seu lado, anexava novos territórios, deixava, algumas vezes em excesso, de ser fatal e elitista, interessava-se pelas massas, pelas pessoas de pouca importância, pelos marginais (CHAUSSINAUD-NOGARET, 1993: 96).

Ainda segundo o mesmo autor, mais recentemente, considerou-se a biografia como uma forma de produção do conhecimento histórico

cercada de todas as garantias de trabalho sério e preocupada em reconstituir, em toda a sua complexidade, os laços entre o indivíduo e a sociedade, apareceu, portanto, como um lugar de observação particularmente eficaz. (...) Os recentes progressos conseguidos nessa via [para o autor na direção de uma história “total”] mostram tudo o que se pode esperar de uma história biográfica que terá cessado de ser culto do herói, comemoração estéril ou conjunto respeitoso de imagens (CHAUSSINAUD-NOGARET, 1993: 97).

Sabina Loriga, recentemente, ao refletir sobre a relação problemática entre biografia e história, apresentava novos elementos que caracterizam a escrita biográfica:

É dessa aliança entre convicção política [na forma de tratamento dada por Carlo Ginzburg a Menocchio] e reflexão metodológica [desenvolvida por Giovanni Levi ao tratar de Giambattista Chiesa] que nasceu a ideia de utilizar os materiais biográficos de maneira agressiva, a fim de questionar certas homogeneidades fictícias (tais como a instituição, a comunidade ou a classe social) e de se debruçar, assim, **sobre as capacidades de iniciativa pessoal dos atores históricos** (LORIGA, 2011: 222). (Grifo meu)

No Brasil, Ângela de Castro Gomes ao analisar a emergência das práticas de produção de si – autobiografias, diários, biografias, recolhimento de cartões-postais, fotografias -, processo em curso, atualmente, afirma ser este

um espaço que dá crescente destaque à guarda de registros que materializem a história do indivíduo e dos grupos que pertence. Em todos esses exemplos do que se pode considerar atos biográficos, **os indivíduos e os grupos** evidenciam a relevância de dotar o mundo que os rodeia de significados especiais, **relacionados com suas próprias vidas**, que de forma alguma precisam ter qualquer característica excepcional para serem dignas de ser lembradas (GOMES, 2004: 11). (Grifo meu)

Também, Benito Schmidt, ao tecer reflexões sobre as fronteiras, aproximações e distanciamentos entre história e literatura, pondera:

Da mesma forma, também o historiador deve dar-se conta de que a biografia é sempre uma construção possível, entre tantas outras, a respeito de um personagem, e nunca “o” retrato definitivo. Neste sentido, precisa renunciar à busca de uma essência social ou psicológica que explique a trajetória examinada, para levar em conta as mudanças de rota, os percalços, os acasos, **os possíveis de cada existência** (SCHIMIDT, 2000: 201). (Grifo meu)

A biografia Getúlio Vargas: o poder e o sorriso:

Das inúmeras aproximações e semelhanças contidas nas citações acima, uma parece-me recorrente. A do afastamento, nos estudos biográficos, da perspectiva estruturalista e macro-histórica, substituída pela apresentação de percursos e trajetórias individuais relacionadas a um certo contexto histórico, em sentido amplo, mas que não é determinante, como uma camisa-de-força, quanto a um número limitado de possibilidades de ação dos indivíduos.

A escrita biográfica toma como elemento importante, portanto, as trajetórias individuais, mas não de modo isolado. Valoriza-se a trajetória formativa e intelectual, o ambiente político, as redes de sociabilidade do indivíduo, etc. A partir deste e de outros elementos busca-se *restituir*, na direção do que afirma Octávio Paz (1998), o mundo e a singularidade de nosso personagem. Busca-se nesta *restituição* o verossímil.

No entanto, na obra escrita por Fausto, a centralidade da análise não encontra-se em Vargas. Esta é uma característica pouco presente. Muitas vezes tem-se a sensação de que o livro não é uma biografia. Algumas passagens da biografia, talvez, ilustrem melhor o que se pretende criticar. Como por exemplo, sobre as transformações sociais no país:

Getúlio teve muito a ver com essas transformações, embora várias delas constituíssem **processos sociais que não podem ser personalizados**. Afinal, ele governou o país por mais de dezoito anos, de várias formas: como ditador, presidente por eleição indireta e presidente por eleição direta (FAUSTO, 2006: 12). (Grifo meu)

Parece que para Fausto, de alguma maneira as coisas já estavam dadas, determinadas pelos processos sociais e que não ocorreriam de modo muito diferente com ou sem a presença de Getúlio Vargas. Leitura comum em determinadas perspectivas historiográficas, mas que mais recentemente, como vimos, foram questionadas pelas discussões em torno do gênero biográfico de escrita. Colocando a questão de outra forma: será que nada da formação positivista, por exemplo, de Vargas interferiu ou influenciou sua perspectiva reformista social?

Apesar disso, no início da obra, Fausto tenha feito diversas indicações de possíveis discussões sobre o personagem, sua trajetória política e intelectual, não foi localizá-las ao longo da obra. Discussões, diga-se de passagem, que se fossem realizadas dariam boas pistas para tentar se compreender a complexidade da trajetória do biografado. Promessas de discussão como as seguintes:

Em torno de sua personalidade e de sua ação política, ergueram-se um culto e uma repulsa. O culto foi tecido com a imagem do homem que esteve à frente das transformações econômicas e sociais, como um nacionalista que resistiu aos trustes estrangeiros, como o primeiro estadista a vir em socorro dos “humildes”, implantando uma legislação trabalhista. A repulsa batia em teclas pessoais - a frieza, o caráter dissimulado - e em traços negativos do homem público, entre eles o autoritarismo, que atingiu sua forma plena no Estado Novo, e a manipulação assistencialista dos trabalhadores. (...) A origem regional de Getúlio foi também fonte das imagens opostas. As peculiaridades do Rio Grande do Sul foram associadas por muitos a uma série de virtudes, entre as quais a gestão mais limpa da coisa pública. (...) Para outros, entretanto, o Rio Grande era terra bárbara, semeada de violências perpetradas por bandos armados conduzidos por seus chefes. Daí saltou-se para a personalização: Getúlio, segundo seus inimigos, não passava de um caudilho dos pampas, e seu polimento não ia além de um enganoso verniz (FAUSTO, 2006: 12-13).

Ou como do trecho abaixo:

Quem foi esse homem, na definição de seus traços psicológicos, de sua vida familiar, de suas ideias e, principalmente, de suas ações políticas? Um ser dissimulado, que escondia seus propósitos e ambições, ou apenas um personagem reservado? Um homem acossado por ameaças reais e imaginárias, ou um governante seguro de seu poder? Um ditador fascista, ou um político pragmático que agia de acordo com as condições de sua época? Um benfeitor dos trabalhadores e dos “humildes”, ou um manipulador das grandes massas? As respostas a estas e muitas outras perguntas não são simples, mas trilhar o caminho da combinação das alternativas propostas, evitando o maniqueísmo, nos levará a conhecer melhor a figura de Getúlio (FAUSTO, 2006: 13).

Infelizmente, são questões não discutidas ao longo da obra. Nas breves e raras tentativas de relacionar o indivíduo Vargas, suas particularidades e complexidades a sua trajetória política, o autor afirma: “Para tentar entender a figura de Getúlio é preciso, pois, ter ao menos uma noção da “peculiaridade gaúcha”, que vem dos tempos da colônia e chega aos nossos dias” (FAUSTO, 2006: 14), muito embora não ocorra nenhuma análise mais profunda sobre como a “peculiaridade gaúcha” se relacionaria com a formação de Vargas.

Adiante na biografia, que segue uma cronologia linear, Fausto trata da família da Vargas e seus ascendentes: “A política, a história dos fastos familiares, desde cedo integrou a vida de Getúlio, de tal sorte que é preciso ceder, neste caso, à tentação das frases feitas, mas verdadeiras, para afirmar que a política estava em seu sangue” (FAUSTO, 2006: 22). Não mais que isso.

Sobre os primeiros anos de Getúlio em Porto Alegre para onde foi estudar, narra:

Dentre as pensões, destacava-se a de propriedade do “seu Medeiros”, onde Getúlio foi morar. Era uma vasta república de estudantes, que ali realizavam festas e também reuniões políticas. Nesse meio ele construiu sociabilidades e relações que, em sua grande maioria, duraram a vida inteira (FAUSTO, 2006: 24).

Embora o autor tenha mencionado, rapidamente, que a pensão do “seu Medeiros” tenha sido o local de construção das sociabilidades e relações estabelecidas pelo estudante Getúlio, não são apontadas na biografia as possíveis influências que estas relações teriam produzido ou marcado de alguma forma a sua trajetória.

Sobre as ligações de Getúlio Vargas com o Partido Republicano Riograndense (PRR) e sua participação no Bloco Acadêmico Castilhistas, fica-se esperando a revelação de algo que conduza a um melhor entendimento do personagem, mas tem-se apenas registros pouco explorados:

A atividade de Getúlio no bloco castilhistas impressionou Borges de Medeiros, tanto por seus escritos quanto por sua oratória. Depois de concluir os estudos, ele obteve das mãos do chefe do PRR a nomeação para o cargo de promotor público, e logo a seguir a indicação como candidato à Assembleia de Representantes, como era chamada então a Assembleia Legislativa (FAUSTO, 2006: 26).

Após a vitória de Getúlio Vargas, com o movimento de outubro de 1930, Fausto explicou de modo genérico a sua tendência centralizadora, segundo ele, ela estaria relacionada ao positivismo e às necessidades conjunturais. O que para o autor, era suficiente como explicação, afirmando apenas que:

A principal marca distintiva do governo Vargas no plano institucional, desde os primeiros tempos, foi a centralização do poder. A crença nas virtudes de um Executivo forte vinha da ideologia positivista, na versão PRR, que Getúlio absorvera com convicção. E se reforçava com as necessidades impostas pela conjuntura (FAUSTO, 2006: 46).

Sobre a inclusão dos trabalhadores nas políticas de Estado através da legislação trabalhista, o autor prefere não incorporar discussões mais recentes em torno da complexidade do trabalhismo, optando por explicações genéricas ao afirmar que:

A política trabalhista de Getúlio deu origem a vários mitos e a uma ampla discussão. O mito mais poderoso é o da doação da legislação do trabalho pelas mãos de um presidente e benfeitor, que tinha legitimidade para receber em troca fidelidade e apoio por parte da grande massa. Na verdade, o mito da doação apaga, deliberadamente, um período de lutas das classes populares que antecedeu o governo Vargas em pelo menos quarenta anos. Vale lembrar, contudo, que essas lutas, restritas na sua amplitude, salvo em raros momentos, lograram pouco ou nenhum êxito. No plano sindical, cabe considerar a questão do controle estatal das organizações. O governo Vargas impôs um modelo autoritário-corporativo que deu origem a um sistema subserviente e corrupto, do qual os pelegos formam a expressão mais típica. Os males dessa organização perduram, em vários aspectos, até os dias atuais (FAUSTO, 2006: 51-2).

Em 1935, quando da Revolta organizada pela Aliança Nacional Libertadora (ANL) e o Partido Comunista do Brasil (PCB), Fausto assinala: “Seja como for, Getúlio deixou que a revolta fosse tramada, certo de que teria condições de liquidá-la e tirar vantagem da situação para ganhar ainda mais poder” (FAUSTO, 2006: 73). Curiosamente, o autor reforça uma imagem recorrente em diversas biografias (STEFFENS, 2008) de uma capacidade premonitória de Getúlio, e não explicada, e que na direção da construção de uma mitologia política, lhe é muito favorável.

Sobre o Estado Novo, Fausto recorreu, novamente, ao poder das circunstâncias, estruturalmente determinadas:

os vários setores da classe dominante ansiavam pela ordem; o aparelho militar e civil formava um bloco homogêneo; a grande maioria da elite política preferia a ditadura ou se conformara com ela; a frágil organização independente dos trabalhadores desaparecera, enquanto crescia nos meios populares o prestígio de Getúlio; a esquerda – para a qual o Estado Novo começara em 1935 – fora praticamente arrasada (FAUSTO, 2006: 80).

Numa perspectiva predominantemente econômica o autor explica o surgimento do Estado Novo como resultado de uma nova faceta de Getúlio, o nacionalismo. Se não um nacionalismo declarado, era possível percebê-lo através de diversas medidas que favoreceram

o crescimento da indústria nacional em índices elevados. Muito embora, não se explique o início desta perspectiva nacionalista em Vargas. De acordo com Fausto:

O incentivo à industrialização foi muitas vezes associado ao nacionalismo, mas Getúlio evitou mobilizar a nação numa cruzada nacionalista e tergiversou na aplicação de algumas medidas previstas na Carta de 1937, como as que determinavam a nacionalização progressiva das minas, jazidas e quedas-d'água, dos bancos e companhias de seguro. (...) Os casos da indústria do aço e do petróleo são elucidativos das decisões de Getúlio, e, mais ainda, no caso da siderurgia, da sua percepção de que o desenvolvimento da indústria básica, retórica nacionalista à parte, dependia de investimentos estrangeiros públicos ou privados, dada a exiguidade da poupança interna. A instalação de uma indústria do aço, insistente reivindicação da cúpula militar, foi um tema que ganhou atualidade, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial (FAUSTO, 2006: 108-9).

Sobre a relação do governo com a população neste contexto e do papel assumido por Getúlio Vargas no Estado Novo, o autor afirma:

Getúlio inaugurou no Brasil as presidências carismáticas, [uma] forma peculiar de poder baseada na capacidade real ou imaginária de um líder, que cria uma relação direta, maior ou menor, com seus liderados. (...) Os regimes democráticos não podem prescindir do carisma como recurso de poder, por duas razões básicas. Em primeiro lugar, pela existência em determinadas sociedades, entre as quais se inclui a brasileira, de uma cultura política em que tem relevância a sempre presente expectativa da ação de um herói salvador, eleito ou consagrado, atendendo a aspirações das camadas mais carentes, mas não só delas. Depois, porque o carisma se tornou um instrumento valioso, na medida em que a sociedade de massas combinou-se com a emergência da sociedade do espetáculo, para usar uma expressão banalizada, mas verdadeira (FAUSTO, 2006: 121).

Sobre o episódio da renúncia de 29 de outubro de 1945, o autor também foi sintético, apresentando-o assim:

Ao cair da noite de 29 de outubro, teve início no Rio de Janeiro um movimento das forças do Exército, sob o comando do general Alcio Souto, que tomaram posições estratégicas e cercaram o Palácio Guanabara. Dutra foi expor ao presidente a gravidade do quadro militar. Getúlio dispôs-se a voltar atrás na nomeação de seu irmão [“Bejo” Vargas, nomeado chefe de polícia do Distrito Federal] e a nomear para o Ministério da Guerra um general indicado por Dutra. Este, por sua vez, procurou Góis Monteiro, que recusou a proposta, ficando decidida, pela cúpula militar, a deposição do presidente. (...) Passava um pouco da meia-noite quando Getúlio assinou o ato formal de renúncia. Logo depois, o general Góis apressou-se em esclarecer, numa série de declarações, que a decisão de depor o presidente, na qual ele tivera o papel mais relevante, não partira da oposição civil, mas do alto comando do Exército. (FAUSTO, 2006: 154-5).

A respeito da volta de Getúlio à presidência da República, o autor analisa reutilizando uma interpretação macro-histórica, dos níveis de urbanização das cidades do país. Em áreas mais urbanizadas, segundo ele, o apoio a Getúlio tenderia a ser maior, mais pelas novas

características produzidas para estas transformações no meio urbano, do que por outras razões não especuladas:

Mas foi nítido o apoio a Getúlio nas grandes áreas mais urbanizadas do país, onde se concentravam as grandes massas de trabalhadores. Na capital da República e no estado de São Paulo, o candidato trabalhista alcançou em torno de 65% dos votos. Essa votação em São Paulo, era particularmente expressiva. (...) A verdadeira reviravolta [da grande votação em São Paulo] resultava das transformações econômico-sociais que vinham ocorrendo em grande escala em São Paulo. O desenvolvimento econômico atraía para o estado grandes levadas de migrantes das pequenas cidades de Minas e do Nordeste e de trabalhadores do campo. Além disso, resultara na prosperidade de pequenos e médios industriais e comerciantes, que atribuíam sua ascensão à política de Getúlio (FAUSTO, 2006: 165).

Quanto às dificuldades de Vargas governar neste segundo período, Fausto avalia:

Mas os tempos não eram de serenidade. Setores militares e civis acusaram Getúlio de ceder aos interesses dos trustes estrangeiros, e surpreendentemente a UDN resolver capitalizar a onda nacionalista, declarando-se favorável ao monopólio estatal. Essa atitude não pode ser vista apenas como oportunismo político, por revelar, ao mesmo tempo, a força da ideologia nacionalista nas condições da época. A campanha do petróleo ganhou as ruas, com o apoio de setores trabalhistas e dos comunistas, estes agora martelando a tese de que Getúlio demonstrava, uma vez mais, não passar de um “lacaio do imperialismo”. Pelo seu ímpeto e seu caráter multiclassista, a chamada luta pelo petróleo demonstrou que os ideais nacionalistas eram um instrumento capaz de mobilizar a nação com uma amplitude que movimentos baseados em reivindicações de classe jamais conseguiram lograr (FAUSTO, 2006: 171).

No transcorrer do governo, o isolamento de Getúlio aumentava, perdendo, segundo o autor, apoio de setores importantes da sociedade:

a partir do início de 1953, quando o governo realizou várias modificações na política cambial, surgiram também divergências entre setores econômicos e no âmbito das associações industriais acerca do conteúdo das medidas. A FIESP, mais próxima do governo e que até fins de 1952 mantivera seu apoio à CEXIM, passou a criticar a importação de produtos supérfluos. (...) Na FIRJ, ganhou força um grupo de industriais contrário à intervenção governamental na política econômica e francamente simpático ao ingresso de capitais estrangeiros. Desse modo, desenhavam-se fissuras no apoio dos empresários industriais a Getúlio, fissuras que se tornariam mais graves no curso de 1954 (FAUSTO, 2006: 175).

Aproximando-se da crise que teria como desfecho a renúncia, Fausto afirma:

A inclinação de Getúlio no sentido de atrair os trabalhadores, arrostando as inquietações e oposições militares, a perda de prestígio junto à classe dominante e a classe média profissional, lembra, com as devidas diferenças de conjuntura, a aproximação com o quererismo. Ambas as opções eram um erro estratégico e resultaram do fracasso. O comportamento de Getúlio nesses momentos cruciais desmente, assim, um dos estereótipos mais duradouros sobre a sua personalidade: a capacidade de manobrar e de mediar conflitos, em quaisquer circunstâncias (FAUSTO, 2006: 185-6).

E, finalmente, sobre o suicídio:

O suicídio foi um grande e último gesto político de Getúlio, mas foi também, no plano pessoal, um gesto dramático que às vezes se tende a esquecer, como se a imagem fria e calculista de Getúlio se sobrepujasse à de um homem acossado por dúvidas existenciais, como mostram suas referências à alternativa do suicídio, em momentos críticos, desde os anos 30 (FAUSTO, 2006: 191).

Parece-me que as diversas citações acima têm um núcleo comum, presente em toda a biografia escrita por Boris Fausto: a inexpugnável prisão ao contexto, às conjunturas e às estruturas. Desde o nascimento de Vargas o que determina suas características pessoais é apenas o lugar em que ele nasceu, um ambiente rural, marcado por disputas políticas e que não raro levavam ao combate sangrento.

Não nego, de forma alguma, a importância do contexto, mas provavelmente existiram outros aspectos de interferiram na formação e na trajetória de Vargas. Não são discutidas ou problematizadas, por exemplo, a questão das amizades, das inimizades, das leituras e da formação e produção intelectual. Se os elementos apontados não interferem na formação do indivíduo Getúlio, o que explicaria sua trajetória peculiar e não, por exemplo, a de seus irmãos, Viriato e Benjamin.

Além disso, no transcorrer da obra não são levantadas hipóteses sobre outras atitudes, no mínimo discutíveis de Getúlio: o que explicaria a aproximação com os integralistas e, depois, à época do *queremismo*, com Luís Carlos Prestes? O que explicaria a aproximação de Vargas, no segundo governo, com uma política mais próxima da socialdemocracia e menos nacionalista do que se apregoava?

Ao longo da biografia há uma série de perguntas não feitas ou tangenciadas. Nem mesmo a fatídica pergunta: o que, do ponto de vista do indivíduo Vargas, o levou ao suicídio? Evidentemente que são perguntas de difícil resposta, mas para as quais não se levantam hipóteses. Mas, não deixa de ser curioso, que mesmo em biografias escritas anteriormente, existiram tentativas de se explicar, hipoteticamente, claro, as possíveis razões da medida extrema tomada por Vargas.

A sensação de se estar diante de um livro que era muito mais uma síntese do período, e que fora escrito com este objetivo, do que propriamente uma biografia, ou como chamei, de uma *biografia sem ninguém*, ganhou força também em razão de não existir no volume nenhuma referência à obra como uma biografia. Os diversos livros lançados pela coleção (Maurício de

Nassau, Castro Alves, Pedro I, Pedro II) pertencem à série *Perfis brasileiros*, e no volume sobre Getúlio Vargas, na ficha catalográfica constam os seguintes indexadores: Brasil – História – República Velha, 1889-1930; Brasil – História – 1930; Vargas, Getúlio, 1883-1954.

Além disso, outro elemento jogou-me ainda mais na direção da consideração de que o livro não pretendia ser uma biografia, o que explicaria, em boa parte, a ausência da análise e interpretação sobre o personagem/pessoa Getúlio Vargas: o fato de constar, curiosamente, no livro um pequeno subcapítulo intitulado *Um intermezzo quase pessoal* (p. 82-88) no qual, destoando da obra, são tratados aspectos pessoais de Vargas. Neste subcapítulo Fausto trata brevemente das relações de Getúlio com sua esposa, D. Darcy, de seus incômodos com a guarda pessoal, de sua predileção pelo Jockey Club e pelo golfe e dos casos amorosos extraconjugais.

Como disse, na medida em que a leitura da obra avançava, crescia a dúvida sobre se Boris Fausto pretendia de fato escrever uma biografia ou se buscara outra modalidade de escrita. Essa dúvida fez com fossem procuradas resenhas, reportagens sobre o lançamento do livro e entrevistas com o autor que fornecessem alguma pista sobre qual fora sua intenção ao escrever esta obra.

Encontrei inúmeras reportagens e comentários, que não chegavam a ser resenhas sobre a obra, todos eles caracterizando-a, sem espaço para dúvidas ou questionamentos, como uma biografia. Das falas sobre o tema a mais significativa foi a do próprio autor, para o livro *Leituras críticas sobre Boris Fausto* (GOMES, 2008). Perguntado sobre a experiência e o desafio de escrever a biografia *Getúlio Vargas*, afirma:

Como fui escrever o livro? Vou contar brevemente. A Companhia das Letras resolveu fazer uma série perfis brasileiros e, um dia, a Lili me telefona e diz: “Nós vamos fazer um negócio assim e assado, você não quer pensar em escrever uma biografia de Getúlio?” Eu falei: “Não quero pensar. Aceito.” Porque uma das minhas vontades, que nunca se realizou, foi escrever uma biografia, mas daquelas grandes, buscando toda documentação existente. Cheguei a fazer um projeto que no fim, não se concretizou. Quando apareceu a oportunidade de escrever uma biografia de forma sintética, usando documentação secundária e tentando estabelecer alguns *issues* centrais, pensei: “Está perfeito para mim. Se vou fazer bem ou não, é outra história, mas vou tentar.” E escrevi meio rapidamente, porque Lili tinha pressa, pois queria lançar o *Getúlio* junto com outros livros. Ela achava que o doutor Getúlio era um personagem de peso na linha de frente, como de fato é. Todo mundo diz: “Esse é um personagem complexo, fazer sua biografia é coisa complicada...” Pode ser que não tenha saído bom; agora, não foi difícil. Escrever uma história de Getúlio, com quem eu convivi desde a sala de aula do curso primário – quando olhava para a parede, lá estava o retrato do velho -, acabou sendo também uma incursão na memória e um prazer (GOMES, 2008: 171).

De alguma forma, a entrevista ajuda na compreensão de certos detalhes da produção da obra. Primeiro, a opção pelo uso, do que Fausto chama, de fontes secundárias, em especial, do *Diário de Vargas*, obra organizada por Alzira Vargas, filha do Getúlio, e bem definida por Ângela de Castro Gomes (1996) como “a guardiã da memória”. Conforme Gomes, Alzira Vargas sempre teve o cuidado de manter

(...) uma certa interpretação dos principais eventos que envolveram a figura do pai (e dela mesma), elegendo estruturas narrativas que se repetem, alterando-se de forma apenas secundária. Assim, ela sustenta uma mesma versão de acontecimentos, da ação de personagens e do sentido de conjunturas políticas ao longo de todo o depoimento que, cotejado com o texto do livro e também com o de várias entrevistas, apresenta uma extrema convergência. Se tal característica remete à existência de um discurso “fechado”, que precisa ser questionado e testado pelo historiador, remete igualmente a um solo fértil para reflexões sobre o modo de pensar e atuar da depoente, o que certamente foi sendo decantado ao longo do tempo (GOMES, 1996, p.17-30).

Provavelmente a pressão do prazo, determinado pelas exigências da editora para a publicação, explicam certas opções, mas não justificam outros tantos descuidos na construção da biografia.

Finalmente, um último ponto neste exercício, nesta pretensão de análise em torno da obra *Getúlio Vargas*, de Boris Fausto, diz respeito à identificação, e que me surpreendeu, do uso de um recurso, comum em outras biografias, do acerto de contas com algum personagem paralelo, com algum desafeto, ao alguém que represente um projeto político distinto.

Para ilustrar, cito alguns exemplos: em 1943, Paul Frischauer, escritor austríaco, contratado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) para escrever a biografia *Presidente Vargas*, acertou as contas, provavelmente em nome de Getúlio, com, dentre outros desafetos, Borges de Medeiros; “Alzirinha” (1960), em *Getúlio Vargas, meu pai*, fez o acerto com vários personagens, dentre eles, Góis Monteiro e Francisco Campos; Carlos Heitor Cony (1974), em plena ditadura, cutucou os militares.

Boris Fausto, de modo inusitado, recorreu a estas armas. No capítulo intitulado *Getúlio após a morte*, ao que parece, tentou acertar dois coelhos com um tiro apenas: o primeiro coelho foi a tentativa de aproximar o governo de Fernando Henrique Cardoso ao governo de Lula; o segundo, busca atribuir a Leonel Brizola certa intransigência e natureza autoritária. Afirma o autor sobre os prováveis herdeiros de Vargas:

Ao perder a legenda a que estava historicamente associado, **Brizola** fundou o Partido Democrático Trabalhista (PDT), do qual foi o **cacique-mor**, afastando todos aqueles que lhe fizeram sombra. Sempre fiel ao ideário getulista, **combateu acicamente, em nome do nacional-desenvolvimentismo, a política econômica dos governos de**

Fernando Henrique e Lula. Foi um dos raros políticos que não fizeram qualquer ressalva a Getúlio, a ponto de **ir pessoalmente colocar flores em seu túmulo todos os anos, no aniversário da implantação do Estado Novo** (FAUSTO, 2006: 199). (Grifo meu)

É uma verdade corrente entre os historiadores a de que somos filhos do nosso tempo e de que somos influenciados pelos debates contemporâneos, inclusive e especialmente pelos debates políticos. Mas interpretar que FHC e Lula tiveram governos semelhantes é, no mínimo, uma tentativa deliberada de jogar fumaça sobre as profundas diferenças entre ambos. Surpreende-me, também, a fidelidade quase canina devotada ao príncipe dos sociólogos por seus amigos de governo e de universidade.

Mas, enfim, para não perder a oportunidade do debate, cito a reflexão feita modo peremptório por Márcio Pochmann (2013: 41):

Após a redemocratização houve dois grandes projetos em disputa e com experiências concretas de governo. Um deles é o neoliberal, iniciado no final do governo Sarney que se fortalece com Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. A partir de 2003, com Lula, emerge outro projeto, o desenvolvimentismo. Se antes o Estado era visto como o principal responsável pelos problemas da Nação, ele passa a ser visto como parte da solução. Há um discurso que simplifica demais o debate eleitoral, apresentado como uma mera disputa entre personalidades. O que há de fato é uma disputa entre diferentes projetos de nação.

E no caso de Brizola, para não falar do inesperado da referência, afirmações maledicentes sobre um líder popular, para o bem ou para o mal, que teve uma trajetória pessoal e política, no mínimo interessante, e que vem sendo analisado de maneira mais adequada por historiadores como Jorge Ferreira, mesmo de modo paralelo ao de outros personagens, como no caso, Jango, é algo impensado vindo de quem veio.

Considerações Finais:

Da biografia analisada fica a impressão de que o autor não incorporou uma série de discussões importantes sobre a renovação da História Política, sobre as aproximações e distanciamentos entre a escrita literária e a escrita da história e sobre as discussões a respeito das biografias, sua nova significação para a produção do conhecimento histórico.

Com o intuito de entender a ausência de considerações sobre a escrita biográfica e as novas discussões teórico-metodológicas acima assinaladas, poder-se-ia opor a pressão dos

prazos e da editora sobre o autor, o que não justifica, contudo, que tais vicissitudes tenham pesado sobre os ombros de historiador tão importante, reconhecido e renomado como Boris Fausto. Talvez, o resultado da obra envolva, conjuntamente, as razões acima inferidas.

Ironicamente, a sensação que fica com a leitura da obra escrita por Fausto é a de que a biografia não é possível de ser realizada, e que a história continua a ser dominada pelo movimento das estruturas políticas e sociais, em detrimento de qualquer possibilidade de ação individual e do acaso. O que temos ao final é, como chamei, uma biografia sem ninguém.

Referências Bibliográficas:

- BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 203-233.
- BORGES, Vavy Pacheco. História e Política: laços permanentes. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 12, n. 23/24, set. 91/ago. 92, pp. 7-18.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado Novo: Novas Histórias. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 1998, p. 183-213.
- CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, n.13, 1994, p. 97-113.
- CHAUSSINAND-NOGARET, G. Verbete biográfica. In: BURGUIÈRE, André (org.). *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993, p. 95-97.
- CONY, Carlos Heitor. *Quem Matou Vargas*. 3 ed. rev. e ampliada. SP: Ed. Planeta, 2004.
- FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.
- FERREIRA, Jorge: *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- FRISCHAUER, Paul, PEDREIRAS, Brutus, SILVA, Mário da. *Presidente Vargas: Biografia*. 2 ed. Rio de Janeiro: Cia Ed. Nacional, 1944, 423 p. [1ed. 1943]
- GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.
- GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da História. *REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL*. Ano 1, n. 9, abril, 2006, p. 98.
- GOMES, Ângela de Castro. A guardiã da memória. *Acervo — Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v.9, n 1/2, p. 17-30, jan./dez. 1996.
- GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.
- GOMES, Ângela de Castro. História e historiografia de *A Revolução de 1930*. In: _____ (org.) *Leituras críticas sobre Boris Fausto*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008, p. 13-48.
- CONY, Carlos Heitor. *Quem Matou Vargas. 1954: uma tragédia brasileira*. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1974.

- FRISCHAUER, Paul. *Presidente Vargas: Biografia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1944, 423 p. [1ª ed. 1943]
- LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998, p.225-249.
- LORIGA, Sabina. *O pequeno X: da biografia à História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- PAZ, Octavio. *Sóror Juana Inés de la Cruz: as armadilhas da fé*. São Paulo: Mandarim, 1998.
- PEIXOTO, Alzira Alves do Amaral. *Getúlio Vargas, meu pai*. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. Globo, 1960. [1ª ed. 1960].
- POCHMANN, Márcio. 2014 já começou. *Carta Capital*, Ano XVIII, n 737, 27 de fevereiro de 2013, p. 40-42.
- RÉMOND, René. Uma história presente. In: _____ (org.). *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003, p. 13-36.
- SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia: um gênero de fronteira entre a História e a Literatura. In: RAGO, Margareth; GIMENES, Renato A. de Oliveira (orgs.). *Narrar o passado, repensar a história*. Campinas, SP: Unicamp, IFCH, 2000, p.193-202.
- STEFFENS, Marcelo Hornos. *Getúlio Vargas biografado: análise de biografias publicadas entre 1939 e 1988*. Orientadora Profa. Dra Kátia Gerab Baggio. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2008. Tese de doutorado.

O AUTOR COMO GESTO: REVISITANDO UMA QUESTÃO FOUCAULTIANA

Reginaldo Sousa Chaves
Professor Assistente II
Universidade Estadual do Piauí - UESPI
Doutorando em História Social
Universidade Federal do Ceará - UFC
reginaldoufpi@hotmail.com

Resumo: O presente artigo pretende retomar em detalhes a conferência *O que é um autor?*, realizada em 1969 por Michel Foucault, e discutir seus principais aspectos. Trata-se de um problema que interessa aos estudiosos que trabalham majoritariamente com textos literários ou não (historiadores, críticos, filósofos, entre outros). Assim, tomamos como escopo deslindar uma ideia de autoria que permita lidar criticamente com esta noção fundamental para os intérpretes de texto. Para tanto, confrontamos a análise foucaultiana com a de outros pensadores: Roland Barthes, Roger Chartier e Jorge Luís Borges. Finalmente, discutimos *O que é um autor?* por meio da atenta leitura da conferência de Foucault levada a cabo pelo filósofo Giorgio Agamben, que a interpreta à luz do texto *A Vida dos Homens Infames* (1982). Desse modo, delimitamos o que poderia ser uma noção de autoria como *gesto*, que se caracteriza pelo reconhecimento de uma resistência da captura do sujeito nos dispositivos de poder.

Palavras-chave: Autor; Dispositivo; Gesto; Michel Foucault; Giorgio Agamben.

Abstract: This article intends to take up in detail a conference, in 1969, by Michel Foucault. What is an author? And talk its main aspects. This is an issue that matters to scholars working mostly with literary texts or not (historians, critics, philosophers, etc.). So we take as the scope to disentangle an idea of authorship that allows to deal critically with this fundamental notion for the interpreters of text. For this we confront the Foucaultian analysis with that of other thinkers: Roland Barthes, Roger Chartier and Jorge Luís Borges. Finally, we discuss ‘What is an author?’ through a close reading of the conference held by the philosopher Giorgio Agamben that interprets the light of the text ‘Life of Infamous Men’ (1982). We delimit in this way what could be a sense of authorship as a gesture that is characterized by the recognition of a resistance of the capture of the subject in the devices.

Keywords: Author; Device; Gesture; Michel Foucault; Giorgio Agamben.

Artigo recebido em: 25/06/2018
Artigo aprovado em: 29/11/2018

A Morte do Autor

No dia 22 de fevereiro de 1969, a *Société Française de Philosophie* estava entre a impaciência e a inquietude, à espera do conferencista Michel Foucault. Na sessão presidida por Jean Wahl, às 16h45min, sala número seis do *Collège de France*, “não era fácil fazer a distinção entre a curiosidade mundana e as expectativas pelo tema anunciado” (AGAMBEN, 2007, p. 55). O objeto da discussão circulava em torno do questionamento: *O que é um autor?* Certamente, não se tratava de uma questão nova no cenário intelectual francês da segunda metade do século XX, já que pode ser remetida às obras de Maurice Blanchot.

A prova maior da pertinência do problema é o texto *A morte do Autor* (1968), de Roland Barthes. Embora Foucault tenha sido amigo próximo de Barthes, “de meados dos anos 50 até os anos de 1963-64”, as suas críticas ferozes e o distanciamento do crítico e semiólogo não cessaram com o passar dos anos (ERIBON, 1996, p. 126).¹ O texto da conferência foi, então, uma tentativa de precisar as distâncias em relação à abordagem barthesiana, o que não impediu que ele fosse, posteriormente, lido em conjunto com o texto de Barthes.

No ensaio de Roland Barthes vemos que a literatura (com Mallarmé, Proust ou os Surrealistas), por sua “natureza” intransitiva, implica na perda da identidade do sujeito, já que é a “linguagem que fala, e não autor”. Assim, quando a voz se desliga da “origem”, a escritura entra em cena dando lugar à morte do autor. Mesmo assim, uma tirania que coloca o autor no centro interpretativo predomina nas diversas abordagens literárias. Barthes chama essa hegemonia de “Império do Autor”. Ora, ele também assinala, de modo bastante breve, a novidade histórica do autor:

É uma personagem moderna, produzida sem dúvida por nossa sociedade na medida em que, ao sair da Idade Média, com o empirismo inglês, o racionalismo francês e a fé pessoal da Reforma, ela descobriu o prestígio do indivíduo ou, como se diz mais nobremente, da “pessoa humana” (BARTHES, 2012, p. 58).

Princípio que contraria a forma de circulação da voz nas “sociedades etnográficas”, onde a narrativa não é a propriedade de uma pessoa – ela não lhe é própria –, mas o xamã ou o

¹ Conferir ainda a crítica à semiologia realizada por Michel Foucault (2003, p. 05, 09, 10) e a cronologia da vida do filósofo francês escrita por Daniel Defert (2011).

recitante é apenas mediador performático, nunca o gênio que estaria na origem da criação. O resultado lógico desses argumentos, com notável importância, é a de que o “autor” é uma produção histórica e não um elemento universal. Como veremos adiante, um dos pontos mais relevantes apontados por Foucault na sua abordagem do autor diz respeito à sua historicidade.

Finalmente, para Barthes, a conclusão do fenecimento do autor e a emergência da escritura moderna, ao lado dos avanços da linguística, levam-nos a prescindir da tarefa de ligar um texto a um Autor, assim como a criatura a um Criador-Deus ou um filho a um Pai – bem como seus substitutos declarados: a Sociedade, a História, a Psique, etc. O que levaria ao movimento da escritura e a desobstruir a tarefa do crítico, que não é outra a não ser a de deslindar um texto, desfilar sua estrutura sem “segredo” ou “fim” em uma atividade “contrateológica”. O que resulta disso? Que, a partir da morte do autor, a figura do leitor – “um homem sem história, sem biografia, sem psicologia” - surge em toda a sua capacidade de subversão do texto, pois, como um “alguém”, ele pode fazer proliferar a escritura em sua multiplicidade².

Nesse amplo contexto, o presente artigo pretende retomar em detalhes a conferência *O que é um autor?*, realizada por Michel Foucault em 1969, e discutir seus principais aspectos. Trata-se de um problema que interessa aos estudiosos que trabalham majoritariamente com textos literários ou não (historiadores, críticos, filósofos, entre outros). Portanto, tomamos como escopo deslindar uma ideia de autoria que permita lidar criticamente com esta noção fundamental para os intérpretes de texto. Desse modo, delimitamos o que poderia ser uma noção de autoria como *gesto* que se caracteriza pelo reconhecimento de uma resistência da captura do sujeito nos mecanismos de poder.

O que é um Autor?

Com efeito, Foucault, como crítico de Barthes, não vai se contentar em apenas ratificar a tese da morte do autor em sua conferência. Pelo contrário, ele intui que há uma oportunidade de ultrapassar o tema, naquele momento, do apagamento do autor. Não se trata de partir da

² Não levamos em consideração nesse artigo as reformulações da ideia de autoria no pensamento de Roland Barthes.

constatação de um fenecimento, mas voltar à questão implicada no título de sua apresentação. O “essencial não é, portanto, verificar mais uma vez” o desaparecimento do autor, mas “descobrir, como lugar vazio – ao mesmo tempo indiferente e obrigatório -, os locais onde sua função é exercida” (FOUCAULT, 2001, p. 264).

Retomemos em detalhes a conferência *O que é um Autor?*. Foucault se propõe a não seguir uma análise “histórico-sociológico do personagem do autor”, mas “examinar unicamente a relação do texto com o autor, a maneira com que o texto aponta para essa figura que lhe é exterior e anterior, pelo menos aparentemente” (FOUCAULT, 2001, p. 267). Por isso, ele toma a formulação do tema de Samuel Beckett: “Que importa quem fala, alguém disse que importa quem fala” (FOUCAULT, 2001, p. 268). Ora, isso o leva a uma ética da escrita contemporânea como “regra imanente” da prática escritural que se desdobra em, pelo menos, dois aspectos que remetem diretamente a Barthes e Blanchot.

O primeiro deles remete ao fato de que a escrita não está ligada à expressão e à interioridade (BARTHES, 2012, p. 61), mas a “uma exterioridade desdobrada”, na medida em que “ela se basta a si mesma”. “Como jogo de signos” que articula a matéria significativa, ela sempre excede transgressivamente seus limites abrindo um “espaço onde o sujeito que escreve não para de desaparecer” (FOUCAULT, 2001, p. 268)³. Por outro lado, a escrita mantém um parentesco com a morte, tendo em vista que a obra tem “agora o direito de matar, de ser assassina do seu autor”⁴. Entretanto, Foucault ressalta que “tudo isso é conhecido; faz bastante tempo que a crítica e a filosofia constaram esse desaparecimento ou a morte do autor” (FOUCAULT, 2001, p. 269).

Assim, é aqui que, de fato, pode-se dizer que começa a singularidade da perspectiva foucaultiana, pois, para o pensador, ainda não se havia absorvido com rigor e exatidão a morte ou o desaparecimento do autor. Certas noções bloqueiam esse falecimento ao tomar para si os seus privilégios. Foucault nos dá dois exemplos. O primeiro deles é a ideia de “obra”, sendo ela questionável na medida em que se pode indagar: “será que tudo que ele escreveu ou disse, tudo que ele deixou atrás de si faz parte de sua obra?” (FOUCAULT, 2001, p. 269). Projetos de livros, rascunhos, endereços, notas da lavanderia, entre outras coisas, tudo isso deve constituir

³ Michel Foucault tratou densamente desse tema em *O Pensamento do Exterior* (2001b, p.219-242).

⁴ Aqui há claramente uma referência a Maurice Blanchot de *A Literatura e o direito a morte* (1997, p.291-330).

essa pretensa “unidade” escritural que chamamos “obra”? Assim, a “palavra ‘obra’ e a unidade que ela designa são provavelmente tão problemáticas quanto a individualidade do autor” (FOUCAULT, 2001, p. 270)⁵. O outro elemento que impede a desapareição do autor é a noção de escrita que dá a esta uma condição originária e religiosa, logo transcendental, justamente quando dela se busca extrair significações ocultas com sua respectiva necessidade de comentário.

Não é suficiente então – é Foucault quem ainda nos fala – dizer que o autor desapareceu ou que Deus e o homem estão mortos, mas “localizar o espaço assim deixado vago” pela sua desapareição e “seguir atentamente a repartição das lacunas e das falhas e espreitar os locais, as funções livres que essa desapareição faz aparecer” (FOUCAULT, 2001, p. 271). É preciso, pois, começar pelo reconhecimento de que o nome de um autor não é um nome próprio qualquer, mas que ele, de qualquer modo, “exerce um certo papel em relação ao discurso: assegura uma função classificatória; tal nome permite reagrupar um certo número de textos, delimitá-los, deles excluir alguns, opô-los a outros” (FOUCAULT, 2001, p. 273).

Se provassem que Shakespeare não escreveu os *Sonnets*, ou que ele escreveu o *The New Organon*, de Bacon, ou até mesmo que ele sequer existiu, teríamos então uma grande mudança na função exercida pelo nome do autor. O que dizer de Nicolas Bourbaki, que nada mais é do que um grupo de matemáticos que publicou, nos anos trinta, uma série de trabalhos sob uma única assinatura? (FOUCAULT, 2001, p. 296). Trata-se, a cada caso, de não ignorar as mutações e controles de circulação dos discursos como uma questão *política*.

O nome do autor indica “um modo de ser dos discursos” em contraposição a uma simples palavra que se enuncia no cotidiano, pois carrega consigo algo como uma separação e um *status* (FOUCAULT, 2001, p. 273). O efeito que o nome do autor provoca é uma operação de recorte, limitação, que põe arestas nos textos. Por isso, em nossa civilização, certos discursos “são providos da função autor” e outros não. A carta possui um signatário, um contrato possui um fiador, um cartaz tem certamente um redator, mas nenhum deles possui propriamente um autor. É nesse sentido que Foucault define a *função autor* como “característica do modo de existência de circulação e de funcionamento dos discursos no interior de uma sociedade”

⁵ Esse aspecto é retomado por Foucault no livro *Arqueologia do Saber* (2013), publicado no mesmo ano da conferência.

(FOUCAULT, 2001, p. 273).

A invenção histórica do autor

Desse modo, Foucault se propõe a problematizar a função autor que atua em livros ou textos. Nesta análise está implicada aquela historicidade apontada por Barthes: o autor não é um elemento atemporal que rege os discursos. Ele nos leva a compreender que o autor emerge na modernidade como *forma de propriedade*, entre o fim do século XVIII e início do XIX, quando “se instaurou um regime de propriedade para os textos, quando se editoram regras estritas sobre os direitos de autor, sobre as relações autores-diretores, sobre os direitos de reprodução etc.” Neste aspecto, a literatura não para de jogar com a transgressão e os “benefícios da propriedade” (FOUCAULT, 2001, p. 275). Porém, a partir da contribuição fornecida pelo historiador Roger Chartier ao debate, podemos proceder à revisão das cronologias foucaultianas.

No caso acima mencionado, podemos ver que a emergência do regime de propriedade de textos ocorreu no início, e não no fim (como quer Foucault), do mundo oitocentista. Ele está ligado ao surgimento do *copyright* (direito de cópia) que sucede o *right in copies* (direito de reprodução). A propriedade literária nasce então a partir

Do princípio segundo o qual o autor de um texto é seu proprietário perpétuo e tem sobre ele a posse imprescritível de modo que, a partir do momento em que esse texto fosse cedido a outro, por exemplo a um livreiro da comunidade, o autor transmitia com o texto esta imprescritibilidade e esta perpetuidade (CHARTIER, 2012, p. 44).

Portanto, um autor é entidade existente no direito natural, por certo estilo e linguagem.

A partir de outro aspecto do esboço cronológico elaborado por Foucault – este ratificado por Chartier – é possível recuar a emergência do autor em nossa cultura aos séculos XVI e XVII. Momento da “apropriação penal” onde “os textos, os livros, os discursos começaram a ter realmente autores (diferentes dos personagens míticos, diferentes das grandes figuras sacralizadas e sacralizantes) na medida em que os discursos podiam ser transgressores” (FOUCAULT, 2001, p. 274-275). A determinação da autoria do texto ligava-se, portanto, à vigilância e à punição das transgressões levadas a cabo pela Igreja e pelo Estado. O índice católico ocupa nesse caso um papel exemplar, já que pela identificação do sobrenome do autor

podia-se não apenas impedir a circulação de determinados discursos, mas de todos aqueles que o autor censurado poderia escrever no futuro (CHARTIER, 2012, p. 55).

Foucault, sob o ponto de vista histórico, também coloca em questão os modos de funcionamento da autoria nos discursos “científicos” e nos “literários”: antes do quiasma que ocorreu na Europa entre os séculos XVII e XVIII, os textos que chamamos de “literários”, como as epopéias e tragédias, circulavam sem a necessidade de autoria, e mesmo o anonimato não constituía embaraço algum; já os discursos que chamamos de “científicos”, como a cosmologia ou a geografia, solicitavam os nomes de autores (Plínio, Hipócrates, etc.) para dar valor de verdade aos textos. Entre os anos setecentos e oitocentos, os discursos científicos puderam circular anônimos, sendo daí por diante vinculados “a um conjunto sistemático” que lhes garante a validade, e não o nome do autor, que segue apenas dando nome a um teorema ou a uma patologia. Por outro lado, os discursos literários não circulam mais sem que um autor deva oferecer uma vida, circunstâncias de produção da escrita, datas, entre outros detalhes, à uma obra.

Contudo, aqui também Roger Chartier opera uma importante revisão. Na Idade Média e Renascimento podiam circular textos de saber “científico” no anonimato. E a *revolução científica* do século XVII continuou, por outro lado, solicitando o nome do autor à uma validade aristocrática. O erudito não aristocrata, tomando de empréstimo a prerrogativa dos príncipes e ministros de dizer a verdade, apresenta “a si mesmo como um autor desinteressado, que não mantém uma relação de propriedade com os seus enunciados” moldando “a autoria, no duplo sentido da palavra, tanto como autor quanto como autoridade” que se colocava na distância do mercenário comércio de textos (CHARTIER, 2012, p. 55).

Por último – e de todos as revisões feitas por Chartier é a mais fundamentalmente distinta –, o historiador francês indica que os começos mais amplos da constituição da figura do autor devem ser buscados no século XIV e na primeira metade do XV, ou seja, nos últimos séculos da forma material do texto em manuscrito como forma de reprodução técnica. Neste sentido, não há uma ligação imediata entre a invenção da imprensa e do autor, pois o termo “autor” – antes reservado apenas aos autores da antiguidade clássica e da linhagem Cristã – passa a ser empregado também para os escritores de textos em língua vulgar. O escritor “adquire não apenas o sentido daquele que copia, mas também daquele que compõe, e o termo *invenção* não define mais apenas aquilo que é decifração do que Deus criou, mas também aquilo que é

criação humana original” (CHARTIER, 2012, p. 58).

Essa transformação foi seguida da presença do escritor na forma de retratos e na composição de um esboço de uma literatura como “tradição”, na forma de um cânone. Por fim, é ainda relevante – nas peças manuscritas – a unificação do objeto livro, da obra e do nome de um autor que contrasta com a forma predominante na Alta Idade Média, que era a de uma miscelânea “num mesmo códice, textos de datas, gêneros e línguas e ‘autores’ muito diferentes”: os chamados *zibaldone* (CHARTIER, 2012, p. 60). O resultado é a percepção de uma identidade autoral e de atribuição de livros ao nome.

Tecnologias de atribuição autoral

O filósofo francês liga ainda a importância da análise da função autor às complexas tramas de elaboração de instrumentos de atribuição da autoria – especialmente daqueles que chamamos de literários. Para dar a um discurso esse “ser de razão que se chama autor” – imaginado como dotado de um poder criador, profundo e originário – é projetado, em termos psicologizantes, um instrumental de “tratamento que se dá aos textos, das aproximações que se operam, dos traços que se estabelecem como pertinentes, das continuidades que se admitem ou das exclusões que se praticam” (FOUCAULT, 2001, p. 276-277). Essas tecnologias de atribuição de autoria funcionam na crítica literária a partir dos esquemas da exegese cristã. Assim, o autor é “definido como um certo nível constante de valor” na medida em que um texto inferior a outro deve ser descartado; é “campo de coerência conceitual ou teórica”, pois não pode haver contradição de doutrina; é “unidade estilística”; por fim, é “momento histórico” (FOUCAULT, 2001, p. 277).

Assim, em resumo, o autor para a crítica

É o que permite explicar tão bem a presença de certos acontecimentos em uma obra com suas transformações, suas deformações, suas diversas modificações, (e isso pela biografia do autor, a localização de sua perspectiva individual, a análise de sua situação social ou de sua posição de classe, a revelação do seu projeto fundamental) (FOUCAULT, 2001, p. 278).

Isso nos leva, finalmente, a uma outra técnica de atribuição indicada por Foucault. A função autor lida com uma série de signos que instauram uma identidade: “são dos pronomes

peçoais, os advérbios de tempo e lugar, a conjugação dos verbos” (FOUCAULT, 2001, p. 278). Mas eles não operam da mesma maneira nos mais diferentes discursos. Nos textos que chamamos de literários a voz de enunciação não remete ao escritor, mas ao seu “*alter ego*”, logo, a função autor age na cisão entre essas instâncias. Já naqueles que chamamos de científicos há pelos menos três egos: aquele que fala na apresentação sobre o curso da pesquisa; aquele que faz demonstração; e, finalmente, o que trata do sentido do trabalho e de suas dificuldades.

A função autor

Foucault nos mostra então que

A função autor está ligada ao sistema jurídico e institucional que contém, determina, articula o universo dos discursos; ela não se exerce uniformemente e da mesma maneira sobre todos os discursos, em todas as épocas e em todas as formas de civilização; ela não é definida pela atribuição espontânea de um discurso ao seu produtor, mas por uma série de operações específicas e complexas; ela não remete pura e simplesmente a um indivíduo real, ela pode dar lugar simultaneamente a vários egos, várias posições de sujeito que classes diferentes de indivíduos podem vir ocupar (FOUCAULT, 2001, p. 280).

Ora, somente uma análise histórica do discurso pode dar conta de pensar essa função autor. O que implica – metodologicamente⁶ – no abandono da compreensão dos discursivos como dotados unicamente de expressividade ou transformações formais. Importa antes “suas modalidades de existência”, circulação, valorização, atribuição, apropriação, entre outras modalidades, e como elas variam nas distintas culturas e no interior delas. Com isso, toda concepção do sujeito como originário entra em colapso: “Trata-se, em suma, de retirar do sujeito (ou do seu substituto) seu papel de fundamento originário, de analisá-lo como uma função variável e complexa dos discursos” (FOUCAULT, 2001, p. 287).

Finalmente, antes de passar ao encerramento de sua conferência, Foucault nos diz que se limitou ao problema do autor de um texto, livro ou obra. Ele, por fim, analisa os “fundadores

⁶ No texto de sua aula inaugural no *Collège de France*, realizada em 2 de dezembro de 1970, Foucault (1996, 21-36) aponta alguns dos mecanismos internos de rarefação nas ordens dos discursos a partir da análise do comentário de texto, do autor e da organização das disciplinas.

de discursividade”: Marx e Freud. Desse modo, o filósofo visa àqueles que realizaram, na França, o *retorno* a esses pensadores – no caso freudiano, isso se refere a Jacques Lacan, presente naquela sessão da *Société Française de Philosophie*. A diferença entre estes e os fundadores de ciências é exatamente porque Marx e Freud não apenas possibilitam que se produzam discursos heterogêneos a partir de seus textos, mas os regulam e se ausentam deles. Produz-se, nestes casos, a necessidade de volta a eles. Contudo, mantendo uma diferença fundante que se liga a certo esquecimento constitutivo que exige a volta. Nos “fundadores de discursividade” não existe propriamente uma proposição falsa, mas um murmúrio discursivo. Voltar ao texto de Galileu, por exemplo, não modifica a mecânica, mas o surgimento de um novo texto de Marx ou Freud modifica toda a arquitetura de funcionamento do marxismo e da psicanálise.

“Quem sou eu? Um leitor”

Nesta fala analítica em que Foucault envolve seus ouvintes – e nós, seus leitores – há ainda espaço para um desejo. Ele é da seguinte ordem: que tomemos seriamente a injunção de Beckett: “Que importa quem fala, alguém disse que importa quem fala” (BECKETT apud FOUCAULT, 2001, p. 268). Para o pensador francês, se a função autor foi criada na modernidade – logo, nem sempre existiu – poder-se-ia imaginar que essa instância reguladora da proliferação dos discursos não precisa permanecer inalterada em sua existência. Assim como o “Homem” um dia poderia apagar-se como rosto na areia da praia (FOUCAULT, 2007.p. 536) – que Foucault demonstrou ter sido uma invenção recente da ordem dos saberes ocidental – não seria impossível imaginar o por vir de “uma cultura em que os discursos circulassem e fossem aceitos sem que a função autor jamais aparecesse” (FOUCAULT, 2001, p. 287). No anonimato do murmúrio poderia surgir uma voz indiferente: “Que importa quem fala?” (FOUCAULT, 2001, p. 288).

Para Barthes, esse rumor pode vir, como vimos, de dois lugares. As sociedades etnográficas, com seus *médiuns* da linguagem que se movimentam, em seu volume e espessura, sem origem. Também a literatura intransitiva elide o autor na performatividade da linguagem, tal como um dicionário composto em que leva as palavras a se explicarem umas pelas outras indefinidamente, sem começo nem fim.

Ora, Foucault não dá à literatura, já nesse momento, a condição privilegiada que a perspectiva barthesiana aponta⁷. Na verdade, ele vai produzir em suas obras burlas nos mecanismos da atribuição do autor através de curtos-circuitos frequentes. Como, por exemplo, no livro lançado no mesmo ano de sua conferência, *Arqueologia do Saber*, onde – retomando, mas ao mesmo tempo simulando, em um diálogo consigo mesmo, as críticas que recebera pelo livro *As Palavras e as Coisas*, de 1966 – ele nos diz: “Vários, como eu sem dúvida, escrevem para não ter mais um rosto. Não me pergunte quem sou e não me diga para permanecer o mesmo: é uma moral de estado civil; ela rege nossos papéis. Que ela nos deixe livres quando se trata de escrever” (FOUCAULT, 2013, p. 21).

Ou mesmo quando, um ano depois, na aula inaugural proferida por ocasião de sua entrada no prestigioso *Collège de France*, ele diz aos presentes que deseja insinuar-se subrepticamente, nos discursos que ele pronunciaria naquele espaço, através de um envolvimento com a palavra que o levasse para além de todo começo solene. Assim, ele nos diz: “ao invés de ser aquele de parte do discurso, eu seria, antes, ao acaso, de seu desencadear, uma estreita lacuna, o ponto de seu desaparecimento possível” (FOUCAULT, 1996, p. 06).

No Brasil, indagado sobre “sua qualificação para falar”, “sua especialidade” e “em que lugar se encontrava”, sua identidade, enfim, Foucault responde: “Quem sou eu? Um leitor” (CERTEAU, 2011, p. 117-118). Desse modo, prefere a figura indeterminada do leitor à legitimidade do especialista – que nada mais é que a reivindicação da prerrogativa de uma autoridade presa aos jogos de poder. Não surpreende que, depois de longo tempo sem publicar, após o lançamento de *A Vontade de Saber* (2003), ele possa dizer: “Existem momentos da vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir” (FOUCAULT, 2007, p. 13).

Ora, não se trata aqui, evidentemente, de inventariar exaustivamente todos esses episódios, mas de assinalar que há, visivelmente, algo no modo como Foucault trata a questão que deve ser examinado rigorosamente em seu ponto de distinção frente aqueles que pensaram

⁷ Posição privilegiada que ele mesmo havia dado durante a década de sessenta, quando publica vários artigos sobre a literatura, associando-as à suas pesquisas. Data desse período também o seu único livro dedicado exclusivamente à literatura: *Raymond Roussel* (1999). Ver a esse respeito os livros de Francisco Ortega (1999) e Roberto Machado (2000).

o mesmo problema.

O autor como gesto

O que resta ao intérprete, ao leitor, àqueles que lidam com o texto, portanto, ao crítico literário, ao historiador, ao filósofo, quando se deslinda o problema da autoria? Um caminho possível é seguir a trilha aberta por Foucault em torno da *função* autor – incluindo as suas próprias reconsiderações sobre a questão. Outro trajeto possível seria trabalhar com uma noção diversa de autor que presente na conferência do pensador francês, pois a pergunta “Que importa quem fala?” (FOUCAULT, 2001, p. 288) implica em alguém que, paradoxalmente, toma a palavra.

É o que faz Giorgio Agamben ao propor a ideia do autor como gesto. Segundo o filósofo italiano, um tema que pode ser encarado como “secreto” dentro da conferência de Foucault nos mostra que há

Alguém que, mesmo continuando anônimo e sem rosto, proferiu o enunciado, alguém sem o qual a tese, que nega a importância de quem fala, não teria podido ser formulada. O mesmo gesto que nega qualquer relevância à identidade do autor afirma, no entanto, a sua irredutível necessidade (AGAMBEN, 2007, p. 55).

Se Foucault nos diz que devemos conter as lágrimas, pois ele não disse que o autor não existe (FOUCAULT, 2001, p. 294), surge a questão: onde devemos encontrar o indivíduo vivo rebatido nos “processos objetivos de subjetivação que o constituem e dos dispositivos que o inscrevem e capturam nos mecanismos de poder”? Nesse contexto, a função não é outra coisa senão um “processo de subjetivação mediante o qual um indivíduo é identificado e constituído como autor de um certo *corpus* de textos” (AGAMBEN, 2007, p. 57). Aí está, para Agamben, a distância entre Foucault e Barthes, pois na perspectiva foucaultiana a marca do autor está na singularidade de sua ausência. Dessa forma, o “autor não está morto, mas pôr-se como autor significa ocupar o lugar de um morto” (AGAMBEN, 2007, p. 58).

O centro da argumentação de Agamben está na aproximação que faz entre a conferência e o texto *A vida dos homens infames* (FOUCAULT, 2003, p. 203-222), escrito para acompanhar uma série de documentos de arquivo sobre existências humanas que se chocaram contra o poder nos séculos XVII e XVIII em razão de suas ações extravagantes e que as arrancaram do silêncio.

Esse texto de 1982 – Foucault faleceu dois anos depois – pode conter “algo parecido com a chave de leitura” do *O que é um Autor* se lemos a vida infame como

Paradigma da presença-ausência do autor na obra. Se chamarmos de gesto o que continua inexpresso em cada ato de expressão, poderíamos afirmar então que, exatamente como o infame, o autor está presente no texto apenas em um gesto, que possibilita a expressão na mesma medida em que nela instala um vazio central (AGAMBEN, 2007, p. 59).

Como homem infame, o autor comparece no texto como um nó de ilegibilidade e clarão. Não se pode dizer que no texto exista algo como uma biografia ou uma existência representada, mas que uma vida foi “posta em jogo” como uma ética, uma forma-de-vida. Para dar relevo a esse “pôr em jogo”, Agamben nos leva em seu ensaio até *O Idiota*, escrito por Dostoiévski. Mas, gostaríamos aqui, para desempenhar papel similar, de retomar um escritor que no espaço intelectual francês – no mesmo momento em que Foucault construía sua obra – estava na ponta da lança da crítica literária: Jorge Luís Borges (MONEGAL, 1980, p. 17-44).

Neste artigo não será feita referência ao texto que fez fama na França, de Foucault⁸ a Blanchot (2005, p. 136-140), sobre essa simultânea invenção do escritor, de uma obra e do crítico dela: *Pierre Menard, Autor do Quixote* (BORGES, 1998). Há outro texto, *Borges e Eu*, em que o problema do autor está igualmente posto, mas que serve sobremaneira para pensarmos com Agamben esse gesto. Cito o pequeno conto na íntegra:

Ao outro, a Borges, é a quem sucedem as coisas. Eu caminho, para olhar o arco de um saguão e a porta envidraçada; de Borges tenho notícias pelo correio e vejo seu nome num trio de professores ou num dicionário biográfico. Agradam-me os relógios de areia, os mapas, a tipografia do século XVIII, as etimologias, o sabor do café e a prosa de Stevenson; o outro compartilha essas preferências, mas de um modo vaidoso que as converte em atributos do ator. Seria exagerado afirmar que nossa relação é hostil; eu vivo, deixo-me viver, para que Borges possa tramar sua literatura e essa literatura me justifica. Nada me custa confessar que consegui certas páginas válidas, mas essas páginas não me podem salvar, talvez porque o bom já não é de ninguém, nem sequer do outro, senão da linguagem ou da tradição. Quanto ao mais, estou destinado a perder-me, definitivamente, e apenas algum instante de mim poderá sobreviver no outro. Pouco a pouco lhe vão cedendo tudo, se bem que me conste seu perverso costume de falsear e magnificar. Spinoza entendeu que todas as coisas querem perseverar em seu ser; a pedra eternamente quer ser pedra e o tigre um tigre. Eu hei de pertencer em Borges, não em mim (se é que sou alguém), porém me reconheço menos em seus livros do que em muitos outros ou do que no laborioso zangarreio de uma guitarra. Faz anos tratei de livrar-me dele e passei das mitologias do arrabalde aos jogos com o tempo e com o infinito, mas esses jogos são agora de Borges e terei

⁸ É a esse conto que Foucault se refere na *Ordem do Discurso* quando trata do “comentário de texto”.

de idear outras coisas. Assim minha vida é uma fuga, e tudo perco, e tudo é do esquecimento, ou do outro.
Não sei qual dos dois escreve esta página (BORGES, 1984, p. 47-48).

O encantador conto borgiano nos permite retomar várias questões. Poderíamos destacar os modos pelos quais a tradição/linguagem se apresenta como aquela que faz desse que escreve um *ninguém* que assume a impessoalidade do “infinito literário” (LARROSSA, 2004, p. 126-132; SCHWARTZ, 2017, p. 207-208). Mas podemos avançar na trilha aberta por Agamben em torno da conferência de Foucault. Pois, muito mais importante ainda é, a nosso ver, que nesse conto de Borges

O autor marca o ponto em que uma vida foi jogada na obra. Jogada, não expressa; jogada, não realizada. Por isso o autor nada pode fazer além de continuar, na obra, não realizado e não dito. Ele é o ilegível que torna possível a leitura, o vazio lendário de que procedem a escritura e o discurso. O gesto do autor é atestado na obra a que também dá vida, como uma presença incongruente e estranha. (...) o gesto do autor garante a vida da obra unicamente através da presença irredutível de uma borda expressiva (AGAMBEN, 2007, p. 61).

Portanto, esse gesto abre caminho a uma possível leitura da autoria dos textos. Esse lugar vazio pode ser vislumbrado pelo leitor da obra. De modo que, será mais exato dizer que há um gesto onde autor e leitor, ao mesmo tempo, fogem e se põem em jogo no texto.

Com efeito,

o autor não é mais que a testemunha, o fiador da própria falta na obra em que foi jogado; e o leitor não pode deixar de soletrar o testemunho, não pode, por sua vez, deixar de transformar-se em fiador do próprio inexausto ato de jogar de não ser suficiente”. Assim, as figuras do autor e do leitor “estão em relação com a obra sob a condição de continuarem inexpressos (AGAMBEN, 2007, p. 63).

Então, abre-se um pouco mais à compreensão o problema legado por Foucault, pois o *sujeito*, como resultado do “corpo-a-corpo com os dispositivos em que foi posto” (e sendo a linguagem também dispositivo), está implicado em “uma subjetividade que resiste com mais força” diante de sua captura na *função autor* (AGAMBEN, 2007, p. 63). Ela se mostra, por fim, em um certo nível, irredutível a essa captura. Por isso, Borges está em fuga, embora não saiba ao certo em que ponto está malograda essa aventura.

Referências bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio. O autor como gesto. In: *Profanações*. Trad. Selvino José Assmann. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 55-63.
- BARTHES, Roland. A morte do autor. In: *O rumor da língua*. 3º Edição. Trad. Mário Laranjeira. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 57-64.
- BLANCHOT, Maurice. A Literatura e o direito a morte. In: _____. *A Parte do Fogo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 291-330.
- BLANCHOT, Maurice. O Infinito literário: o Aleph. In: *O Livro por vir*. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 136-140.
- BORGES, Jorge Luís. *Obras Completas*. Trad. Carlos Nejar. São Paulo: Globo, 1998.
- BORGES, Jorge Luís. *O Fazedor*. Trad. Rolando Roque da Silva. São Paulo: Difel, 1984.
- CERTEAU, Michel de. *História e Psicanálise: Entre a Ciência e a Ficção*. Trad. Guilherme João de Freitas Texeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- CHARTIER, Roger. *O que é um Autor? Revisão de uma genealogia*. Trad. Luzmara Curcino e Carlos Eduardo Bezerra. São Carlos: EdUFSCAR, 2012.
- DEFERT, Daniel. Cronologia. In: FOUCAULT, Michel. *Problematização do sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise*. (Ditos e Escritos, Vol. 1). Organização e seleção de textos: Manoel Barros da Motta. Trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- DIDIER, Eribon. *Michel Foucault e seus contemporâneos*. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. Trad. Luís Felipe Baeta Neves. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: Vontade de Saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 15ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: Uso do Prazeres*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 12ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad.

Salma Tannus Muchail. 9ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor?. In: _____. *Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema. (Ditos e Escritos, Vol. III)*. Organização e seleção de textos: Manoel Barros da Motta. Trad. Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 264-298.

FOUCAULT, Michel. O Pensamento do Exterior. In: _____. *Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema. (Ditos e Escritos, Vol. III)*. Organização e seleção de textos: Manoel Barros da Motta. Trad. Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 219-242.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: _____. *Estratégia, poder-saber. (Ditos e escritos IV)*. Organização e seleção de textos: Manoel Barros da Motta. Trad. Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. p. 203-222.

FOUCAULT, Michel. *Raymond Roussel*. Trad. Manoel Barros da Motta e Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

LARROSSA, Jorge. *Linguagem e Educação depois de Babel*. Trad. Cynthia Farina. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MACHADO, Roberto. *Foucault, a filosofia e a literatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

MONEGAL, Emir R. *Borges: Uma Poética da Leitura*. Trad. Irlemar Chiampi. Perspectiva: São Paulo, 1980.

ORTEGA, Francisco. *Amizade e estética da existência em Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

SCHWARTZ, Jorge. (org.) *Borges Babilônico: uma enciclopédia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

HISTORIOGRAFIA E VISADA ÉTICA: HAYDEN WHITE E OS PASSADOS PRÁTICOS

Walderez Simões Costa Ramalho¹
Doutorando em História
Universidade Federal de Ouro Preto
walderezramalho@gmail.com

Augusto Martins Ramires²
martinsramires@gmail.com

Letícia Almeida Ferraz
leticiaaferraz@hotmail.com

Resumo: Este artigo propõe uma reflexão teórica acerca dos *passados práticos*, conceito que Hayden White lançou em seus últimos trabalhos. Nossa interpretação buscou integrar tanto os textos White, como de historiadores nacionais e estrangeiros que trataram dessa mesma noção, para então lançarmos nossa hipótese, segundo a qual a pertinência teórica da proposta whiteana encontra limites significativos, mas que não deve ser descartada de todo por apresentar um chamado ético fundamental para os historiadores. Esse chamado passa por uma reaproximação entre história e literatura, um dos principais pontos do argumento de White. O artigo se estrutura em três passos: apresentar a ideia de passado prático e sua diferença com o passado histórico segundo White; relacionar essa proposta conceitual com a obra precedente do historiador estadunidense; e fazer um balanço crítico dessa proposta, avaliando as possibilidades e limites de sua aplicação para a História da Historiografia.

Palavras-chave: Teoria da História, História da Historiografia, Ética, Representação, Literatura.

Abstract: This article aims to discuss Hayden White's proposition about the *practical pasts*, which has been developed in his latest works. In this interpretation, we sought to integrate both the Hayden White's works and texts from Brazilian and foreign historians who dealt with this very concept, and from this dialogue we propose our hypothesis, namely that the theoretical relevance of this whitean proposition finds substantial limits, but it cannot be totally discarded for it involves an important ethical claim to the historians. This claim goes through a rapprochement between history and literature, one of the main points of White's argument. This article is structured in three steps: to present the idea of practical past and its difference with the historical past according to White; to relate this conceptual proposal with the Hayden White's previous work; finally, to make a critical balance in order to evaluate the limits and possibilities of its application to History of Historiography.

Keywords: Theory of History, History of Historiography, Ethics, Representation, Literature.

Artigo recebido em: 23/04/2018

Artigo aprovado em: 29/11/2018

¹ Agência Financiadora: Fapemig

² Agência Financiadora: Fapemig

Introdução

As ideias relacionam-se com as coisas como as constelações com as estrelas. Isto significa desde logo que elas não são nem os conceitos nem as leis das coisas (...) o significado dos fenômenos para as ideias esgota-se nos seus elementos conceituais (...). As ideias – na formulação de Goethe: os ideais – são as Mães fáusticas. Permanecem obscuras se os fenômenos não se reconhecerem nelas e não se juntarem à sua volta. Cabe aos conceitos agrupar os fenômenos.

Walter Benjamin, *Origem do drama trágico alemão*.

Para introduzir nossa discussão, retomemos a conhecida “alegoria das constelações” que Walter Benjamin apresentou no prefácio de sua obra sobre o drama trágico alemão. Conforme sintetiza nossa epígrafe, Benjamin se refere às ideias como constelações; as estrelas correspondem aos fenômenos; e as linhas que ligam as estrelas entre si, os conceitos. Reter essa imagem nos interessa para formular nossa interpretação sobre a reflexão que o historiador estadunidense Hayden White (1928-2018) desenvolveu em seu mais recente livro, *The practical past* (2014).

A adequação da alegoria se faz notar no fato de que o propósito fundamental de Hayden White foi de buscar, através da noção de “passados práticos”, enriquecer toda uma reflexão sobre uma ideia mais geral, a saber, o que a historiografia faz e o que ela deve fazer para representar adequadamente o passado. Certamente, o encaminhamento dessa reflexão envolve também uma série de conceitos e abordagens que White desenvolveu ao longo de sua longa e consagrada carreira. Isso implica reconhecermos que, por um lado, o conceito de passados práticos é melhor compreendido quando relacionado com a obra de White como um todo; e por outro, devemos entender que os argumentos contidos em *The practical past* não estão organizados para uma descrição densa sobre um conceito teórico, senão que realizam um jogo com uma ideia mais geral sobre os problemas da representação e as múltiplas instancias articuladas na escrita da história.

Herman Paul, um dos principais estudiosos da obra de Hayden White, concorda com essa forma de interpretar o livro sobre os passados práticos:

Pode-se mesmo dizer que nessa noção [passados práticos], White procura integrar um grande número de ideias-chave ao longo de seus 50 anos de carreira como um teórico da história: deliberação vis-à-vis um fardo do passado, a incapacidade da história profissional acadêmica em prover orientação moral no presente, e a necessidade por

alternativas inspiradas no modernismo que nos ajudem a lidar com nossas atitudes, emoções, e responsabilidades para com o passado (PAUL, 2011, p. 144)³.

Tendo em vista essa maneira de encarar o texto de Hayden White, procuraremos interpretar criticamente as reflexões que esse autor mobilizou em seus últimos trabalhos. Faremos isso seguindo três passos. Primeiro, apresentamos os principais significados que concernem à diferenciação entre passados práticos e passados históricos. A seguir, veremos como essa chave conceitual se relaciona com a obra precedente do historiador estadunidense. Por fim, faremos um balanço crítico dessa proposta, tendo em vista avaliar as suas possibilidades e limites de aplicação para a pesquisa histórica – em especial, para a História da Historiografia.

O par prático-histórico

Como já havia demonstrado em *Metahistory* (1973) e *The content of the form* (1987), White reafirma em *The practical past* sua posição de que a constituição da História como disciplina científica implicou uma "domesticação" da imaginação histórica no mundo ocidental. Essa domesticação se fundamentou em duas bases principais: por um lado, a historiografia acadêmica naturalizou a ideia de que o passado, o presente e o futuro mantêm fronteiras claras e definitivas entre si, como se fossem lugares fixos do tempo⁴; por outro lado, essa mesma historiografia definiu que o passado deveria ser estudado em seus próprios termos, e não a partir dos interesses e demandas próprios da situação do historiador. Consequentemente, essa historiografia científica, que se institucionalizava e buscava garantir-se como um saber metodologicamente organizado, acusava de "irrealista" as ideologias utópicas de transformação social; "burguesa" por excelência, ela colocava como valor superior os ideais de objetividade e neutralidade, tornando-se um repositório de interpretações "realistas" do passado a serviço do *status quo* e legitimado pelo Estado nacional (AVILA, 2018).

Essa domesticação da imaginação histórica conformou o caráter de cientificidade do trabalho do historiador sob a égide de um ideal de "objetividade". Este, por sua vez, apresentava critérios específicos: compromisso com a verdade (no sentido de correspondência); separação

³ As citações retiradas dos textos em língua estrangeira foram todas traduzidas por nós.

⁴ Para uma crítica à concepção de tempo a partir da ideia de "lugar", ver CARVALHO, 2017.

clara entre sujeito e objeto, valores e fatos, história e ficção; o passado entendido como imutável e irrepetível, cujos processos e fatos são antes encontrados pelo historiador, e não criados por ele; por fim, a distinção clara entre passado e presente, sendo que o historiador deveria estudar o passado em seus próprios termos, apaziguando as relações afetivas do historiador pela superação da distância temporal entre ele e seu “objeto”. Paralelamente, conformou-se uma forma de representação narrativa adequada a tais intenções, amplamente estudada pelo próprio Hayden White desde *Meta-história*.

O adágio rankeano sintetiza o que ficou como a tarefa fundamental do historiador⁵. Vale acrescentar que o mesmo Leopold von Ranke desempenhou um papel importante na estabilização da forma dominante de representação histórica, isto é, a utilização das técnicas narrativas desenvolvidas pelo realismo literário do século XIX na historiografia. Naquele momento, essa era a forma de representação disponível para lidar com o passado, em conjugação com os ideais de cientificidade próprios daquela época⁶. Ora, é justamente esse modo de representar o passado que Hayden White, apropriando-se da proposta inicialmente lançada por Michael Oakeshott (1933), chamou de *passado histórico*. Contudo, essa noção não se faz entender sem o seu par dialético, isto é, o *passado prático*.⁷

A diferenciação entre passado prático e passado histórico remete a uma interpretação conhecida de Hayden White, segundo a qual a historiografia passou, a partir do século XIX, por um progressivo distanciamento entre história e literatura e, paralelamente, também entre ética e epistemologia. Sua proposta teórica deve ser interpretada sob esse ponto de vista. O passado histórico, como vimos, refere-se àquele aspecto ou fração do passado estudado pelos

⁵ "Atribui-se à história a tarefa de julgar o passado, de instruir o presente em prol das gerações futuras. O presente estudo não se atribui tarefa tão elevada: limita-se a mostrar como as coisas efetivamente aconteceram (*Wie es eigentlich gewesen*)". (RANKE *apud* RICOEUR, 2010, v. 3, p. 272, nota 1). Para Ricoeur, este famoso princípio rankeano exprime não tanto a ambição de alcançar o passado ele mesmo sem a mediação do interpretante, mas o desejo do historiador de se despojar de suas preferências pessoais, e fazer aparecer as poderosas forças históricas que se revelaram no correr dos séculos.

⁶ Segundo afirma Rodrigo Turin, para o caso brasileiro, podemos evidenciar as dimensões da “sinceridade, cientificidade e instrumentalidade” como um *ethos* da historiografia no século XIX e que estes contornos qualificariam a restrição do sujeito enunciante. Ver: TURIN, 2009.

⁷ Rebeca Gontijo sugere que a relação entre passado prático e passado histórico deve ser pensada através das categorias de “cultura histórica” e “cultura de história”, implicando uma dialética entre as duas noções. “O argumento apresentado aqui, após a leitura do estudo em questão [a autora se refere à pesquisa de João Paulo Pimenta sobre a Independência do Brasil, PIMENTA et al., 2014.], é o de que os agentes mobilizados em torno do “passado prático” também podem recorrer aos inúmeros materiais utilizados pelos historiadores profissionais, bem como à própria historiografia acadêmica visando obter justificativas para fins diversos no presente.”: GONTIJO, 2014, p. 52.

historiadores, fruto de uma investigação metodologicamente orientada a partir de uma busca pela *verdade* (no sentido de correspondência, *adequatio intellectus et rei*) que supõe a superação da distância temporal e a atenção contra o anacronismo. Segundo White, trata-se do passado que, em princípio, só existiria nos livros de história, pois pressupõe que o intérprete esteja posicionado em um futuro que, a rigor, esse passado não poderia conhecer. Assim, o passado histórico é elaborado a partir do estabelecimento de verdades factuais e empiricamente verificáveis, sob a orientação da questão “isto é verdadeiro?”, e privilegiando o discurso declarativo, da maneira mais “neutra” possível – isto é, pretensamente desvinculado dos interesses do presente.

O passado prático, por sua vez, é de outra natureza. Trata-se daquele passado que as pessoas lançam mão no seu cotidiano, toda vez que se deparam com a questão: “O que eu (nós) devo fazer?”. Trata-se do passado mobilizado para a formação de um julgamento moral e que se apresenta na linguagem pelo discurso performativo. Nesse sentido, White pretende que o passado prático esteja mais próximo da dimensão ética, além de estar fundado numa articulação temporal diferenciada: é o passado que serve ao presente e à ação, visando um certo futuro almejado. De acordo com White:

O passado prático é formado por todas aquelas memórias, ilusões, pedaços de informações vagas, atitudes e valores que o indivíduo ou o grupo invoca da melhor forma que eles podem para justificar, dignificar, desculpar, coibir ou fazer o caso para as ações a serem tomadas no julgamento de um projeto de vida (WHITE, 2010, p. 16).

Enquanto o passado prático apresenta-se a serviço do presente, o passado histórico legitima-se pelo rigor e relevância no interior do próprio campo historiográfico. Inversamente, o impulso ético que dá sentido a essa historiografia é recalcado, em nome de uma certa visão do que seja “científico” e “objetivo”. Nas palavras de White, “isso significou, entre outras coisas, que os historiadores escreviam para outros historiadores ao invés de escreverem para os leigos” (WHITE, 2014, p. 75). A maneira como a historiografia tem se estruturado acabou por encobrir toda uma dimensão do passado que mantém uma vinculação prática com os interesses e necessidades do presente. Esse deslocamento, argumenta White, é uma das principais razões pelas quais a historiografia parece ter perdido a ligação com a sua própria época, a despeito da nossa necessidade existencial de lidar com o passado.

Mas White não para aí. Segundo o autor, ainda é possível fazer com que o historiador supere essas barreiras para representar as dimensões práticas do passado e, assim, demarcar mais fortemente a sua posição no debate intelectual contemporâneo. O caminho proposto é de promover uma reaproximação entre história e literatura, ou, mais especificamente, estimular a utilização das técnicas de representação desenvolvidas pelo modernismo literário – algo que os historiadores têm tradicionalmente ignorado. Isso permitiria ainda uma (re)aproximação entre o passado e o presente, substituindo a universalidade do ideal de verdade-correspondência para uma visão que incorpora a dimensão ética e política de maneira mais decisiva. Conforme esclarece o autor:

O modernismo não apenas estende o alcance do evento histórico horizontalmente, permitindo se espalhar em regiões adjacentes do tempo, ele revela as profundidades do evento histórico, mostrando quantas camadas de significação ele oculta, quão instáveis são as suas pulsões, o quanto ele é resistente à concreção (WHITE, 2014, p. 15).

White pretende que o par prático-histórico seja entendido como “tipos ideais”, cuja função seria fundamentalmente heurística (WHITE, 2014, p. 15). Desse modo, trata-se de categorias formais, isto é, que não se referem a nenhum conteúdo determinado. Elas fazem referência a duas formas idealmente distintas de lidar com o passado, e se apresentam tanto como uma chave crítica dos padrões da historiografia acadêmica em vigor, quanto uma maneira de apontar novos caminhos para essa mesma historiografia.

Contudo, não podemos esquecer de uma tensão importante presente na distinção entre passado prático e passado histórico. Pois ainda que o sentido de um dos termos só seja esclarecido pela delimitação do outro, ao mesmo tempo esse mesmo sentido é justamente o que se subtrai no outro⁸. Em outras palavras, a determinação do passado histórico somente se alcança pelo recalçamento do passado prático; porém, só chegamos a essa compreensão caso admitamos a pertinência dessa mesma distinção. A questão que logo surge é: deveríamos mesmo admitir tal pertinência? A crítica que faremos à proposta sobre os passados práticos partirá desse ponto. Antes, porém, optamos por fazer um pequeno “desvio” em nossa análise, de modo a considerar alguns argumentos que Hayden White desenvolveu ao longo de sua obra, antes de chegar à avaliação sugerida. A intenção dessa via mais longa é identificar alguns

⁸ Essa é uma das razões pelas quais não podemos entender a relação entre o passado prático e o histórico como uma simples oposição, mas sim de conflito e tensão – voltaremos a este ponto adiante.

elementos que possam enriquecer nossa compreensão sobre a o par prático-histórico, visando alcançar uma situação hermenêutica mais propícia para um balanço crítico.

A crítica de Hayden White à historiografia moderna

Podemos perceber que o par conceitual prático-histórico não se apresenta como um exercício de reflexão meta-teórica apartada da prática da pesquisa histórica. Como bem salientou Arthur Lima de Avila, caso se entenda a proposta de Hayden White a sério, ela poderia “abrir uma possibilidade para repensarmos alguns dos postulados mais amplos de nossa disciplina” (AVILA, 2018, p. 36). Para alcançarmos essa perspectiva, faz-se necessário considerar o conceito também em relação com a obra precedente do historiador estadunidense, de modo a interpretá-lo em relação com a ideia mais geral que o atravessa. Faremos isso concentrando nossa atenção em dois textos específicos, estratégicos para a interpretação que propomos neste artigo. Veremos que a noção de passados práticos funciona tanto como uma nova chave de leitura, como também abarca um viés propositivo mais evidente.

a) O fardo da história

A crítica desferida por Hayden White ao modo como a historiografia tradicionalmente estuda e representa o passado já é bastante conhecida entre os historiadores. No caso do livro aqui em questão, é interessante notar grandes semelhanças com um ensaio de juventude de White: *O fardo da história*, publicado originalmente em 1966 na revista *History and Theory*. Podemos esclarecer alguns aspectos que a noção de passados práticos envolve através de uma releitura desse texto, ainda que o autor não chegue a utilizar essa terminologia.

No texto de 1966, o autor fez uma das primeiras formulações de uma crítica que perpassará grande parte de sua obra – e que será retomado no livro de 2014 a partir de uma nova chave de leitura. O argumento central de *O fardo da história* aponta para a crescente incapacidade do historiador em oferecer perspectivas e soluções para os problemas que importam à sua própria situação histórica. De acordo com seu diagnóstico, a historiografia acabou se congelando em uma forma de representação que padece de um duplo descompasso: de um lado, em relação aos desenvolvimentos da ciência e da literatura moderna, e de outro, frente ao seu próprio horizonte histórico do qual ela provém mas que parece não mais responder.

Esses descompassos fazem com que o historiador, em vez de contribuir para a tarefa de libertar o presente do “fardo da história”, contribua para torná-lo ainda mais pesado, uma vez que “já não é uma verdade óbvia para a comunidade intelectual como um todo que o estudo desinteressado do passado – ‘a bem do próprio passado’, como diz o clichê – dignifica ou até ilumina a nossa humanidade” (WHITE, 1994, p. 53). Desse modo, prossegue White logo em sequência, a motivação do historiador em fazer um “estudo do passado ‘como um fim em si’ só pode afigurar-se uma forma de obstrucionismo insensato”. Ocupar-se de um “passado morto”, sem uma vinculação mais orgânica com as demandas do presente, não ajuda a torná-lo mais compreensível; torna-se antes um fardo que o historiador deveria, por princípio, contribuir para nos libertar.

O caminho que White oferece é lembrar o historiador de que é preciso estudar o passado não como um fim em si, “mas como um meio de fornecer perspectivas sobre o presente que contribuam para a solução dos problemas peculiares ao nosso tempo” (WHITE, 1994, p. 53). E o modo de fazer isso, segundo o autor, é estimular o historiador para a disposição de “chegar a um acordo com as técnicas de análise e representação que a ciência moderna e a arte moderna têm oferecido para a compreensão das operações da consciência e do processo social” (*Ibidem*, p. 54). Essa exigência também se faz presente no livro de 2014 com uma grande centralidade, ainda que de maneira reformulada. Trata-se, para Hayden White, de fazer o historiador considerar o passado de acordo com as técnicas e até mesmo as questões que a arte e a ciência *da sua própria época* o levam a fazer quanto ao seu objeto de estudo. Afinal, o modo de representação que até hoje guia a maior parte das pesquisas históricas é o do romance realista do século XIX; “mas esse é apenas um dos modos possíveis de representação que se lhe oferecem nos dias de hoje, e mesmo assim trata-se de um modo cada vez menos importante” (*Ibidem*, p. 55).

Em outras palavras, a historiografia “envelheceu”; os historiadores ainda acreditam que a única forma possível de narração histórica é a do romance realista, a despeito das perguntas e modos alternativos que a ciência e a arte moderna desenvolveram ao longo do século XX. Para reformular a historiografia, é fundamental valer-se das técnicas da literatura e da ciência de sua época, de modo a permitir ao historiador voltar-se para as questões de seu próprio tempo. Tal reformulação permitirá que o historiador ocupe um lugar próprio na discussão contemporânea, ao historicizar os seus próprios modos de representar a realidade – em vez de se prender a uma

forma já superada na arte e na ciência. Essa exigência whiteana em historicizar a própria historiografia se faz necessária, “pois somente a história serve de mediadora entre o que é e o que os homens acham que deveriam ser, exercendo um efeito verdadeiramente humanizador” (WHITE, 1994, p. 63).

b) O evento modernista

Se seguirmos essa breve “genealogia” do conceito de passados práticos, encontraremos mais uma forma de enxergar a ideia mais ampla da qual ela faz parte. A releitura de *O evento modernista*, publicado originalmente em 1996, ocupa um lugar importante na nossa leitura de *The practical past*. Isso porque esse artigo oferece mais uma razão para entender por quê, de um lado, a historiografia deve ser reformulada para responder aos problemas do seu presente; e por quê, de outro, essa reformulação deve passar pela reaproximação entre história e a escrita literária. Mais especificamente, esse texto apresenta um argumento relativo às condições de possibilidade das histórias que devem ser considerados na interpretação do par prático-histórico.

Logo no começo do artigo de 1996, White afirma que a literatura modernista dissolveu a trilogia evento, personagem e enredo, que fundamentava o romance realista e a historiografia do século XIX. Ora, a escrita da história pode até prescindir do personagem e do enredo (por exemplo, como demonstrou Braudel na sua obra sobre o Mediterrâneo), mas não do evento. A sua dissolução solaparia o próprio conceito de factualidade, e por isso ameaça a oposição entre fato e ficção, base tanto do realismo quanto da historiografia oitocentista.

De acordo com White, a moderna dissolução do evento encontra uma fundamentação na própria realidade histórica aberta pelo século XX. A ocorrência de certos acontecimentos (Barragem do Fundão, Golpe de 2016, Chernobyl, Holocausto, etc.) pressupõe uma série de condicionamentos que jamais poderiam ser imaginados anteriormente – e isso é decisivo para a maneira como pensamos e produzimos a representação. Podemos destacar alguns fatores que compõem as condições de possibilidade para o evento modernista, tais como: o aumento exponencial da população; o avanço técnico-científico; velocidade da comunicação; aquecimento global e a problemática ecológica, entre outros. A emergência desse tipo de evento liberou dimensões da realidade que não eram possíveis até então. Esse quadro levanta uma

questão: teria a historiografia oitocentista condições para responder a eventos de natureza tão distinta?

Nesse sentido, o evento modernista não se subtrai ao mero acontecer e representar, mas sim pelas suas condições de possibilidade que afirmam uma nova configuração histórica. A relação entre passado, presente e futuro assumiu uma nova concepção com a emergência dos eventos modernistas. Ora, se o princípio de objetividade da ciência da história clamava por uma separação entre sujeito/objeto e por uma assunção da busca da verdade pautada em fontes, o passado era entendido de modo diferente do presente. O princípio que orienta o historiador é o de criar “distância” para estabilizar os significados do passado. O evento modernista desafia todas essas estruturas da compreensão histórica, e as fronteiras entre ética e epistemologia histórica tornaram-se mais porosas.

Os eventos modernistas colocam em questão alguns pressupostos básicos das estruturas tradicionais do evento histórico, tal como a noção de agência ou de autoria, ou ainda a dimensão de “já acabado” do acontecimento, que não se adequam de maneira tranquila às categorias e convenções que o século XX viu emergir. Os eventos modernistas não parecem pertencer a um passado distinto do presente, que o historiador poderia reconstituir por meio de uma pesquisa documental, ou por meio de uma representação narrativa linear. Nesse sentido, a denominação de evento “modernista” para este tipo de evento perpassa a dimensão da representação, mas principalmente a tematização do tempo pela escrita modernista. Ou seja, se o modernismo literário é o movimento que tematiza uma nova concepção do tempo em que passado, presente e futuro se amalgamam na narrativa, sem estabelecer fatos nítidos que configuram uma estória com início, meio e fim; assim, o evento modernista assume a mesma característica, potencializado e organizado por suas condições estruturais, o que levanta um problema para a sua representação. Daí, por exemplo, a onda crescente de se falar hoje nos “passados que não passam”. Percebe-se, portanto, que a discussão de White não é exatamente de saber se um fato realmente ocorreu (como na discussão sobre o Holocausto, de que foi alvo de críticas em grande medida injustas)⁹, mas sim em saber quais as suas condições de possibilidade e como representá-lo de maneira mais adequada.

⁹ Um exemplo bem conhecido e discutido encontra-se nos dois ensaios finais, escritos respectivamente por Hayden White (“Enredo e verdade na escrita da história”) e Carlo Ginzburg (“O extermínio dos judeus e o princípio da realidade”), que se encontram na coletânea organizada por MALERBA, 2006.

O que estou sugerindo é que as inovações estilísticas do modernismo, nascidas como foram de um esforço para se ajustar à perda antecipada do peculiar senso de história, que o modernismo é sistematicamente criticado por não possuir, podem proporcionar melhores instrumentos para representar eventos modernistas (e os eventos pré-modernistas, pelos quais temos um típico interesse modernista) do que as técnicas de contar histórias, tradicionalmente utilizadas pelos historiadores para a representação de eventos do passado, presumivelmente cruciais para o desenvolvimento da identidade de suas comunidades. (WHITE, 1999, p. 214).

Passados práticos e históricos: uma oposição?

Os argumentos contidos em *O fardo da história* e *O evento modernista* nos auxiliam para alcançar nossos objetivos. Revelou-se que o problema que motiva a proposta sobre os passados práticos e históricos – qual seja, o descompasso entre história e literatura em função da permanência de uma noção congelada de objetividade – já vem sendo pensado por White desde os anos 1960. Além disso, a emergência dos eventos modernistas, com sua estrutura peculiar em relação ao mundo histórico precedente, indica novas condições de possibilidade das histórias que, por sua vez, demandam um esforço para representar outras camadas da realidade que vão além dos limites estabelecidos pelo “passado histórico” legado pelo século XIX.

A noção de passados práticos é melhor compreendida no diálogo com esses textos, articulando-se nessa constelação de conceitos e questões que Hayden White trabalhou ao longo de sua carreira. Visto dessa perspectiva, podemos afirmar que o par conceitual funciona tanto como uma nova chave interpretativa para White pensar a (história da) historiografia, e também como uma maneira de apontar para novas possibilidades de superação do descompasso acima referido, isto é, que o caminho para reaproximar história e literatura deveria ser conjugado com um deslocamento dos limites entre ética e epistemologia.

Em *The practical past*, o tom da crítica de Hayden White é abertamente polêmico, como é próprio de seu estilo. O autor afirma que o passado histórico, da forma como se apresenta hoje, é de pouco ou nenhum interesse para a vida prática. Essa situação leva o historiador a sustentar sua autoridade em bases de objetividade, mas ao preço de sacrificar a dimensão prática (ético-política) de seu trabalho. Existe, portanto, uma tensão dialética entre passado histórico e passado prático. Ironicamente, quanto mais a história teve sucesso em transformar-se em um tipo de ciência, objetivista, empiricista, particularista, mais esse conhecimento do passado se afastou da realidade social que o produz.

Contudo, cremos que essa cisão entre passado histórico e prático não deve ser incorporada sem reservas. O argumento de White não é o de simplesmente abandonar a pretensão de oferecer um relato verdadeiro do que efetivamente ocorreu, mas defender uma (re)aproximação entre as duas formas do passado. Isto é, o estudo do passado deve se pautar não apenas pela questão "isto é verdadeiro?", mas também de assumir um engajamento ético mais evidente, por sua vez centrado na questão "o que eu (nós) devo fazer?". Só assim podemos recuperar uma ligação mais orgânica entre passado e presente e perceber o "presente como história" para, então, sermos capazes de produzir visões e imaginações sobre o futuro – tanto a nível individual, como em relação a projetos políticos de grande alcance.

A proposta de White passa, portanto, em revitalizar os elos de ligação entre a historiografia e o modernismo literário, e isso como um caminho para repensar as relações entre epistemologia e ética, e também como forma de “renegociar as fronteiras”¹⁰ entre passado, presente e futuro – requisito necessário para lidar com os eventos modernistas e contribuir para a tarefa de libertar o presente do fardo da história. O evento modernista, por sua própria tendência de borrar as fronteiras entre fato e ficção e entre passado e presente, parece resistir ao tratamento narrativo convencional, com início, meio e fim. Mas, conforme argumenta White, esta não é a única maneira de a historiografia representar o passado.

A noção de “anti-narrativa” nos fornece um exemplo interessante. Pense-se, por exemplo, no filme *Amnésia* (2000), dirigido por Christopher Nolan. O retorno de cenas que se desenvolvem sem se basear exclusivamente na linearidade é o artifício usado pelo diretor para representar o modo como o protagonista experimenta o tempo após sofrer um trauma que o fez perder a capacidade de armazenar novas memórias – o que os neurocientistas chamam de “amnésia anterógrada”. A sugestão aqui é que certas experiências resistem a um tratamento narrativo convencional, o que não significa, porém, que o filme perca em coerência e capacidade de nos dizer alguma coisa – ou, como diria Gadamer, que seja capaz de produzir no leitor uma *experiência de verdade*. O retorno às cenas, vistas de diferentes perspectivas, acrescentam cada vez mais camadas de significação, que não dependem da sequencialidade narrativa linear. O ponto do argumento de White é encorajar os historiadores a aplicar e experimentar essa e outras técnicas de representação no seu próprio *métier*.

¹⁰ Tomamos de empréstimo essa expressão utilizada por BEVERNAGE e LORENZ, 2013.

Destarte, devemos relativizar a ideia de que passado histórico e passado prático estejam separados tão radicalmente, ainda que por vezes isso seja sugerido em *The practical past*. Isso levanta uma questão: não haveria então a necessidade de avaliar a pertinência da própria distinção? Após percorrermos o “desvio” proposto, é chegado o momento de tecer uma avaliação mais crítica de sua pertinência teórica. Teremos em vista as possibilidades e limites que o par prático-histórico oferece para a História da Historiografia

Os passados práticos e a História da Historiografia

Desde que Hayden White começou a falar sobre os passados práticos, não tardou para que os historiadores reagissem a sua proposta, variando desde as leituras mais positivas e entusiasmadas, até as mais críticas e reservadas. No que tange à historiografia brasileira, a proposta de White foi recebida com certo teor crítico, uma vez que essa separação entre passado prático e passado histórico se mostra um tanto problemática. Rodrigo Turin (2016) afirma, ao tratar dos problemas enfrentados pela disciplina histórica, que esta transita de maneira tensa entre o passado prático e o passado histórico.¹¹ Pedro Caldas (2013) e João Ohara (2015) afirmam que o deslocamento do passado histórico para o passado prático é, de fato, relevante para se pensar a disciplina histórica hoje. Tal deslocamento não significa necessariamente o abandono da disciplina, mas oferece novas formas de compreender outros passados, principalmente ao evidenciar a literatura como um caminho fundamental para o resgate da dimensão prática do passado. Dessa forma, podemos afirmar que esses autores não se preocupam em fazer uma mera abordagem conceitual, ou ainda, tomar o par whiteano de maneira acrítica; o que eles propõem é pensar nos novos caminhos que se abrem para compreender o lugar da História enquanto disciplina, ao mesmo tempo em que questionam o uso indiscriminado dessas categorias.

¹¹ De acordo com Turin: “Pode-se dizer, assim, para fazer uso das categorias - ainda que bastante problemáticas - propostas recentemente por Hayden White, que a disciplina histórica hoje parece transitar de modo tenso entre o passado histórico (ou, eu preferiria dizer, um passado disciplinar) e o passado prático. Um passado histórico (ou disciplinar), cujas razões práticas vinculam-se às próprias condições de sobrevivência e reprodução da disciplina e do historiador no sistema universitário e escolar; um passado prático, constituído pelas pressões de um cenário marcado pela difusão e ampliação dos meios de representação do passado, pelos efeitos da aceleração social e pela globalização das memórias sociais e nacionais” (TURIN, 2016, p. 19).

Afirmamos na introdução que não é nosso interesse fazer uma crítica estritamente conceitual de sua proposta, já que se tratava de perceber como ela funciona no conjunto da obra do historiador estadunidense e pensá-lo desde essa perspectiva. Nesse sentido, optamos por deixar de lado uma comparação entre o sentido de “passados práticos” em Michael Oakeshott e Hayden White¹². Mesmo assim, essa escolha não nos exime de perguntar se e em que medida o par conceitual poderia ser operacional para a pesquisa histórica. Isso passa, por um lado, em verificar se a distinção entre essas formas do passado realmente aparece na História da Historiografia, e por outro, em identificar o que essa proposta poderia de fato oferecer para o trabalho do historiador.

Nosso propósito aqui é construir uma interpretação que seja ao mesmo tempo crítica e que reconheça a sua importância no debate contemporâneo. Faremos isso a partir de dois movimentos. Primeiro, vamos expor os principais problemas que, a nosso ver, envolvem o par passado prático e passado histórico. A seguir, apresentaremos uma saída que não seja a de descartar completamente o argumento de White, por meio de uma aproximação com a hermenêutica filosófica de Hans-Georg Gadamer.

a) *Os passados práticos e a História da Historiografia*

Como vimos, o conceito de passados práticos está fundamentado numa certa concepção sobre a história da historiografia. De uma maneira geral, White acredita que desde a formação da ciência histórica no século XIX, os historiadores não foram capazes de renovar e ampliar as suas práticas de representação do passado com a profundidade necessária. Conforme lembramos acima, já em 1966 White apontava para o descompasso que marcava a historiografia, a qual teria se fechado em concepções de tempo, verdade e escrita que já não eram os mesmos da arte e da ciência do século XX. Esse diagnóstico mantém-se presente no livro de 2014 e constitui o pano de fundo da apresentação do conceito aqui em jogo.

Podemos até concordar que a historiografia não se atualizou com a intensidade que White desejava. No entanto, custa-nos convencer que as produções históricas do nosso presente sejam fundamentalmente da mesma natureza que aquelas dos anos 1960, quanto mais do século XIX. Bastaria lembrar o lugar que o tema das “histórias nacionais” tem ocupado ao longo desse período; ou então a ampliação de objetos possíveis e mesmo de novas formas de

¹² Mesmo porque essa análise já foi feita por outros historiadores, como LORENZ, 2014.

apresentação/representação desenvolvidas durante os Novecentos – largamente celebradas por muitos historiadores, inclusive¹³.

Assim, se o propósito do par prático-histórico era permitir uma crítica à historiografia acadêmica tradicional, fica em questão se ela realmente é adequada para cumprir tal objetivo. E isso porque a proposta de White está fundamentada em uma concepção que é em grande medida “envelhecida” sobre a história da historiografia, pois tende a ignorar inovações significativas ocorridas nos últimos anos¹⁴. A historiografia que temos hoje já não é a mesma do século XIX; por exemplo, muitas pesquisas têm se ocupado das representações não acadêmicas do passado desde um ponto de vista que rejeita tratá-las como se fossem inferiores à historiografia acadêmica – utilizando-se, por exemplo, da noção de “cultura de história”¹⁵ e de “historiografias populares”. Essa dificuldade foi identificada por Chris Lorenz como um sinal da “insuficiência” da oposição entre passado histórico e prático, pois segundo o autor ela não questiona as pressuposições positivistas sobre as quais ela própria se sustenta¹⁶.

Gostaríamos de acrescentar mais um ponto nessa crítica, referente a um problema de ordem temporal na base da proposição de Hayden White. Como vimos, o autor entende que a formação do passado histórico implicou, fundamentalmente, um fechamento do olhar do historiador no passado, em detrimento de uma concepção que integra passado, presente e futuro numa unidade temporal dinâmica. White extrai essa caracterização a partir da prescrição metodológica de estudar o passado como um fim em si mesmo (*for its own sake*), para evitar que os preconceitos do presente pudessem comprometer a busca pela verdade (correspondência). Com efeito, essa seria uma boa síntese do objetivismo histórico que prevaleceu nessa historiografia muitas vezes dita “positivista”.

No entanto, é preciso separar a questão pela objetividade da história com a concepção de tempo que motiva e permeia a escrita da história. Devemos lembrar que mesmo nas

¹³ Apenas para citar um que se tornou clássico: LE GOFF; NORA, 1995. Para ficar ainda no plano da narrativa tradicional, não podemos esquecer de todo o combate que as primeiras gerações dos *Annales* travaram contra a “história-narrativa”, em nome de uma abordagem que pudesse ser chamada de “história total”.

¹⁴ Isso vale inclusive para a questão das técnicas de representação histórica desenvolvidas até aqui. Apenas para dar um exemplo, ver GUMBRECHT, 1999.

¹⁵ Veja-se, por exemplo, a pesquisa coordenada por João Paulo Pimenta sobre a independência do Brasil, e mais exatamente sobre as concepções e valores dos brasileiros da atualidade sobre esse fato histórico, indo além das representações historiográficas canonizadas. Cf. PIMENTA et al., 2014.

¹⁶ “Diferentemente de White, no entanto, creio que a oposição entre o passado ‘histórico’ e ‘prático’ não é suficiente, porque essa oposição não problematiza as pressuposições positivistas sobre as quais a mesma distinção se baseia” (LORENZ, 2014, p. 31).

historiografias mais “positivistas”, o ideal de objetividade não entrava necessariamente em choque com uma concepção de tempo baseado na *continuidade* entre passado, presente e futuro. Este ponto, porém, é central no argumento de White. María Inés Mudrovic, comentando esse mesmo ponto, afirma que, para White, a separação entre passado e presente que garantiria a objetividade do historiador profissional seria só um gesto para reprimir a dimensão prática-moral da historiografia:

Trata-se de uma repressão necessária para uma disciplina com pretensões científicas. A historiografia “oferece-nos lições morais, quer a retenhamos ou não, simplesmente em virtude da organização de suas descrições do passado na forma de estórias”. Para White, este ponto é “difícil de engolir se você está comprometido em contar a verdade, toda a verdade, e nada mais que a verdade no que você diz” (MUDROVIC, 2016, p. 17-18).

No entanto, cremos ser possível questionar a adequação dessa leitura. A história da historiografia é repleta de exemplos nos quais a distinção entre passado histórico e prático não se apresenta, e mais ainda, que a separação clara entre passado e presente operada pelo historiador não era visto como um gesto incompatível com a dimensão prática-moral do seu trabalho. De tal modo que é a própria separação entre o prático e histórico que entraria em questão¹⁷.

Podemos ilustrar nosso argumento com o exemplo de Diogo de Vasconcellos, reconhecido como o “primeiro historiador” de Minas Gerais, especialmente pela escrita de *História Antiga de Minas Gerais* (1901-1904), seguida de *História Média de Minas Gerais* (1918)¹⁸. Em sua obra, Diogo de Vasconcellos procurou elaborar uma síntese organizada da história de Minas por uma leitura abrangente das fontes históricas que, naquele momento, estavam sendo reunidas em torno do Arquivo Público Mineiro, fundado em 1895¹⁹. Seu propósito de produzir uma narrativa sistemática do passado de Minas Gerais se encaixaria, à primeira vista, perfeitamente com a noção de passados históricos.

¹⁷ Zoltán Simon já apontou para esse problema: “A sugestão de White de que deveríamos recorrer a ela [a distinção prático-histórico] seria, penso eu, um retorno explícito às preocupações da escrita histórica do século XIX, a qual, mesmo White tem que confessar, estava engajada em um passado que era ao mesmo tempo histórico e prático” (SIMON, 2015, p. 823).

¹⁸ Já houve quem chamasse Diogo de Vasconcellos de “o Heródoto mineiro” (Francisco Campos em obituário sobre Vasconcellos); outros preferiam aproximá-lo de Tucídides (Nelson de Senna, em outro obituário). Ainda hoje esse título de primeiro historiador é reconhecido em alguns trabalhos, cf. ROMERO; SILVEIRA, 2014. Ver também RAMALHO, 2015 e SILVA, 2010.

¹⁹ Sobre a fundação do APM e os impactos na escrita da história de Minas Gerais, ver MEDEIROS e ARAÚJO, 2007; RAMALHO, 2015.

Vejam, porém, o que o autor nos diz no seu livro de 1918:

A história, sendo uma viagem regressiva ao passado, há de ser vista como foi: e, já que não é dado trazer os mortos à luz do nosso dia, temos que nos transportar nós mesmos, sem ilusões, ao dia em que eles viveram. E, se é certo que em menos de um século Minas se considera transformada no gozo de sua atual civilização ridente e próspera, é que pelo menos devemos a nossos antepassados a educação moral, a consciência e a coragem com que venceram suas dificuldades, cooperando com os governos, pois não é, nem pode ser verdade, que a ordem, condição de todo progresso, tenha sua origem ou seja fruto que nasce de gerações turbulentas ou embrutecidas pela anarquia ou pelo despotismo (VASCONCELLOS, 1948, p. 286).

Esta passagem demonstra de maneira clara que a distinção proposta por White deve, no mínimo, ser relativizada. Vasconcellos reconhecia que a história “deve ser vista como foi”, e para isso postula que o historiador deve “transportar-se” para o passado numa “viagem regressiva”. Se assumirmos o conceito de passados históricos de maneira acrítica, diríamos que essa viagem não tem passagem de volta, pois ela pressupõe uma desvinculação com os interesses do presente. Porém, logo a seguir Vasconcellos nos diz exatamente o oposto. É a história (ou o “passado histórico”) que faz reconhecer a continuidade temporal entre passado e presente e, assim, extrair a lição *moral* segundo a qual “a ordem é condição de todo progresso”.

Para Diogo de Vasconcellos, não apenas o passado histórico ilumina o presente, como dele se extrai lições para a vida – assumindo uma função moral/prática. A obra do historiador marianense nos mostra que mesmo a versão mais tradicional do passado histórico não pressupunha um corte radical entre passado e presente, mas que, ao contrário, afirmava a continuidade temporal como base para a assunção de uma certa função moral com forte conteúdo cívico, qual seja, oferecer lições para os contemporâneos em busca de um futuro cada vez melhor (progresso).

Portanto, deve-se relativizar aquela desvinculação radical entre moral/ética e epistemologia que constitui o pano de fundo sobre o qual o par conceitual whiteano se sustenta, bem como a forma da temporalidade que fundamenta a mesma distinção. Isso não implica, porém, que devemos rejeitar completamente a proposta de Hayden White. É o que procuramos demonstrar a seguir.

b) *História como saber prático: White e Gadamer*

Como lidar com essas dificuldades? O que nos resta é simplesmente descartar a proposta whiteana? Não cremos. Os problemas e inconsistências que o par conceitual apresentam de fato

limitam o seu emprego como ferramenta de pesquisa e análise; no entanto, isso não elimina o seu valor mais fundamental, que é o de *explorar possibilidades mais amplas da produção histórica, para além da forma de domesticação do tempo que o historicismo nos legou*. O propósito fundamental do par prático-histórico, entendido a partir do conjunto da obra de White, não é de oferecer apenas mais um conceito instrumental para o historiador utilizar em suas pesquisas, mas de levá-lo a pensar sobre o seu próprio ofício e direcioná-lo para a tematização das dimensões práticas da história.

O ponto central do argumento de White, em outras palavras, é de fazer um *chamado* para que o historiador saia de sua zona de conforto, a partir de dois vetores principais: ampliar as técnicas de representação por meio de uma (re)aproximação com a literatura contemporânea; e apontar a necessidade de o historiador interferir na vida prática, isto é, entrar no debate *ético* que permeia o seu próprio presente. Com isso, nossa interpretação defende um julgamento mais equilibrado sobre a proposta dos passados práticos e históricos: reconhecer a sua importância, mas questionando a sua viabilidade em termos “operacionais” para a pesquisa. Nesse sentido, nossa leitura converge com Gabrielle Spiegel (2013): se por um lado o par whiteano aponta corretamente para a questão da responsabilidade ética e moral do historiador, por outro o conceito traz alguns riscos quando é incorporado acriticamente²⁰.

O ponto de partida que sustenta nosso argumento é destacar que o par prático-histórico indica a necessidade de conceber a história/historiografia de uma maneira muito mais abrangente do que um mero discurso metodologicamente orientado por um ideal de “objetividade” já bastante conhecido e criticado, mas que ainda se faz presente na produção contemporânea do conhecimento histórico. Assim, as discordâncias apresentadas na seção anterior não eliminam o reconhecimento de que a polêmica aberta por White é importante por buscar um direcionamento para a superação dos ditames que tradicionalmente orientam a pesquisa e a escrita da história²¹.

²⁰ Sobre esse ponto, Gabrielle Spiegel afirma que “ninguém tem argumentado mais fortemente por uma abordagem eticamente responsável e moralmente significativa sobre o passado. Mas eu também diria que isso deveria ocorrer no interior de nossa prática histórica, em vez de ser uma questão de escolha pelo passado prático” (SPIEGEL, 2013, p. 508).

²¹ Neste ponto, ressaltamos nossa concordância com Arthur de Lima Avila, para quem essa compreensão oitocentista continua dando sustentação a uma ideia de disciplina histórica que não está adequada a um mundo pós-fundacional. “Dados o notório comportamento dos historiadores em continuar com seu *business as usual* diante de debates teóricos mais contundentes, seu desdém pela teoria da história e a tendência profissional a

Uma maneira de esclarecer esse ponto seria retomar as contribuições de outro teórico importante que dizia algo muito semelhante, ainda que numa perspectiva muito distinta: Hans-Georg Gadamer. Como é sabido, em seu tratado *Verdade e método* (1960) o hermeneuta alemão elaborou toda uma crítica contra a universalidade do método moderno nas ciências do espírito. Neste livro, Gadamer já criticava o corte entre ética e epistemologia levado a cabo com a introdução e progressiva expansão do método moderno nas ciências históricas no século XIX. Contra essa tendência, o autor propõe um retorno à tradição humanista, a qual estava fundamentada em outros conceitos e valores na elaboração do conhecimento histórico.

Na seção “Os conceitos básicos do humanismo”, Gadamer apresenta a ideia de *sensus communis*, que remonta a Aristóteles, e depois apropriado pelos estóicos e chegando até Giambattista Vico com a sua *Ciência Nova*²². A definição mais básica desse *sensus communis* seria: um conhecimento da vida prática, que existe em todos os seres humanos e que possibilita a instituição de uma comunidade. O sentido do senso comum não se alimenta do verdadeiro, mas do verossímil; não visa o conhecimento universal abstrato da razão, mas a universalidade concreta de um grupo, de um povo, etc. Essa defesa do verossímil que está presente em Vico ressoa o antagonismo aristotélico entre o saber prático (*phronesis*) e o saber teórico (*sophia*). Ambas são formas distintas do saber: “Ele [Aristóteles] não a considera uma mera faculdade (*dynamis*), mas uma determinação do ser ético, que não pode existir sem o conjunto das ‘virtudes éticas’, assim como estas não podem existir sem aquelas” (GADAMER, 2015, p. 59).

Esse alicerçar das ciências do espírito sobre a noção de *sensus communis* importa especialmente para uma compreensão mais ampliada das ciências históricas – para além dos limites que o método moderno lhe impôs. E isso porque, na tradição humanista, a existência moral e histórica do homem, tal como se configura em seus feitos, está determinada pelo *sensus communis*. Nesse sentido, um conhecimento efetivamente positivo seria aquele que “transmite o senso comum” (GADAMER, 2015, p. 60). Assim, a história adquiria uma forma de saber prático, isto é, da *phronesis*: “A história é, realmente, uma fonte de verdade muito distinta da razão teórica. [...] Seu direito próprio repousa no fato de as paixões humanas não poderem ser regidas pelas prescrições genéricas da razão” (*Ibidem*, p. 60, grifo do autor). Essa centralidade

esvaziar e/ou encerrar discussões fundamentais para sua própria sobrevivência, me parece que o tom controverso de White não é somente desejável: é profundamente necessário” (AVILA, 2018, p. 43, nota 42).

²² Não custa relembrar a importância que Vico teve para a teoria dos tropos e o seu impacto em *Meta-história*.

da dimensão prática do saber histórico resultou, por exemplo, na permanência do *topos historia magistra vitae*, que só viria a ser desestabilizada a partir do século XVIII, justamente com a introdução do método moderno nas ciências históricas, deixando a dimensão prática do senso comum na obscuridade em nome de valores e princípios alheios a essa tradição.

Não interessa aqui expor em detalhes como Gadamer continua a sua argumentação. Nosso ponto é mostrar o paralelo entre essa reflexão e a proposta de White sobre os passados práticos. Ambos questionam a universalidade do método histórico moderno, buscando explorar outras possibilidades para a compreensão histórica para atingir novas experiências de verdade. Todavia, seus argumentos não coincidem totalmente. Gadamer propõe uma reapropriação da tradição (o que não significa de modo algum repeti-la de forma acrítica), enquanto White prefere insistir em uma aproximação com as técnicas artísticas do modernismo literário. O ponto de convergência reside na busca por outras formas de experiência e representação da história, que permitem transgredir os limites que o método moderno impôs à historiografia – ou, diria White, a crítica do passado histórico pela via do passado prático.

Além disso, o problema temporal que indicamos acima é reconduzido por Gadamer de maneira mais precisa, isto é, fundamentado na analítica temporal do *Dasein* feita por Martin Heidegger (2012). Assim, a maneira como o historicismo tratou do problema da distância temporal, isto é, como uma barreira a ser superada pelo intérprete em sua busca por objetividade, é radicalmente transformada por Gadamer: a distância seria a própria condição da compreensão, pois esta não ocorre fora de uma vinculação existencial com a tradição. Assim, a reabilitação dos “preconceitos” levada a cabo em *Verdade e método* não significa de maneira alguma a defesa de um ideário reacionário; trata-se, antes, de situar a compreensão como um círculo virtuoso entre a atualidade e o ter sido a partir do projeto próprio do compreender, indicando a vinculação necessária entre a tradição e a situação do intérprete.

A recorrência a Gadamer serve, portanto, para esclarecer, sob outra chave teórica, o ponto central do argumento de White. Isto é, que a superação dos limites estabelecidos pelo método moderno significa compreender a historiografia como um saber prático. Essa orientação constitui o sentido fundamental da proposta whiteana; algo que muitos historiadores, confortáveis com sua prática corriqueira, nem sempre estão inclinados a ver. Assumir o debate ético é algo que a história não pode se furtar, sob pena de se ver reduzida no debate contemporâneo. Se é verdade que muitos historiadores têm se dedicado a pensar as dimensões

éticas da história²³, não podemos esquecer o papel que o próprio Hayden White ocupou nesse “giro ético-político”²⁴ ao longo de sua carreira. E a maneira de o historiador reafirmar-se no debate contemporâneo é lançar-se em experimentações, permitir a surpresa na história, bem como intervir nos assuntos que mobilizam o seu próprio tempo a partir das formas e técnicas coetâneas de representação literária.

Conclusão

Por mais que o par conceitual seja descrito como simplesmente heurístico (como “tipos-ideais”), podemos questionar a sua viabilidade e utilidade para cumprir sua própria meta, qual seja, contribuir para uma renovação mais abrangente da historiografia que temos hoje. Afinal, não seria essa a própria dimensão “prática” do trabalho de White? Depois de todo esse movimento proposto de (des)construção, o que nos resta? Para nós, a distinção entre passados práticos e históricos não deve ser apreendida de maneira acrítica. No entanto, recusamos a postura de que a proposta de White deve ser totalmente descartada. E isso porque seu valor maior reside, como afirmamos, no *chamado* que ela faz aos historiadores – e que merece ser ouvida com atenção. Tal chamado consiste, como vimos, em assumir dois pontos fundamentais, mutuamente dependentes: por um lado, assumir de maneira clara as dimensões éticas de seu trabalho e o interesse do presente; e buscar enriquecer seu repertório de representação sobre a experiência da história pela via da aproximação com a literatura. Expressa-se, assim, um desejo de lembrar aos historiadores que a História está sempre em perigo, e assumir a postura de fingir que estamos imunes é o caminho mais rápido para a derrota.

²³ Cf. MENDES, 2014. SPIEGEL, 2014, TURIN, 2016.

²⁴ Sobre o “giro ético-político” na historiografia e o papel de Hayden White nesse processo, ver RANGEL; ARAUJO, 2015.

Referências bibliográficas

- ÁVILA, Arthur Lima de. (In)disciplinando a história: do passado histórico ao passado prático. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, n. 18, p. 35-49, jan./jun. 2018.
- BENJAMIN, Walter. *Origem do drama trágico alemão*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- BEVERNAGE, Berber; LORENZ, Chris. Breaking up time: negotiating the borders between past, present and future. *Storia della Storiografia*, v. 63, n. 1, p. 31-50, 2013.
- CALDAS, Pedro. Para além do giro linguístico: uma abordagem existencialista da obra de Hayden White. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 11, p. 272-278, 2013.
- CARVALHO, Augusto de. *História do passado: da conceitualização tradicional à reconfiguração em Walter Benjamin, Martin Heidegger e Sigmund Freud*. 2017. 392 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.
- CESAR, Temístocles. Hamlet Brasileiro: ensaio sobre giro linguístico e indeterminação historiográfica (1970-1980). *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 17, p. 440-461, 2015.
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Tradução de Flávio Paulo Meurer. 15ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista (SP): São Francisco, 2015.
- GONTIJO, Rebeca. Sobre cultura histórica e usos do passado: a Independência do Brasil em questão. *Almanack*, v. 8, p. 44-53, 2014.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Em 1926: vivendo no limite do tempo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- HARLAN, David. “‘The Burden of History’ Forty Years Later.” In: ANKERSMIT, Frank; DOMANSKA, Ewa. *Re-Figuring Hayden White*. Stanford (EUA): Stanford University Press, 2009, p.169–189.
- HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Trad. Márcia Schuback. Petrópolis, RJ ; Bragança Paulista, SP: Vozes ; Editora Universitária São Francisco, 2012.
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). *História: novos problemas*. Tradução de Theo Santiago. 4ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- LORENZ, Chris. It Takes Three to Tango: History between the “Practical” and the “Historical” past. *Storia della Storiografia*, v. 65, n.1, p. 29-46, 2014.

- MALEBRBA, Jurandir (Org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- MEDEIROS, Bruno Franco; ARAUJO, Valdei Lopes. A história de Minas como história do Brasil. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 43, n. 1, p. 22-37, jan./jul. 2007.
- MENDES, Breno. “Paul Ricoeur e a narrativa historiográfica: para além do debate epistemológico, a dimensão ética”. In: GARCIA, Fernando; MENDES, Breno; VIEIRA, Andrea. *Teoria da história em debate: modernidade, narrativa, interdisciplinaridade*. Jundiaí (SP): Paco Editorial, 2014, p.59-78.
- MUDROVIC, María Inés. Historical Narrative as a Moral Guide and the Present as History as an Ethical Project. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 21, p. 10-24, ago. 2016.
- OAKESHOTT, Michael. “Historical Experience”. In: *Experience and its Modes*. Cambridge: Cambridge University Press, 1933.
- PAUL, Herman. *Hayden White: the historical imagination*. Nova York: Polity, 2011. Resenha de: OHARA, João Rodolfo Munhoz. Um Hayden White existencialista: por uma historiografia da libertação. *Revista de Teoria da História*, v. 7, n. 13, p. 287-292, abr. 2015.
- PIMENTA, João Paulo; ATTI, César Augusto; CASTRO, Sheila Virgínia; DIMAMBRO, Nadiesda; LANNA, Beatriz Duarte; PUPO, Marina; VIEIRA, Luiz Otávio. A independência e uma cultura de história no Brasil. *Revista Almanack*, n. 8, p. 2-36, 2014.
- RAMALHO, Walderez Simões Costa. *A historiografia da mineiridade: trajetórias e significados na história republicana do Brasil*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
- RANGEL, Marcelo de Mello; ARAUJO, Valdei Lopes de. Apresentação – Teoria e História da Historiografia: do giro linguístico ao giro ético-político. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n.17, p.318-332; abr. 2015.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- ROMEIRO, Adriana; SILVEIRA, Marco Antônio (Org.). *Diogo de Vasconcellos: o ofício do historiador*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.
- SILVA, Rodrigo Machado. O Heródoto mineiro: da tradição monárquica à historiografia republicana. *Revista Temporalidades*, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 56-65, jan./jul. 2010.
- SIMON, Zoltán Boldizsár. History manifested: making sense of unprecedented change, *European Review of History*, v.22, n.5, p.819-834, 2015.

SPIEGEL, Gabrielle. Above, About and Beyond the Writing of History: A Retrospective View of Hayden White's Metahistory on the 40th Anniversary of its Publication. *Rethinking History*, v. 17, n. 4, p. 492–508, 2013.

_____. The future of the past: history, memory and the ethical imperatives of writing history. *Journal of philosophy of history*, v. 8, p. 149-179, 2014.

TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 2. p. 12-28, mar. 2009.

_____. *Entre o passado prático e o passado histórico: as figurações do historiador no Brasil contemporâneo*. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

VASCONCELLOS, Diogo L. A. P. de. *História média das Minas Gerais*. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1948 [1918].

WHITE, Hayden. *Metahistory: the historical imagination on the 19th century*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1973.

_____. *The content of the form: narrative discourse and historical representation*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1987.

_____. "O fardo da história". In: *Trópicos do discurso: ensaio sobre a crítica da cultura*. São Paulo: EDUSP, 1994.

_____. O evento modernista. *Lugar comum*, n. 5-6, p. 191-219, 1999.

_____. The practical past. *Historien*, v. 10, p. 10-19, 2010.

_____. Politics, history and the practical past. *Storia della Storiografia*, v. 1, n. 61, 2012. p. 127-134.

_____. *The practical past*. Evanston: Northwestern University Press, 2014.

HERÓIS DE PAPEL: HISTÓRIA E BIOGRAFIA EM GUSTAVO BARROSO

Erika Morais Cerqueira¹
Doutoranda em História - UFMG
erika_mcerqueira@hotmail.com

Resumo: Objetivamos analisar o discurso historiográfico de Gustavo Barroso (1888-1959) presente nas narrativas biográficas elaboradas pelo escritor, entre 1928 e 1945. Para tanto, apresentaremos algumas reflexões acerca das formas discursivas e das concepções historiográficas que vemos compor a escrita da experiência do tempo em Barroso. Estudaremos, através da interface entre a história da historiografia e a literatura, as possíveis relações entre o seu ato de fala e o seu público, na constituição de um saber histórico politicamente comprometido com o passado militar da nação. Ao biografar os militares que atuaram durante o Segundo Reinado no Brasil, o escritor o fez à luz das inquietações de seu tempo, tentando construir análises históricas decifradoras e atualizadoras dos problemas nacionais. Propomos que a narrativa biográfica barroseana integra-se à escrita da história do Brasil, na medida em que auxilia na criação de uma ordem do tempo, o tempo da nação, e na definição de um espaço de atuação, o território brasileiro, elementos que balizavam as discussões historiográficas do período.

Palavras-chave: Gustavo Barroso; História; Biografia; Nacionalismo; Militarismo.

Abstract: We aim to analyze the historiographic discourse of Gustavo Barroso (1888-1959) present in the biographical narratives elaborated by the writer between 1928 and 1945. For this purpose, we will present some reflections about the discursive forms and the historiographic conceptions that we see composing the writing of the experience of time in Barroso. We will study - through the interface between the history of historiography and literature - the possible relations between his speech act and his audience, in the constitution of a historical knowledge politically committed to the military past of the nation. By biographing the military personnel who acted during the Second Reign in Brazil, the writer did so in the light of the anxieties of his time, trying to construct historical analyzes deciphering and updating the national problems. We propose that the Barrosian biographical narrative integrates with the writing of Brazilian history, insofar as it assists in the creation of an order of time - the time of the nation - and in the definition of a space of performance - the Brazilian territory; elements that marked the historiographical discussions of the period.

Keywords: Gustavo Barroso; History; Biography; Nationalism; Militarism.

Artigo recebido em: 02/07/2018

Artigo aceito em: 29/11/2018

¹ Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2115009396178787>

INTRODUÇÃO

Durante seu tempo de vida (1888-1959) e, em particular, na época em que realizou suas produções letradas, Gustavo Barroso foi o intelectual dedicado ao estudo da história militar brasileira, especialmente, por intermédio da escrita de biografias de alguns de seus protagonistas: Osório, Caxias, Tamandaré, elaboradas entre 1928 e 1945. Ao longo de sua trajetória, Barroso participou ativamente dos círculos de sociabilidade intelectual que marcaram os ritmos da missão de redescobrir o Brasil, decantada por homens de letras e de ciências, a partir, notoriamente, de 1930. Embora nossa análise se concentre nas biografias elaboradas por Barroso ao final dos anos vinte e na década seguinte, consideramos que as questões que orientaram sua “operação historiográfica” estão, em grande medida, relacionadas às ideias que mobilizaram a intelectualidade brasileira no imediato pós-guerra. No período anterior ao conflito havia um forte sentimento de otimismo em relação ao futuro, o que foi colocado em xeque pela experiência da guerra, que assinalou os limites dessas promessas de progresso infinito.

A crítica à modernidade foi acompanhada por uma sensação de desencanto frente, em muitos casos, a um mundo em ruínas, promovendo questionamentos acerca dos limites e das possibilidades do moderno. A experiência do conflito, assim como as reconfigurações oriundas de seu término, evidenciou a distância que separava o Brasil das nações industrializadas e incutiu o temor a respeito de nossa capacidade para manter a unidade e a independência nacionais. Mais do que exaltar a beleza natural e as potencialidades da terra, passou-se a “advogar a necessidade urgente de conhecer, explorar, administrar e defender o território” (DE LUCA, 2003, p. 40). Por um viés ufanista, insuflava-se o orgulho nacional pela imensidão do território, cujas proporções fomentavam a imaginação, todavia, assegurar a sua posse constituía uma dificuldade.

O Exército, instituição capaz de garantir a manutenção das fronteiras, foi revestido por um novo simbolismo que visava, fundamentalmente, promover o reconhecimento de suas atividades (CASTRO, 2012). Empreendeu-se uma campanha em prol do serviço militar obrigatório, percebido não apenas pelo ângulo defensivo, mas antes como uma escola de civismo que objetivava resolver os problemas de uma nacionalidade inconclusa. Tornava-se

premente que os brasileiros se assenhorassem efetivamente de seu país, o que incluía, sobretudo, o conhecimento acerca de seu passado. Afinal, se o futuro poderia ser contemplado como um horizonte aberto, faltava ao Brasil, na visão de muitos intelectuais, o passado glorioso, raiz desse tempo vindouro. Tornava-se necessário, pois, criar esse passado.

Processo este que envolvia, em uma dimensão mais ampla, a renovação das letras nacionais, debate caro às décadas de 1930 e 1940, momento em que os intelectuais brasileiros advogavam a renovação da própria história nacional. Nesse ínterim, portanto, o biográfico passou a figurar como gênero de destaque: “A biografia, desde que humanizasse seus protagonistas, seria uma estratégia, de primordial importância, entre as iniciativas de renovar a escrita da história nacional”. (GONÇALVES, 2010, p. 128). Contexto em que as revistas literárias firmavam o consenso sobre a necessidade de casamento entre a biografia e o romance, de forma tal que estas atingiram um novo patamar, marcado pelos estudos psicológicos do texto, como observou Maria Helena Werneck (2008), em seu estudo sobre as biografias machadianas.

Identifica-se na obra barroceana a ideia de que a terra, mais que uma dádiva, deve ser concebida como o resultado de um esforço coletivo, conscientemente realizado pelos antepassados, de forma a garantir a posse do território. O trabalho de reordenação do tempo envolveu a exaltação dos protagonistas da história, personalidades capazes de promover a confiança nos destinos da nação, assim como afirmar a excelência de um povo corajoso, que soube defender o seu patrimônio. A nação, em uma concepção orgânica, teria sido gestada em um longo processo que envolvia o alargamento de suas fronteiras, fruto das campanhas militares empreendidas, prioritariamente, durante o Segundo Reinado. A produção do espaço nacional, por esta perspectiva, forneceria a moldura capaz de reenquadrar o passado, atribuindo-lhe um tom épico e, ao mesmo tempo, extirpando-lhe tensões e ambiguidades que inviabilizavam a sua utilização na construção da identidade (DE LUCCA, 2003). O pretérito, reabilitado, não poderia ser responsabilizado pelas chagas do presente, sendo, portanto, necessário representá-lo sob uma lente patriótica.

Desta feita, a história, enquanto conhecimento disciplinar, fora percebida como um instrumento essencial na constituição da identidade nacional. Contudo, a discussão sobre como ela deveria ser escrita e, especialmente sobre que sujeitos deveriam protagonizá-la, colocava a

questão sobre os indivíduos que, de fato, teriam construído a nação. Na busca pelo desenho das singularidades nacionais, buscou-se identificar aquilo que particularizava nossa cultura, o que fora, mais à frente, denominado de brasilidade (GONTIJO, 2007). Nesses termos, as narrativas de vida foram inseridas entre os elementos capazes de promover o traçado da comunidade brasileira e de inserir, no concerto das nações civilizadas, a nação brasileira.

Ao *narrar* a trajetória dos combatentes do passado, Barroso almejava transformar os leitores em espectadores ou “testemunhas”, oferecendo-lhes uma experiência do passado. Os indivíduos que se distinguiram pela honra foram, mediante o “discurso” do autor, transformados em heróis, cuja função passava a ser, essencialmente, personificar a nação. (ENDERS, 2014). Havia uma ambição pedagógica, pois o que se acompanhava, por meio destes *relatos*, não era a evolução do caráter do herói, mas antes a maneira como suas virtudes eram postas à prova em diferentes momentos. A Barroso interessava a singularidade do percurso individual e, fundamentalmente a exemplificação da eficácia de uma virtude, presente no herói nacional, e os desastres resultantes de determinado vício, encontrados na figura do “anti-herói” das nações vizinhas:

A degola e o fuzilamento não lhe eram bastantes para acabar de reduzir aquela sociedade à expressão mais simples. Lançou mão de outros meios, dos piores. Foram-se-lhe todos os escrúpulos. E praticou atos inomináveis. (...). Rosas ouvia a ladainha bárbara, intimamente se babando de gozo. E os gritos selváticos, como estranhas maldições dum rito fetichista, varavam o ar. (BARROSO, 1929, p. 82).

“A saída de si em direção ao outro”, o passado histórico ou a própria realidade histórico-social, se apresentava como um caminho possível para o diagnóstico destes males que afligiam a nação e, em grande medida, representava a possibilidade de reordenamento do tempo, capaz de promover a confiança no futuro. Ao apresentar o pretérito sob a chave da glória, Barroso almejava propor um novo projeto de nação, que viabilizasse um traçado para o futuro, longe do passado, mas mantendo, ainda, certa relação com ele. É provável que Barroso desejasse informar aos leitores, por meio de suas narrativas biográficas, que a história de seu tempo presente (marcada, entre outros aspectos, pela relativização dos valores e pelo desencanto em relação ao futuro) poderia ser diferente.

Intentamos compreender, assim, o fazer historiográfico entre os anos de 1928 e 1945, período caracterizado, nas palavras de Alceu Amoroso Lima, por uma “epidemia” do gênero

biográfico (GONÇALVES, 2010, 112). Para tanto, iremos mobilizar uma coletânea de biografias, produzidas por Gustavo Barroso, entre 1928 e 1945, publicadas pelas maiores editoras do país: José Olympio, Getúlio M. Costa e Companhia Editora Nacional. Cumpre mencionar que a última figurava entre as maiores do país pelo volume de publicações e, sobretudo, pela qualidade dos textos apresentados na coleção *Brasilina* (FRANZINI, 2006, p. 70); projeto intelectual e editorial preocupado em repensar o país e refundar a moderna sociedade brasileira, composto por intelectuais que constituíam o núcleo da *intelligentsia* brasileira nos anos 1930 (DUTRA, 2013, p. 52). Como um instrumento a serviço de uma pedagogia da nacionalidade, as biografias ocupavam uma de suas seções, com um claro acento em vultos do Império, seguido de personagens da República (TOLENTINO, 2009).

A *Brasiliana* poderia ser compreendida também como um monumento científico-intelectual do Brasil, produzido concomitantemente à institucionalização, também nos anos 1930, do patrimônio nacional, conforme recorda Letícia Julião. Ambicionando romper com imagens “petrificadas” das personagens, as biografias, neste contexto, aproximavam-se da literatura, utilizando-se dos recursos da escrita para preencher lacunas das vidas dos biografados, conferindo-lhes humanidade (JULIÃO, 2013). Propomos que a obra barroseana está inserida neste “solo comum patriótico”, no qual caminha o fazer biográfico na década de 1930, onde o horizonte é o da biografia como monumento: as narrativas de vida dos soldados brasileiros devem “simbolizar” e “materializar” a lembrança.

DESENVOLVIMENTO

Vários estudiosos argumentam, na contemporaneidade, em favor do retorno do gênero biográfico, “prova disso é que, a partir de meados dos anos 80, alguns dos mais renomados historiadores da atualidade consagraram trabalhos ao estudo de trajetórias individuais” (SCHMIDT, 2003, p. 57). Esta aposta faria parte de uma onda de interesse pela história-memória, onde as biografias históricas objetivariam, na verdade, demonstrar as possibilidades que uma dada época descortinava para o indivíduo. Arnaldo Momigliano lembra ainda que “em nossos dias, ninguém, sem dúvida, contesta que a biografia seja uma categoria da história” (MOMIGLIANO, 1991, p. 17). Muitos historiadores têm provado que o fato de se privilegiar a

análise de uma trajetória de vida não implica a impossibilidade de se retratar o contexto social geral no qual o indivíduo está inserido; a oposição entre singular e coletivo é, nesse caso, inexistente. Segundo Giovanni Levi, a biografia demanda uma redução na escala de análise, o que não significa que haverá, com esse método, incompatibilidade entre a história do indivíduo e a história da sociedade (LEVI, 2006). Sob esta perspectiva, personagens do passado seriam “recriados”, como referências para o presente, mas, sobretudo, como “constitutivos de uma suposta identidade de classe, de gênero, racial, geracional, regional, nacional, etc” (ARNAUD, 1989, p. 44-45).

A legitimidade da biografia estaria, segundo Alexandre Avellar, desde os antigos, associada à busca por transcendência, “através do relato que ilumina e dá sentido à vida evanescente e fulgurante” (AVELLAR, 2011, p. 142). A sedução do biográfico estaria, em grande medida, relacionada a um extenso leque de interesses pelo “outro”, por suas experiências de vida, sua exemplaridade, curiosidade essa não isenta de *voyeurismo*. Jerome de Groot, ao abordar as historiografias populares, nos oferece um caminho para entender essa empatia que as biografias despertam, sobretudo quando pensamos no público leitor, por elas almejado: “Analysis of history-as-experience illustrates that it is a set of narratives divorced from an institutionalised framework, used in different and dissident ways by a variety of social groups” (DE GROOT, 2006, p. 391).

Entre os textos que tematizaram a discussão sobre a biografia, certo destaque deve ser conferido ao livro de Daniel Mandélenat, “La biographie”, o qual, ao investigar os diversos usos e sentidos atribuídos às narrativas de vida, definiu o gênero como “narrativa escrita ou oral, em prosa, que um narrador faz da vida de um personagem histórico, acentuando a singularidade e a continuidade de sua existência” (MADELÉNAT, 1984, p.11-20). Ao analisar a história da biografia, o pensador francês distinguiu e caracterizou três paradigmas: a biografia clássica, a biografia romântica e a biografia moderna. A última, em particular, foi associada ao relativismo ético, à psicanálise e às transformações da epistemologia histórica, no alvorecer do século XX. Em diálogo com o dilaceramento realista da subjetividade humana, marcada pelo tom aflitivo que a modernidade lhe conferia, a biografia moderna pretendia, ao reeditar o modelo de folhetim, figurar como o romance de vida de homens comuns a sofrer todas as mazelas da condição humana.

É neste ponto nodal que reside o “valor do biográfico”, nas palavras de Leonor Arfuch, autora que credita às narrativas de vida, entre outros usos, a possibilidade de operar uma “identificação imaginária”. Em seu percurso de análise, Arfuch demonstra como a busca incessante por proteção e referências, característica dos tempos de incertezas, impulsiona o biográfico, em sua dimensão como “modo de acesso ao conhecimento de si e dos outros” (ARFUCH, 2010, p. 75). Sobre este sujeito da modernidade, habitado pela falta e pela saturação, impera o desejo de identificação, como saída para o vazio constitutivo que o dilacera, oportunidade que encontra no biográfico, enquanto ordem narrativa e atribuição de sentido à própria vida: “Se o sujeito só pode encontrar uma instância ‘superadora’ desse vazio em atos de identificação, a identificação imaginária com o outro e com “a vida do outro” é o ato mais ‘natural’, na medida em que replica as identificações primárias, parentais” (ARFUCH, 2010, p. 77). Por esta ótica, o biográfico opera um desfile incessante, que mostra e volta a mostrar “o mesmo no outro”, recolocando em cena “tudo o que falta para ser o que não é”, produzindo um efeito de completude, ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, mantém aberta a possibilidade de novas identificações.

O valor deste gênero estaria relacionado, essencialmente, à possibilidade de ruptura “com o excesso de coerência do discurso histórico”, mediante a aposta na singularidade, de forma a recuperar “as incertezas do passado e as possibilidades perdidas” (AVELLAR, 2011, p. 144). O *boom* de biografias, identificado em nosso contexto de investigação, será analisado, entre ceticismos e avaliações sobre a modernidade em curso, como uma tentativa de valorização do indivíduo, em um contexto que este, isolado, “desaparecia na massa popular”. As histórias de vida que se desenrolam sob a pena de Barroso serão analisadas por esta perspectiva, na medida em que mobilizam o anseio pela imitação de uma imagem modelar, onde importa menos a maneira como o expectador se vê, mas antes como se deseja que ele se veja. As personagens são sujeitos que encarnam ideais e, sobretudo, obtêm sucesso naquilo que se propõem realizar, de forma que o biográfico engendraria o duplo “cumprimento do desejo”: do autor e do leitor. Nesta incursão, nos interessa a compreensão das estratégias de (auto)representação, o vaivém da lembrança, o que Barroso deixa na sombra, que história conta de si mesmo, que história conta do outro (para o outro) e, essencialmente, que sentidos outorga ao passado. Por esta via, a prática do relato será pensada como algo que, não somente faz viver diante de nós as transformações das personagens, como também algo que mobiliza “uma experiência do

pensamento pelo qual nos exercitamos a habitar mundos estrangeiros a nós” (ARFUCH, 2010, p. 121).

O caráter híbrido do gênero biográfico, mais precisamente as relações entre biografia e obra artística, é algo que pressupõe, dentre as múltiplas formas de se representar o passado, a possibilidade mais ampla de fantasiar a história. Tal concepção, no entanto, nem sempre orientou o fazer biográfico, embora, em nosso contexto de análise, a biografia romanceada, em seus liames com a ficção, tenha sido exaltada: “É precisamente nesse período [o século XX] que certos biógrafos renunciam ao imperativo da verdade factual, tão caro a Samuel Johnson, e reivindicam o direito, e até a obrigação, de imaginar o passado” (LORIGA, 2011, p. 25). Sobre este passado deveria pesar, desta forma, o princípio de operatividade, onde importaria, para apreender os sentidos do pretérito, obedecer a certo princípio de identificação: “O eu não permanece rigorosamente idêntico a si mesmo, não cessa de mudar e, no entanto, sente-se ele mesmo e se reconhece em seu passado” (LORIGA, 2011, p. 129). Em um contexto de temporalização da experiência, tal é o ponto que permite, à biografia, restituir a significância da vida humana, assombrada pela modernidade e, por conseguinte, pela “desertificação do passado”. O biográfico assumirá, portanto, um caráter decisivo neste processo de individualização, notadamente a partir do vinte, de tal forma que a psicanálise adotará a narrativa biográfica como recurso privilegiado de sua prática de interpretação e cura de patologias do espírito, que algo irá configurar seu campo de atuação (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p. 22).

O biográfico faria parte, portanto, desta tentativa de humanizar o passado, algo que, no limiar do século XX, possibilitou usos diversos, como bem demonstrou Sabina Loriga, autora cuja obra norteia nossa investigação. “O Pequeno X” nos auxilia a compreender o canal por onde Barroso, ao relatar o que se passou, conseguiu criar realidades passadas, ao mesmo tempo em que, por um mecanismo de “espelhamento”, atribuíam sentidos ao presente. Discurso cuja eficácia estava contida, inclusive, na modalidade narrativa utilizada pelo autor, próxima, em muitos aspectos, à biografia cavalheiresca, fruto, nas palavras de François Dosse, de um processo de laicização e de reivindicação de identidade de uma linguagem no espaço e no tempo. A biografia cavalheiresca permaneceria, ainda segundo Dosse, relacionada ao gênero épico e se inspiraria na literatura, principalmente nas canções de gesta e na tradição oral:

“Encontramos nesses relatos de vida os motivos épicos e as manifestações do maravilhoso acompanhando as cenas de batalha e os grandes feitos de armas” (DOSSE, 2009, p. 153).

Elizabeth Gaucher, ao analisar os modelos de biografias cavaleirescas, informa sobre o modelo histórico, que assinala o enraizamento do herói no tempo e no espaço, assim como as interações entre seu meio e seus atos. Estes trabalhos se caracterizariam por uma evocação daquilo que impressionou a memória coletiva, ficando, de certa forma, marcado nela, e pela imaginação do autor. Sob este último aspecto, a biografia informaria melhor sobre o biografado que sobre o biografado, e, essencialmente, sobre a imagem que o grupo de cavaleiros veicula de si mesmo que sobre suas condições concretas de vida. Tal modalidade integrar-se-ia, portanto, “no seio de uma genealogia cuja narrativa é concomitantemente exemplificação e afirmação da autoconsciência de um grupo social” (DOSSE, 2009, p.152). É, segundo esta via de análise, a de um *ethos* próprio ao universo dos cavaleiros, algo profundamente disseminado na literatura universal, que pensaremos a relação de Barroso com o Exército, assim como os múltiplos esforços feitos pelo último para se sagrar como defensor/protetor da nação.

As tonalidades afetivas que aproximam Exército e nação, na obra de Barroso, aludem às referências da literatura universal, em especial, à noção de heroísmo, conceito que o escritor intenta operar, não sem metamorfoses e tensões. Conforme argumenta Armelle Enders, por trás dos heróis modernos “há uma mistura de referências à literatura antiga, ao cristianismo, à figura napoleônica, aos episódios da história nacional” (ENDERS, 2014, p. 18). Contudo, ainda segundo Enders, tal substrato não seria apenas literário, mas englobaria todas as formas de representações, albergadas na iconografia e nas políticas simbólicas. O conceito de herói teria sofrido, a partir do século XVIII, um constante alargamento, de forma que o termo não seria apenas sinônimo de “grande homem”, mas incluiria qualquer indivíduo que tivesse conquistado notoriedade, passando, assim, à posteridade. “O fenômeno é particularmente notável no Brasil, onde ‘herói’ abrange tanto os ‘vultos’ da história quanto os personagens evocados pela vulgata, como os vencidos recentemente integrados ao panteão” (ENDERS, 2014, p. 16). A partir desta acepção, os heróis seriam aqueles cujos feitos teriam suscitado admiração pública, ou, simplesmente, a atenção do público, de forma que poderiam ser concebidos como meros “atores” - concepção cujo sentido é difícil de deslindar. Segundo Enders, o heroísmo poderia ser dividido em dois campos heteróclitos:

(...) o primeiro seria “funcionalista” considerando “herói” o produto da conjunção de um indivíduo com os anseios coletivos; o outro seria “essencialista”, enfatizando as qualidades intrínsecas que fazem do indivíduo um “herói”. Conforme a concepção “essencialista” é a personalidade única e excepcional de um personagem que lhe permite influenciar e marcar o curso dos acontecimentos. (ENDERS, 2014, p. 15)

É, portanto, seguindo o percurso desta concepção, que acreditamos ser possível perfilar o que o heroísmo veio a representar para Barroso e o seu público, como uma das estratégias utilizadas para inscrever as personagens em uma narrativa que é da história nacional. Desta forma, o culto aos “grandes homens” da pátria seria percebido como um canal por onde seriam introduzidos, na sociedade, as virtudes e os princípios dos novos tempos (CATROGA, 2006). Tal culto não concorreria com o culto aos santos, mas se inspiraria em alguns procedimentos manipulados por ele, evidentes, por exemplo, nos comentários que acompanham o relato da vida de Osório, algo que recende à hagiografia: Osório já era Osório no berço. O santo possui uma marca que o distingue e o universaliza, ele reúne a comunidade numa mesma prece e invocação, algo que é do âmbito do maravilhoso e do lendário; onde reside a “força” do herói barroseano. “A criança que recebera o sacramento do batismo naquele dia de maio, que o destino lhe reservava para a sagração definitiva da glória do campo de batalha, cresceu livremente, sadia e vivaz, na simplicidade da instância paterna” (BARROSO, 1932, p. 08).

Analisando os processos mitológicos de heroificação na história francesa contemporânea, Raoul Girardet chamou a atenção para o fato de que determinados heróis imaginários podem ser incessantemente reinventados, mas que “tal não pode ser o caso de um ser de carne e osso, historicamente definível, e cujo processo de heroificação não poderia fazer esquecer os traços particulares que são os de uma personalidade e de um destino”. (GIRARDET, 1987, p.81). A vigência, ainda que frágil, de alguns aspectos do mito, pode ser identificada no processo de transposição e heroificação que Barroso faz das personagens históricas que compõem sua escrita biográfica. A utilização deste recurso se faria, essencialmente, pela capacidade que o lendário tem de mobilizar o sentimento, como assinala Jean- Claude Bonnet, em um momento de “universalização da glória”, o valor “deve se afixar como uma virtude evidente e contagiosa que seja suscetível de ser adquirida por todos, por meio de uma nova exemplaridade e de uma nova pedagogia heroica”. (BONNET, 1998, p. 12).

No ardor da luta, de repente, um homem passava a cavalo, rodeado de oficiais e lanceiros. Dava-lhe o vento no cobre-nuca do quépi branco e no poncho listado, agitando-os como duas bandeiras. Na gola baixa de sua túnica singela e negra, havia

bordados de general, mas ele trazia na mão uma lança, como se fosse um simples gaúcho. Os soldados velhos conheciam de sobra suas feições varonis, qualquer coisa de leonino no queixo forte, no cabelo basto. Os novos sabiam de sua fama, porém quase lhe não podiam distinguir a fisionomia entre o esvoaçar do poncho, a poeira e a fumaceira da peleja. Atirava ao som das cornetas os batalhões para a frente, épico, ardendo pelas lutas corpo a corpo. (BARROSO, 1928, p. 167).

O trabalho de consagração de heróis nacionais, assim como a ritualística que envolve este processo, tem por objetivo central construir um panteão cívico composto por “grandes homens”, capazes de encarnar modelos de comportamento ou personalidades coletivamente valorizadas. Os soldados foram, segundo Maurice Agulhon, os primeiros a merecer estátuas em praça pública, em todos os lugares em que se prestavam homenagem aos “grandes homens” da pátria, pois despertavam menos debates, se comparados aos políticos, e figuravam como os primeiros servidores da nação (AGULHON, 1988, p. 159). Cumpre mencionar, a maneira pela qual esses modelos são fixados e divulgados no ritual, como ensina Geertz, é uma narrativa, de forma que, o rito nesta perspectiva, pode ser entendido como um “lugar de memória”. Tal aspecto, ao que parece, foi observado no Brasil, durante a Primeira República, considerada como um período rico na encenação de rituais cívicos de consagração de heróis, conforme demonstrou Armelle Enders (2014).

Há um processo dialógico, em que autor e leitor são, simultaneamente, suporte destas vozes outras, que alentam a linguagem, fenômeno que concerne a possibilidade relacional dos discursos, algo que conhecemos como “intertextualidade”. Conceito que nos permite analisar a permanência de determinadas crenças e visões de mundo “que o sujeito assume de forma natural, mas da qual deverá se apropriar pelo uso combinatório peculiar que dela faça, pelos gêneros discursivos que escolher e, sobretudo, pelas *tonalidades de sua afetividade*” (ARFUCH, 2010, p.67). Sentimentos mobilizados, essencialmente, no discurso patriótico acerca de Osório: “Fez com estas palavras o resumo de sua grande vida: coragem tranquila, independência sem orgulho, a pátria acima de tudo e a constância no sacrifício” (BARROSO, 1932, p. 198).

A aposta é de que o relato opere no leitor uma “internalização” de valores, todavia, tal procedimento, para ser eficaz, exige a inclusão do expectador na narrativa, não de forma passiva, mas como “copartícipe”, de forma a prefigurar a sua reação de resposta. Nossa proposta é de que as narrativas biográficas barroseanas realizam um processo de autocriação, onde autor

e leitor são construídos no texto, dito de outra forma, para contar a vida de seu herói. Barroso realiza um processo de identificação e, conseqüentemente, de valoração. Da mesma forma, o seu leitor busca se reconhecer no outro; outro como sujeito histórico e como passado histórico. “O eu não permanece rigorosamente idêntico a si mesmo, não cessa de mudar e, no entanto, sente-se ele mesmo e se reconhece em seu passado” (ARFUCH, 2010, p. 129).

É neste ponto que reside, em grande medida, o valor do biográfico em Barroso, fundado no desejo de transcendência, de algo que ofereça uma ordem e um sentido à vida, perante uma identidade sempre fragmentada. A biografia barroseana operaria como ordem narrativa e orientação ética nessa modelização de hábitos, costumes, sentimentos e práticas, que é constitutiva da ordem social. Promoveria uma educação sentimental. “A este homem, que nascera predestinado às lidas guerreiras, o destino reservava miraculosas salvações de pessoas e de navios. Fizera-as já no Rio da Prata, nas águas plumbias e frias da Patagônia, fa-las-ia ainda nos mares da Europa e do Brasil” (BARROSO, 1933, p. 68).

As biografias históricas assinadas por Barroso desenhavam o retrato de personagens representativos de valores desejados em momentos de conturbação social e política, em que a estabilidade da personalidade e a incorruptibilidade do caráter condicionariam o devir. Sob a clave de uma narrativa humanizadora, Barroso apresentou os heróis nacionais como homens que sofriam as mazelas humanas. Eram seres mortais. Contudo, sempre dispostos a enfrentar e a vencer a adversidade ao preço de um sofrimento. Como no romance, a intriga criava no leitor a expectativa do futuro, do desfecho, de forma a mantê-lo em constante atenção, movido por um impulso lírico que é fonte de projeção de identidade.

A narrativa visaria, fundamentalmente, promover uma identificação com os heróis e, sobretudo, operar uma transposição afetiva, de maneira que “O sacrifício [de Tamandaré] em prol da pátria que tanto amava” (BARROSO, 1933, p. 124) fosse sentido como um dever de todo cidadão exemplar. O fazer biográfico cumpria, desta forma, uma função instrutiva e orientadora, auxiliando os homens perplexos do presente a encontrar o seu lugar na história, tornando, assim, o cidadão exemplar parte integrante da pedagogia cívica. O aprendizado com as falhas, dúvidas e sucessos dos “grandes homens” constituía um lugar de fala a funcionar

como uma pedagogia existencial, em que os leitores poderiam também julgar as ações dos homens na história. Conformava, ainda, o desejo de imortalizar o personagem.

Marques Lisboa era o marinheiro completo, no qual a coragem ombreia com a humanidade e a inteligência corre parilhas com a decisão. O grande almirante foi, como Caxias e Porto Alegre, a encarnação palpitante do espírito de brasilidade. A história viva da Armada, a história viva da própria nacionalidade. (BARROSO, 1933, p. 205).

Estes relatos também tinham como função fornecer modelos de conduta ao presente, funcionando como manuais de civismo, o que parece atender às propostas políticas e historiográficas do período. Haja vista que a Reforma Francisco Campos, em 1931, dispunha sobre a organização do Ensino Secundário e estabelecia que o curso de história, da Primeira Série, deveria estudar a “narrativa de vida de grandes nomes ligados à história do Brasil e da América, de forma a despertar o interesse do aluno e prepará-lo para estudos mais sistemáticos posteriores” (GOMES, 1999, p. 153).

Armelle Enders afirma que, neste período, os compêndios elaborados pelas escolas da capital, a vitrina educativa do Brasil, adotaram receitas que pareciam transformar os jovens em bons cidadãos, dispostos, se necessário, a se tornar soldados. Há, segundo esta proposta, uma tentativa de promover um “armamento psicológico”, motivado pela estreita relação entre o ensino de história e a militarização da sociedade. Algo que se aproximaria da proposta de outros publicistas, como Olavo Bilac e Coelho Neto, que pregavam o civismo e partilhavam a convicção de que a religião da pátria era o único meio existente de aglutinação social. Enders assevera que, “por vezes, a inspiração patriótica tendia a derivar para um nacionalismo de conotações particularmente viris” (ENDERS, 2014, p. 288).

Caxias foi a espada que sustentou por longos anos o Império, combatendo e, mais do que combatendo, pacificando-o. Ninguém, no nosso país, em quatro séculos de história, foi maior do que ele. Guerreiro e político. Diplomata e estadista. Ninguém teve maior fé nos destinos da pátria e ninguém a serviu com maior brasilidade (BARROSO, 1929, p. 99).

Compreendemos que sua proposta historiográfica obedece a um princípio narrativo que não é estranho às teorizações românticas em torno da “cor local”, a saber, diretrizes capazes de tornar mais atrativa a leitura da história da nação ao expor fontes inusitadas, porém conservando sua dimensão criativa (CESAR, 2003, p. 79). O uso da cor local, como estratégia textual da narração histórica, para se aproximar do leitor, implicava certo valor poético, acompanhado de

um apelo à imaginação, onde importava o prazer estético. Os historiadores teriam, segundo essas premissas, a necessidade de cativar seus leitores com uma história que fosse verdadeira e agradável de se ler, o que não dispensava, portanto, as pesquisas. Acerca de Osório, Barroso afirmava: “Sua mocidade aureolada de bravura, servida por sua bela forma viril, adornada de franqueza e de maneiras cavalheirescas conquistava amizades tanto entre os inferiores como entre os superiores. Aqueles o adoravam. Estes o estimavam” (BARROSO, 1932, p. 45).

O que estamos sugerindo não é que Barroso tenha obedecido a essas diretrizes, mas antes, que há uma inspiração romântica em sua aposta biográfica, perceptível na forma como estrutura o texto, como “pinta” suas personagens e, sobretudo na maneira como estas se desenvolvem ao longo da narrativa. Não se trata de mera influência ou simples imitação de um modelo historiográfico, mas antes de certas referências deste que continuavam válidas, atuantes, oferecendo alguma segurança para aqueles que desejavam se voltar para uma escrita que é, não obstante, literária. Destarte, a literatura romântica será pensada como parcela do esforço mais amplo de construir a nação, não circunscrito ao século XIX, mas levando em consideração o fato de que “os românticos iniciaram uma pesquisa, que será retomada pelos modernistas, em buscas destas características” (ENDERS, 2014, p. 125).

Consoante com as questões que mobilizaram seus contemporâneos, Barroso se empenha em definir nossa origem e, a partir dela, traçar um projeto para a nação, algo que lhe conferisse um sentido histórico e preenchesse o vazio deixado pela queda da monarquia e suas figuras representativas de estabilidade. Há um desejo de imprimir uma continuidade a nossa trajetória, algo que justificasse a ideia de processo em direção a um sentido, de acordo com a temporalidade moderna. O perfil de uma nação beligerante, com um povo aguerrido, que soube defender o seu território, atendia ao anseio de criação de relações imaginárias capazes de promover a coesão social. A isso acrescentamos o intuito de, sob a chave da prospecção, exaltar os militares como forças disciplinarizadoras indispensáveis para amalgamar os elementos distintos da sociedade, mantendo tal coesão e assegurando a certeza de um futuro harmônico. Há, aqui, o desejo de atualizar historicamente o valor do Exército e estabelecer, ou mesmo recriar, os vínculos com a nação brasileira – entidade da qual, mais do que guardião, o Exército seria também o formador.

Este processo de convocação do passado, encarnado pelos “grandes homens,” compreendia a “exposição material” destes vultos no museu, tornando-se instrumento essencial, tal como a biografia histórica, para a produção e reprodução de uma nova memória nacional. A edificação desta galeria de “grandes homens” a serem cultuados no Museu Histórico Nacional representaria um dos aspectos deste esforço de consensualização das representações da memória nacional, de forma que o desfile dos Dragões da Independência engendraria outra face deste projeto, como espetáculo de ritualização da história, marcado pelo apelo à memória, convocada a desempenhar a mesma função pedagógica atribuída à literatura histórica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A historiografia brasileira atual tem produzido trabalhos significativos voltados para a investigação do fazer biográfico. Contudo, apesar da relevância das pesquisas realizadas, consideramos essa produção ainda incipiente se comparada à pertinência deste gênero no começo do século XX, ao volume de publicações ainda por serem analisadas e à carência de informações acerca de autores consideramos como “menores”. Escritores, tal como Gustavo Barroso, cuja marginalidade deve ser relativizada, afinal seus livros alcançavam uma tiragem de milhares de exemplares, indício de que possuíam um público leitor expressivo (FRANZINI, 2006, p. 218). Tais publicações não foram, até o momento, fontes de estudo, ao contrário, os trabalhos que analisam a produção barroseana se voltaram para a investigação de sua trajetória política, vinculada ao Integralismo, ou de seus trabalhos no âmbito do patrimônio, relacionados ao Museu Histórico Nacional, notadamente sobre as políticas de aquisição de acervos, práticas de conservação e formação de profissionais. Há poucos trabalhos que investigam sua proposta historiográfica e, especificamente, não identificamos pesquisas voltadas para a compreensão de sua escrita biográfica.

Ambicionamos, em nossa incursão pela escrita barroseana, relativizar determinada visão da historiografia brasileira que compreende as produções deste período como parte de um gênero estático e homogêneo, visão, em grande medida, devedora das tendências pós-1945, que tendiam a minimizar análises voltadas para o intercâmbio entre história e literatura (LORIGA, 1998, p. 225). Ao seguir, nestas histórias de vida, os diferentes movimentos individuais

desenhados por Barroso, pensamos ser possível romper as homogeneidades aparentes e revelar os conflitos que presidiram à formação e à edificação das práticas culturais em seu contexto de produção e recepção. Nossa proposta intenta desvelar as margens de liberdade experimentadas pelo indivíduo na historiografia barroseana, assim como a maneira pela qual esses indivíduos, ao “fazer” a história, moldariam e modificariam as relações de poder.

Assim, empreendemos a análise dessa escrita objetivando desvelar um autor pouco debatido nos círculos historiográficos, como forma de mitigar as carências identificadas e, da mesma forma, compreender como estes discursos atuavam naquele contexto. Importou-nos perceber, neste olhar sobre o passado, os diálogos com correntes diversas de pensamento e, por esta via, verificar de que forma este saber teria “deitado raízes” no fazer historiográfico brasileiro. Por esta perspectiva, pensamos ser possível tomar a produção biográfica barroseana em sua historicidade, que envolve combates pela história e memória, segundo interesses políticos e sociais. A proposta foi verificar como elas trazem em si os dilemas, embates e anseios que marcavam aquele momento intelectual no Brasil e, por esta razão, perceber como deveriam operar no público leitor.

Referências bibliográficas

- ABENSOUR, Miguel. O heroísmo e o enigma do revolucionário. In: NOVAIS, Adauto. (org.) *Tempo e História*. São Paulo: Cia das Letras; Secretaria Municipal da Cultura, 1992.
- ARFUCH, Leonor. *O Espaço Biográfico: Dilemas da Subjetividade Contemporânea*. RJ: EdUERJ, 2010.
- ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. In: *Estudos Históricos*, vol. 2, n. 21, 1998.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O significado das pequenas coisas: História, prosopografias e biografemas. In: AVELLAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (Orgs.). *Grafia de Vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica*. São Paulo: Letra e Voz, 2012.
- AVELLAR, Alexandre de Sá. Escrita biográfica, escrita da História: Das possibilidades de Sentido. In: AVELLAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (Orgs.). *Grafia de Vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica*. São Paulo: Letra e Voz, 2012.
- _____. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. *Revista Dimensões*, vol. 24, 2010, p. 157-172.
- _____. Biografia e ciências humanas em Wilhelm Dilthey. In: *Revista História da Historiografia*, n. 9, agos. 2012, pp. 129-143.
- _____. Subjetividades contemporâneas e escrita biográfica: limites, desafios e possibilidades. In: *Revista História Oral*, v. 13, n. 2, p. 33-51, jul-dez. 2010.
- BARROSO, Gustavo. *A Guerra do Lopez: contos e episódios da campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Getúlio M. Costa, 1928.
- _____. *A Guerra do Rosas: contos e episódios relativos à campanha do Uruguai e da Argentina – (1851-1852) – 1ª ed.* São Paulo: Cia Editora Nacional. 1929.
- _____. *Osório, o centauro dos pampas*. Rio de Janeiro: G. M. Costa, 1932.
- _____. *Tamandaré: O Nelson Brasileiro*. Rio de Janeiro: Getúlio M. Costa, 1933.
- _____. *História Militar do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.
- _____. Biografia do Marechal de Campo José Luiz Menna Barreto. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, Vol. 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.
- _____. História e Tradição. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, Vol. 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.

- _____. Museu Militar. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1942.
- _____. Os museus e a guerra. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Vol. 3. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.
- _____. Esquemática da história militar do Brasil. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, Vol. 3. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.
- _____. *Nos Bastidores da História do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, s/d.
- BATINDER, Elisabeth. *As paixões intelectuais*. 3 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- BONAFÉ, Luigi. *Como se faz um herói republicano: Joaquim Nabuco e a República*. Niterói: PPGHIS/UFF, 2008. (Tese de doutorado).
- BORGES, Vavy Pacheco. Nas pegadas de um leão: notas de pesquisa sobre a vida de Ruy Guerra. In: AVELLAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (Orgs.). *Grafia de Vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica*. São Paulo: Letra e Voz, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. e AMADO, J. (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2002.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O Charme da Ciência e a Sedução da Objetividade: Oliveira Vianna entre os intérpretes do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- BURKE, Peter. A invenção da biografia e o individualismo renascentista. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n 19, 1997.
- CARLYLE, Thomas. *Os heróis*. Tradução Portuguesa de Álvaro Ribeiro. 2ª ed. Lisboa: Guimarães Editores, 2002.
- CARVALHO, José. Murilo. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- CASTRO, Celso. *Exército e Nação: Estudos sobre a História do Exército Brasileiro*. RJ: FGV, 2012.
- CATROGA, Fernando. O magistério da História e exemplaridade do 'grande homem'. A biografia em Oliveira Martins. In: PÉRES JIMENÉS, A.; FERREIRA J. Ribeiro e FIALHO, Maria do Céu (ed.). *O retrato literário e a biografia como estratégia de teorização política*. Coimbra: Málaga, 2004.

- CEZAR, Temístocles. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. *Métis: história e cultura*, v.2, n 3, jan-jul. 2003.
- DE GROOT, Jerome. Empathy and Enfranchisement: Popular Histories. In: *Rethinking History*, Vol. 10, N. 3, 391-413, September 2006.
- DE LUCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- DOSSE, François. *O desafio biográfico – escrever uma vida*. SP: Edusp, 2009.
- DUTRA, Eliana. História e historiadores na Coleção Brasileira: o presentismo como perspectiva? In: _____. (Org). *O Brasil em dois Tempos: história, pensamento social e tempo presente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- ENDERS, Armelle. *Os Vultos da Nação: Fábrica de Heróis e Formação dos Brasileiros*. RJ: FGV, 2014.
- _____. O Plutarco Brasileiro. A produção de vultos nacionais no segundo reinado. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 2000.
- FERNANDES, Cássio. Biografia, autobiografia e crônica na Florença do século XIV: as origens da historiografia moderna. *Revista História da Historiografia*, 2009.
- FRANZINI, Fábio. *À Sombra das Palmeiras: a Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional – (1936-1959)*. São Paulo: PPGHIS/USP, 2006. (Tese de Doutorado).
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. RJ: LTC Editoria, 1989.
- GOMES, Ângela de Castro. A biblioteca de Viriato Corrêa: incursões sobre a leitura e a escrita de um intelectual brasileiro. In: DUTRA, Eliana. (Org). *O Brasil em dois Tempos: história, pensamento social e tempo presente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- _____. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: _____. (Org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- GONÇALVES, Márcia. *Em terreno movediço: história e memória em Octávio Tarquínio de Souza*. Rio de Janeiro: UERJ, 2010.
- GONTIJO, Rebeca. Capistrano de Abreu, viajante. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, n. 59, p. 15 – 36, 2010.
- _____. Manoel Bomfim, ‘pensador da História’ na Primeira República. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, n. 45, PP. 129 – 154, 2003.

- _____. O intelectual como símbolo da brasilidade: o caso Capistrano de Abreu. In: ABREU, Martha; GONTIJO, Rebeca; SOIHET, Rachel (orgs). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Circulação de saberes, sociabilidades e linhagens historiográficas: dois congressos de História Nacional (1914 e 1949). In: GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. Entre as luzes e o romantismo: as tensões da escrita da história no Brasil oitocentista. In: _____. (org.) *Estudos sobre a escrita da História*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.
- JULIÃO, Letícia. Biografia Monumento: Machado de Assis na Coleção Brasileira. In: DUTRA, Eliana. (Org). *O Brasil em dois Tempos: história, pensamento social e tempo presente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, M. e AMADO, J. (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2002.
- LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René. (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1996.
- LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escalas*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998, p. 225-249.
- _____. Biografias Paralelas: reflexões em torno de Hannah Arendt e Siegfried Kracauer. In: DUTRA, Eliana. (Org). *O Brasil em dois Tempos: história, pensamento social e tempo presente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- _____. *O Pequeno X: da Biografia à História*. BH: Autêntica, 2011.
- MACHADO, Maria Helena P. T. Um mitógrafo no Império: a construção dos mitos da história nacionalista do século XIX. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 2000.
- MADÉLENAT, Daniel. *La biographie*. Paris: PUF, 1984.
- MARCELINO, Douglas Attila. A figura do escritor nas biografias de Machado de Assis e Euclides da Cunha das coleções *Brasília* e *Documentos Brasileiros* nos anos 1930 e 1940. In: *Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e Práticas Científicas*, 2014.

- _____. Rituais políticos e representações do passado: sobre os funerais de “homens de letras” na passagem do império à república. In: *Revista Tempo*. Vol. 22 n. 40. p.260-282, mai-ago., 2016.
- MEGID, Daniele Maria. De homem a personagem: As construções sobre Machado de Assis nas biografias. In: AVELLAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (Orgs.). *Grafia de Vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica*. São Paulo: Letra e Voz, 2012.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *The Development of Greek Biography*. Cambridge University Press, 1971.
- OLIVEIRA, Lúcia. Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- OLIVEIRA, Maria da Glória. *Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2009. Tese de doutorado.
- ORIEUX, Jean. A arte do biógrafo. In: DUBY, George. *História e Nova História*. Lisboa: Teorema, 1086.
- PARRELA, Ivana. Coleções e publicações documentais no Brasil: estratégias e temporalidades. In: DUTRA, Eliana. (Org). *O Brasil em dois Tempos: história, pensamento social e tempo presente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo biografias... Historiadores e Jornalistas: aproximações e afastamentos. *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.10, n.19, p.3-21. 1997.
- _____. Grafia da vida: reflexões sobre a narrativa biográfica. *História Unisinos*, São Leopoldo, n. 10, v. 8, jul./dez. 2004, p. 140.
- _____. Grades invisíveis para rebentar: memórias de um militante de esquerda brasileiro sobre as prisões argentinas (1975-1979). In: AVELLAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (Orgs.). *Grafia de Vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica*. São Paulo: Letra e Voz, 2012.
- _____. Escrever biografias no Brasil hoje: entre inovações e modelos tradicionais. In: DUTRA, Eliana. (Org). *O Brasil em dois Tempos: história, pensamento social e tempo presente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

_____; CASTELLUCCI, Aldrian. Dossiê Biografia e História do Trabalho. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 8, n. 15, janeiro-junho de 2016.

_____. Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura: biografia e ética. *História* (São Paulo) v.33, n.1, p. 124-144, jan./jun. 2014.

_____. Trajetórias e vivências: as biografias na historiografia do movimento operário brasileiro. *Projeto História*, São Paulo, n. 16, fev. 1998.

SILVA, Wilton C. L. Espelhos de Palavras: Escritas de si, autoetnografia e ego-história. In: AVELLAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (Orgs.). *Grafia de Vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica*. São Paulo: Letra e Voz, 2012.

TOLENTINO, Thiago Lenine Tito. *Monumentos de Tinta e Papel: Cultura Política na Criação Biográfica da coleção Brasileira (1935-1950)*. Belo Horizonte: PPGHIS/UFMG, 2009. Dissertação de Mestrado.

_____. *Do ceticismo aos extremos: Cultura intelectual brasileira nos escritos de Tristão de Athayde (1916-1928)*. Belo Horizonte: PPGHIS/UFMG, 2016. Tese de Doutorado.

VENÂNCIO, Giselle Martins. Brasileira segunda fase: percurso editorial de uma coleção que sintetiza o Brasil (1956 – 1993). In: DUTRA, Eliana. (Org). *O Brasil em dois Tempos: história, pensamento social e tempo presente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

WERNECK, Maria Helena. *O homem encadernado: Machado de Assis na escrita das biografias*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

BIOGRAFAR, IMAGINAR, ESCREVER: ESCRITA BIOGRÁFICA E IMAGINAÇÃO HISTÓRICA EM JOÃO MANUEL PEREIRA DA SILVA (1817-1898)

Rafael Terra Dall’Agnol¹

Doutorando em História

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

rafael.dallagnolufrgs@gmail.com

Resumo: Este artigo busca estudar a relação entre escrita biográfica e imaginação histórica nas obras de João Manuel Pereira da Silva, especialmente em *Plutarco Brasileiro*. As vinte biografias produzidas pelo historiador nesse trabalho constituem a fonte principal deste trabalho. A partir delas, é possível compreender o pensamento do autor sobre a utilização da capacidade imaginativa no trabalho historiográfico. Posteriormente, a partir das reflexões de Luiz Costa Lima, será demonstrado de que forma Pereira da Silva exerce sobre seus romances históricos um controle do imaginário a fim de orientar seus leitores para uma leitura possível de sua obra.

Palavras-Chave: História da historiografia; Historiografia brasileira; Século XIX; Imaginação Histórica; Escrita Biográfica.

Abstract: This article seeks to study the relationship between biographical writing and historical imagination in the works of João Manuel Pereira da Silva, especially in *Plutarco Brasileiro*. The twenty biographies produced by the historian in this work constitute the main source of this work. From these, it is possible to understand the author's thinking about the use of the imaginative capacity in the historiographic work. Later on, from the reflections of Luiz Costa Lima, it will be shown how Pereira da Silva exerts on his historical novels a control of the imaginary in order to guide his readers for a possible reading of his work.

Keywords: History of historiography; Brazilian historiography; XIX century; Historical Imagination; Biographical Writing.

Artigo recebido em: 28/05/2018

Artigo aprovado em: 29/11/2018

¹ Doutorando em História – Programa de Pós-graduação em História – UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, RS – Brasil. Esta pesquisa contou com apoio de financiamento do CNPq.

I.

Os dois volumes de *Plutarco Brasileiro* são os fios condutores deste artigo. Publicada em 1847, a obra tem como autor João Manuel Pereira da Silva. Historiador, biógrafo, político e escritor, Pereira da Silva escreve um trabalho em que é possível observar a relação entre escrita biográfica e imaginação histórica. Em um primeiro momento, uma questão, talvez, possa surgir – como temas, aparentemente, tão díspares poderiam ser tratados em um mesmo nível de abordagem e de forma relacional? Ao analisar, de maneira mais aprofundada, as vinte biografias² produzidas pelo carioca de Iguazu, respostas podem ser esboçadas.

A edição do livro ficou a cargo dos irmãos Laemmert. Eduardo e Henrique, nascidos na Alemanha, foram pioneiros no mercado livreiro e tipográfico brasileiro. No que diz respeito a *Plutarco Brasileiro*, havia um formato padrão estendido a todas as biografias escritas por Pereira da Silva. Basicamente ela era dividida em duas partes, mesmo que houvesse mais subdivisões. Primeiramente, era feito um relato acerca da vida da personalidade biografada para depois ser analisada, com mais detalhamento, a produção artística do indivíduo.

O que se observa após a leitura da obra, que dividiu opiniões em alguns periódicos da imprensa existentes no Segundo Reinado, embora no geral a recepção tenha sido positiva³, é a existência de muitas menções à palavra imaginação, independentemente da origem do biografado e do tipo de contribuição deixada por ele no campo das artes a ser criticada por Pereira da Silva. Em certa medida, este é o cenário que se apresenta: ao lado dessa constatação, tem-se um conjunto de biografias produzidas por um historiador. História, biografia e imaginação são elementos constituintes de um trabalho que no ano de 1858 ganharia nova edição sob o nome de *Os varões illustres do Brazil durante os tempos coloniaes*.

² Os biografados por Pereira da Silva são: Jorge Coelho de Albuquerque (1539-1596); Padre José de Anchieta (1533-1597); Antonio Pereira Sousa Caldas (1762-1814); Fr. Francisco de São Carlos (1763- 1829); José Basílio da Gama (1741-1795); Thomaz Antonio Gonzaga (1744-1810); Alexandre de Gusmão (1695-1753); Cláudio Manuel da Costa (1729-1789); Antonio José da Silva Coutinho (1705- 1739); Gregório de Matos (1636-1695); Fr. José de Santa Rita Durão (1722-1784); Ignacio José de Alvarenga Peixoto (1742-1792); Manuel Ignacio da Silva Alvarenga (1748-1814); Salvador Correia de Sá e Benavides (1602-1688); Sebastião da Rocha Pita (1660-1738); D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho (1742-1821); José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838); José de Souza Azevedo Pizarro e Araujo (1753-1830); D. Francisco de Lemos de Faria Pereira (1735-1822) e José da Silva Lisboa (1756- 1836). Nas citações de época, mantive a grafia original.

³ Após a publicação do primeiro volume da obra, o historiador Pereira da Silva divulga algumas resenhas sobre a recepção de *Plutarco Brasileiro*, na qual se verifica um tom positivo em relação às biografias escritas pelo carioca de Iguazu.

Dentro do contexto do Brasil oitocentista, ao lado da história, à biografia também cabia a tarefa de escrever a história da nação. Já no discurso de inauguração do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, um locus privilegiado para a construção do projeto nacional durante o Império e, de acordo com José Honório Rodrigues (1978, p. 37-40), o marco inicial da historiografia disciplinada do país, há a preocupação com a produção sistemática de biografias. Pela proximidade temporal e pelo contato de Pereira da Silva com o IHGB, pode-se inserir seu *Plutarco Brasileiro* nesse conjunto mais amplo.

Muitos daqueles que foram retratados e analisados pelo autor de *Memórias de meu tempo* já tinham sido biografados por outros historiadores, tais como Varnhagen, e o autor não acrescenta nada de novo àquilo que outrora fora produzido. É por meio da narrativa de Pereira da Silva que a obra ganha em importância, menos pela riqueza literária do que pelas polêmicas que suscita. A adoção da fórmula biográfica tinha como pretexto uma preocupação com o leitor. Para ele, a obra também deveria ser agradável ao ser lida e isso passava pelo formato ideal a ser utilizado. Quer dizer, não foi mero acaso essa escolha.

É, pois, dentro da relação entre biografia e história, que se insere a noção de imaginação. As constantes menções que Pereira da Silva faz à palavra permitem também compreender, ainda que lateralmente, o próprio pensamento do escritor sobre esse tema. É aí que se observa um cuidado maior quando a análise feita pelo autor de *Plutarco Brasileiro* se refere aos historiadores. Embora a imaginação histórica aja naqueles que têm como matéria-prima de seu ofício a preocupação com tempos pretéritos, existem ressalvas quanta ao seu uso. Na medida em que escreve sobre seus biografados, sobremaneira quando comenta a produção artística deles, o historiador-biógrafo constrói quadros, retratos de uma época objetivando tornar o passado legível. Essa busca está bastante próxima do sentido atribuído à palavra imaginação no Brasil oitocentista: “Potência com que a alma representa na fantasia algum objeto: imaginação viva, potência de conceber, ou perceber e representar os objetos bem, e vivamente” (SILVA, 18--). As palavras fantasia e imaginação aparecem juntas no dicionário de Antonio de Moraes, como se pode perceber. A relação entre ambas possui uma história específica que remonta à Antiguidade. Embora seja uma importante questão a compreensão dos motivos da sobreposição de uma pela outra, não é o foco aqui adentrar nessa particularidade, porém chama a atenção o fato de que ambas as palavras aparecem em *Plutarco Brasileiro*. Elas estão presentes até mesmo

em uma mesma construção frasal⁴. Contudo, a imaginação nem sempre aparece da mesma forma entre os biografados pelo autor. O fato é que imaginação viva requer uma atitude ativa daquele que imagina. Quando se refere a um poeta e o elogia por sua capacidade imaginativa o historiador a relaciona com a capacidade de criação artística. Ali, na poesia, quanto mais livre for sua possibilidade de *fantasiar*, melhor, não há quase limitações para a utilização do recurso. Já no que tange ao historiador, algumas ressalvas se fazem presentes, conforme dito anteriormente. Ela, a imaginação, precisava estar subordinada a critérios estabelecidos no século XIX, tais como a objetividade histórica, o uso de fontes no trabalho do historiador, o racionalismo histórico etc. Seria possível dizer que a imaginação histórica deveria ser uma imaginação disciplinarizada? Talvez. Não obstante, acima de tudo, encontra-se o cuidado para não falsear o passado criando algo que não encontra respaldo em provas documentais, na verificação empírica, nas fontes por exemplo. A dificuldade de tornar o irreal real ou de transformar o ausente em presente, em um passado presentificado está no desafio e na atitude a tomar quando o historiador se depara com as lacunas de um texto histórico. Como preenchê-las?

De duas maneiras, dentre outras, é possível responder a esse questionamento. Haverá aqueles que advogarão a intrínseca relação da história com a poesia; do historiador com o poeta. Ciência e Arte, eles dirão. Ou seja, a história pode ser ciência e arte simultaneamente. Muito diferentemente do poeta, no entanto, ela precisa estar subordinada à experiência e à investigação da realidade. Em 1821, W. von Humboldt propõe, em uma conferência intitulada *Sobre a tarefa do historiador*, a utilização da imaginação para a consolidação da autonomia e da criatividade daquele que encontra a fonte principal do seu trabalho no passado. Em Leopold von Ranke (2010, p. 202-216), observam-se ecos do que dissera o autor de *Sobre a variedade da estrutura das línguas humanas*. Conhecido injustamente, pois o termo é empregado em forma de crítica negativa, como o “pai da história científica”, a historiografia de Ranke primava pela objetividade, é verdade, mas nunca recusou a parte significativa da criação no trabalho do historiador. Consequentemente, revelar, contar o que no passado se passou exigia um trabalho de crítica das fontes, juntamente com a interpretação dos fatos pelo historiador, mas – e não

⁴ A título de exemplo: “[...] podemos firmar opinião dos méritos do poeta, admirar sua brilhante *imaginação*, e sua doirada *phantasia* [...]” SILVA, João Manuel Pereira da. *História da fundação do Império brasileiro*. Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1864-1868. 7 v, p. 251 (Volume 1). Grifo meu.

menos importante – com o auxílio da imaginação e da criatividade para preencher as lacunas do texto histórico. Por outro lado, Fustel de Coulanges (2010, p. 317-318) adotou como postura metodológica a exclusão da imaginação e da subjetividade dos domínios da história. A história é única e exclusivamente uma ciência de acordo com seu pensamento.

Ciência ou Arte? Hayden White (1994, p.39-64) escreve sobre o emprego, por parte de muitos historiadores, de uma tática fabiana contra críticos que se situam em campos afins do trabalho intelectual. A tática, descrita por White, consiste na reivindicação da posse de um plano médio entre ciência e arte. De acordo com ele, isso permitiu, durante muito tempo, a afirmação de que somente na história haveria uma síntese harmoniosa entre a criatividade artística e o rigor científico. Com isso, o historiador também seria responsável por reunir dois modos distintos de compreensão do mundo. Vejamos, de forma mais pormenorizada, o que White entende por essa tática fabiana:

[...] A tática funciona mais ou menos desta maneira: quando os cientistas sociais lhe criticam a amenidade do método, a imperfeição do sistema de metáforas ou a ambiguidade das pressuposições sociológicas e psicológicas, o historiador responde que a história jamais reivindicou o *status* de ciência pura, que ela depende tanto de métodos intuitivos quanto analíticos e que os juízos históricos não deveriam, portanto, ser avaliados a partir de modelos críticos que só podem ser aplicados com propriedade às disciplinas matemáticas e experimentais. Tudo isso sugere que a história é um tipo de arte. Porém, quando os literatos lhe criticam a incapacidade de sondar as camadas mais sombrias da consciência humana e a relutância em utilizar modos contemporâneos de representação literária, o historiador volta a concepção de que a história é, afinal de contas, uma *semiciência*, de que os dados históricos não se prestam à “livre” manipulação artística e de que a forma de suas narrativas não é uma questão de escolha, mas exigida pela natureza da própria matéria histórica (WHITE, 1994, p.39).

Um dos principais problemas dessa postura, além das críticas que a ela foram dirigidas, é o fato dela se apoiar em uma concepção antiga de ciência e de arte, localizada em meados do século XIX. Durante esse período, discussões e reflexões sobre essa temática são importantes momentos para a compreensão do que hoje entendemos por conhecimento histórico, assim como quais seriam seus limites e suas possibilidades. Embora haja ainda essa busca de ocupação de estatuto epistemológico médio entre ciência e arte, se concordarmos com as colocações de Hayden White, advinda do século XIX, pode-se observar também, no momento em que a disciplina histórica tenta se firmar enquanto ciência, com critérios e métodos próprios, uma fuga de qualquer aproximação com formas mais literárias de concepção do conhecimento. A imaginação histórica entra nesse conjunto de possibilidades e questionamentos quanto ao

lugar atribuído à história justamente pela gama de opções que levanta ao historiador, no que tange à proximidade com a atividade artística e, por conseguinte, com o poeta, e pelos riscos que ela traz, paradoxalmente pelo mesmo motivo em que ela é vista como uma qualidade daquele responsável por trazer os acontecimentos do passado ao público do presente.

II.

A terceira biografia do segundo volume de *Plutarco Brasileiro* é destinada a Sebastião da Rocha Pita. Seguindo o padrão geral da obra, a primeira parte da biografia trata da descrição da vida do biografado. Após afirmar que o futuro historiador nasceu no ano de 1660, na Bahia, Pereira da Silva parece relutar sobre a filiação de Pita. Nesse sentido, ele se utiliza de duas fontes ou, pode-se dizer, argumentos de autoridade. O primeiro deles é de Januário da Cunha Barbosa, que relata como sendo o pai do biografado o desembargador João da Rocha Pita. No segundo, pertencente ao abade Diogo Barboza Machado, os progenitores daquele que viria a escrever *História da América Portuguesa* (1730) são João Velho Gondim e D. Brites da Rocha Pita. A vida de Sebastião da Rocha Pita não difere daqueles que possuíam uma condição econômica privilegiada no Brasil colonial. Após ter estudado com os jesuítas, segue para Coimbra com o objetivo de diplomar-se nos estudos superiores, no caso, bacharel em cânones. Após o retorno à colônia, casa-se, assume cargo público, recolhe-se em uma fazenda, enfim, sua vida foi caracterizada por ser “regular — amena — e plácida, como o lago tranquilo, cujas águas se não movem ao sopro da viração” (SILVA, 1847, p. 63).

Qual o motivo que levaria Pereira da Silva a biografar Rocha Pita que não fosse a escrita de *História da América Portuguesa*? “Deliberou-se porém a escrever uma historia do Brazil. E foi um glorioso pensamento, que teve, e uma boa fortuna para o seu paiz” (SILVA, 1847, p. 66). Rocha Pita, de acordo com o autor de *Plutarco Brasileiro*, não somente facilitou o trabalho daqueles que antes dele tinham que se deparar com um conjunto de obras esparsas que não bastavam para a composição de uma verdadeira história, como também produziu algo útil ao seu país. Tal empreendimento consistiu em uma árdua tarefa: “pouco menos da metade da sua vida foi empregada na grande e importante missão com que se inspirou, e que felizmente conseguiu finalizar, no anno de 1728” (SILVA, 1847, p. 68). Após a conclusão do trabalho,

Sebastião da Rocha Pita retorna a sua vida “regular, amena e plácida” até seu falecimento em 1738.

A partir dessa biografia, é possível também compreender a maneira como Pereira da Silva pensava o ofício histórico, pois para escrever sobre um historiador é, em alguma medida, necessário também escrever sobre a história. Pereira da Silva distingue duas escolas de historiadores. A primeira conta com historiadores como Heródoto, D. Bouquet, D. Mabillon, Fernão Lopes. Ela tem como missão, segundo o historiador-biógrafo, “[...] o narrar os acontecimentos, o pintar os costumes, e o descrever as physionomias, sem que ousem aventurar a menor observação, a analyse a mais ligeira, o mais leve juízo”, pois para ela a história “[...] é a descrição dos diversos dramas, e das peripécias diferentes, que tem apparecido; é o desenho dos caracteres, e o desenvolvimento da marcha das acções humanas, guardando o historiador a mais absoluta neutralidade, e a imparcialidadea mais escrupulosa” (SILVA, 1847, p. 70). No que concerne à segunda escola, que se desdobra em outras duas vertentes (religiosa e cética), ela procura pesquisar e relatar “os grandes acontecimentos do mundo, apresentandó-os como effeitos de um fatalismo, cuja marcha é inevitável”, nisso consistindo em uma separação entre o dogma da moral e a ação humana, na qual o homem vê-se como sem domínio, nem influência perante os acontecimentos, já que “as cousas tem um curso regular, seguem-no precipitadamente; os homens são apenas instrumentos d'elle; sua missão está de antemão marcada, e tem de ser necessariamente cumprida” (SILVA, 1847, p. 71). Contudo, ambas possuem erros que fazem o autor considerar outra escola histórica a verdadeira, tendo como base justamente a verdade, o que exigirá qualidade morais e intelectuais em alto grau:

A verdadeira e única escola histórica não é nem a descriptiva nem a fatalista. A verdadeira e única escola histórica é a de Tácito e de Thucydides; é a de Gibbon e a de Niebuhr; é a de Machiavelli e de Muller; é a de Plutarco e a deThierry; é a de Polybio e de Lingard.

A verdadeira e única escola histórica exige qualidades moraes, e qualidades intellectuaes em grau eminente. O amor da verdade, e só da verdade, deve caracterisar o historiador; para consegui-la, torna-se necessário um zelo de exactidão, um escrúpulo de paciência a toda a prova; os túmulos, os monumentos, os epitaphios, tudo lhe serve; decifrará com o mesmo cuidado os velhos e estragados archivos, os torturados documentos, e os livros limpos e aceiados; procurará a verdade no meio do pó dos manuscriptos, e a custa de vigílias e dobrados trabalhos; e conseguida a verdade, necessita de todo o sangue frio de seu juizo, para distribuir justiça, e analysar com imparcialidade (SILVA, 1847, p. 73).

Para alcançar a verdade, faz mister o historiador possuir uma formação ampla, uma instrução universal. Segundo Pereira da Silva, a exigência ultrapassaria àquela exigida por Cícero para o seu *Orador*. É como, talvez, se o historiador-biógrafo deixasse implícito o fato de a tarefa do historiador além de árdua ser também destinada a poucos que consigam preencher os critérios necessários para praticá-la. Além de exposição do acontecimento, o historiador, pela história, também deve julgar e moralizar:

Examinada e conhecida a verdade dos acontecimentos, ouvida a voz dos séculos passados, - a voz própria e verdadeira, — cumpre ao historiador ainda narrar e descrever, e de par com a narração e a descrição, julgar e moralisar. A historia é uma missão nobre e elevada, que aperfeiçoa a intelligencia, purifica o espirito, esclarece a consciência, e adorna o coração. A descrição e a moralisação, a pintura e o juízo, a narração e o raciocínio, são elementos indispensáveis para traçar-se o grande quadro dos acontecimentos humanos, indagarlhes as causas, descobrir-lhes os resultados, ligar a vida do indivíduo á vida da sociedade, reunir o homem á espécie, e formar assim essa grande lição, para que foi instituida a historia (SILVA, 1847, p. 74).

Descrever. Moralizar. Pintar. Narrar. Esses verbos deixam claro a função do historiador. A história não vem ao seu encontro por assim dizer em breves momentos iluminados de mentes privilegiadas. Não. Ela requer busca constante, pesquisa intensa, crítica documental, trabalho em busca da verdade. A história ainda ensina, mas observa-se a preocupação em tratá-la como ciência. Pintar? Assim como em Januário da Cunha Barbosa a metáfora da pintura retorna em Pereira da Silva. O historiador é um pintor. Ele retrata épocas passadas e torna o ausente presente, em uma presentificação do que já passou. Busca trazer a sua *couleur locale*⁵, auxiliado pela “verdade e compreensão, justiça e intelligencia, sabedoria e imaginação”, já que “tudo lhe é mister para dar vida á sua historia, alma á sua narração, interesse á sua obra, parecida physionomia ás épocas que descreve, e próprias vestes aos acontecimentos que narra” (SILVA, 1847, p. 75). De acordo com Pereira da Silva, o historiador também imagina. De que jeito? Por meio da crítica que ele faz da *América da História Portuguesa* pode-se construir uma resposta plausível.

Após enaltecer o trabalho empreendido pelo biografado para a finalização de sua obra – seja a indagação minuciosa, seja o ardente desejo de querer saber para obter a verdade – há uma crítica que Pereira da Silva faz. Curiosamente é a mesma crítica que irão fazer contra ele

⁵ “*Couleur locale*, em peinture, est la couleur propre à chaque objet, indépendamment de la distribution particulière de la lumière et des ombres”. HOVENKAM apud BANN (1984, p. 27).

em *História da Fundação do Império*, a saber, Rocha Pita deu “como verdadeiros alguns factos, que qualquer minucioso exame, ou investigador raciocínio teria declarado falsos, e mesmo inverosímeis” (SILVA, 1847, p. 81). Não obstante, logo a seguir afirma o autor que outros historiadores também incorreram no mesmo erro, por exemplo, Tito Lívio, Guilherme Robertson e João de Barros. Eis o erro que eles não evitaram: a imaginação. No caso aqui, a imaginação alheia: “Sebastião da Rocha Pita, como aquelles escriptores, é arrastado pela imaginação: acceita as legendas religiosas dos missionários, e as legendas poéticas do povo, como acontecimentos reaes; ou não ousou rebatte-las, ou acreditou-as; peccou por qualquer dos modos” (SILVA, 1847, p. 81). Em uma primeira leitura, o problema residiria na imaginação de terceiros que teriam prejudicado o historiador a alcançar a verdade, mas este também é culpado por não tê-la evitado. Essa *imaginação poética* só é um problema por não estar subsidiada pela pesquisa histórica. Isto é, a imaginação em si não é um malefício, apenas o é quando o trabalho crítico do historiador está ausente. O próprio Rocha Pita possuía um requisito necessário - a capacidade imaginativa: “era dotado ainda de imaginação brilhante, e de variada phantasia, para reunir o agradável ao necessário, o bello ao útil” (SILVA, 1847, p. 84).

Assim como o historiador necessita do exercício de sua capacidade imaginativa, embora evitando ser arrastado por imaginações alheias, no caso do cronista isso não é diferente. Na biografia de José de Souza Azevedo Pizarro e Araujo, Pereira da Silva propõe formas corretas para a escrita de uma boa crônica. Nascido em 1763, na cidade de Rio de Janeiro, Pizarro e Araujo se notabilizou pela obra *Memórias históricas da capitânia do Rio de Janeiro, e das demais capitânias do Brasil*. Contudo, ele tinha por objetivo escrever uma crônica do bispado do Rio de Janeiro, que, posteriormente, seria estendida para a escrita da história de todos os bispados do Brasil. Nessa busca, suas qualidades como pesquisador aparecem e merecem elogios do autor de *Plutarco Brasileiro*:

Na visita que fez ás igrejas e câmaras do bispado, encontrou immensos materiaes, e desconhecidos documentos que lhe ministraram grandes esclarecimentos. Seu gênio curioso e indagador a nada se poupou para conseguir a maior somma de materiaes valiosos. E a proporção que os ia descobrindo, se lhe alargava a ambição de estender a sua chronica a todos os bispados do Brazil, *comprehendendo a historia fiel e verdadeira de seus acontecimentos, fundada em provas documentaes e irrecusáveis* (SILVA, 1847, p. 159). Grifo meu

Cronista e não historiador. É dessa maneira que Pereira da Silva adjetiva Pizarro e Araújo. Quais seriam as diferenças entre ambos? Ao longo da segunda parte dessa biografia,

encontra-se a resposta. Utilizando uma linguagem metafórica, o biógrafo escreve que “o historiador é a como a aguia que de alto paira e se revolve na sua grandeza e magnificencia. O chronista é a ave do voo rasteiro, que descanta seus amores á vista de todos, - n’essa linguagem de todos, - sem a menor pretensão de elevar-se e de brilhar” (SILVA, 1847, p. 162). A tarefa do cronista, mesmo considerada menor, é fundamental para o trabalho do historiador, pois “materiaes os mais importantes para a historia foram por elles procurados e encontrados; os mais preciosos documentos, occultos até então sob o pó dos arquivos, se publicaram por seus cuidados”. Além disso, “as letras muitos serviços devem a esses varões laboriosos que viveram e envelheceram no estudo dos despedaçados pergaminhos, e dos velhos papeis” (SILVA, 1847, p. 165). Ao longo desta segunda parte da biografia de José de Souza Azevedo Pizarro e Araujo, quando Pereira da Silva busca analisar o trabalho produzido por ele, a linguagem metafórica do autor de *História da fundação do império* aflora de forma diferente das demais biografias, com raras exceções. É quando se permite não somente retratar da maneira mais clara possível a vida daqueles dos quais escreve, com o objetivo explícito em seu trabalho de servir ao país, mas também fazer algumas reflexões concernentes a aspectos sobre a história, a escrita ou as diferenças entre cronistas e historiadores que seu estilo mais autoral aparece. O excerto a seguir é um bom exemplo do uso de uma linguagem mais poética por parte do autor.

Os chronistas são como os archotes nos profundos subterraneos, o raio da luz no seio das emmaranhadas florestas, o crepitar do relâmpago durante a negridão da tempestade. Por elles muitas cousas se sabem, muitos feitos se conservam, e muitas acções se perpetuam (SILVA, 1847, p.163). Grifo meu

Continuando suas reflexões sobre a crônica e a história, assim como fez no caso da segunda, Pereira da Silva divide os cronistas em três grupos. Há, em um primeiro momento, aqueles que “são considerados pela beleza e perfeição do estylo e das formas exteriores”. Posteriormente, têm-se aqueles que “merecem encômios pelos encantos da *imaginação*, e os rasgos da poesia”. E por último, “alguns emfim brilham unicamente pela verdade dos factos, e fidelidade das observações” (SILVA, 1847, p. 162). Ora, nem todo cronista tem como uma de suas principais características a imaginação. Se como ficou claro mais acima, Pizarro e Araujo destacava-se, de acordo com Pereira da Silva, por sua capacidade investigativa pode-se considerá-lo pertencente ao último grupo definido pelo biógrafo. Disso depreende-se que a imaginação não é um dos grandes atributos do biografado.

Monsenhor José de Souza Azevedo Pizarro e Araujo *não tem imaginação brilhante*, nem pensamentos elevados; não é escriptor para se comparar com Fernão Lopes, com Diogo do Couto, com Froissard, com Luiz de Souza, com Rocha Pita, com Villani ou com Joinville. Mas tem tanto ou maior merecimento ainda do que elles, porque poucos, bem poucos são os escriptores que se apoiem mais em documentos; que nenhum factos narrem, immediatamente não o provem; que manifestem maior zelo, mais minuciosa curiosidade, e desejo mais ennobrecido de instruir-se (SILVA, 1847, p.166-167). Grifo meu

Tomando o sentido dado à palavra imaginação no século XIX, mais especificamente àquela presente no *Dicionário* de Moraes Silva, essa palavra está mais vinculada ao estilo do autor. Para além de representar, por meio da fantasia, os objetos reais e imaginados, ela também auxiliava no estilo daquele que escreve. Ao que parece, essa é a relação estabelecida por Pereira da Silva quando se refere à Pizarro e Araujo. Não bastava somente a meticulosidade do escritor como pesquisador. O escritor também é, obviamente, um escritor, ou seja, por meio das palavras ele deve atrair, seduzir e persuadir seus leitores, algo que não está presente nos trabalhos do biografado:

Monsenhor José de Souza Azevedo Pizarro e Araujo é para o Brazil um dos seus chronistas mais preciosos. *Não tem estylo a sua obra: não encanta a leitura d'ella; não se recommenda por nem-uma d'essas qualidades que constituem um escriptor*. E não somente falta-lhe a grande qualidade de estylo, como a organização das — Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias annexas á jurisdicção do vicerrey do estado do Brazil — pecca, por obscuridade de plano, por desconexão de factos, e por confusão de dactas e épocas históricas. São porém um thesouro inexgotavel de sciencia histórica, um arquivo completo de todos os acontecimentos que se succederam no paiz; um monumento do mais subido valor histórico, chronologico e geographico para o Brazil (SILVA, 1847, p.166).

A crítica do biógrafo para com o cronista reside justamente neste ponto. Sobra-lhe preocupação com a verdade dos fatos e fidelidade das observações, mas falta-lhe imaginação e, por consequência, seu estilo não possui qualidades necessárias capazes de alçar o cronista à condição de historiador, mesmo sendo sua obra valorizada por Pereira da Silva. A preocupação com o estilo na escrita não está presente somente no cronista. Retornando à biografia de Rocha Pita, o historiador-biógrafo também desenvolve pensamentos e ideias sobre a escrita da história.

III.

Aliada à imaginação, a história também requer um estilo capaz de atrair seus leitores. Contudo, o estilo é antes do escritor do que do historiador. Ou seja, a escrita é algo próprio ao

indivíduo, devendo esse escrever de maneira fácil, não a tornando um impedimento para que ele consiga expor suas ideias, seus sentimentos e pensamentos. Justamente o contrário. Para tantos indivíduos que possa haver, existirá uma multiplicidade de estilos: “Quão diverso é o estilo de Tácito do de Plutarco! Quanto é diferente o de Salustio do de Gibbòn! Como oposto é o de Machiavelli ao de Niebuhr! Cicero tinha razão de dizer que a historia agrada de qualquer maneira que se escreva, comtanto que interesse” (SILVA, 1847, p.76). O historiador, mediante pesquisa e estudo, deve escrever, embora nem todo grande escritor seja um bom historiador e vice-versa. Os exemplos de Pereira da Silva perpassam a antiguidade, com Tito Lívio, até épocas mais recentes, por exemplo, João de Barros. Eles são tidos como aqueles que tinham na escrita uma característica positiva, embora enquanto historiadores tenham caído no erro de tomar como verdade aquilo que apenas foi fruto da imaginação de outrem:

Tito Livio, Guilherme Robertson, e João de Barros foram grandes escriptores, e maus historiadores; grandes escriptores, porque seus estilos interessam, encantam e arrastam; maus historiadores, porque aceitaram sem critério grande numero de factos, e os incluíram nas suas historias, — factos extravagantes uns,— inverosímeis outros, — e que não passavam de tradições populares revestidas da poesia do povo, que é toda patriótica, mas que não deixa de ser poesia, isto é, filha querida e doirada da imaginação. Os historiadores precisam de mais estudos, e de mais discernimento (SILVA, 1847, p.76).

Se aqui a imaginação é vista novamente com ressalvas, logo mais adiante seu lugar se faz presente, pois uma escrita provida de criatividade será tanto mais possível quando o historiador encontrar e aperfeiçoar constantemente seu estilo, auxiliado por sua capacidade de imaginar, já que “o historiador, manifestando ou materializando suas idéias, fôrma o seu estilo conforme seu caracter, sua índole, e sua imaginação: essas mesmas ideias lhe vão proporcionalmente criando, vigorando, fortalecendo, e aperfeiçoando o estilo” (SILVA, 1847, p.77). Referindo-se a Rocha Pita, seu estilo é descrito como claro, fácil e belo, que proporciona descrições admiráveis com eloquentes pinturas.

Pode-se dizer que, pela leitura da biografia de Rocha Pita, há, de acordo com Pereira da Silva, uma *imaginação poética* que deve ser evitada por trazer vícios e erros, mas também se observa a existência daquilo que chamamos de uma *imaginação controlada*. Esse termo foi proposto por Temístocles Cezar em uma analogia ao trabalho de Paul Ricoeur⁶. No historiador,

⁶ “Poderia falar de *ilusão* controlada para caracterizar essa feliz união que faz, por exemplo, do retrato que Michelet fez da Revolução Francesa uma obra literária comparável a *Guerra e Paz* de Tolstói, na qual o movimento procede em sentido da ficção para a história, e não mais da história para a ficção”. (RICOEUR 2010, p.319). A ideia

sua capacidade imaginativa deve estar calcada em bases sólidas, mesmo que nem o próprio Pereira da Silva tenha, segundo um de seus críticos, conseguido atingir plenamente isso, como a crítica feita a sua obra demonstra:

Accusam ao auctor do Plutarco Brasileiro de uma linguagem que mais parece de um discipulo de Villemain, e de um poeta discipulo de Chateaubriand, do que de um historiador. *Reconhecemos que a imaginação do auctor deixa-se algumas vezes levar pelo brilho seductor do objeto que o possuía; seu estylo n'essas circumtancias tornou-se rico pelas imagens, largo pela amplidão das ideias; mas essas qualidades não são as do frio historiador, são as do jovem litterato de um clima ardente, escrevendo em um paiz por sua natureza poético* (SILVA, 1847, p.234-235). Grifo meu

A crítica é forte, pois não reconhece no biógrafo e no historiador qualidades importantes para o seu trabalho. Dessa certa forma, após analisar o modo como Pereira da Silva via o estilo, tanto no cronista quanto no historiador, ele incidiu no mesmo equívoco se concordarmos com a afirmação acima feita. O que chama a atenção também é essa relação que o crítico faz entre a poesia e um estilo de escrita mais sedutor, mais rico em imagens e menos “científico” se possamos traduzir a expressão “[...] não são as do frio historiador” por esse termo. Na biografia de Frei Caldas, busco compreender de que forma a imaginação é vista quando possuída pelo poeta.

IV.

Filho de Luiz Pereira de Souza e de Ana Maria de Souza, a natureza não foi muito generosa com Antonio Pereira de Souza Caldas. Débil e fraco, atacado por moléstias, muda-se, aos oito anos de idade, para Lisboa, aonde, mais tarde, estudará Jurisprudência. Pereira da Silva enquadra o nascimento do poeta dentro de um contexto maior, contexto esse nem um pouco positivo. Vejamos. Na sua infância, tem-se a perda da colônia de Sacramento para a Coroa espanhola, quando Souza Caldas ingressa na universidade ocorre a morte de D. José I, culminando em um caos administrativo no reino. O historiador-biógrafo acredita que esses acontecimentos ajudaram a moldar a personalidade do seu biografado:

trabalhada por Ricoeur, nessa parte de desenvolvimento de *Tempo e Narrativa*, é a de demonstrar o processo de refiguração efetiva do tempo pelo entrecruzamento entre história e ficção. A proximidade entre elas dá-se à medida que, a fim de concretizar suas respectivas intencionalidades, tomam-na de empréstimo uma da outra. No que diz respeito à ficcionalização da história, a imaginação tem seu papel na narrativa histórica no plano da configuração.

Que presagios melancólicos o acompanharam desde o berço? Como não deveria seu espírito pensador guardar duradouras estas impressões? Como taes acontecimentos não deveriam abalar as fibras de sua alma pura e elevada? [...]

Resultou d'estas impressões que Antônio Pereira de Souza Caldas, de coração generoso, de alma suave e perfeita, de superior intelligencia, e de primoroso engenho, teve melancólico character, foi de frio tracto, e de maneiras reservadas (SILVA, 1847, p. 71-72).

Antes que pudesse deixar também seus leitores melancólicos, Pereira da Silva logo acrescenta ter sido a poesia a responsável por tirar Souza Caldas deste estado de profunda solidão. À medida que avança nos estudos, sua composição tornava-se mais madura. A morte do pai, contudo, o arranca de Portugal e o faz percorrer alguns países da Europa, tais como a França e a Itália. Ali, mas não somente pelo encontro com obras antigas, sua imaginação recebe o impulso necessário para, posteriormente, criar:

E não foi só a historia dos feitos antigos que exaltara *a imaginação do poeta*: a pompa da religião catholica, o esplendor dos templos, e a geração extraordinária de engenhos superiores, que ainda modernamente produzira terra tão rica, empapada de immortalidade, velha como a historia, e sempre fresca e viçosa como uma ficção de fadas, avivaram-lhe e poetisaram-lhe a *phantasia*: de cada resto abandonado d'essas famosas ruinas viu levantar-se um suspiro, ou cântico sonoro, melodioso, melancólico, mais doce ao coração do que o frêmito das vagas do oceano, ou o soido vagaroso e fúnebre do vento por entre os galhos levantados das esbeltas cassuerinas, e dos bravios pinheiros (SILVA, 1847, p. 77). Grifo meu

Entre as obras produzidas pelo poeta, Pereira da Silva destaca *Immortalidade d'alma*, *Creação*, *Existencia de Deus*, e *Necessidade*, além da tradução dos Salmos. As características do poeta colocam-no na segunda escola da poesia lírica portuguesa. Enquanto a primeira escola tem como principal representante Camões e é definida como mais terna e sonora, a segunda preocupa-se menos com a forma e as vestes exteriores para procurar pensamentos altivos e grandiloquentes, o que proporciona a Souza Caldas “atrevidos e arrojados vôos” como em nenhum outro membro dessa escola de poesia lírica portuguesa. E isso é mais possível quando o poeta possui uma capacidade imaginativa que o possibilita não apenas compor, mas também inventar sem nenhuma preocupação com procedimentos metodológicos como os verificados quando se trata do historiador. Se o “voo” existe, ele precisa ser livre:

Não ha que admirar unicamente em Antonio Pereira de Souza Caldas uma imaginação vasta, brilhante, ilimitada; uma superabundancia de magestosos e magníficos pensamentos; um como que excesso, ou mesmo exageração da faculdade de inventar, e de produzir, que possuia em gráo subido, agglomerado por essas odes sacras, e em tão pequeno circulo, tantas, tão diferentes, tão variadas, e ao mesmo

tempo tão grandiosas ideias; *é que fora elle dotado com essa força preciosa, com esse raro privilegio que se intitula – genio, e que comprehende o gosto, e a invenção; - o gosto, que é o poder de sentir e conhecer o que é bello, e – a invenção, que é o talento de imaginar, e produzir – o verdadeiro genio não se contenta com vêr e admirar, mas tem vontade ardente, e irresistível força de exprimir* (SILVA, 1847, p.91). Grifo meu

É, pois, por meio da linguagem que o poeta se exprime, já que a partir dela consegue-se desenhar e pintar “o quadro pomposo, que almeja o entusiasmo do poeta”. Da mesma maneira que o historiador o poeta também pinta quadros, mas enquanto naquele a imaginação precisa ser controlada para que não se tome por verdades acontecimentos falsos, nesse a capacidade imaginativa está mais livre, seja para compor, para criar ou mesmo inventar. Para Souza Caldas, ela ainda possibilita traduzir os Salmos de uma forma que João Baptista Rousseau não consegue na tradução francesa.

Na língua franceza João Baptista Rousseau foi traductor dos Psalmos; ou fosse porém que se não prestasse a língua franceza á expressão magestosa

e sublime dos cânticos hebraicos , ou porque,— o que é mais presumível, faltassem imaginação e gênio ao traductor, que, apesar da nomeada, que grangeou, de primeiro poeta lyrico da França , muito inferior nos parece a seus mesmos compatriotas Lebrun, Lamartine, e Victor Hugo, o certo é que a traducção franceza está muito áquem das traducções dos Psalmos, que possuem as demais nações da Europa , e das quaes uma das mais aperfeiçoadas é , sem duvida alguma, a de Antônio Pereira de Souza Caldas (SILVA, 1847, p.100). Grifo meu

Observou-se, a partir das biografias de Rocha Pita, Pizarro e Araujo e Souza Caldas, a maneira como a palavra *imaginação* aparece em *Plutarco Brasileiro* e, por meio das reflexões que Pereira da Silva em alguns momentos se propõe a fazer, a própria forma como o autor a definia, tanto positiva quanto negativamente; muitas vezes necessária e em outras situações devendo ser evitada.

V.

No *Jornal de Debates*, em 23 de setembro de 1837, na seção “Literatura”, Pereira da Silva publica o ensaio “Os romances modernos e sua influência”. Nesse breve texto, o autor propõe uma definição genérica para o termo romance. De acordo com ele, “pelos *romances*, começam quase todas as literaturas; a infância dos povos é sempre embalada no berço das *ficções* e dos *jogos da imaginação*” (SILVA, 1837, p.43 Grifo meu). O historiador, contudo, não escreve, de forma mais pormenorizada, o que entende pelas palavras *ficções* e *imaginação*.

Ao relacioná-las tanto ao romance quanto à “infância dos povos” é possível depreender que, apesar da imprecisão terminológica, nesse ensaio a capacidade imaginativa e ficcional está relacionada especificamente ao campo da literatura. Vinculado ao *belo sexo*, a ele não se restringe, já que até mesmo “os mancebos e os velhos amam em demasia ler e escutar romances, sentem seus peitos palpitar à menor sensação, e que há de mais sublime, do que uma destas belas reminiscências da infância, que nutre nossa alma, releva-nos o vigor, e o brilho que então tínhamos?” (SILVA, 1837, p.43). Quer dizer, o romance atrai o público feminino, em especial, e os demais, de acordo com o historiador, porque ele está mais próximo de representar “os desvarios da vida humana, os sentimentos de nossa alma, os queixumes e gemidos de nossos corações” (SILVA, 1837, p.43) e para isso recorre-se à imaginação.

Após essa breve introdução, Pereira da Silva, depois de afirmar que o romance não se trata de um gênero novo de composição, percorre historicamente os diferentes períodos em que ele existiu. Desde as histórias presentes na Bíblia, que eram “adornadas com todo o vigor de imaginação” até o século XIX, no qual tudo teria se modificado por causa da Revolução Francesa, pois essa “despojando ondas de sangue, tanto benefícios entretanto trouxe ao mundo” (SILVA, 1837, p.44), o que chama a atenção é sempre a proximidade da imaginação com o romance, sendo isso reforçado quando o autor diferencia os dois gêneros de romances existentes para ele.

O primeiro deles tem como principal representante Walter Scott. O escocês conseguiu, para Pereira da Silva, imprimir ao gênero um espírito histórico capaz de seduzir seus leitores, sobretudo o chamado *belo sexo*. A única lamentação é não ter ainda naquele momento traduções dos romances de Scott para a língua portuguesa, que poderiam aguçar a prodigiosa imaginação de “nossas jovens senhoras”:

O homem que mudou inteiramente a forma dos romances, e lhes imprimiu certo espírito histórico, certos tipos do belo ideal, foi Walter Scott. Nós já nele falamos, e em sua influência sobre a moderna literatura, em um número deste Jornal: contestar essa influência é negar a existência de astros. Este homem enterrando-se nas crônicas escocesas, e nos *clãs*, que habitam nas montanhas geladas desse pitoresco país, arrancou tão belos sons, tão lindos episódios, que formam o encanto do *belo sexo* da Europa. E se há alguma coisa de que nos espantemos, é que as nossas jovens senhoras, que aquecidas por um clima quente, são dotadas de uma imaginação prodigiosa, e de um puro entusiasmo, não tenham ainda tido os romances desse escocês, porque ainda se não traduziram na língua portuguesa, aliás tão cheias de maus romances, e de péssimas novelas. Por que não há de o nosso *belo sexo* gozar das delícias de ler – Ivanhoé, e Rob Roy – e, derramar uma lágrima sobre a página, que descreve a morte da noiva de *Lammermoor*, e da amante de *Waverley*? (SILVA, 1837, p.45).

Imaginação daquele que escreve, mas também imaginação de quem lê. É nesse jogo de imaginações que o romance opera. O passado, acessado por meio dessa capacidade criativa, torna-se mais atraente. Assim como em *Plutarco Brasileiro*, quando Pereira da Silva preocupava-se com a forma que adotaria para a composição de sua obra, a fim de agradar aqueles que viessem a ter acesso e interesse pelo seu livro, nesse ensaio o público leitor também faz parte das considerações do autor. Como realçar a imaginação, já “vaporosa”, dos leitores? A tentativa de buscar um estilo parecido com Walter Scott pode ajudar na resposta desse questionamento: “Eis aqui todos os frutos da escola histórica de Walter Scott, que tão grande revolução fez na literatura, e que *exaltou tanto as pessoas dotadas de vaporosas imaginações*” (SILVA, 1837, p.45).

O outro gênero de romance existente para Pereira da Silva tem como criador Goethe. Diferentemente do anterior, aqui não há nada de histórico, sendo tão “somente a apologia do sentimento íntimo, e dos sofrimentos internos; este gênero é todo de concepção filosófica” (SILVA, 1837, p.46). Outra vez sem precisar melhor a utilização do que entende por essa terminação, pode-se, contudo, afirmar, a partir das diferenciações feitas por Pereira da Silva, que um “gênero todo de concepção filosófica” está mais relacionado a aspectos individuais e reflexivos sobre o ser humano, ao passo que o romance da linha de Walter Scott concentra-se mais na construção de quadros históricos. Como exemplos desse gênero liderado por Goethe, tem-se “*o Visionário* de Schiller – *Paulo e Virgínia* de Bernadin de Saint Pierre – *Atala, René*, e *o último do Abencerrajas* de Chateaubriand – *Adolfo* de Benjamim Constant – *últimas cartas de Jacopo Ortis* de Ugo Foscolo – *Nova Heloísa* de Rousseau”, todos caracterizados por serem “curtos, e simples, e onde reina mais que tudo a riqueza poética” (SILVA, 1837, p.46).

Soares (2003, p.31-41) propõe-se a destacar a importância de Pereira da Silva, mais especificamente de seu texto citado anteriormente, para os debates em torno do aparecimento do romance no Brasil. Para o professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, apesar desta aparente confusão terminológica presente no século XIX, quando havia indeterminações sobre os critérios a serem adotados para a classificação de contos, novelas ou romances, o ensaio de Pereira da Silva é importante pelo fato de o autor não se pautar pela extensão de uma obra para classificá-la como um romance. Conforme visto, o que interessava para ele era a diferença entre um gênero considerado histórico e outro de concepção filosófica. Não é possível

compreender pormenorizadamente o que o historiador do Brasil oitocentista quer dizer quando utiliza a palavra romance, contudo, pode-se estabelecer um vínculo com a ficção. Próximo do sentido dado à novela, o romance a ela se difere por um motivo principal, conforme Soares, citando a obra *Lições Elementares de Eloquência Nacional*, de Freire de Carvalho, cuja primeira edição de 1834 foi publicada no Rio de Janeiro. Para Carvalho, que inclui a novela e o romance histórico como gêneros da Eloquência, “ambos são ficções, contudo diferem na medida em que o primeiro é fruto da imaginação do novelista, e o segundo, embora se pautem em elementos ‘fingidos’, busque o seu fundamento em ‘fatos consignados na História’” (CARVALHO apud SOARES, p.39). No último parágrafo de *Os romances modernos e sua influência*, Pereira da Silva comenta que em outra ocasião desenvolverá mais esse assunto. Embora não saibamos identificar se houve outro texto em que ele retomou suas reflexões sobre o romance, pela leitura de seus próprios livros pode-se descortinar um pouco mais a relação entre o historiador e o romancista; o romance e a imaginação.

Antes de partir para a análise dos romances de Pereira da Silva, alguns trechos escritos por José de Alencar em diferentes obras podem nos auxiliar a entender melhor essa relação. Quase vinte anos após a publicação de *Os romances modernos e sua influência*, aparece nas páginas do *Diário do Rio de Janeiro*, no dia 22 de dezembro de 1856, o conto intitulado *Cinco Minutos*. Feito em forma de folhetins, após alguns meses, com todos os capítulos já publicados, foi lançada uma edição que foi oferecida para os assinantes do jornal, sendo, porém, também requisitada por outros leitores. De maneira particular, o que interessa do conto de o autor de *Iracema* é a sua primeira frase. Escreve ele: “É uma história curiosa a que lhe vou contar, minha prima. Mas é uma história, e não um romance” (ALENCAR, 1856, p. 1).

Após a frase acima, a história começa. O que o autor quis dizer ao fazer essa advertência? Antes disso, por que ela era necessária? Exemplo clássico do romantismo brasileiro, o conto trata de um amor considerado puro, casto e duradouro entre Carlota e o jovem que escreve a carta para sua prima. Ora, pouco tempo depois, em 1857, no prólogo da edição de *O guarani*, José de Alencar retoma o contato com “sua prima” e aponta, de forma mais clara, as diferenças entre história e romance.

Minha prima. — Gostou da minha história, e pede-me um romance; acha que posso fazer alguma coisa neste ramo de literatura. Engana-se; quando se conta aquilo que nos impressionou profundamente, o coração é que fala; quando se exprime aquilo que

outros sentiram ou podem sentir, fala a memória ou a imaginação. Esta pode errar, pode exagerar-se; o coração é sempre verdadeiro, não diz senão o que sentiu; e o sentimento, qualquer que ele seja, tem a sua beleza. Assim, não me julgo habilitado a escrever um romance, apesar de já ter feito um com a minha vida (ALENCAR, 2007, p. 5).

Tanto em Pereira da Silva quanto em José de Alencar encontra-se a vinculação da imaginação com o romance. A diferença é que, para o primeiro, há o acréscimo da ficção, enquanto que, para o segundo, é a memória que se faz presente. No entanto, a possibilidade da imaginação, como demonstra o excerto acima, é limitada, pois está relacionada a terceiros e não necessariamente ao coração daquele que fala. Além disso, ela não tem a exatidão como um de seus atributos; pelo contrário, ela erra e exagera, como diz o autor.

Por mais que não se julgue habilitado a escrever um romance, talvez por lhe faltar imaginação suficiente para isso, em *Como e porque sou romancista* o discurso é diferente.

Escrito em 1873, mas somente publicado vinte anos depois, esse texto autobiográfico de José de Alencar faz um relato sobre sua formação escolar e suas leituras, além de algumas respostas fortes a críticas feitas sobre ser *O Guarani* mera imitação do escritor James Fenimore Cooper. Dirigido a um amigo, logo nas primeiras páginas do livro é possível constatar a importância da mãe de Alencar para a sua formação, sobretudo por ter lhe legado algo de extrema valia: “Mas não tivesse eu herdado de minha santa mãe a *imaginação* de que o mundo apenas vê as flores, desbotadas embora, e de que eu sómente sinto a chama incessante [...]”(ALENCAR, 1995, p.23). Aliada à capacidade imaginativa, herdada do berço, está a leitura incessante e repetida, devido à escassez, durante a infância do escritor, de romances e novelas. Leitura e imaginação unem-se, portanto:

Foi essa leitura continuada e repetida de novellas e romances que primeiro imprimio em meu espirito a tendencia para essa fórma litteraria que é entre todas a de minha predilecção?

Não me animo á resolver esta questão psychologica, mas creio que ninguem constatará a influencia das primeiras impressões. [...]

Nosso repertorio romantico era pequeno; compunha-se de uma duzia de obras entre as quaes primavam a *Amanda e Oscar*, *Saint-Clair das Ilhas*, *Celestina* e outros que já não me recordo.

Esta mesma escassez, e a necessidade de reler uma e muitas vezes o mesmo romance, quiçá contribuiu para mais gravar em meu espirito os moldes dessa estrutura litteraria, que mais tarde deviam servir aos informes esboços do novel escriptor (ALENCAR, 1995, p. 23).

Desta junção do ato de ler e de imaginar, surge, quando o escritor tinha dezoito anos, a ideia de um romance chamado *Os Contrabandistas*. Ao se referir ao livro inconcluso, José de Alencar o considerava como um “dos melhores e mais felizes de quantos me sugeriu a imaginação”, no qual ele, “conforme a disposição do espírito e a veia da imaginação, buscava entre todos o episódio que mais se moldava às idéas do momento” (ALENCAR, 1995, p. 36). À medida que Alencar intensificava e diversificava suas leituras, sua capacidade criativa e imaginativa ia sendo realçada e seus romances adquiriam grau mais elevado de complexidade. Nesse breve percurso de alguns escritos do autor de *Iracema*, a importância da imaginação corrobora as afirmações anteriores de Pereira da Silva. No entanto, quais os limites e possibilidades dela quando o historiador se vê não mais escrevendo uma obra histórica, mas sim na condição de romancista no ato da escrita de um romance?

VI.

Em *Aspasia*, Pereira da Silva adverte o leitor quanto à inspiração que lhe fez escrever esse romance. Utilizando-se de uma linguagem metafórica, suas palavras são claras: “[...] tudo quanto o livrinho encerra brotou dos sonhos encandecidos do imaginar, assim como a água rebenta do rochedo solitário e perdido no seio das brenhas”. Ou seja, para aqueles que viessem a ter contato com o livro que não esperassem “[...] peripecias dramáticas, lances de aventuras, suprezas de situações, sucessos imprevistos ou episódios pinturescos, que te agucem a curiosidade e entretenham as horas vagas e ociosas da vida [...], tampouco buscassem “[...] descobrir factos verdadeiros e reais, trazidos agora á lume da imprensa [...]” (SILVA, 18--., p.i).

Muito diferente será o processo para a composição de *Jeronymo Cortereal: chronica do seculo XVI*. Publicado pela primeira vez em 1840 nas páginas do *Jornal do Commercio*, em formato de folhetim, vinte cinco anos após sua primeira aparição nesse periódico, ele será lançado como livro. Ali realidade e ficção se encontram. Quer dizer, para fazer a narrativa histórica do poeta quinhentista Corte-real (1533-1588) Pereira da Silva recria contextos e cenários, porém mantendo aspectos da realidade social do período. Como Evandro dos Santos afirma, o romance também passa a ser usado com o objetivo de expor e criticar aspectos da realidade social. Ao analisar, ainda que de forma breve, *Eurico, O presbítero*, de Alexandre de Herculano, Santos (2014, p. 115) comenta uma nota de abertura presente na versão unificada

do romance. Ali, o historiador português dizia que a imaginação viria a suprimir a história. Em síntese, com "a ausência de maior número de documentos que descrevessem e fundamentassem a instituição de celibato e suas consequências nefastas, foco da crítica de Herculano ao longo do romance, a imaginação criativa seria o meio pelo qual esse questionamento poderia ser apresentado". Ainda seguindo a argumentação de Santos, tem-se nesse caso um exemplo daquilo que seria encontrado, em maior ou menor grau, no Oitocentos, isto é, "a função atribuída ao texto ficcional é correlata, mas também complementar, ao texto historiográfico" (IBIDEM). Da mesma forma, também está presente, no que se refere à ficção histórica escrita pelo autor, a importância da imaginação para a realização do seu intento. É como se os três aspectos que foram separados em *Aspasia* se reencontrassem aqui: realidade e ficção, tendo por base a capacidade imagética do escritor.

Poucas informações haviam chegado até o século XIX a respeito do poeta quinhentista Jerónimo Corte-Real. As notícias mais relevantes diziam que ele teria nascido em Lisboa e teria partido para a batalha de Alcácer Quibir, onde ficaria preso, sendo libertado posteriormente e acabando por falecer em Évora. Segundo algumas fontes, pertencente a uma família de nobres, assim como seus familiares, Corte-Real teria sido um militar, servindo na Índia e Marrocos. É, por conseguinte, a partir desse pequeno conjunto de referências sobre a vida do autor de *Naufração e Lastimoso Sucesso da Perdição de Manuel de Sousa Sepúlveda e Dona Leonor De Sá Sua Mulher*, poema de 1594, que Pereira da Silva escreverá sua obra.

No prefácio do livro, o autor explica as mudanças entre as duas versões. Mudanças essas advindas das próprias transformações pelas quais passou o carioca de Iguaçu:

Deixei de parte portanto o bom conselho dos mestres. Aproveitando algumas cousas, desprezando outras, e acrescentando-lhe episodios mais largos e variados, siga o livro o seu destino, tão mudado que de fôrma que quasi me parece outro, e não o mesmo filho querido dos meus vinte annos e das minhas primeiras inspirações litterarias (SILVA, 18--., p.3) .

A seguir ele acrescenta:

Desmerecerá sem duvida na estima dos leitores. Não pertence mais ao sonho dourado da mocidade. Não nasceu inteiriço da razão e da experiencia. Será talvez o monstro de Horacio. Que lhe corra breve a vida, e seja-lhe leve a terra que lhe cobrir os restos! (SILVA, 18--., p.3-4).

A frase de Pereira da Silva soa um pouco ambígua. Por um lado a segunda edição da obra não era mais fruto dos arroubos da juventude, quando é mais fácil a ocorrência de erros e inexatidões advindas, pois, nesse período da vida, os escritores “peccam pelo exagerado dos sentimentos, pelo basto em demasia da folhagem, e pelo desordenado da concepção [...]”. Por outro, mesmo passados vinte e cinco anos, *Jeronymo Cortereal: chronica do seculo XVI* não nasceu inteiramente da razão e da experiência. Será nessa ambivalência que o romance encontrará, pela pena do autor, equilíbrio.

VII.

Tendo de um lado a história real, com suas lacunas e inexatidões, e do outro, a imaginação aventureira para dar forma ao romance, é necessário dizer que esta última não opera livremente, conforme Pereira da Silva, em escritos posteriores, buscava deixar claro. Nesse sentido, de que maneira poder-se-ia afirmar a existência aqui de um controle do imaginário? O exame do romance escrito pelo historiador carioca poderá responder essa questão, ainda que de maneira parcial e incipiente, daquilo que foi elaborado e desenvolvido, de uma forma mais geral e teórica, por Lima (2007) em suas obras. Alguns aspectos presentes em *Jeronymo Cortereal: chronica do seculo XVI*, por conseguinte, auxiliam-nos na tentativa de responder ao questionamento feito anteriormente.

Considerado por José Veríssimo o primeiro romance de ficção histórica brasileiro, há dois momentos do livro, no qual Pereira da Silva, utilizando-se da imaginação na criação de novos acontecimentos, ou na ressignificação de antigos, parece conduzir o leitor a conclusões que ele, o historiador, gostaria que fossem feitas.

O primeiro caso encontra-se no terceiro capítulo da obra, em um encontro hipotético entre Corte-Real e o poeta português Camões.

Intitulado *O conselho*, nessa parte do romance Corte-Real vai ao encontro de Camões, após uma desavença com Lianor, sua amada, por conta da morte de seu irmão em um duelo com o poeta. Vagueando pelo centro de Lisboa, Jerónimo Corte-Real adentra em um local descrito como “uma casa velha, baixa, pequena, já quasi em ruínas, e que ameaçava desmoronar-se a cada momento” (SILVA, 1865, p.49). O quarto em que o autor de *Lusíadas*

passava a maior parte de seu tempo estava longe do luxo e da glória que ele mereceria dada sua importância para Portugal:

Escancarada a porta de entrada, que mal se escorava em esteios fracos e carcomidos pelo tempo, achou-se Cortereal em um quarto escuro, posto allumiado por uma miserável condêa de ferro pendurada na parede. Uma mesa quebrada, um velho banco de pão duro e uma marquezta coberta apenas com uma esteira rota e quase negra, formavam-lhe toda a mobilia de que se ornava (SILVA, 1865, p.50).

Não muito diferente será a descrição referente a Camões:

Estendia-se sobre a marquezta um homem velho e gasto, não pela idade, mas pelos trabalhos da vida e desgostos do mundo. Esfarrapado capote de lã cobria-lhe o corpo, e deixava-lhe livre apenas a cabeça. Rugas immensas cortavam-lhe a physionomia, posto escondida sob longa e espessa barba ruiva e retorcido bigode. Brilhava-lhe o olho esquerdo com fulgor extraordinario e reluzente chamma. Fechava-se o outro por fórma que se diria perdido para a luz do dia. Pairava-lhe por cima do rosto uma sombra melancólica, bem que serena e tranquilla (SILVA, 1865, p.51).

No decorrer do diálogo, há dois assuntos principais. Por um lado, observa-se a queixa de Camões contra os homens que governavam e dirigiam a pátria portuguesa por conta do abandono que ele dizia sofrer. Esse aspecto é importante já que muitas vezes o texto de caráter ficcional servia, dentro de uma concepção pragmática da história, para aproximar os homens de seu passado. Nesse sentido, o relato ficcional de um acontecimento histórico, no caso o abandono pelo qual teria passado Camões, serve para divulgar aspectos da história nacional, aqui em questão sobre Portugal. Não obstante, também poderia servir para o Brasil, como um alerta para a preservação da memória dos ditos heróis nacionais. Pereira da Silva leva seus leitores para um deslocamento no tempo, porém compreendendo o sentido que o passado poderia ter para o presente. Entre o apogeu e o declínio é onde se situa Luiz Vaz de Camões:

Em Ceuta, em Gôa, na China, em Mação e nas Molucas, provára com as armas o seu ardimento e denodo. Perdêra o olho direito em um combate naval. Naufragára na foz do rio Maconde. Mimoseára a patria, o mundo e as lettas com seu famoso poema dos *Lusiadas*, inspiração alterosa do espirito e do patriotismo. Desamparado pelo contemporaneos poderosos; reduzido á maior pobreza e miseria, isolado em uma choça desprezível, e privado de amigos, compellíra-o a indigencia a mendigar socorros de subsistencia aos frandes do convento de São Domingos, e ao Jáo fidelissimo que para elle esmolava nas ruas e praças de Lisboa, e que desde a India o seguíra, e partilhára a sua sorte malaventurada (SILVA, 1865, p.56).

Outro assunto bastante presente na conversa entre os poetas não poderia deixar de ser os últimos acontecimentos que se passaram com Corte-Real. Esse foi justamente ao auxílio de

Camões para encontrar respostas sobre a atitude que deveria tomar e o rumo que poderia seguir. No desfecho do diálogo, ele encontra justamente isso ao decidir acompanhar o rei D. Sebastião rumo à África: “Atirou-se de novo aos braços de Camões, recebeu-lhe as despedidas, e partiu promettendo a Deus consagrar-lhe seus últimos dias de vida, combater pela religião e morrer pela pátria” (SILVA, 1865, p.63).

Ao longo da leitura do romance, Pereira da Silva conduz seus leitores através de cenários, acontecimentos e diálogos imaginados ou verídicos. É através da sua “razão e experiência”, conforme havia dito no prefácio da obra, que o autor se propõe a imaginar. Nessa recriação de quadros históricos, em boa parte em *Jeronymo Cortereal* aparece a preocupação com aqueles que lutaram em favor da pátria, mas foram esquecidos pelos que dela se encarregavam naquele momento. O exemplo maior desse aspecto trata-se do poeta autor de *Lusíadas*.

Entrementes, o objetivo maior de Pereira da Silva, com seu romance, era recriar a gênese do poema *Naufrágio e Lastimoso Sucesso da Perdição de Manuel de Souza Sepúlveda e Dona Leonor De Sá Sua Mulher*, poema datado de 1594. Isso acontece no último capítulo, chamado de *A agonia do poeta*. Resumidamente, já no fim de sua vida, Corte-Real manda chamar seu confessor e amigo frei Luiz de Souza ate quinta de Palma. Lá, Corte-Real escreve seu aclamado poema e dá adeus a sua vida. O fim da obra de Pereira da Silva encerra-se com um encontro entre os dois grandes escritores da língua e literatura portuguesa: Jerónimo Corte-Real e Manoel de Souza Coutinho.

Entre a história e o romance, ser romancista e ser historiador, essas não eram atividades incompatíveis. Cezar destaca que “nem sempre ser poeta romancista era incompatível com ser historiador; e ir de um gênero ao outro era uma opção, não uma impossibilidade intelectual” (CEZAR, 2003, p.74). Pereira da Silva faz parte daquele conjunto de historiadores do século XIX que não se restringiram unicamente à produção de obras históricas. Foi, por conseguinte, por meio de uma análise mais ampla de seus trabalhos que se buscou observar, mapear e compreender a utilização da imaginação como recurso cognitivo para apreensão do passado.

VIII.

Uma vida dividida entre o trabalho na advocacia, os debates parlamentares e a escrita histórica. Talvez sejam esses três aspectos que Pereira da Silva gostaria de ver ressaltados em sua biografia. Pode-se dizer que escrever sobre o outro implica, e muito, uma escrita sobre si mesmo, no sentido de que, por mais que estejamos concentrados em reproduzir o mais fidedignamente possível um retrato sobre um terceiro, há muito de nós mesmos naquilo que por ventura venhamos a relatar sobre alguém. Isso vale tanto para o passado quanto para o período contemporâneo com as profusões de biografias escritas recentemente. Com *Plutarco Brasileiro*, seu autor objetivava prestar um serviço ao país e fazer com que as gerações recentes tivessem modelos a se espalhar na constituição da nação. Não obstante, poder-se-ia indagar, quem sabe, o que o próprio historiador queria para si com a publicação do livro? Muito difícil encontrar essa resposta. Algumas hipóteses, contudo, podem já de antemão serem descartadas, tais como a concretização de mero desejo literário, a demonstração de uma possível erudição, o reconhecimento de seus colegas. Torna-se complicado responder esse questionamento levantado, porque ele relaciona duas dimensões que se fundem: o escritor e sua escrita. Quem escreve e por qual razão escreve? Nas memórias parlamentares de Pereira da Silva lemos as difíceis lidas diárias com deputados e senadores e nas introduções de suas obras observamos as dificuldades admitidas em produzir trabalhos que pudessem ser úteis, em alguma medida, para as pessoas. É, porém, no momento em que os dedos encontram um papel mediado por algum instrumento que materializará aquele contexto que jamais alcançaremos. Podemos somente imaginar, assim como o autor teve de utilizar essa capacidade de criação que torna mais vívida cada palavra escrita, cada quadro histórico retratado em seu trabalho.

Imaginação. Recurso cognitivo importante para a apreensão do passado. O mapeamento dela nos trabalhos produzidos por Pereira da Silva nos deu, em boa parte, respostas e caminhos sobre a maneira como ele pensava esse tema. Imaginar não é inventar pode-se ler nas entrelinhas do pensamento do historiador. Fontes, preocupação com a verdade dos fatos, pesquisa, meditação são para aqueles que se debruçam sobre o passado ferramentas importantes para combater falsidades e mentiras. As polêmicas levantadas em torno de boa parte da produção do autor de *Plutarco Brasileiro* nos mostram as dificuldades de encontro de equilíbrio entre todos esses pressupostos.

Exposição do acontecimento. Tarefa do historiador, de acordo com W. von Humboldt. A dificuldade na execução desse objetivo está na fragmentação com que o passado chega até nós. Quanto mais longínquo maior torna-se o desafio. Por outro lado, há certo dever para com tempos pretéritos. As dimensões de tempo e espaço servem como fios condutores para dar ao indivíduo certa noção de identidade. Isso se faz presente em um nível mais particular, mas também em um plano mais geral e coletivo. Lembrar e registrar o que se passou, talvez não para que erros não se repitam, mas para conferir ao ser algum pertencimento, inclusive para até mesmo poder romper com ele. Enfim, em alguma medida existiu e existe ainda uma crescente demanda por história.

Biografar, imaginar, escrever. Encontramos todos em *Plutarco Brasileiro*, especificamente dentro de uma escrita biográfica, várias menções à imaginação alheia e o processo de escrita sobre isso feito por Pereira da Silva. Um livro, composto em dois volumes, aparentemente nada acrescentaria de novo haja vista muitas das biografias produzidas já terem sido feitas por outros historiadores. A obra torna-se relevante, contudo, porque ela possibilita analisar mais detidamente esses três aspectos com que se iniciou esse parágrafo. E ao final dessa dissertação, podemos esboçar uma resposta provisória sobre quem escreve e por qual razão escreve. Todos nós, de certa forma, escrevemos para dar vida e sentido às nossas existências. Narrar, outro nível da escrita por assim dizer, é dotar de significado e preenchimento a vida. O historiador escreve para conferir inteligibilidade ao passado e, por consequência, à própria vida. Quem sabe essa não seria a resposta do carioca de Iguazu João Manuel Pereira da Silva.

Referências bibliográficas

- VERÍSSIMO, José. *História da Literatura Brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. Rio de Janeiro: José Olympio Editôra, 1954.
- CEZAR, Temístocles. “Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX”. *Métis. História & Cultura*, v.2, n.3, jan./jun., 2003, p. 73-94.
- CEZAR, Temístocles. “Lições sobre a escrita a história: as primeiras escolhas do IHGB. A historiografia brasileira entre os antigos e os modernos”. In: *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 93-124.
- CEZAR, Temístocles. “Fustel de Coulanges”. In: MALERBA, Jurandir. *Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 307-317.
- COLANGES, Fustel de. “Aula inaugural do curso de história da faculdade de Estrasburgo (1862)”. In: MALERBA, Jurandir. *Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 317-318.
- COLANGES, Fustel de. “Regras de uma história imparcial”. In: MALERBA, Jurandir. *Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 318-322.
- DALL AGNOL, Rafael Terra. *O passado a serviço do presente: imaginação histórica no Brasil oitocentista (c. 1839-60)*. UFRGS: Porto Alegre, 2014. (Trabalho de Conclusão de Curso).
- DICKENS, Charles. *Hard Times*. London: Penguin Classics, 2003.
- DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 30*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.
- DOSSE, François. História e historiadores no século XIX. In: MALERBA, Jurandir. *Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 15-32.
- ENDERS, Armelle. “João Pereira da Silva, Francisco Adolfo Varnhagen et lês malheurs de l’histoire moderne du Brésil”. *Revista de História (RH)*, edição especial – 1º de semestre de 2010 – antigos, modernos e selvagens, p. 115-129.
- ENDERS, Armelle. *Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros*: Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, p. 175-234.
- GAY, Peter. *O estilo na história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Entre as Luzes e o Romantismo: as tensões da escrita da história no Brasil oitocentista”. In: *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

HARTOG, François. *Evidência da história: o que os historiadores vêem*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiência do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

KOSELECK, Reinhart. “*História magistra vitae*. Sobre a dissolução do *topos* na história moderna em movimento. In: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 41-60.

LIMA, Luiz Costa. “O imaginário e a imaginação”. In: LIMA, Luiz Costa. *O controle do imaginário & a afirmação do romance: Dom Quixote, As relações perigosas, Moll Flanders, Tristram Shandy*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 110-155.

LIMA, Luiz Costa. LIMA, Luiz Costa. *Trilogia do controle: o controle do imaginário: sociedade e discurso ficcional: o fingidor e o censor*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

MARTINS, Estevão de Rezende. “Introdução”. In: MARTINS, Estevão de Rezende. *A história pensada: teoria e método na historiografia européia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010, p.7-14.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*, RJ: Editora FGV, 2011.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. “Biografia e *historia magistra vitae*: sobre a exemplaridade das vidas ilustres no Brasil oitocentista” *Anos 90*: Porto Alegre, v. 22, n. 42, p. 273-294, dez. 2015.

RANKE, Leopold von. “O conceito de história universal”. In: MARTINS, Estevão de Rezende. *A história pensada: teoria e método na historiografia européia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010, pp. 202-216.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2010.

RODRIGUES, José Honório. “O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. In: RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/MEC, 1978.

SILVA, Antonio de Moraes. Dicionario da língua portuguesa composto pelo padre Rafael Buteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva. *Disponível em:* www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00299210.

SILVA, João Manuel Pereira da. *História da fundação do Império brasileiro*. Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1864-1868. 7 v.

SILVA, João Manuel Pereira da. *Memórias de meu tempo*. Brasília: Senado Federal, 2003.

SILVA, João Manuel Pereira da. *Plutarco Brasileiro*. Rio de Janeiro: Em Casa dos Editores Eduardo e Henrique Laemmert, 1847. 2 v

SILVA, João Manuel Pereira da. *Os varões illustres do Brazil durante os tempos coloniães*. Pariz : Livraria de A. Franck..., : Livraria de Guillaumin..., 1858. 2 v.

SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario bibliographico portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858-1927.

VOLTAIRE. Dictionaire Philosophique. In: VOLTAIRE. *Oeuvres complètes de Voltaire : avec des notes et une notice sur la vie de Voltaire*. Paris : Chez Firmin Didot Frères, Fils, 1857-1859. 13 v, Tome VII.

WHITE, Hayden. *Meta-História: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

ALGUMAS OBSERVAÇÕES À PROPOSTA DE UMA NOVA REPRESENTAÇÃO DO TEMPO NA PINTURA DO SÉCULO XX¹

Jeffrey Andrew Barash

Os críticos têm a tendência de apresentar a pintura do século XX à partir do cubismo e das vanguardas como a emancipação das modas tradicionais de expressão figurativa. Minha hipótese neste artigo é que esta inovação traz na sua expressão da experiência temporal explorada pela sua vez pelo cubismo e pelas *avant-gardes*, através de um movimento de ultrapassagem dos estilos anteriores da pintura figurativa. Diante da proposta feita, me concentrarei em identificar alguns elementos que capturam esta distinção nas formas de representação do tempo na pintura. Esta análise irá se inspirar livremente na filosofia de Ernst Cassirer, menos para explicitar sua teoria das formas simbólicas do que para explorar uma das suas principais teses que Cassirer desenvolve como parte de sua reflexão sobre arte: como mito ou teoria científica, mas em um domínio de atividade humana que lhe é própria, a arte utiliza de maneiras específicas de conferir uma ordem para experimentar e comunicar (CASSIRER, 1995. p. 110). Esta ordem é construída a partir de padrões temporais, espaciais ou conceituais próprios a cada domínio. O que importa na teoria de Cassirer para minha própria abordagem, esta é maneira pela qual a arte confere uma ordem para experimentar, incluindo uma ordem temporal, não é mais regido por um critério uniforme, mas propenso a profundas modificações históricas. É esta tese que gostaria de examinar com um olhar mais atento, para interpretar qualquer novidade nos acordos de representação do tempo que caracteriza a pintura do século XX.

A fim de identificar um caráter inovador da experiência temporal representada pelo cubismo e pela pintura *avant-gardes*, devemos primeiro caracterizar brevemente as formas de ordenar o tempo em tradições artísticas anteriores. De acordo com a minha hipótese, como

¹ Tradução de Ana Carolina de Azevedo Guedes (Doutoranda PUC-Rio).

veremos mais tarde, uma das características essenciais que nos permite caracterizar estas tradições residindo precisamente nas formas específicas de representação do tempo.

Na pintura cristã da Idade Média, no Renascimento e nos primeiros períodos modernos, além da grande variedade de expressões que atravessam as Eras, devemos admitir de início que a primeira referência foi muitas vezes, além da simples ordem temporal estabelecida, foi objeto de representações tão complexas como sutis. Um exemplo impressionante está presente na *La Madone au buisson de roses* de Stephan Lochner (*Die Muttergottes in der Rosenlaube*, c. 1440, Wallraf-Richartz Museum, Cologne, cf. planche II, n° 6), onde vemos o Cristo criança sentado com a Virgem em um jardim de rosas. Ele tem em uma mão uma maçã, simbolizando a redenção do pecado original de Adão e Eva, de ter comido a maçã do conhecimento, seguido pela sua expulsão do Jardim do Éden, para o mundo da morte e da finitude temporal. No quadro, a fonte eterna e sagrada do mundo se distingue das imagens cosmológicas contida na coroa de ouro em torno do rosto contemplativo de Maria. Aqui, as quinze fases da Lua, representado pelos ícones astronômicos representando quinze momentos dos movimentos celestes no curso do tempo, contrastando fortemente com a safira negra no topo da coroa, que reflete a luz de uma fonte oculta, acima e atrás do Sol, indica a luz eterna a partir de uma origem supra sensível (KRISCHEL, 2006. p. 26-30).

Para representar o tempo, a arte cristã - e muito geralmente a arte tradicional - adotou diferentes estratégias. A primeira maneira e mais direta de representar o tempo era justapor diferentes elementos sobre sua simultaneidade, as flores ou outros padrões para uma natureza morta ou por uma cena natural, as figuras por um retrato ou a interação das personagens em um evento. De certa maneira, tudo o que se representou pela pintura emana do mesmo ponto dos tempos, manifestando uma “presença” simultânea, que a pintura captura e retrata.

Além dos motivos descritos acima, o quadro também pode indicar de várias maneiras, outras dimensões do tempo além do que é apresentada diretamente. Isto se cumpre pela indicação de signos temporais que marcam as relações de ordem natural ou cosmológica ou de sucessão narrativa graças às referências simbólicas que conferem um significado aos temas pintados. Na *Madone au buisson de roses*, de Lochner, por exemplo, os símbolos iconográficos simultâneos de fases da Lua representam a ordem cosmológica constituída pela sequência temporal do movimento dos astros. Ou, tomemos outro exemplo, *Uma Anunciação do*

Renascimento, ou *O Anjo Gabriel* apresenta um lírio à *Virgem Maria*, está situado na primavera e se conecta concretamente retratando o evento em ordem cosmológica das estações. Através do padrão da flor, o significado realizado pelo quadro vai além do período do tempo da própria cena para simbolizar a pureza e a antecipação do nascituro.

Em um outro nível da expressão temporal, um quadro pode intercalar o padrão do tempo cosmológico com a temporalidade de uma sucessão narrativa, e que ordena o tempo em relação a uma sequência de eventos envolvidos. A *Anunciação*, por exemplo, combina dois motivos naturais e narrativos: a presença simultânea de Gabriel e de Maria não só no lugar de Cristo, mas também destaca a ordem temporal da narrativa em que o evento está relacionado com uma história maior. Neste contexto, os modos cosmológicos e o tempo de agendamento são ambos feitos a arte cristã através da expressão simbólica, onde os símbolos (como os lírios), interpretada a partir de um passado histórico anterior ao povo judaico, antecipar o futuro nascimento de Cristo e unir-se como uma sucessão de momentos diferentes apontando para uma visão cristã do tempo histórico alimentada pela esperança messiânica do retorno à Cristo.

A pintura medieval, do Renascimento e o primeiro período da pintura cristã moderna utilizava dos modos de representação da ordem temporal a um nível elevado de complexidade, pelo modo como os pintores foram capazes, a partir de um contexto para o outro, o que sugere a sucessão de acontecimentos diferentes justapostas simultaneamente sobre a mesma superfície pintada. Pensemos, por exemplo, na forma elaborada da expressão temporal em pinturas como as *Scenes de la vie de Marie* de Han Membling, quadro também chamado de *Sept Joies de Marie* (c. 1480, Alte Pinakotek, Munich, cf. planche III, n° 7) ou justaposição no espaço de diferentes momentos da vida de Maria e de Cristo indica momentos entrelaçados pela sequência temporal da narração: Anunciação, o nascimento de Cristo, as ofertas dos Reis Magos, a ceia, a epifania, a morte e a ressurreição de Cristo. Todos no mesmo espaço pictórico da pintura, mas eles indicam diferentes tempos de uma sucessão temporal que se encaixam em qualquer narrativa ou diferentes vezes coexistem naturalmente. Esta simultaneidade dos eventos representada no quadro refere-se à permanência de uma verdade que lhes está subjacente e que em si não tem antes ou depois, mas é atemporal. Os diferentes tempos que coexistem no quadro assumem, pelo menos indiretamente, uma fonte eterna, atemporal, em que eventos como totalidade derivam seu significado.

Um outro exemplo da ordem temporal complexa na pintura cristã é sugerido pelo trabalho mais recente *La Recontre d'Abraham et de Melchisédech* de Rubens (1625, National Gallery of Art, Washington, cf. planche II, nº 8), que, se representa um evento único, sugere, no entanto, simbolicamente relações de sucessão temporal que remontam a séculos da vida dos dois personagens representados na pintura. Rubens ilustra a cena bíblica descrita em Gênesis 14, 18, onde Melquisedeque reencontra Abrãao: “E o Rei Melquisedeque trouxe o pão e o vinho: pois ele era o Sacerdote do Deus Supremo”. Tornando-se um dos temas mais populares na pintura da Contra-Reforma católica do Século XVII, Rubens sugere simbolicamente, através do pão e do vinho, uma pré-figuração das oferendas de Cristo após o milagre da Eucaristia (EMILE, 1972. p. 72-86).

Desenvolver em detalhes as maneiras em que a pintura tradicional cristã expressa relações temporais vai além dos limites deste breve artigo, mas exemplos altamente desenvolvidos das obras de Lochner, de Membling e de Rubens são suficientes para ilustrar o que se prenuncia os recursos essenciais da representação do tempo nesta pintura: ou onde ele pretende ir além da mera representação de um momento presente, por exemplo, aquele retratado numa natureza morta ou num retrato, o uso de signos ou símbolos permite-lhe colocar o que é representado em relação a uma ordem natural cosmopolítica ou uma sucessão narrativa, dando a possibilidade de se referir a uma fonte sagrado e atemporal além do tempo.

Claro que, como muitas vezes tem valor, os temas da pintura a partir do Renascimento se diversifique, e, próximos aos temas religiosos, se desenvolve uma referência pictórica cada vez mais centrada nas representações que se desviam da religião. Como parte deste breve artigo que eu possa apresentar uma revisão detalhada deste tópico, mas vou apresentar uma tese ousada que a pintura do século XX parece confirmar: a pintura das épocas modernas, apesar da grande diversidade e da sua riqueza de expressões, se desvia muito raramente das estruturas narrativas ou cosmológicas que conferem uma ordem para o tempo relativo aos fenômenos naturais ou contando uma história. Mesmo se o simbolismo desenvolvido da arte cristã que expressa um padrão altamente complexo da organização temporal, a pintura à partir do Renascimento e ao Barroco, neoclássico e romântico, e que mostrou uma predominância crescente de razões seculares, permanece fiel aos modos predominantes de representação do tempo na minha opinião constitui um dos elementos essenciais da tradição iconográfica em um

sentido amplo. Esta afirmação permite dar conta da grande agitação no domínio pictórico que começa a surgir no final do século XX e tantos contemporâneos, especialmente entre os cubistas, as vanguardas e os futuristas.

O século XX, como podemos perceber facilmente, marca uma época de grande transformação da pintura corresponde à emancipação da criação artística dos modos anteriores da expressão figurativa. Essa transformação, devemos salientar, não se limitou a este tipo de pintura, mas encontrou eco nas grandes inovações literárias de Marcel Proust ou James Joyce, que veio para fora do molde de formas narrativas anteriores, de uma forma que corresponda a originalidade de sua abordagem do padrão temporal da experiência. O mesmo período testemunhou uma profunda experiência temporal, incluindo obras pendentes, tais como *Essais sur les donnés immédiates de la conscience* (1889) de Henri Bergson, *Les Principes de psychologie* (1890) de William James que são contemporâneos, as *Leçons sur la conscience intime du temps* (1905-1918) de Edmund Husserl e, um pouco mais tarde, a *Philosophie des formes symbolique* (1923-1929) de Ernst Cassirer e *Être et temps* (1927) de Martin Heidegger.

Como podemos caracterizar a inovação de modos de representação do tempo na pintura do século XIX? Representantes de correntes como o cubismo, as vanguardas e o futurismo para dar conta de suas inovações pictóricas, muitas vezes sublinhou a importância dos levantes da existência humana trazida pela industrialização e urbanização em seu tempo². O novo modo da vida urbana industrial, marcada por sua regularidade e ritmo repetitivo da tecnologia das máquinas, a velocidade acelerada e a heterogeneidade de luz e som no ambiente urbano mergulhou homens em condições de vida incomuns, na experiência cultural imediata, encontraram-se em forte contraste com todas as formas de experiência prévias.

Como parte desta discussão, vou identificar três novas maneiras de estruturar a experiência temporal inaugurando uma nova sensibilidade que retrata a pintura do início do século XX: um foco sobre a nova como uma totalidade onde os elementos se misturam, um foco sobre a nova experiência de mobilidade gerada pela aceleração técnica. Vou tomar como

² Para citar apenas dois exemplos: Gino SEVERINI, “La peinture d’avant-garde” (1917), *Écrits sur l’art*, Paris, Éditions Cercle d’art, 1987, p. 79-95; Fernand LÉGER, “Les réalisations picturales actuelles” (1914), *Fonctions de la peinture*, Paris, Gallimard, 2004, p.39-54. Para a questão da caracterização da pintura à partir de Cézanne, em seguida os cubistas e avant-gardes ver o livro Max IMDAHL, *Bildautonomie und Wirklichkeit. Zur theoretischen Begründung moderner Malerei*, Mittenwald, Mäander, 1981.

exemplos dessa nova sensibilidade funciona em três pintores cada vida em um contexto artístico diferente: Fernand Léger, Gino Severini e El Lissitzky. Embora seja verdade que toda a pintura cubista e da vanguarda não inovou, de acordo com o novo esquema, cada pintura que analisamos ilustram oportunidades para romper definitivamente com os acordos, em particular como nos interessa aqui, que referem-se à expressão da expressão temporal.

Se os eventos devido ao acaso e encontros casuais sempre desempenharam um papel importante do padrão temporal da narração, a narrativa tradicional teceu tais eventos no contexto de uma história. No entanto, no início da pintura cubista, como em *La Ville* de Fernand Léger (1919), o que parece, é de alguma maneira um evento, ou até mesmo uma série de eventos ligados entre si, que, através de uma referência à ordem cosmológica ou narrativa, se inserem no contexto de uma história; aqui estamos ao contrário de uma simultaneidade que, aparentemente, mostra a disparidade de experiência em sua imediação irreduzível. Tais eventos não tem nada em comum do que sua simultaneidade bruta na sua imensa presença, heterogênea, em um mundo urbano multifacetado. Nós vemos os personagens, cujos rostos não são identificáveis e que estão descendo as escadas. Eles estão rodeados por figuras geométricas que se sobrepõem e por letras que formam caracteres exibidos em painéis, e eles são moldados por estruturas de guindaste do tipo que, do ponto de vista do observador, a mascarar parcialmente um ao outro. O significado geral da imagem que não é apenas a de movimento humano, mas também o seu próprio ritmo. Neste caso, as figuras geométricas e caras entregam sinais que, do ponto de vista privilegiado do observador, permanecem indecifráveis. Distantes dos símbolos da pintura tradicional, que expressam um significado cosmológico, narrativo ou supranatural, a pintura de Léger destaca o estado arbitrário de um sinal rapidamente extraído do contexto de qualquer referência simbólica significativa³. Além disso, o caráter anônimo dos rostos não identificáveis que descem uma escada acentuada de impressão de uma contingência que é resistente não só a interpretação, mas também o agendamento de uma determinada narrativa que poderia manter unidos diferentes eventos simultaneamente em um momento fugaz na movimentada metrópole contemporânea.

³ O que ao meu ver parece apoiar em tal exemplo a tese de Cassirer de que a arte em geral seria uma “forma simbólica”, e que não é uma questão de *ausência* de expressão simbólica, mas de outra maneira de incorporar e comunicar.

Passando agora à segunda forma não convencional de representar o tempo - atenção aos momentos distintos da experiência como um todo, onde tudo se interpenetra - tomemos como exemplo o quadro de Gino Severini, *Souvenirs de Voyages* (cf, planche IV, nº 10). Esta pintura justapõe uma série de imagens díspares que, como o título sugere, lembram diferentes momentos de uma viagem. São proeminentes nos quadros a locomotiva em movimento, com a fumaça subindo em nuvens pela chaminé, diferentes edifícios, incluindo a Basílica de Sacre-Couer de Montmartre e o Arco do Triunfo, um rosto de mulher, um terreno montanhoso em um segundo plano, objetos naturais como as árvores, que são justapostas sem nenhuma ordem aparente. Nesta pintura, as imagens não são conectadas umas com as outras nem como símbolos claramente decifráveis nem como partes discretamente identificáveis de uma história, como os episódios representados na pintura medieval, pelo contrário, a justaposição de diferentes fragmentos sobrepostos, apesar da harmonia da concepção global não corresponde a nenhum padrão temporal óbvio. Isso traz à luz o imediatismo brutal da experiência em que a qualidade contingente e acidental dos eventos ainda não foi re-elaborada de acordo com a lógica conceitual de uma ordem cosmológica ou narrativa⁴.

Para interpretar os *Souvenirs de Voyages* de Severini, devemos nos concentrar na primeira palavra do título: *Souvenirs de Voyages*, porque o passado é lembrado, através de um imediatismo caótico, não mais composta para episódios separáveis e distintos, mas de todos os elementos que se sobrepõem e se misturam. Como as análises da obra de Severini mostraram (ANTLIFF, 1993. p. 39-66), o tema de um artista diretamente inspirado pela filosofia de Henri Bergson, e a teoria do tempo como “duração” de Bergson tinha destacada especificamente a distinção entre o tempo experimentado, a presença simultânea de todos os momentos do passado recorda interpenetrante, e o tempo, uma vez que é retrabalhado em termo de espaço, pode ser separada em unidades separadas, e reduzida para a linguística transmissível.

⁴ No artigo escrito em 1967, “L’*éclipse de l’oeuvre d’art*”, Robert Klein associa as representações do movimento Dadaísmo ao que chama de “representação da qualidade acidental da experiência”. Se isso for verdade sobre o Dada, creio que existem precedentes claros nos exemplos cubistas e das vanguardas que examinei aqui pela qual a citação de Klein é igualmente pertinente. Em suas palavras: “Uma outra inovação do dadaísmo...[é] o uso sistemático do acaso [...]. As tradições rigorosamente intactas, mais antigas que Platão e Aristóteles, arte assimilada às vezes a uma abordagem concertada, às vezes para uma inspiração ou um ato de expressão, mas se opôs em todos os casos de forma radical ao acaso.” (Robert KLEIN, “L’*éclipse de l’oeuvre d’art*”, *La forme et l’intelligible. Écrits sur la Renaissance et l’art moderne*, Paris, Gallimard, 1970, p. 403-410).

Um terceiro novo modo de representação do tempo na pintura cubista e das vanguardas se preocupa com a transformação da experimentação da mobilidade engendrada por sua aceleração técnica. Aqui, a pintura expressa uma grande mudança na sensibilidade, correspondente à transformação tecnológica inicial das condições da experiência humana, que foi bem descrita pelo historiador Reinhart Koselleck como uma “desnaturalização da experiência do tempo por seus fatores técnicos de aceleração temporal” (*Die Denaturalisierung der Zeiterfahrung durch die technischen Berschleunigungsfaktoren*). Koselleck descreve uma mudança fundamental pela percepção temporal que dá lugar à introdução de diferentes técnicas de aceleração da experiência, os vagões ferroviários, do telégrafo à tecnologia das máquinas (KOSELLECK, 2014. p. 128). Depois do início do século XX, as sucessivas ondas de inovação tecnológica que continua a aumentar essa aceleração do ritmo da experiência; no entanto, estamos tão acostumados a um ritmo acelerado que damos por certo e já não o percebemos como tal. As gerações anteriores, no entanto, foram mais diretamente confrontadas com as suas novidades e rupturas radicais marcados pelo ritmo temporal do passado. Cito uma passagem sobre a aceleração do ritmo da experiência humana e seu significado para a percepção artística em maior evidência para Fernand Léger em seu ensaio escrito em 1914: *Les réalisations pictureles actuelles*:

Se a expressão pictórica mudou, é que a vida moderna a fez necessária. A existência dos homens criadores modernos é muito condensada e mais complicada do que os gênios dos séculos anteriores. Uma passagem transversal e atropelada por um carro ou uma rápida perda do valor descritivo, mas ganha em valor sintético; portas de vagões ou o vidro do carro, se uniu à velocidade adquirida, mudando o aspecto habitual das coisas. O homem moderno registra cem mais impressões do que o artista do século XVIII; por exemplo, de tal maneira que nossa língua é cheia de diminutivos abreviações. A condensação da pintura moderna, sua variedade, será ruptura das formas é o resultado de tudo isso. Certamente que a evolução dos meios de locomoção e sua velocidade são contribuintes para um novo visual. Um número de pessoas superficiais que gritavam anarquia antes destas pinturas, porque elas não podem acompanhar na pintura todas as mudanças na vida cotidiana por ela definida. Acredita-se que uma solução brusca de descontinuidade quando, pelo contrário, a pintura nunca foi tão realista estando presa à sua época como hoje. A pintura realista no seu sentido mais elevado no comércio nasce e morre muito cedo (LÉGER, 1914. p. 40).

O próprio Léger explora as possibilidades de representação que dá um ritmo acelerado à sua técnica em sua obra *Les Hélices* (1918), que retrata as hélices de um avião tanto em

movimento quanto estacionária. Aqui, o artista exprime vivamente o sentimento de um ritmo acelerado experimental e regulado mecanicamente. Em um outro contexto de uma data posterior, Lissitzky, realiza a obra *Coureur dans la ville* (veja abaixo) enfatiza a heterogeneidade de diferentes ritmos temporais, tanto natural quanto mecânica, justapostas. *Coureur dans le ville* apresenta duas imagens fortemente opostas: a de um cavalheiro sobre seus obstáculos é sobreposta pelo tráfego intenso de carros descendo a Times Square com Nova York ao fundo. O contraste inquietante realizado pela fotomontagem justapõe a mobilidade física do personagem que salta com o ritmo mecânico do enxame de carros e das placas de sinalização no coração de Manhattan. Aqui, os ritmos fisiológicos naturais, empurrados para o limite da velocidade, se cruzam de maneira incomum com os ritmos tecnologicamente acelerados das máquinas.

Seria ir além do escopo desta breve análise considerar outras obras de Lissitzsky que não mais se preocupa com a travessia do tempo mecânico e fisiológico ou natural, mas simbolicamente evoca o fim messiânico dos tempos. A aventura de Lissitzsky além da renovação da figuração aqui ao mesmo tempo uma tradição mais antiga de motivos simbólicos que foram explorados na análise incisiva de Igor Dukhan (DUKHAN, 2001).

Para concluir, eu gostaria de registrar que a pintura cubista e as vanguardas dão um amplo testemunho sobre a mudança da sensibilidade artística que, os novos estilos de pintura rompem com as tradições de pintura anteriores, o que ao meu ver pode apresentar termos inéditos de modos pictóricos de representação do tempo. E se aqui a pintura cubista e as vanguardas são “estéticas” conforme o significado original do tema, na medida em que nos confronta com o que é dado imediatamente aos sentidos, ele também nos lembra sutilmente que nossos modos temporais imediatos da percepção, longe de consistir em atributos fixos, são fundamentalmente modelos de uma existência em um mundo formado pelo modo tecnológico.

Referências bibliográficas

ANTLIFF, Mark. *Inventing Bergson*, Princeton. N.J., Princeton University Press, 1993, p. 39-66.

DUKHAN, Igor. *El Lissitzky - Jewish as Universal: From Jewish Style to Pangeometry*, Ars Judaica, 3, 2001.

ÉMILE, Male. *L'art religieux de la fin du XVIe siècle, du XVII siècle et du XVIII siècle. étude sur l'iconographie après le concile de trente*. Italie-France-Espagne-Flandres, Paris, Armand Colin, 1972, p. 72-86.

LÉGER, Fernand. *Les réalisations picturales actuelles*. Fonctions de la peinture, 1914, p.40.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

KRISCHEL, Stefan Lochner. *Die Muttergotes in der Rosenlaube*. Leipzig, Seeman Verlag, 2006, p. 26-30.

Imagens

As imagens aqui referenciadas estão presentes na coleção Gálica.



Imagem 1: La Madone au buisson de roses de Stephan Lochner



Imagem 2: Scenes de la vie de Marie de Han Membling



Imagem 3: La Rencontre d'Abraham et de Melchisédech de Rubens

DANTE... BRUNO. VICO... JOYCE¹

Samuel Beckett

O perigo está na clareza (*neatness*) das identificações. A concepção da Filosofia e da Filologia como uma dupla de menestrelis saídos do Teatro Dei Piccoli é reconfortante, como o contemplar de um sanduíche de presunto cuidadosamente preparado. Giambattista Vico ele mesmo não pode resistir ao apelo de tal coincidência de gesto. Ele insistiu em uma completa identificação entre abstração filosófica e ilustração empírica, dessa forma anulando o caráter absoluto de cada concepção – suspendendo injustificavelmente os limites dimensionais do real, temporalizando aquilo que é extratemporal. E agora aqui estou eu, com um punhado de abstrações, entre as quais, notavelmente: uma montanha, a coincidência dos contrários, a inevitabilidade da evolução cíclica, um sistema de Poética, e a perspectiva de extensão do *self* (*self-extension*) dentro do mundo de “*Work in Progress*”, do Sr. Joyce². Existe a tentação de se tratar cada conceito como “a bass dropt neck fust in till a bung crate”³, e fazer algo bastante satisfatório a partir disso. Infelizmente, uma tal exatidão de aplicação implicaria distorções em uma de duas direções. Devemos retorcer um dado sistema para que ele caiba dentro de uma categoria contemporânea, ou devemos modificar as dimensões de tal categoria para satisfazer os famintos por analogias (*analogymongers*)? Crítica literária não é contabilidade.

Giambattista Vico foi um Napolitano prático e pé-no-chão⁴ (*roundheaded*). Croce satisfazia-se ao considerá-lo um místico, essencialmente especulativo, “*disdegnoso dell’*

¹ Tradução de Lucas Peleias Gahiosk (Mestrando - PUC - RIO).

² Este ensaio de Beckett foi publicado originalmente *Our examination round his factification for incamination of work in progress*, uma coletânea de ensaios sobre *Finnegans Wake*, de James Joyce, datada de 1929, antes do autor finalizar o livro e publicá-lo, o que só ocorreu dez anos mais tarde. Por isso, a obra é aqui referida por Beckett – e os outros autores ao longo da coletânea – como “*Work in Progress*”. (N. do T.)

³ Em virtude das evidentes dificuldades de tradução dos trechos do *Finnegans Wake* citados por Beckett, optei por manter os originais, exceto quando de extrema importância para a ilustração de seus argumentos; nesses casos, optei por traduzir livremente cada trecho necessário. (N. do T.)

⁴ Beckett emprega o termo *roundheaded*, que também é utilizado por Joyce, de forma positiva, para enfatizar a orientação de Vico em direção à empiria. Ver: VERENE, Donald Phillip. *On Vico, Joyce and Beckett*. In.: *Beckett/Philosophy*. Org. Matthew Feldman e Karim Mamdani. Stuttgart, Ibidem-Verlag, 2015. p. 69 (N. do T.)

empirismo”. É uma interpretação surpreendente, considerando que mais de três quintos de sua *Scienza Nuova* preocupam-se com a investigação empírica. Croce o opõe à escola reformadora materialista de Ugo Grozio, e o absolve em relação às preocupações utilitárias de Hobbes, Spinoza, Locke, Bayle e Maquiavel. Nada disso pode ser aceito sem ressalva. Vico define providência como: “*una mente spesso diversa ed alle volte tutta contraria e sempre superiore ad essi fini particolari che essi uomini si avevano proposti; dei quali fini ristretti fatti mezzi per servire a fini più ampi, gli ha sempre adoperati per conservare l’umana generazione in questa terra*”. O que poderia ser mais definitivamente utilitário? Sua abordagem das origens e funções da poesia, da linguagem e do mito, como veremos adiante, está tão distante do místico quanto é possível imaginar. Para nosso propósito mais imediato, entretanto, pouco importa se o consideramos um místico ou um cientista; mas não restam dúvidas quanto a considerá-lo um inovador. A sua divisão do desenvolvimento das sociedades humanas em três fases: Teocrática, Heroica, Humana (civilizada), com uma correspondente classificação da linguagem: Hieroglífica (sagrada), Metafórica (poética), Filosófica (capaz de abstração e de generalização), era de forma alguma nova, apesar de assim talvez ter parecido aos seus contemporâneos. Ele derivou essa conveniente classificação dos egípcios, via Heródoto. Ao mesmo tempo, é impossível negar a originalidade com a qual ele aplicou e desenvolveu suas implicações. Sua exposição da inexorável progressão circular da Sociedade era completamente nova, ainda que seu germe estivesse contido na abordagem de Giordano Bruno acerca da identidade (*identification*) dos contrários. Mas é no Livro 2., descrito pelo próprio Vico como “*tutto il corpo... la chiave maestra... dell’ opera*”, que a completa originalidade de sua mente se mostra; aqui ele desenvolve uma teoria das origens da poesia e da linguagem, da importância (*significance*) do mito, e da natureza da civilização bárbara (*barbaric civilization*) que deve ter soado como nada menos que um insulto impertinente à tradição. Esses dois aspectos de Vico têm suas reverberações, suas reaplicações – sem, entretanto, qualquer sombra de ilustração explícita – em “*Work in Progress*”.

Primeiramente, é necessário condensar a tese de Vico, o historiador científico (*scientific*). No início, havia o trovão: o trovão liberou a Religião, em sua forma mais objetiva e não-filosófica – um animismo idólatra: a Religião produziu a Sociedade, e os primeiros homens sociais foram os habitantes das cavernas, buscando refúgio contra uma Natureza apaixonada: essa família primitiva recebe seu primeiro impulso em direção ao desenvolvimento pela

chegada de nômades apavorados: aceitos, eles tornam-se os primeiros escravos: fortalecendo-se, conquistam concessões agrárias, e o despotismo então evolui para um feudalismo primitivo: a caverna torna-se uma cidade, e o sistema feudal, uma democracia: e, então, anarquia: isso é corrigido por um retorno à monarquia: o último estágio é uma tendência a destruição mútua (*interdestruction*): as nações se dispersam, e a Fênix da Sociedade ressurgue de suas cinzas. A essa progressão social em seis fases, correspondem seis fases na progressão dos motivos humanos: necessidade, utilidade, conveniência, prazer, luxúria, abuso da luxúria: e suas manifestações encarnadas: Polifemo, Aquiles, César e Alexandre, Tibério, Calígula e Nero. A esta altura, Vico aplica Bruno – embora ele tome bastante cuidado para não o dizer – e a partir de dados deveras arbitrários, procede à abstração filosófica. Não há diferença, diz Bruno, entre a menor das cordas e o menor dos arcos, ou entre o círculo infinito e a linha reta. A máxima e a mínima de contrários particulares são uma e a mesma. O mínimo calor é igual ao mínimo frio. Consequentemente, transmutações são circulares. O princípio (mínimo) de um dos contrários toma seu movimento do princípio (máximo) do outro. Portanto, não apenas a *minima* coincide com a *minima*, a *maxima* com a *maxima*, mas também a *minima* com a *maxima* na sucessão de transmutações. Máxima velocidade é um estado de repouso. O máximo da decomposição (*corruption*) e o mínimo da geração (*generation*) são idênticos: em princípio, decomposição é geração. E todas as coisas estão, em última instância, identificadas com Deus, a mônada universal, Mônada das mônadas. Dessas considerações, Vico desenvolveu uma Ciência e Filosofia da História. Pode ser um exercício bastante divertido tomar uma figura histórica, como Scipio, e rotulá-lo como número 3; isto não é realmente importante. O que é realmente importante é o reconhecimento de que a passagem de Scipio para César é tão inevitável quanto a passagem de César para Tibério, pois as flores da decadência em Scipio e César são as sementes de vitalidade em César e Tibério. Dessa forma, temos o espetáculo de uma progressão humana cujo movimento depende de indivíduos, e que, ao mesmo tempo, independe destes últimos em virtude do que parece ser um movimento cíclico preordenado. Conclui-se que a História não deve ser considerada nem uma estrutura amorfa, devendo-se exclusivamente aos atos de agentes individuais, nem como possuidora de uma realidade alheia e independente deles, realizada por suas costas e apesar deles, a obra de alguma força superior, por muitas vezes chamada de Destino, Acaso, Fortuna, Deus. Ambas visões, a materialista e a transcendental, Vico rejeita em favor de uma visão racional. Individualidade é a concretização da

universalidade, e cada ação individual é, ao mesmo tempo, supraindividual. Individual e universal não podem ser considerados como distintos um do outro. A história, então, não é o resultado do Destino ou do Acaso – em ambos o indivíduo estaria separado de seu produto – mas o resultado de uma Necessidade que não é Destino, de uma Liberdade que não é Acaso (compare ao “jugo de liberdade”, de Dante). Esta força ele chamou de Providência Divina, de uma forma, se imagina, um bocado jocosa. E é a esta Providência que devemos as três instituições comuns a todas as sociedades: Igreja, Casamento, Funeral. Ela não é a Providência de Bossuet, miraculosa e transcendental, mas imanente, e a substância mesma da vida humana, trabalhando por meios naturais. A Humanidade é o seu trabalho em si mesmo. Deus age sobre ela, mas por meio dela. A Humanidade é divina, mas nenhum homem o é. Essa classificação social e histórica é claramente adaptada pelo Sr. Joyce como uma conveniência – ou inconveniência – estrutural. Sua posição não é de forma alguma filosófica. Trata-se da posição distanciada de Stephen Dedalus em *“Portrait of the artist...”*, que descreve Epiteto, ao Diretor, como “um velho cavalheiro que disse que a alma é como um balde cheio d’água.” O lampião é mais importante que o acendedor. Por estrutural não apenas me refiro a uma ousada divisão exterior, um esqueleto para a acomodação do material. Refiro-me às infinitas variações substanciais nesses três tópicos, e ao interior entrelaçamento desses três temas numa decoração de arabescos – decoração e mais do que isso. A primeira parte é uma massa de sombra do passado, correspondendo portanto à primeira instituição humana de Vico, a Religião, ou à sua Era Teocrática, ou simplesmente a uma abstração – Nascimento. A segunda parte é o jogo de amor das crianças, correspondendo à segunda instituição, o Casamento, ou à era Heroica, ou a uma abstração – Maturidade. A terceira parte se passa no sono, correspondendo à terceira instituição, Funeral, ou à era Humana, ou a uma abstração – Decadência. A quarta parte é o dia recomeçando, e corresponde à Providência de Vico, ou à transição do Humano para o Teocrático, ou a uma abstração – Geração. O Sr. Joyce não vê o nascimento como garantido, como Vico aparenta ter feito. Tanto fez, tanto faz. A consciência de que uma parte considerável do nascituro está presente no octogenário sem vitalidade, e que uma parte considerável dos dois está presente no homem no apogeu de sua trajetória, remove toda a rígida exclusividade que é frequentemente o perigo de construções sistemáticas. Decadência não está excluída da primeira parte, nem a maturidade da terceira. Os quatro *“lovedroyd curdinals”* são apresentados no mesmo plano – *“his element curdinal numen and his enement curdinal marrying and his epulent*

curdinal weisswasch and his eminent curdinal Kay o' Kay!” Há numerosas referências às quatro instituições humanas de Vico – a Providência sendo uma delas! “*A good clap, a fore wedding, a bad wake, tell hell's well*”: “*their weatherings and their marryings and their burryings and their natural selections*”: “*the lightning look, the birding cry, awe from the grave, everflowing on our times*”: “*by four hands of forethought the first babe of reconciliation is laid in its last cradle of hume sweet hume*”.

À parte da ênfase nas conveniências tangíveis comuns à Humanidade, encontramos expressões frequentes da insistência de Vico na inevitabilidade de cada progressão – ou regressão: “*The Vico road goes round and round to meet where terms begin. Still one appealed to by the cycles and on appealed by the recursers, we feel all serene, never you fret, as regards our dutiful cask... before there was a man at all in Ireland there was a lord at Lucan. We only wish everyone was as sure of anything in this watery world as we are of everything in the newly wet fellow that's bound to follow.*”.

“*The efferfreshpainted livy in beautiful repose upon the silence of the dead from Pharoph the next first down to ramescheckles the last bust thing*”. “*In fact, under the close eyes of the inspectors the traits featuring the chiaroscuro coalesce, their contrarities eliminated, in one stable somebody similarly as by the providential warring of heartshaker with housebreaker and dramdrinker against freethinker our social something bowls along bumpily, experiencing a jolting series of prearranged disappointments, down the long lane of (it's as semper as oxhousehumper) generations, more generations and still more generations*” – este último uma amostra do raro subjetivismo do Sr. Joyce. Em uma palavra, aqui está toda a humanidade circulando com uma monotonia fatal ao redor do fulcro Providencial – “*the convoy wheeling encircling abound the gigantig's lifetree*”. O bastante foi dito, ou ao menos o bastante foi sugerido, para mostrar o quanto Vico está substancialmente presente no *Work in Progress*. Passando ao Vico da Poética esperamos estabelecer uma ainda mais forte relação, se bem que menos direta.

Vico rejeitava as três interpretações populares sobre o espírito poético, que consideravam a poesia ou como a engenhosa expressão popular de concepções filosóficas, ou como uma divertida distração social, ou como uma ciência exata ao alcance de qualquer um em posse da receita. A poesia, ele diz, nasceu da curiosidade, filha da ignorância. Os primeiros homens precisaram criar matéria pela força de sua imaginação, e “poeta” significa “criador”. A poesia

foi a primeira operação da mente humana, e sem ela o pensamento não poderia existir. Bárbaros, incapazes de análise e abstração, devem utilizar sua fantasia para explicar o que sua razão não pode compreender. Antes da articulação vem a música; antes de termos abstratos, metáforas. O caráter figurativo da mais antiga poesia deve ser visto não como criação sofisticada, mas enquanto evidência de um vocabulário pobre e uma inabilidade para alcançar abstrações. A poesia é essencialmente a antítese da Metafísica: a Metafísica purga a mente dos sentidos e cultiva a desencorporação do espiritual; Poesia é toda paixão e sentimento, e anima o inanimado; a Metafísica é mais perfeita quando mais se ocupa de universais; a Poesia, quando mais se ocupa de particulares. Poetas são os sentidos, enquanto filósofos são a inteligência da humanidade. Considerando o axioma da Escolástica: “*niente è nell’intelletto che prima non sia nel senso*”, conclui-se que a poesia é a condição primária da filosofia e da civilização. O movimento animístico primitivo era uma manifestação da “*forma poetica dello spirito*”.

Sua interpretação da origem da linguagem segue por linhas semelhantes. Aqui, novamente ele rejeitou as visões materialista e transcendental: a primeira declarando que a linguagem não é nada além de um comportado e convencional simbolismo; a segunda, em desespero, descrevendo-a como um presente dos Deuses. Como antes, Vico é o racionalista, consciente do crescimento natural e inevitável da linguagem. Em sua primeira forma emudecida, a linguagem era gesto. Se um homem desejava dizer “mar”, ele apontava para o mar. Com o espalhar do animismo, esse gesto foi substituído pela palavra: “Netuno”. Ele chama nossa atenção para o fato de que cada necessidade da vida, natural, moral e econômica, tem sua expressão verbal em uma ou outra das 30.000 divindades Gregas. É essa a “linguagem dos Deuses”, de Homero. Sua evolução, por meio da poesia, até um veículo bastante civilizado, rico em termos abstratos e técnicos, foi tão pouco fortuita quanto a evolução da sociedade mesma. As palavras têm suas progressões, assim como os estágios sociais. “Floresta-casebre-vilarejo-cidade-academia” é uma progressão grosseira. Mais uma: “montanha-plano-margem”. E cada palavra se expande com inevitabilidade psicológica (*psychological inevitability*). Tomemos a palavra Latina: “Lex”.

1. Lex = cultivo de bolotas (*accorn*).
2. Ilex = Árvore que produz a bolota.
3. Legere = Reunir.

4. Aquilex = Aquele que coleta água.
5. Lex = Reunião de pessoas, assembleia pública.
6. Lex = Lei.
7. Legere = Reunir letras em uma palavra, ler.

A raiz de qualquer palavra pode ser traçada a algum símbolo pré linguístico. Essa inabilidade de se abstrair o geral do particular produziu os nomes-Tipo (*Type-names*). É a mente da criança novamente. A criança estende os nomes dos primeiros objetos familiares a outros objetos estranhos onde ela identifica alguma analogia. Os primeiros homens, incapazes de conceber a ideia abstrata de “poeta” ou “herói”, deram a cada herói o nome do primeiro herói, a cada poeta o nome do primeiro poeta. Reconhecendo o costume de designar-se um número de indivíduos pelo nome de seus protótipos (*prototypes*), somos capazes de explicar diversos mistérios clássicos e mitológicos. Hermes é o protótipo do inventor Egípcio: o mesmo para Romulo, o grande legislador, e Hércules, o herói Grego: o mesmo para Homero. Dessa forma, Vico afirma a espontaneidade da linguagem e nega o dualismo entre poesia e língua (*language*). De forma similar, a poesia é o alicerce (*foundation*) da escrita. Quando a linguagem era constituída por gestos, o falado e o escrito eram idênticos. Hieroglifos, ou a linguagem sagrada, como ele a chama, não foram inventados por filósofos para que misteriosamente se exprimisse pensamentos profundos, mas eram uma necessidade comum de povos primitivos. A conveniência começa a se afirmar apenas a um estágio bem mais avançado da civilização, na forma do alfabeto. Aqui, Vico, ao menos implicitamente, distingue a escrita da expressão direta (*direct expression*). Nesta última, forma e conteúdo são inseparáveis. Exemplos disso são as medalhas da Idade Média, que não apresentavam inscrição alguma e foram testemunhas mudas da fraqueza da escrita alfabética convencional: e as bandeiras de nossos próprios dias. Da mesma forma que a Poesia e a Linguagem, também com o Mito. Mito, de acordo com Vico, não é nem uma expressão alegórica de axiomas filosóficos gerais (Conti, Bacon), nem deriva de povos específicos, como os Hebreus ou os Egípcios, por exemplo, e nem a obra de poetas isolados, mas a afirmação histórica de um fato, de fenômenos contemporâneos e verdadeiros, verdadeiros no sentido de que foram eles criados a partir da necessidade por mentes primitivas, e firmemente acreditados. A alegoria subentende uma tripla operação intelectual: a construção de uma mensagem de significado geral, a preparação de uma forma de fábula, e um exercício

de considerável dificuldade técnica em unir-se os dois, uma operação completamente fora do alcance da mente primitiva. Ademais, se considerarmos o mito como sendo essencialmente alegórico, não somos obrigados a aceitar a forma segundo a qual ele é apresentado como a afirmação de um fato. Mas sabemos que seus reais criadores davam total credibilidade ao seu significado aparente (*face-value*). Júpiter não era um símbolo: ele era terrivelmente real. Foi justamente o seu caráter metafórico e superficial que os tornou inteligíveis a pessoas incapazes de compreender qualquer coisa mais abstrata que o puro registro da objetividade.

Eis uma dolorosa (*painful*) exposição da interpretação dinâmica de Vico acerca da Linguagem, da Poesia e do Mito. Ele pode ainda parecer um místico para alguns: se assim for, ele é um místico que rejeita o transcendental em todas as suas formas e configurações enquanto fator no desenvolvimento humano, e sua Providência não é suficientemente divina para prescindir da cooperação da Humanidade.

Voltando ao “*Work in Progress*”, percebemos que o espelho não é tão convexo. Aqui temos a expressão direta (*direct expression*) – páginas e páginas dela. E se vocês não a compreendem, Senhoras e Senhores, é porque estão muito decadentes para recebê-la. Vocês não se satisfazem a não ser que forma e conteúdo estejam tão estritamente divorciados um do outro que lhes seja possível compreender um quase sem se dar ao trabalho de ler o outro. Esse apressado retirar e absorver a escassa nata do sentido se torna possível segundo o que posso qualificar como um processo contínuo de copiosa salivação intelectual. A forma enquanto fenômeno arbitrário e independente não pode cumprir papel mais elevado do que servir de estímulo para um terciário ou quaternário reflexo condicionado dentro de um entendimento salivante. Quando a Senhorita Rebecca West abre caminho para uma triste depreciação do elemento Narcisístico no Sr. Joyce pela compra de três chapéus, sentimos que ela poderia muito bem usar seu babador em todos os seus jantares intelectuais, ou então assegurar-se de um controle mais digno de nota sobre suas glândulas salivares do que seria possível para os desafortunados cachorros do Monsieur Pavlo. O título deste livro é um bom exemplo de uma forma que carrega uma estrita determinação interna. Deveria ser prova contra as salvas de flechas habituais de intelectuais debochados: e também uma sugestão para meia dúzia de Joshuas⁵ incrédulos rondando o Queen’s Hall, batendo seus diapasões suavemente contra unhas que ainda não foram tão refinadas ao ponto de sumirem. O Sr. Joyce tem uma palavra para

⁵ Aqui, uma brincadeira com Eugene e Maria Jolas, também defensores do trabalho de Joyce. (N. do T.)

vocês sobre o assunto: “No entanto, concentrar-se apenas no sentido literal ou mesmo no conteúdo psicológico de qualquer documento em detrimento dos fatos que os envolvem e circunstanciam é tão prejudicial quanto; etc.” E uma outra: “Quem, em seu coração, duvida ou que os fatos em relação a vestimenta feminina estão ali a todo o tempo, ou que a ficção feminina (*feminine fiction*), mais estranha que os fatos, também está ali ao mesmo tempo, apenas um pouco mais atrás? Ou que um possa estar separado do outro? Ou que ambos possam ser contemplados simultaneamente? Ou que cada um seja examinado por sua vez em separado do outro?”

Aqui, forma é conteúdo, conteúdo é forma. Vocês reclamam que essa coisa não foi escrita em inglês. Ela não foi escrita. Ela não foi feita para ser lida – ou melhor, ela não foi feita apenas para ser lida. Ela foi feita para ser observada e ouvida. A sua escrita não é *sobre* algo; *ela é aquele algo em si mesmo*. (Um fato que foi compreendido por um eminente romancista e historiador inglês cujo trabalho está em completa oposição ao do Sr. Joyce). Quando o sentido dorme, dormem as palavras. (Veja-se o final de “*Anna Livia*”). Quando o sentido dança, as palavras dançam. Leia-se a passagem ao final da pastoral de Shaun: “*To stirr up love’s young fizz I tilt with this bridle’s cup champagne, dimming douce from her peepair of hideseeks tight squeezed on my snowybreasted and while my pearlies in their sparkling wisdom are nipping her bubblets I swear (and let you swear) by the bumper round of my poor old snaggletooth’s solid bowel I ne’er will prove I’m untrue to (theare!) you liking so long as my hole looks Down.*” A linguagem está bêbada. As próprias palavras cambaleiam e efervescem. Como podemos qualificar essa vigilância estética geral sem a qual não poderíamos esperar capturar o sentido que para sempre sobe à superfície da forma e se torna a forma ela mesma? Santo Agostinho nos coloca na trilha de uma palavra com o seu “*intendere*”; Dante nos deu: “*Donne ch’avete intelletto d’amore*”, e “*Voi che, intendendo, il terzo ciel movete*”; mas seu “*intendere*” sugere uma operação intelectual estrita. Quando um italiano diz hoje “*Ho inteso*”, ele quer dizer algo entre “*Ho udito*” e “*Ho capito*”, uma sensorial (*sensuous*) e desorganizada arte de intelecção. Talvez “apreensão” (*apprehension*) seja a palavra mais satisfatória em inglês. Stephen diz a Lynch: “Temporal ou espacial, a imagem estética é em primeiro lugar apreendida de forma esclarecedora enquanto delimitada (*selfbounded*) e independente (*selfcontained*) em relação ao imensurável pano de fundo do espaço ou tempo que é diferente dela... Se apreende sua totalidade (*wholeness*).” Há algo a se esclarecer: a Beleza do *Work in Progress* não está no

espaço apenas, visto que sua apreensão adequada depende tanto de sua visibilidade quando de sua audição. Há uma unidade ao mesmo tempo espacial e temporal a ser apreendida. Substitua “e” por “ou” na citação, e se torna óbvio porque é inadequado falar-se de “ler” o *Work in Progress*, da mesma forma que seria extravagante falar-se de “apreender” a obra do falecido Sr. Nat Gould. O Sr. Joyce dessofisticou⁶ a língua. E vale a pena lembrar que nenhuma língua é tão sofisticada quanto o inglês. Ela é abstrata até o fim. Tomemos a palavra “dúvida” (*doubt*): ela dificilmente nos dá qualquer sugestão sensorial de hesitação, da necessidade de escolha, de uma indecisão paralisada. Ao contrário, a palavra alemã “Zweifel” o faz, e, em menor medida, a italiana “dubitare”. O Sr. Joyce reconhece o quão inadequadamente “dúvida” expressa um estado de extrema incerteza, e a substitui por “in twosome twiminds”⁷. Também, ele não é de forma alguma o primeiro a reconhecer a importância de se tratar as palavras como algo mais que meros e refinados (*polite*) símbolos. Para expressar decadência, Shakespeare utiliza palavras engorduradas e gordas: “*Duller shouldst thou be than the fat weed that rots itself in death on Lethe wharf*”⁸. Escutamos o espalhar-se da lama durante toda a descrição que Dickens nos faz do Tâmisia em “*Great Expectations*”. Essa escrita que vocês julgam tão obscura é uma extração quintessencial da linguagem, da pintura e do gesto, com toda a clareza inevitável da antiga desarticulação. Eis a selvagem economia dos hieroglifos. Aqui, as palavras não são os contorcionismos refinados das tintas de impressora do século XX. Elas estão vivas. Elas se acotovelam até a página, e brilham e inflamam e apagam e desaparecem. “Brawn is my name and broad is my nature and I breit on my brow and all’s right with every feature and I’ll brune this bird or Brown Bess’s bung’s gone bandy”. Eis Brawn soprando com prazer entre as árvores, ou Brawn passando com o pôr do Sol. Porque o vento nas árvores significa tão pouco para vocês quanto a vista noturna da *Piazzale Michelangiolo*⁹ – embora vocês aceitem ambos, pois sua não-aceitação seria insignificante, esta pequena aventura de Brawn nada significa a vocês – e vocês não a aceitam, ainda que sua não-aceitação aqui seja igualmente insignificante. H. C. Earwigger, também, não se satisfaz em ser mencionado como um vilão novelesco (*shilling-shocker*), e então abandonado até que as exigências da narrativa requeiram que ele seja

⁶ Para manter uma experiência mais próxima do original e manter o jogo com a frase posterior, optei por empregar um neologismo. (N. do T.)

⁷ “Em duplicada duplacabeça”. (N. do T.)

⁸ “Menos vivaz sereis vós do que a gorda erva que apodrece em morte à margem do Lete.” - *Hamlet*. (N. do T.)

⁹ Praça localizada na cidade de Florença. (N. do T.)

novamente referido. Ele continua a sugerir-se por algumas páginas, por meio de repetitivas recombinações em suas “instruções normativas” (*normative letters*), como a dizer: “This is all about me, H. C. Earwigger: don’t forget this is all about me!”¹⁰ Tal elemental e interna vitalidade e distorção (*corruption*) da expressão fornece uma furiosa inquietude à forma, o que é admiravelmente apropriado ao aspecto purgatório da obra. Há uma interminável geminação, maturação e putrefação verbais, o dinamismo cíclico do intermediário. Essa redução de vários meios de expressão à sua econômica e primitiva objetividade, e a fusão dessas essências primitivas em um meio assimilado para a exteriorização do pensamento, é puro Vico, e Vico, aplicado ao problema do estilo. Mas Vico está refletido de forma mais explícita do que pela destilação de ingredientes poéticos díspares em um xarope sintético. Podemos observar que há pouca ou nenhuma tentativa de subjetivismo ou abstração, nenhuma tentativa de generalização metafísica. Somos apresentados a uma afirmação do particular. É o velho mito: a menina da estrada de terra, as duas lavadeiras nas margens do rio. E há considerável animismo: a montanha “*abhearing*”¹¹, o rio fumando seu velho cachimbo. (Veja a linda passagem que começa: “*First she let her hair fall and down it flussed*”¹².) Temos Nomes-tipo (*Type-names*): Isolda – qualquer moça bela: Earwigger – a Cervejaria Guinness, o monumento Wellington, o Parque Phoenix, qualquer coisa que ocupe uma posição bem confortável entre dois pólos. Anna Livia ela mesma, mãe de Dublin, mas não mais a única mãe quanto Zaratustra foi o único astrólogo (*stargazer*) do Oriente. “*Teems of times and happy returns. The same anew. Ordovico or viricordo. Anna was, Livia is, Plurabelle’s to be. Northmen’s thing made Southfolk’s place, but howmultyplurators made eachone in person*”¹³.” Basta! Vico e Bruno estão aqui, e mais substancialmente do que poderia parecer por este breve tratamento da questão. Para agradar aqueles afins a deboches digressivos, chamo a atenção para o fato de que quando o Sr. Joyce escreveu, quando jovem, o panfleto “*The Day of Rabblement*”, os filósofos locais entregaram-se à perplexidade por uma referência, na primeira linha, a “O Nolan”. Eles por fim tiveram sucesso em identificar o misterioso indivíduo como um dos obscuros antigos reis irlandeses.

¹⁰ “Tudo isto é sobre mim, H. C. Earwigger: não se esqueça que tudo isto é sobre mim!” (N. do T.)

¹¹ “Aborrecendo-se”. (N. do T.)

¹² “Primeiro ela deixou cair seu cabelo, e pra baixo ele correu.” (N. do T.)

¹³ “Abundar de tempos e muitas felicidades. O mesmo, novo. Ordovico ou viricordo. Anna foi, Livia é, Plurabelle será. O serviço dos homens do norte fez o lugar do povo do sul, mas comomultipluralistas fizeram cadum em pessoa”. (N. do T.)

Na presente obra ele aparece frequentemente como “Browne & Nolan”, o nome de uma grande Papelaria e Livraria de Dublin.

Para justificar nosso título, devemos seguir ao Norte, “*Sovra bel fiume d’Arno alla gran villa*”... Entre o “*colui per lo cui verso – il meonio cantor non è più solo*” e o “still to-day insufficiently malestimated notesnatcher, Shem the Penman”, existe uma considerável semelhança circunstancial. Ambos perceberam o quanto gasta e esgarçada estava a linguagem convencional dos astutos artífices literários, ambos rejeitaram a aproximação a uma linguagem universal. Se o inglês ainda não é tão definitivamente uma sofisticada necessidade como o era o latim na Idade Média, ao menos é justificável a afirmação de que sua posição em relação a outras línguas europeias é em grande medida aquela do latim medieval em relação aos dialetos italianos. Dante não adotou o vulgar em virtude de qualquer chauvinismo local nem para afirmar a superioridade do toscano frente a seus rivais enquanto forma de italiano falado. Ao lermos “*De Vulgari Eloquentia*” somos surpreendidos por sua completa liberdade de intolerância cívica. Ele ataca os Portadownenses (*Portadownians*)¹⁴ do mundo: “*Nam quicumque tam obscenae rationis est, ut locum suae nationis delitosissimam credat esse sub sole, huic etiam praecunctis propriam vulgare licetur, idest maternam locutionem. Nos autem cui mundus est patria... etc.*” Quando ele se põe a examinar os dialetos, ele diz do toscano: “*turpissimum... fere omnes Tusci in suo torpiloquio obtusi... non restat in dubio quin aliud sit vulgare quod quaerimus quam quod attingit populus Tuscanorum.*” Sua conclusão é de que as distorções comuns a todos os dialetos torna impossível escolher um no lugar de outro enquanto forma literária adequada, e aquele que quiser escrever na língua vulgar deve reunir os elementos mais puros de cada dialeto e construir uma língua sintética que possuiria ao menos mais do que um interesse local e circunscrito: e foi exatamente o que ele fez. Ele não escreveu mais em Florentino do que em Napolitano. Ele escreveu em uma língua vulgar que *poderia* ter sido falada por um italiano ideal que tivesse assimilado o melhor de todos os dialetos de seu país, mas que na verdade certamente não era falado e nunca o foi. O que afasta a objeção capital que poderia ser feita contra este atraente paralelo entre Dante e o Sr. Joyce na questão da linguagem, isto é, que ao menos Dante escreveu o que estava sendo falado nas ruas de sua própria cidade, enquanto criatura alguma no céu ou na terra jamais falou a língua do “*Work in Progress*”. É razoável admitir-se que um fenômeno internacional poderia ser capaz de falar esta língua, como

¹⁴ Referência à cidade de Portadown, na Irlanda do Norte. (N. do T.)

em 1300 nada além de um fenômeno inter-regional poderia ter falado a língua da Divina Comédia. Tendemos a esquecer que o público literário de Dante falava Latim, que forma de seus Poemas seria julgada por olhos e ouvidos latinos, por uma estética latina intolerante à inovação, e que não poderia não se irritar pela substituição de “*Nel mezzo del cammin di nostra vita*”, com sua objetividade “bárbara”, pela elegância sutil de: “*Ultima regna canam, fluido contermina mundo*”, assim como os olhos e ouvidos ingleses preferem: “*Fumando seu cachimbo favorito na sagrada presença de moças*”, a: “*Rauking his flavourite turfco in the smukking precints of lydias.*¹⁵” Boccaccio não zombou do “*piedi sozzi*” do pavão que a Signora Alighieri sonhava.

Acho que há duas respostas bem dadas no “*Convivio*”, um para a estupidez coletiva dos arcadianos monodialéticos cuja fúria é precipitada pela falha de se encontrar “*innocfree*” no Dicionário Oxford e que qualificam como “*desvarios de um Lunático*” a estrutura formal construída pelo Sr. Joyce após anos de paciente e inspirado trabalho: “*Questi sono da chiamare pecore e non uomint; chè se una pecora si gitasse da una ripa di mille passi, tutte l’altre le andrebbono dietro; e se una pecora per alcuna cagione al passare d’una strada salta, tutte le altre saltano, eziando nulla veggendo da saltare. E io ne vidi già molte in un pozzo saltare, per una che dentro vi salto, forse credendo di saltare un muro.*” E outra para o Sr. Joyce, biólogo das palavras: “*Questo (a inovação formal) sarà luce nuova, sole nuovo, il quale sorgerà ore l’usato tramontea e darà luce a coloro che sono in tenebre e in oscurità per lo usato sole che a loro non luce.*” E, a não ser que ele cubra seus olhos e ria, traduzirei “*in tenebre e in oscurità*” por “*entediado até a morte.*” (Dante comete um erro curioso falando sobre a origem da língua, quando rejeita a autoridade do Genesis que diz ter sido Eva a primeira a falar, quando conversou com a Serpente. Sua incredulidade é divertida: “*inconvenienter putatur tam egregium humani generis actum, vel prius quam a viro, foemina profluisse.*” Mas, antes que Eva nascesse, “os animais foram nomeados por Adão, o homem que primeiro disse ‘ga’ para um ganso”. Ademais, é dito explicitamente que a escolha dos nomes foi dada inteiramente a Adão, de modo que não há a menor autoridade Bíblica para a concepção da língua como um presente direto de Deus, da mesma forma que não há nenhuma autoridade intelectual para se pensar que devemos a pintura do ‘Concerto’ ao indivíduo que comprava tintas para Giorgione).

¹⁵ “Vaporando seu fumaço saborito na fumaçante prestar de lídias.” (N. do T.)

Sabemos muito pouco sobre a imediata recepção dada à poderosa justificação (*vindication*) que Dante faz da língua “vulgar”, mas podemos ter uma ideia quando, dois séculos depois, vemos Castiglione quebrando sua cabeça refletindo sobre as respectivas vantagens do latim e do italiano, e Poliziano escrevendo a mais insossa das Elegias Latinas para justificar sua existência enquanto autor do “*Orfeo*” e da “*Stanze*”. Podemos também comparar, se acharmos que valerá a pena, a tempestade de ataques eclesiásticos em reação à obra do Sr. Joyce, e o tratamento que a Divina Comédia deve ter certamente recebido da mesma fonte. Sua Santidade Contemporânea pode ter engolido a crucificação de “*lo sommo Giove*”, e tudo que ela representava, mas ele não poderia olhar favoravelmente para o espetáculo de três de seus imediatos predecessores atirados de cabeça na pedra flamejante do Malebolge, ou então a identificação do Papado na procissão mística do Paraíso Terrestre com a “*pultana sciolta*”. O “*De Monarchia*” foi queimado publicamente durante o papado de João XXII a mando do Cardeal Beltrando, e os ossos de seu autor teriam sofrido o mesmo destino, não fosse a intervenção de um influente homem de letras, Pino Della Tosa. Um outro ponto de comparação é a preocupação com o significado (*significance*) dos números. A morte de Beatriz inspirou nada menos que um bastante complexo poema sobre a importância do número 3 em sua vida. Dante nunca abandonou sua obsessão por este número. Assim, o Poema está dividido em três *Cantiche*, cada um composto de 33 *Canti*, e escrito em *terza rima*. Por que, o Sr. Joyce parece perguntar, há quatro pernas numa mesa, e quatro patas num cavalo, e quatro estações no ano e quatro Evangelhos e quatro Províncias na Irlanda? Por que doze Tábuas da Lei, e doze Apóstolos e doze meses e doze marechais Napoleônicos e doze homens chamados Ottolenghi em Florença? Por que o Armistício é celebrado na décima primeira hora do décimo primeiro dia do décimo primeiro mês? Ele não pode responder, pois não é nenhum Deus todo-poderoso, mas em mil anos ele o dirá, e nesse ínterim deve se contentar em saber porque cavalos não têm cinco pernas, ou três. Ele sabe que coisas que apresentam uma característica numérica comum inclinam-se a uma muito significativa inter-relação. Esta preocupação é traduzida livremente em sua presente obra: veja-se o capítulo “*Question and Answer*”, e os Quatro falando pelo cérebro da criança. Eles são os quatro ventos, assim como as quatro províncias, e as quatro Sedes Episcopais que são assim como os dois últimos.

Uma última palavra sobre Purgatórios. O de Dante é cônico, e conseqüentemente implica um clímax (*culmination*). O do Sr. Joyce é esférico e nele não há clímax. No primeiro há a

ascensão da inércia real (*real vegetation*) – o Ante-Purgatório, em direção à inércia ideal (*ideal vegetation*) – o Paraíso Terrestre: no segundo não há ascensão, nem inércia ideal. No primeiro, absoluta progressão e consumação garantida: no segundo, fluxo – progressão ou retrogressão, e uma aparente consumação. No primeiro, o movimento é unidirecional, e um passo a frente representa um avanço definitivo: no segundo, o movimento não tem direção – ou é multidirecional, e um passo a frente é, por definição, um passo atrás. O Paraíso Terrestre de Dante é o caminho do nobre para um Paraíso que não é terrestre: o do Sr. Joyce, o do comerciante em direção à costa. O pecado impede a ascensão dentro do cone, e possibilita mover-se na sua esfera. Em que sentido, então, a obra do Sr. Joyce seria purgatória? Na absoluta ausência do Absoluto. O Inferno é a paralisia (*lifelessness*) da irremediada maldade (*viciousness*). O Paraíso é a paralisia da irremediada perfeição (*immaculation*). O Purgatório é uma enxurrada de movimento e vitalidade liberada pela conjunção desses dois elementos. Aqui funciona um contínuo processo purgatório, no sentido de que o círculo vicioso da humanidade é alcançado, e isso depende da recorrente predominância de uma de duas qualidades gerais. Nenhuma resistência, nenhuma explosão, e é somente no Inferno e no Paraíso que não há, não pode haver, não há necessidade de haver, explosões. Nesta terra que é Purgatório, Vício e Virtude – que podem representar qualquer par de características humanas opostas – devem por seu turno ser purgados e transformar-se em espíritos de rebeldia. Então, a casca dominante do Vício ou da Virtude assenta, a rebeldia é servida, a explosão ocorre devidamente e a máquina prossegue. E nada além disso; nem prêmio, nem castigo; simplesmente uma série de estímulos para o gato correr atrás do rabo. E os agentes do purgatório? Os parcialmente purgados.

LAS REACTUALIZACIONES CONTEMPORÁNEAS DE LA TEORÍA DEL RECONOCIMIENTO

Leonardo Gustavo Carabajal
Doctor en Filosofía
Profesor de Historia de la filosofía contemporánea y de Filosofía de la Historia
Universidad Nacional de Jujuy
inurbanus@hotmail.com.ar

Resumen: Esta investigación trata un esbozo sobre las proyecciones de la teoría del reconocimiento de los escritos hegelianos del período de Jena y su lectura contemporánea de Axel Honnet y Paul Ricœur. La tesis del artículo afirma que el conflicto es un elemento constitutivo en la conformación de la vida social. Donde la tensión entre la libertad positiva y negativa se resuelve, mediante la lucha por el reconocimiento, en una comunidad intersubjetiva.

Palabras claves: Reconocimiento, libertad, conflicto, desprecio, reciprocidad

Abstract: This research is about the projections of the theory of the recognition of the Hegelian writings of the Jena period and its contemporary reading of Axel Honnet and Paul Ricœur. The central proposition affirms that conflict is a constitutive element in the social life conformation. The tension between positive and negative freedom is resolved, through the struggle for recognition, in an intersubjective community.

Keywords: Recognition, freedom, conflict, contempt, reciprocity

Artigo recebido em: 04/07/2018
Artigo aprovado em: 08/11/2018

Introducción

En las democracias liberales actuales existe cierta valoración negativa sobre el conflicto social. Avala esta representación un discurso que significa a toda protesta social como una forma violenta que afecta el orden ciudadano y daña el conjunto de la comunidad política. Un argumento a favor de esta postura se encuentra en Hannah Arendt, cuando afirma que la política es el ámbito de la esfera pública donde los hombres, por medio de la palabra, dirimen sus conflictos. Aquí, la violencia está afuera de lo político. Una tesis contraria, como la de Marcuse, dice que la violencia está del lado de los sistemas de control, pero bajo el manto de una tolerancia represiva. En estos términos, ser tolerante en las sociedades industriales avanzadas, significa ser indulgente ante el embrutecimiento que generan los medios de comunicación, o bien, “la liberación de una inhumana violencia destructiva en Vietnam”¹ (hoy Siria) (MARCUSE, 2010, p.49). Dentro de esta segunda perspectiva, quisiera rastrear una historia del concepto de conflicto pero en relación a la *lucha por reconocimiento* en los escritos del joven Hegel y, en segundo lugar, ver su proyección en ciertos filósofos contemporáneos. ¿Por qué tendría vigencia, hoy en día dentro de la llamada época postmetafísica, la filosofía de Hegel? Porque, a diferencia de ciertas líneas de filosofía política, él nos permite pensar que *los conflictos sociales*, como contradicciones a la luz de la dialéctica, son constitutivos de la comunidad política. En términos hegelianos, la esfera del espíritu objetivo permite la configuración de un Estado orgánico a partir de una comunidad intersubjetiva basada en el reconocimiento mutuo producto de la lucha de las autoconciencias enfrentadas. De este modo, quiero hacer una historia del concepto de conflicto pero desde la tradición dialéctica. O dicho en otras palabras, por esta razón veo interesante releer la dialéctica del señor y el siervo en contextos actuales de nuestra Latinoamérica.

¹ “La tolerancia es extendida a medidas, condiciones y comportamientos políticos que no deberían tolerarse, porque evitan, cuando no destruyen, las oportunidades de conjurar una existencia sin miedo y sin miseria” (MARCUSE, 2010, p. 106).

Las dos libertades y lo político

Desde los cánones de la política, según Axel Honnet, la concepción del hombre en antigüedad clásica, vigente casi hasta en Edad Media cristiana, lo concebía a éste como ser comunitario, un *zoon politikon*, cuya realización interna sólo era posible en el marco de la vida comunitaria. En efecto, “sólo en la comunidad ética de la Polis o la Civitas [...] se caracterizaban por la existencia de virtudes participadas intersubjetivamente” configurada en una comunidad ética como la *polis* (HONNET, 1997, p.15). Sin embargo, desde una óptica muy diferente a este modelo de realización intersubjetivo, la filosofía social moderna consideró que la vida social era una “relación de lucha por la autoconservación” (HONNET, 1997, p.15). Frente a estos dos modelos, Julio De Zan, los representa a partir de dos nociones de libertad: una positiva y otra negativa.

La libertad positiva es aquella que permite el desarrollo de la persona - es la expresión de la política de los antiguos filósofos griegos -, y, en contraposición a la anterior, la negativa se entiende como aquella que limita el campo de acción. Según I. Berlin la libertad negativa se, “entiende por libertad en este sentido el hecho de no ser obstaculizado por otros. Cuanto mayor sea la zona de no interferencia, mayor será mi libertad” (DE ZAN, 2013, p. 24). En la modernidad esta noción tiene a Hobbes como su representante. La acción de los hombres, sin ningún impedimento como las leyes civiles, culminaría en la guerra de todos contra todos. Para De Zan, la libertad negativa se representada en contractualismo moderno, mientras que, la libertad positiva se entiende como “la facultad de no obedecer otras normas más que las que los propios sujetos se han impuesto a sí mismos o reconocen como legítimas” (DE ZAN, 2013, p. 24). Según De Zan, estas dos nociones de libertad derivan, a su vez, en dos conceptos de lo político. En el primer caso, para la libertad negativa el orden político y jurídico implica un límite a las acciones. El poder del estado es un mal necesario frente al desenfreno de la anarquía, en decir De Zan entiende al Estado:

Como un aparato de coacción que se sobrepone y, en algún sentido, se contrapone a la sociedad, y en la valoración positiva del poder político como restricción o limitación de las libertades de los individuos y de la sociedad civil (DE ZAN, 2013, p. 29).

En el caso de la libertad positiva la ley no es una limitación de la libertad sino que es “su expresión y realización” (DE ZAN, 2013, p. 29). Ejemplos de estas concepciones serían Montesquieu y Rousseau. En el primer caso la libertad estaría en aquellos huecos que no prohíbe la ley. Pero también será necesario restringir el poder político, razón por la cual Montesquieu plantea la “división y la independencia de los poderes del Estado” (DE ZAN, 2013, p. 30). En el caso de Rousseau su concepción de libertad es la obediencia a la ley que uno se ha propuesto. Aquí se plantea los mecanismos para lograr consensos políticos transparentes y representativos que permitan el protagonismo de los sujetos. Ahora bien, desde la perspectiva hegeliana estos dos conceptos serían insuficientes en sí mismos y poseen una superación dialéctica.

Dentro de la concepción de la historia hegeliana, la libertad positiva se habría realizado en la época clásica, en Grecia y Roma, pero habría sufrido de ciertas deficiencias como cierta falta de universalidad. En la modernidad la libertad negativa fue central para la concepción de la propiedad privada, pues según De Zan “la propiedad privada es, para Hegel, un caso típico de paradigma de libertad negativa” (DE ZAN, 2013, p. 37). Pero Hegel también veía los límites y deficiencias del sentido negativo de la libertad, pues no era suficiente para la construcción de un Estado como un sujeto colectivo. Ambas libertades tendrían un proceso de superación dialéctico que se puede visualizar en la lucha por el reconocimiento. La teoría del reconocimiento hegeliana permite discutir, en suma, dentro del campo político, una superación de la tensión entre la libertad negativa y la libertad positiva.

La lucha por el reconocimiento

Es un supuesto ampliamente aceptado que la humanidad debe buscar formas de organización que hagan mejor la calidad de vida. Esto impele al conjunto de los sujetos a buscar diferentes estrategias que permitan su reconocimiento. Desde los procesos revolucionarios en la modernidad, con o sin resultados favorables, los hombres han planteado una resistencia a los diferentes tipos de poderes opresores. Un análisis clásico es el que presenta Hegel en sus escritos de Jena sobre la lucha por el reconocimiento. En efecto, para Rubén Dri éste “es un tema central tanto para la construcción como para la realización del sujeto” (DRI, 2009, p. 31).

El concepto hegeliano de reconocimiento varía a lo largo de sus obras. Inicialmente aparece en un escrito de 1802, *el Sistema de la eticidad*². Aquí Hegel muestra cómo las relaciones éticas de una sociedad se configuran intersubjetivamente. Ahora bien, lo interesante de Hegel es que la conformación de la comunidad política por el reconocimiento se constituye mediante un juego de tensiones y diferencias, en efecto: “El movimiento de reconocimiento, que subyace a la relación ética entre los sujetos, consiste en un proceso de etapas de reconciliación y conflicto, separados unos de otros”. (HONNET, 1997, p. 28). En el *Sistema de la eticidad*, el reconocimiento en el plano de la eticidad se encuentra ligado a una serie de estadios. El primero se funda en el plano de las necesidades afectivas de reconocimiento afectivo, caracterizado por el *amor*. En un segundo plano, el reconocimiento opera al nivel jurídico de la sociedad civil, caracterizado por el *derecho*. Y, finalmente, se genera un reconocimiento mediante la categoría de *solidaridad*. Ya se puede vislumbrar en este texto juvenil, que la realización del individuo no puede culminar en la posesión de la propiedad, vale decir de cualquier tipo de objeto material, sino que sólo se realiza el sujeto cuando integra una comunidad donde el yo configura una totalidad orgánica de relaciones intersubjetivas³.

En el *Esbozo de sistema* de 1803/1804 y el *Esbozo de sistema* de 1805/1806 conocido como *Filosofía Real*, Hegel parte del Estado de naturaleza, concepto que luego desaparece en la *Fenomenología*. Uno se apodera de la tierra del otro, el otro lucha por lo que considera propio. Según Dri, la “salida del estado de naturaleza la realiza pues el hombre mediante el movimiento del reconocimiento. En el acto de reconocer rompe el aislamiento, la absoluta inmediatez”

² La producción escrita de Hegel se haya ligada a los distintos lugares de residencia en los cuales evolucionó su pensamiento. La obra de Hegel se puede caracterizar en escritos tempranos como *Escritos Teológicos Juveniles* (1793-97). Los escritos de juventud de marcan una etapa previa a la conformación del sistema hegeliano. Estos son una serie de escritos que fueron dados a conocer en 1907 por el editor Hermann Nohl, un discípulo de Dilthey. Muchos cuestionaron la clasificación de teológicos a este conjunto de escritos. Siguiendo a Georgy Lukacs en su obra *El joven Hegel*, sostiene que es mucho mejor la comprensión de Hegel en su madurez si se estudia “*la historia de la constitución del sistema*” (Lukacs, 1970 p 24). La investigación de Luckacs se basa en las ediciones siguientes:

- a- *Escritos teológicos juveniles de Hegel*, editadas por Hermann Nohl, Tübingen, 1907.
- b- *La constitución de Alemania y Sistema de la moralidad*, editadas por G. Lasson, Leipzig 1923.
- c- *Lógica, metafísica y filosofía natural de Hegel en Jena*, editadas por G. Lasson, Leipzig 1923.
- d- *Filosofía de la realidad del período de Jena*, editadas por J. Hoffmeister, Leipzig, 1931.
- e- *Documentos relativos al desarrollo del pensamiento de Hegel*, editadas por J. Hoffmeister, Stuttgart, 1936.

³ En efecto, sostiene Honnet: “*la lucha por el reconocimiento es concebida como un proceso social, que lleva a un incremento de socialización en el sentido de una descentralización de las formas de la conciencia individual*”. (1997, p. 42)

(DRI, 2009, p. 32). En efecto, la referencia al estado de naturaleza⁴ tanto de Hobbes como de Rousseau, se distingue del contractualismo de ambos en tanto no es un punto de partida artificial, sino que su salida supone el proceso de reconocimiento.

En la *Fenomenología del espíritu*, el desarrollo del reconocimiento, se orienta más a la conformación del sujeto que al concepto de Estado. Esta obra representa las transformaciones y metamorfosis del largo camino de la odisea de la conciencia (DRI, 2006 p 18). Dice Marcuse “el Mundo se convierte en Espíritu” (1994, p. 95) significa que el mundo en su totalidad se convierte en el ámbito adecuado para los planes de la humanidad, revelándose un progreso hacia la verdad absoluta. Su desarrollo, según Dri, se encuentra en la primera macrodialéctica entre: conciencia, autoconciencia y razón. La obra pretende conducir la experiencia diaria del hombre hacia el verdadero conocimiento filosófico, en términos hegelianos, a la verdad absoluta. Él parte de la conciencia ordinaria para ir a procesos más complejos en la percepción de lo real: “Irá de la certeza de los sentidos a la percepción, de la percepción al entendimiento, del entendimiento a la autocerteza, hasta llegar a la verdad de la razón” (MARCUSE, 1994, p 97). Para Hegel, el sujeto y el objeto no son dos realidades excluyentes, sino que se autoimplican, es decir: lo real pensado por la conciencia mediante el flujo de las sensaciones y percepciones no puede ser reducido a elementos objetivos si no está por detrás el sujeto, “el objeto real está constituido por la actividad (intelectual) del sujeto” (MARCUSE, 1994, p 98). El plan de la *Fenomenología* se puede entender del siguiente modo:

La autoconciencia se traslada a la lucha a vida o muerte que existe entre los individuos. De aquí en adelante, Hegel enlaza el proceso epistemológico de la autoconciencia (desde la certidumbre sensible hasta la razón) con el proceso histórico de la humanidad, desde la esclavitud hasta la libertad. Los «modos o formas (*Gestalten*) de conciencia» aparecen simultáneamente como realidades históricas objetivas, «estados del mundo» (*Weltzustände*) (MARCUSE, 1994, p 98).

Aquí se enlaza el proceso gnoseológico de la autoconciencia desde la sensibilidad a la razón, con el proceso histórico de la humanidad desde la esclavitud hasta la libertad (MARCUSE, 1994, p. 98). Las modalidades de la conciencia se manifiestan como realidades

⁴ En el artículo de L.M. de la Masa *El sentido del reconocimiento en Hegel*, el autor dice: “La referencia al estado de naturaleza de Hobbes y Rousseau es evidente y explícita. Sin embargo, la salida de este estado se plantea de forma muy diferente a la de los clásicos del contractualismo. No se trata de que el estado de derecho resulte de un acuerdo externo a la situación inicial, sino de un proceso interno a ésta” (de la Maza, 2009 p.235).

históricas objetivas. Para Hegel la verdad se identifica con un modo de existencia y los objetos de la filosofía se relacionan intrínsecamente con la verdad. La verdad se entiende como la existencia humana en su libertad, la meta de la humanidad en su conjunto es alcanzar la verdad, y la verdad es la libertad. Por esta razón se debe superar la esclavitud:

La libertad es algo que se tiene que adquirir mediante la superación de su esclavitud, y la adquiere cuando conoce efectivamente sus verdaderas potencialidades. La libertad presupone condiciones que la hagan posible, a saber, un dominio consciente y racional del mundo. [...] Existir en la verdad es un asunto de vida (o muerte), y el camino hacia la verdad no es sólo un proceso epistemológico, sino también histórico (MARCUSE, 1994, p 102).

Las potencialidades de la existencia humana se deben proyectar por el camino de una existencia verdadera triunfando por sobre la esclavitud y la irracionalidad.

El proceso de formación del sujeto comienza en la conciencia que reconoce un objeto fuera de él. El sujeto indaga fuera de sí y pasa de la certeza sensible a la percepción. Al indagar más allá de la percepción, el sujeto apela al entendimiento, y al pretender explicar el objeto, se encuentra él mismo. El sujeto frente a sí se halla en la autoconciencia, “la autoconciencia es la verdad de la conciencia, con ella entramos en el reino de la verdad” (DRI, 2009, p. 36). Al nivel de la autoconciencia: la substancia aparece por primera vez como sujeto. El mundo expresado en su totalidad en la noción de vida se refleja en la autoconciencia. Por su misma noción la autoconciencia es retorno a sí misma. El mundo sensible se manifiesta como lo otro que ella niega como su alteridad. Lo que constituye la autoconciencia es el deseo de lo otro. Este deseo es lo que la lleva a reconocerse a sí misma. La autoconciencia como apetencia es deseo insaciable. El deseo es lo que genera el movimiento de la autoconciencia buscando su autoafirmación. Lo que la autoconciencia, jamás satisface su deseo en un objeto. Sólo la puede satisfacer algo que pueda reconocerla y también reconocerse. El deseo de la autoconciencia de ser reconocida por otra autoconciencia. Esto sería la crítica más radical al liberalismo burgués de corte inglés, porque reduce el reconocimiento de la libertad del sujeto a la posesión de la cosa. Sólo en el otro la autoconciencia alcanza la plena afirmación de sí y confirmación de sí que ella desea. Pero aquí las autoconciencias se enfrentan: “cada una exige de la otra lo que aquella no quiere darle” (COLOMER, 1986, p. 224). La autoconciencia surge como negación de la naturaleza, se reconoce por encima de la vida biológica. Aquí se enfrentan a muerte las autoconciencias: mediante la voluntad de matar a otro y la de arriesgar la vida. La

autoconciencia se encuentra en un estado de deseo, desea los objetos que la rodean, los apropia y los usa. Pero luego se da cuenta que los objetos no las satisfacen, sino que sólo lo logra en la asociación con otros. Esta relación entre los individuos no es armónica, sino que las autoconciencias entran en conflicto: una por temor a la muerte cede su deseo de reconocimiento, el siervo, el otro mantiene el deseo de reconocimiento a riesgo de perder la vida, el señor. En esta lucha entre individuos desiguales, tiene un papel central el trabajo. Para Hegel, el trabajo encarna la esencia misma del sujeto. Ambas conciencias arriesgan su vida, el que “se vuelve para atrás queda como siervo, mientras que el otro se convierte en señor” (DRI, 2009, p. 36). Pero el fin no es la derrota del otro, sino el reconocimiento mutuo. El amo reduce al otro a objeto, por lo tanto, no se realiza como sujeto. Es el siervo quien continúa el camino de la realización del sujeto. Mediante su servidumbre por miedo a la muerte termina alienándose en el trabajo, y en ese ser otro de sí termina por reconocerse. El siervo, mediante el trabajo, construye un mundo y se ve así mismo reflejado en él. Dice Dri:

La salida de la servidumbre se da, pues por medio del trabajo. Son tres pasos: angustia servicio y trabajo. Los tres pasos son indispensables. Sin la angustia la conciencia nunca arribaría a su propia noche, a su absoluta negatividad. Sin la disciplina del servicio, no se avocaría al trabajo y, finalmente, sin este, la autoconciencia se perdería en la propia noche (DRI, 2009, p. 41).

El camino del reconocimiento supone el proceso de subjetivación del sujeto en un proceso dialéctico de la relación de sí con el objeto. Si el trabajo se reduce al objeto, en el proceso de objetivación no se realiza, más bien se aliena. Pero una vez que el sujeto se concibe como tal, busca la libertad. Aquí la dialéctica comienza un nuevo rumbo. La idea de libertad de la conciencia pasará por las siguientes fases: estoicismo, escepticismo y conciencia desgraciada. El estoicismo es la expresión del sufrimiento que provienen del “hecho de que su razón particular no coincide con la razón universal” (DRI, 2009, p. 42).

La teoría del reconocimiento en la filosofía contemporánea

La teoría del reconocimiento ha sido retomada por diversas líneas del pensamiento contemporáneo. Por limitaciones de extensión sólo presentaré brevemente la de Axel Honnet un representante de la tercera generación de la Escuela de Frankfurt y la que desarrolla Paul Ricœur en su texto *Caminos del reconocimiento*.

Axel Honnet en su obra *La lucha por el reconocimiento* retoma la lectura de los textos juveniles de Hegel, en especial *El sistema de la eticidad* y la *Filosofía real*, a los que relaciona con los estudios de psicología social de G.H. Mead. El pensamiento de Honnet intenta remediar el déficit sociológico en la teoría crítica. Dice Honnet:

Con la expresión déficit sociológico he querido llamar la atención sobre el hecho de que hay una cierta tendencia en el conjunto de la Escuela de Frankfurt a desplazar o a ignorar el núcleo auténtico de lo social, a saber, el hecho de los incesantes enfrentamientos en los órdenes del reconocimiento mutuo (HONNET, 2011, p. 43).

El argumento de Honnet consiste en que, más allá de las diferencias entre los representantes de la Escuela de Frankfurt, aquello que lesiona la posibilidad de liberar las condiciones para una buena vida social tiene su causa en los diferentes sistemas de opresión. Sin desmedro de lo anterior, él quiere incorporar la tesis que sostiene que la integración social se realiza mediante formas de reconocimiento mutuo. Vale decir que, la temática de los sistemas de opresión y control social posee un déficit sociológico si no se la integra con la reflexión del conflicto. Aporte, por otra parte, le brinda la teoría del reconocimiento.

En efecto, su lectura de Hegel retorna a los escritos de juventud previos a la *Fenomenología*, y retoma el reconocimiento, tal y como lo presenta Hegel en el *Sistema de la Eticidad*, en las tres esferas: el amor, el derecho y la estima social. Pero, frente al reconocimiento, Honnet agrega las figuras del desprecio: al amor, la violación; al derecho la desposesión; y, finalmente, a la estima social la deshonra. Dice Honnet:

Para llegar a una autorrealización lograda, el ser humano se encuentra destinado al reconocimiento intersubjetivo de sus capacidades y operaciones. Si en alguno de los escalones de su desarrollo tal forma de asentimiento social queda excluida, esto abre en su personalidad un hueco psíquico, en el que penetran las reacciones negativas de sentimientos tales como la vergüenza o la cólera. Por ello, la experiencia de desprecio siempre va acompañada de sensaciones afectivas que pueden indicarle al singular que se le priva de ciertas formas de reconocimiento social (HONNET, 2011 p. 21).

La propuesta de Honnet permite reabrir la discusión del reconocimiento del conflicto social, atendiendo a la falta de realización de las distintas esferas del reconocimiento en correlación a las patologías del desprecio.

La segunda posición, a tener en cuenta, es la hermenéutica de Paul Ricœur, quien introduce al final de su proyecto filosófico la cuestión del reconocimiento. En su libro *Caminos*

del reconocimiento, parte de la diferencia entre conocer y reconocer, donde éste último sólo se hace pleno en el reconocimiento mutuo. El respecto dice Ricœur:

La investigación del reconocimiento mutuo puede resumirse como una lucha entre el desconocimiento del otro al tiempo que una lucha por el desconocimiento del otro al tiempo que una lucha por el reconocimiento de sí mismo por parte de los otros (2005, p. 262).

Del reconocimiento de sí propio del sujeto y, de un conjunto de capacidades constitutivas de lo que él denomina *homo capax*: poder decir, poder hacer, poder contar y contarse, poder imputar a otro la falta en la acción, poder recordar y, por último, poder reconocer y ser reconocido, según el uso de la voz pasiva.

Para Ricœur la discusión y el intertexto con la filosofía hegeliana es algo central. Para Hegel el verdadero reconocimiento del sujeto comienza en la lucha de las autoconciencias, lo que se resume en la afirmación de la *Fenomenología* “el yo es un nosotros y el nosotros es un yo” (HEGEL, 2004 p. 113). En términos de Ricœur, esta frase sería un *Sí mismo como otro*, donde el sujeto es capaz de articular la experiencia humana temporal mediante el relato. En esta obra, frente “a la primacía de mediación reflexiva sobre la posición inmediata del sujeto” (Ricœur, 1996, p. 11) introduce el sí como pronombre reflexivo, porque en él encuentra mayor provecho que en la sola noción de yo, puesto que aquel alude a la tercera persona (él, ella, ellos). Él entiende que así se logra incorporar la *historicidad* en la filosofía del sujeto, esto es, mediante la identidad narrativa. El texto *Caminos del reconocimiento* se conforma con tres estudios: el primero analiza el reconocimiento como identificación en el campo de la filosofía moderna; el segundo, describe el reconocimiento de sí desde su interpretación hermenéutico-fenomenológica del *homo capax*; y, por último, en su tercer estudio retoma la exposición del reconocimiento en Hegel en su periodo de Jena y sus posteriores relecturas contemporáneas como la de Honnet.

Finalmente, Ricœur introduce -en consonancia con Hegel- una filosofía del reconocimiento como un complemento a la concepción del *homo capax*, donde a la capacidad de reconocerse responsable de los actos se le suma la capacidad de reconocerse a sí mismo y la del reconocimiento mutuo. La tesis de Ricœur consiste en que frente a la injusticia de la falta de reciprocidad del reconocimiento que provoca violencia y venganzas irreconciliables, sólo se puede fundar un camino del reconocimiento en un estado de paz en el *agape*, entendido este último como “*la práctica generosa del don*” (Ricœur, 2005, p. 227). Esto significa que alguien

da y el otro es quien recibe, el *agape* radica en la gratuidad que suscita el donante y el que recibe. Dice el autor:

Finalmente, la gratitud, última forma de reconocimiento expuesta en esta obra, recibe de la dialéctica entre disimetría y mutualidad una acrecencia de sentido. Vimos entre el recibir el término de unión entre el dar y el devolver; en el recibir, el lugar de gratitud, se afirma dos veces la disimetría entre el donante y el donatario; uno es el que da y otro es el que recibe. Esta doble alteridad se preserva precisamente en el acto de recibir y en la gratitud que él suscita (Ricœur, 2005, p. 266).

Para Ricœur, en definitiva, la lucha por el reconocimiento no puede culminar en un estado de paz si en definitiva no se incorpora el *agape*, es decir, el sentido tradicional del amor como una entrega generosa del don. Al parecer el planteo ricœuriano culmina en un tono ético: sólo se supera la disimetría originaria alcanzando un reconocimiento mutuo en la economía del don.

Conclusión

La discusión de la teoría del reconocimiento partió desde un planteo de la libertad política, pero a partir del desarrollo de la segunda aparte, según la exposición hegeliana, se modificó el punto de interpretación hacia el conflicto. La perspectiva hegeliana permite encontrar una superación entre la libertad negativa y la positiva. El camino del reconocimiento permite pensar que la libertad en las sociedades democráticas no se reduce al sentido negativo, sino que sólo se realizan las potencialidades humanas en un Estado que permite el reconocimiento mutuo de los sujetos. Lo interesante aquí es que la lectura de Honnet retoma la filosofía de la política hegeliana del período de Jena, donde se acopla la visión de una comunidad política fundada en la autonomía de la autodeterminación libre de la comunidad, pero que no deja de lado el principio de lucha por la autoconservación de la filosofía moderna. Donde, en definitiva, no hay posibilidad alguna de realización del sujeto en una sociedad atomizada donde la unión fluctúa según el interés individual. Más aún, sólo son posibles los lazos que sueldan la unión colectiva desde la profunda autoconciencia del conflicto. La integración social debe, a su vez, revertir el sentido negativo, o insuficiente, del reconocimiento expresado en las formas del desprecio. Finalmente, frente a la lucha entre el amo y el esclavo, Ricœur introduce como fase final del reconocimiento la reciprocidad ética que brinda el don. Aquí el último eslabón en la lucha se encuentra en el camino ético.

Bibliografía

- COLOMER Eusebi. *El pensamiento alemán de Kant a Heidegger*, vol II, Barcelona: Herder, 1986.
- DE LA MAZA. Luis Mariano, “El sentido del reconocimiento en Hegel”, *Revista Latinoamericana de Filosofía*, Vol. XXXV N° 2, 2009.
- DE ZAN, Julio. *La vieja y la nueva política: libertad poder y discurso*, San Martín: UNSAM EDITA, 2013.
- DRI, Rubén. *La rosa y la cruz*, Bs As: Biblos, 2009.
- DRI, Rubén. *La Fenomenología del Espíritu de Hegel*, Bs As: Biblos, 2006.
- HEGEL, G.W.F. *Fenomenología del Espíritu*, Barcelona: FCE, 2004.
- HONNETH, Axel. *La sociedad del desprecio*, Madrid: Trotta, 2011.
- HONNETH, Axel. *La lucha por el reconocimiento*, Barcelona: Crítica Grijalbo, 1997.
- LUCKACS, Georg. *El joven Hegel*, Barcelona-México DF: Grijalbo, 1970.
- MARCUSE, Herbert. *Razón y revolución*, Barcelona: Altaya, 1994.
- MARCUSE, Herbert. *La tolerancia represiva y otros ensayos*, Madrid: Libros de Catarata, 2010.
- RICŒUR, Paul. *Sí mismo como otro*, Madrid: Siglo XXI, 1996.
- RICŒUR Paul. *Caminos del reconocimiento*, Madrid: Trotta, 2005.

A HISTÓRIA TRANSNACIONAL E A SUPERACÃO DA METANARRATIVA DA MODERNIZAÇÃO

Walter Francisco Figueiredo Lowande
Professor de História-Licenciatura da UNIFAL-MG
Doutor em História (UNICAMP)
walterlowande@gmail.com

Resumo: Este artigo apresenta uma revisão bibliográfica a respeito da história transnacional, tratando ao final de sua pertinência para a superação de uma perspectiva historiográfica nacionalista. Procuo, em primeiro lugar, diferenciar a história transnacional de outras modalidades de historiografia pós-nacional. Em seguida, destaco as especificidades de sua abordagem espacial, tratando de sua ênfase nos espaços e fluxos transnacionais. Também trato da perspectiva multiscópica que caracteriza a história transnacional, antes de propor, finalmente, alguns caminhos por meio dos quais essa perspectiva pode trazer contribuições para a superação da historiografia nacionalista.

Palavras-chave: história transnacional; historiografia nacionalista; metanarrativa da modernização.

Abstract: This paper presents a bibliographical review regarding the transnational history, treating at the end of its pertinence for the overcoming of a historiographical nationalist perspective. In the first place, I try to differentiate the transnational history from other forms of post-national historiography. Next, I highlight the specificities of its spatial approach, addressing its emphasis on transnational spaces and flows. I also deal with the multiscale perspective that characterizes transnational history, before finally proposing some ways in which this perspective can contribute to the overcoming of nationalist historiography.

Keywords: transnational history; nationalist history; modernization metanarrative.

Artigo recebido em: 04/07/2018
Artigo aprovado em: 29/11/2018

Introdução

A institucionalização da produção historiográfica no Brasil é fundamentalmente vinculada à construção do estado brasileiro, e daí resulta a predominância, também por aqui, de sentidos profundamente nacionais para a nossa historiografia. Isso não é, contudo, uma exclusividade nossa:

Na maior parte da existência do ofício histórico, na maior parte do mundo, os historiadores estiveram comprometidos com o nacionalismo metodológico. Como a maioria dos outros cientistas sociais, eles assumiram que nações com identificação própria, organizadas politicamente em Estados, eram os objetos primários do estudo histórico. As principais tarefas dos historiadores eram narrar adequadamente como os Estados-nações emergiram, como eles se desenvolveram e como eles interagiam com os outros. Até mesmo os historiadores cujos trabalhos deliberadamente atravessaram as fronteiras das histórias nacionais trabalharam em cima de linhas similares (ARMITAGE, 2015, p. 02).

Durante o período imperial, a primeira e principal associação voltada para a produção de narrativas históricas do país – o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838 – dedicava-se, com patrocínio direto do Império, à produção de uma história nacional em que os elementos civilizacionais herdados do antigo colonizador português apareciam como a garantia de que a família real – dotada do mais nobre sangue luso – seria capaz de emprestar à nova nação tropical a ordem necessária para que ela se emparelhasse rapidamente às principais civilizações europeias (GUIMARÃES, 1988). Essa nova “nação civilizada nos trópicos”, que ainda contava com o bônus propalado no *topos* relativo às riquezas naturais do país, desde o princípio concedeu espaço a narrativas regionais que mostrassem como súditos tão diversos – o indígena “civilizável” das famílias tupi-guarani, cada vez mais o “sertanejo” genérico, o paulista, o gaúcho, o mineiro etc. – eram todos capazes de se submeterem de modo ordeiro aos ideais civilizacionais emanados da família real.

No entanto, se essa ordem imperial, ainda que em sua dinâmica “luzias *versus* saquaremas”, alcançou um alto grau de consenso no interior da elite brasileira desde os primeiros anos do Segundo Reinado (MATTOS, 2004), por outro lado, já na década de 1870, o federalismo característico dessa ordem (DOLHNIKOFF, 2003) se fortalecia e, ao mesmo tempo, enfraquecia a força centrípeta que, a partir do Rio de Janeiro, garantiria a unidade

nacional: era preciso encontrar outro(s) centro(s) de força que pudesse(m) dar sentido ao progresso da civilização brasileira. Assim, ganharam força os ‘IHGs’ estaduais e outras instituições regionais que se especializaram cada vez mais a partir desse período (SCHWARCZ, 1993) e incrementaram a produção de narrativas a disputar entre si a herança da tradição nacional.

Mas dessas pelejas simbólicas aos poucos emergiu também a percepção de um processo desagregador nocivo à “ordem” e ao “progresso” tão desejados por nossas elites, e da sensação de uma crise de valores ressurgiu com outros ares a busca por um novo sentido unitário para a nação (SEVCENKO, 1983; VELLOSO, 2013). Por isso a partir da segunda metade da década de 1920 e, principalmente, da década de 1930, proliferaram obras que pretendiam dar conta de uma ‘formação nacional’ brasileira (CANDIDO, 1995). A constatação da existência de formas específicas de relações econômicas e sociais impostas pela expansão do capitalismo europeu – a principal delas representada pelo escravismo peculiar da América Portuguesa – teria feito emergir uma civilização específica, original, formada a partir do amálgama de três grandes tradições culturais – e não mais biologicamente ‘raciais’ –: a ‘indígena’, a ‘africana’ e a ‘portuguesa’.

Por fim, esse quadro promissor forjado pela historiografia da década de 1930, cujos principais nomes são Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr., daria lugar, já no despontar da década de 1950, a uma historiografia moldada por outros pressupostos analíticos, desiludida com uma insuperável desigualdade social de caráter marcadamente racista. Para ela, as causas de uma nação que nunca dava certo passaram a ser encontradas numa dependência multissecular em relação às nações capitalistas do Norte, e o “paradigma dependentista” influenciaria as análises historiográficas nacionais por um bom tempo ainda.

Em síntese, o que se pode perceber a partir desse rápido panorama historiográfico é a constante preocupação com o “Brasil” como objeto de estudo. Seu foco via de regra está dirigido a um Estado interpretado ou como instrumento de superação ou como o causador de um descompasso entre a essência nacional e a sua impossibilidade de realização. Mesmo com a expansão de uma historiografia acadêmica a partir da década de 1960 e com a conseguinte emergência de novos problemas, objetos e fontes, o recorte ‘história do Brasil’ manteve-se (e ainda se mantém) como uma camisa de força simbólica hegemônica dentre nossos(as)

historiadores(as).¹ Com ou sem o patrocínio direto do Estado, criou-se por aqui algo muito semelhante àquilo que Marcel Detienne recentemente chamou de ‘mitideologias’ nacionais, ou seja, narrativas produzidas e ensinadas sistematicamente pelos Estados europeus, em especial o francês, no intuito de se transformar o território nacional, por meio da historiografia, em um espaço sagrado de dívida para com os mortos de modo a se criar um sentimento de “autoctonia” (DETIENNE, 2013). Por aqui a ‘identidade nacional’ também possui esse caráter “enigmático”, e o recorte “do Brasil” também segue sendo um carma de nossa historiografia.

O que David Armitage chama de ‘nacionalismo metodológico’ tem, no entanto, sido objeto de críticas cada vez mais expressivas. Nos EUA já se reconhece o *boom* relativo ao interesse por essa perspectiva historiográfica ‘pós-nacional’, e se fala até mesmo em uma *transnational turn* desde pelo menos o início deste milênio (NGAI, 2012; CURTHOYS; LAKE, 2005; WEISTEIN, 2008, 2013; CLAVIN, 2005; SEIGEL, 2005; IRIYE, 2007; SAUNIER, 2009; KNUDSEN; GRAM-SKJOLDAGER, 2014; STRUCK; FERRIS; REVEL, 2011; TURCHETTI, HERRAN; BOUDIA, 2012; PURDY, 2012). O termo “transnational” foi o mais usado (*buzzword*) no mundo acadêmico estadunidense entre o final da década de 1980 e o início da década de 1990, até que *transnationalism* explodiu a partir de 1994.² Pierre-Yves Saunier resume a expansão do uso do termo ‘transnacional’ e seus derivados:

Semanários e diários na maioria dos países rapidamente abraçaram a ideia do transnacionalismo de migrantes que não estavam ‘nem lá nem cá’. Os termos começaram a invadir os títulos de dissertações e teses, primeiro nos EUA, depois em outros países de língua inglesa, e por último na Alemanha e na Europa Continental. Esses termos também se expandiram bem além da antropologia, dos estudos culturais e da sociologia, com uma alargada presença na história, na geografia, nos estudos de gênero, nos estudos religiosos e na ciência política (mais notadamente por meio dos estudos da ‘sociedade civil transnacional’ e dos ‘movimentos transnacionais’). Novos

¹ É cada vez mais difícil elaborar quadros historiográficos gerais relativos à produção brasileira, dada a sua expressiva ampliação nos últimos anos. No entanto, podemos encontrar trabalhos que confirmam a impressão acima exposta. Num levantamento realizado para a década de 1980, Carlos Fico e Ronald Polito percebiam a clara predominância da “História do Brasil” em nossos ainda jovens programas de pós-graduação em história (FICO; POLITO, 1994). No último “Documento de Área” produzido pela Avaliação Trienal CAPES, em 2013, para a área de história, em suas “Considerações gerais sobre o estágio atual da área”, a “pesquisa da história não brasileira” aparece apenas como “frente muito promissora” (CAPES, 2013). No entanto, não me causaria espanto se constatássemos que nos currículos de nossos cursos de graduação em História a disciplina “História do Brasil” continua recebendo o maior destaque.

² Essas informações baseiam-se em estudo realizado por Gustavo Cano em 2005, mencionado por Saunier (2009) e Turchetti et. al. (2012).

periódicos acadêmicos, sobretudo em inglês, encamparam a terminologia (SAUNIER, 2009, p. 1057).³

Na França essa tendência historiográfica recebeu, com algumas especificidades, o nome de história cruzada (*histoire croisée*) (WERNER; ZIMMERMANN, 2003). Na Alemanha manteve-se a nomenclatura mais corriqueira: *Transnationale Geschichte* (CLAVIN, 2005) – ainda que o seu principal representante, Jürgen Osterhammel (SILVA, 2011), aconselhe uma adoção cautelosa da perspectiva transnacional, que não deve simplesmente sepultar a ‘história comparada’ (OSTERHAMMEL, 2009), como defende, por exemplo, a historiadora Micol Siegel (2005) e os defensores da história cruzada. Além disso, a perspectiva transnacional já rendeu importantes estudos na Austrália (CURTHOYS; LAKE, 2005), por causa sobretudo dos estudos de gênero e de relações raciais e no campo latino-americanista (WEINSTEIN, 2013; PURDY, 2012; PRADO, 2012).

No campo da história da ciência a abordagem também tem demorado a render reflexões teóricas sobre a perspectiva transnacional, embora tenha há muito tempo trabalhado com ela de maneira implícita (TURCHETTI et. al., 2012). O mesmo poderia ser dito a respeito de um grande número de estudos mais recentes a respeito da história das ciências sociais realizados a partir do Brasil: embora ainda não tenham gerado reflexões teóricas mais sistemáticas a respeito dos fluxos e relações transnacionais, eles têm certamente apontado para a insuficiência dos recortes nacionais para as narrativas sobre as quais se debruçam.

Só muito recentemente a revista *Temporalidades* (2016), da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, conseguiu reunir alguns estudos esparsos dentro de uma perspectiva que pretende transcender as narrativas nacionais. Mas, ainda assim, isso não significou uma discussão mais específica e aprofundada sobre a história transnacional. A história ‘transnacional’ aparece apenas como mais uma tendência ao lado da *Global History*, da *World History*, da *Connected History*, da *Shared History*, das Histórias

³ “*Weeklies and dailies in most countries quickly embraced the idea of the transnationalism of migrants who were ‘neither here nor there’.* The terms began to invade the titles of dissertations and theses, first in the US, then in the other English speaking countries, and later in Germany and Continental Europe. They also expanded far beyond anthropology, cultural studies and sociology, with an increased presence in history, geography, gender studies, religious studies and political science (most notably through the study of the ‘transnational civil society’ and ‘transnational movements’). *New scholarly journals, mostly in English, endorsed the terminology*”. Esta e todas as demais traduções que seguem em nota de rodapé são traduções livres minhas.

Comparadas, da *Big History*, da *Histoire Croisée*, da *Atlantic History*, dos Estudos Subalternos e Pós-Coloniais “dentre outros”.⁴ Como argumentarei adiante, esse tipo de dissolução pode conduzir a mal-entendidos que precisam ser evitados neste trabalho. No restante deste artigo me concentrarei na apresentação das principais características que têm sido apontadas para a história transnacional, a fim de refletir sobre em que medida ela pode apontar para formas de superação da metanarrativa da modernização, à qual se subordinam as narrativas nacionalistas.

Diferenciando a história transnacional de outras histórias pós-nacionais

Em geral a emergência da perspectiva histórica transnacional é apresentada de forma semelhante nas reflexões a seu respeito. O que varia é apenas o tipo de valor atribuído ao processo de globalização relacionado à própria modernidade. A este respeito, Pierre-Yves Saunier afirma que

Há claro algo de paradoxal no fato de que, por um lado, ‘transnacional’ foi usado para apreender a ‘globalização a partir de baixo’, rimando com diásporas em páginas que celebraram o potencial guardado pelas novas identidades e comunidades transnacionais para se opor à lógica hegemônica tanto do capital quanto dos Estados-nações, enquanto que, por outro lado, ela apontou para a ‘globalização a partir de cima’, onde corporações capitalistas e as elites ditavam o ritmo. Mas isso é o que aparentemente conferiu aos termos [‘transnacional’, ‘transnacionalidade’ e ‘transnacionalismo’] o seu vasto apelo. (SAUNIER, 2009, p. 1057)⁵

Desse modo, por um lado é possível encontrar autores(as) que veem esse processo com alguma naturalidade, e a história transnacional refletiria a percepção contemporânea de que as fronteiras nacionais representam algo cada vez mais obsoleto. Segundo Simone Turchetti, Néstor Herran e Soraya Boudia, por exemplo, um grupo de historiadores(as) estadunidenses se viu insatisfeito com os limites da abordagem nacional para dar conta de problemas surgidos com o fim da Guerra Fria, a exemplo da globalização econômica, cultural e militar, da

⁴ Informações disponíveis em <https://seer.ufmg.br/index.php/temporalidades/issue/view/1984615021/showToc>.

⁵ “There is of course something of a paradox in the fact that, on one hand, ‘transnational’ was used to capture ‘globalization from below’, and rhymed with diasporas in pages that celebrated the potential retained by the new transnational identities and communities to oppose the hegemonic logic of both capital and nation states, while on the other hand it pointed to ‘globalization from above’ where capitalist corporations and elites were setting the pace. But this is likely what gave the terms their very wide appeal”.

ressurgência do nacionalismo e do fundamentalismo religioso como forças internacionais, da emergência e consolidação de organizações internacionais, da crescente influência de empresas multi- ou transnacionais e a onda ambientalista, ao mesmo tempo em que o desenvolvimento da informática possibilitou a historiadores(as) novas ferramentas de trabalho. Nos EUA, especificamente, essa insatisfação teria levado à “reavaliação da noção de um excepcionalismo estadunidense e ajudou a trazer de volta à moda a história social de temas transnacionais como diásporas, migrações e escravidão” (TURCHETTI et al., 2012, p. 321).⁶ A eleição de Akira Iriye, um historiador japonês das relações internacionais, para a presidência da *American Historical Association* teria impulsionado essa perspectiva na historiografia estadunidense, tornando “mais visível o esforço de promover novos programas de pesquisa almejando a ‘internacionalização da história’” (TURCHETTI et al., 2012, p. 321).⁷ Em 1992 Ian Tyrrell, David Thelen e Thomas Bender criaram um programa de pesquisa na *New York University* intitulado *Internationalizing American History*, movimento este que teria despertado a atenção de outros historiadores nos EUA e do outro lado do Atlântico. Por fim, considera-se um marco dessa nova onda historiográfica a publicação do *Palgrave Dictionary of Transnational History* (2009), que Ann-Christina L. Knudsen e Karen Gram-Skjoldager interpretam ser uma evidência do esforço de institucionalização da história transnacional como ‘subcampo’ da história (KNUDSEN; GRAM-SKJOLDAGER, 2014).

Por outro lado, identifica-se também a história transnacional com uma longa trajetória de estudos preocupados com os pontos de vista subalternos. Para Micol Seigel “não é a pretensa globalização, mas a mobilidade e resistência ocasionada pelo colonialismo, da forma que foi traduzida por intelectuais anticoloniais e pós-coloniais, que forneceram o combustível mais inflamável para os motores que conduziram a virada transnacional” (SEIGEL, 2005, p. 63).⁸ A ideia de transnacionalidade refletiria assim a percepção pós-colonial de que as identidades não

⁶ “In the United States, this dissatisfaction led to reappraising the notion of an American exceptionalism and helped to bring back into fashion the social history of transnational themes such as diasporas, migrations and slavery”.

⁷ “[...] it made more visible the effort to promote new research programmes aiming at the ‘internationalization of history’”.

⁸ “It is not so-called globalization, but the mobility and resistance occasioned by colonialism, as translated by anticolonial and postcolonial intellectuals, that have lit the hottest fires in the engines driving the transnational turn”.

são fixas, isto é, centradas, por exemplo, numa nacionalidade. Seigel então propõe o abandono do método comparativo em favor da perspectiva transnacional:

Comparação requer que a observadora ou o observador nomeie duas ou mais unidades cujas similaridades e diferenças ela ou ele irá então descrever. Esse arranjo desencoraja a atenção a trocas entre os dois, as mesmas trocas que a intuição pós-colonial entende como o material dos processos de subjetivação. A ideia de Foucault sobre o poder sugere que a observação de dois objetos paralelos que nunca se encontram se prova inadequada para a explicação de sua relação dinâmica. Comparações obscurecem o funcionamento do poder. (SIEGEL, 2005, p. 65).⁹

Wendy Kozol também defende que a história transnacional foi extremamente influenciada pela “crítica ao imperialismo e racismo estadunidenses e europeus, bem como a contestação da desigualdade de gênero e da heteronormatividade” (BAYLY et al., 2006, p. 1445),¹⁰ tendo sido especialmente importante para esse desenvolvimento os diálogos estabelecidos entre ativistas e acadêmicos. No entanto, a história transnacional teria a vantagem de superar o binarismo dos estudos sobre a globalização surgidos na década de 1990 por meio do exame de “como práticas culturais e ideologias moldam, constroem ou possibilitam as condições econômicas, sociais e políticas nas quais pessoas e bens circulam em espaços locais, regionais e globais” (BAYLY et al., 2006, p. 1451).¹¹ O impacto da crítica ao imperialismo europeu pode ser notado de maneira especial na produção das ex-colônias britânicas, que encamparam com entusiasmo a perspectiva transnacional (CURTHOYS; LAKE, 2005).

Sean Purdy, por sua vez, demonstra, de maneira ainda um tanto solitária, que “existem fortes precedentes para a história transnacional na tradição do materialismo histórico”, e vê com desconfiança a tendência decididamente “pós-modernista e de rejeição implícita do marxismo”, pois

[...] historiadores transnacionais, sob a nítida influência de teorias foucaultianas sobre a natureza fragmentada e descentrada do poder e as teorias da hiper-globalização, que apontam para o enfraquecimento do Estado-nação, correm o risco de subestimar as

⁹ “*Comparison requires the observer to name two or more units whose similarities and differences she or he will then describe. This setup discourages attention to exchange between the two, the very exchange postcolonial insight understands as the stuff of subject-formation. Foucault’s insights into power suggest that a view of two parallel objects that never meet proves inadequate to the explication of this dynamic relation. Comparisons obscure the workings of power*”.

¹⁰ “[...] *critiques of U.S. and European imperialism and racism, as well as challenges to gender inequalities and heteronormativity*”.

¹¹ “[...] *how cultural practices and ideologies shape, constrain, or enable the economic, social, and political conditions in which people and goods circulate within local, regional, and global locales*”.

localidades concentradas do poder – de classe, gênero e nação – e de ignorar ‘as forças historicamente situadas que fundamentam o poder em aquisições, conquistas e necessidades concretas (PURDY, 2012, p. 66).

Purdy ainda se contrapõe à tendência à abolição do método comparativo, já observada em Micol Siegel mas também presente em Serge Gruzinski e na *histoire croisée* de Michael Werner e Bénédicte Zimmermann, no que é acompanhado por colegas como Bárbara Weinstein (2013) e Jürgen Osterhammel (2009). A possibilidade ou não de comparação seria algo que deveria ser observado empiricamente, e a história transnacional é entendida, por esse viés, mais como uma *perspectiva* que como propriamente um *método* (STRUCK et al., 2011, p. 574).

Por fim, é importante destacar no que a história transnacional se diferencia de outras tendências que também pretendem superar a abordagem nacional. Uma primeira distinção importante foi apresentada por Ian Tyrrell:

A nova história transnacional está relacionada com, mas não é o mesmo que globalização, história mundial e história comparativa. [O termo] Globalização é geralmente rejeitado por causa de suas ligações com a teoria da modernização, de seu foco em atividades unidirecionais e na homogeneização do mundo e daí por diante. [...] Relações transculturais ou interculturais seriam termos competidores possíveis, mas os profissionais em La Pietra¹² os consideraram muito abrangentes e vagos. O conceito de história transnacional permitiu a acadêmicos reconhecer a importância da nação contextualizando, ao mesmo tempo, o seu desenvolvimento. Defensores da história transnacional geralmente distinguiram seu trabalho da história comparativa. No entanto, repetidas vezes eles tiveram que esclarecer que a história comparativa poderia complementar as abordagens transnacionais, apesar de elas não serem exatamente a mesma coisa. Alguém pode proveitosamente comparar a história de dois ou mais países [...] mas a história comparativa tendeu a tratar as fronteiras nacionais como dadas. De acordo com a nova perspectiva, deve-se estar atento para o que constitui os espaços, instituições e tradições nacionais que têm mudado ao longo do tempo. A história transnacional objetivou colocar os desenvolvimentos nacionais em contexto, e explicar a nação em termos de suas influências entrecruzadas (TYRRELL, 2007).¹³

¹² Trata-se da Villa La Pietra, em Florença, Itália, local escolhido pelo já mencionado grupo de intelectuais estadunidenses da *New York University*, reunidos em torno do *Project on Internationalizing the Study of American History*, para a realização de uma série de conferências, entre 1997 e 2000, que resultaram no livro *Rethinking American History in a Global Age*, editado por Thomas Bender (2002). Esses congressos e a publicação que deles resultou tornaram-se um marco da institucionalização da história transnacional nos EUA.

¹³ “The new transnational history was related to, but not the same as globalization, world history, and comparative history. Globalization is generally rejected because of its links with modernization theory, its focus on unidirectional activity, on the homogenization of the world and so forth. But it is recognized that global perspective should be part of transnational history. [...] Trans-cultural or intercultural relations were possible competitor terms but practitioners at La Pietra considered these as broader and too vague. The transnational history concept enabled scholars to recognize the importance of the nation while at the same time contextualizing its growth. Advocates of transnational history generally distinguished their work from comparative history. Nevertheless, time

Embora a exposição de Tyrrell seja bastante clara, eu gostaria de destacar dela que, embora a história transnacional pretenda superar a abordagem das histórias nacionais, a *nação* enquanto “problema” continua sendo um de seus principais aspectos. É por isso que ela se diferencia da “história global”, que pode estar vinculada a uma ideologia neoliberal cuja narrativa aponta para uma progressiva diminuição da importância dos Estados nacionais em favor de um mercado global cada vez mais abrangente, como pontua Bárbara Weinstein:

Diferente do conceito da globalização, um conceito que supõe o declínio da nação e que é, do meu ponto de vista, profundamente comprometido com o neoliberalismo, os estudos transnacionais geralmente reconhecem a persistência da nação como uma esfera principal da política, da economia e da cultura. De um lado, isso permite uma maior atenção aos processos, às redes e aos fenômenos de todo tipo que atravessam as fronteiras da nação sem implicar a homogeneização; de outro, o transnacional nos permite ir além da identificação de particularidades ou especificidades num contexto nacional (WEINSTEIN, 2013, p. 23).

Ou, como explica Patricia Clavin: “O foco da história mundial, e a escala em que ela opera, são geralmente muito diferentes. Historiadores(as) globais estão primariamente interessados(as) em entrelaçar a história dos humanos e do planeta no qual eles vivem em uma única estória” (CLAVIN, 2005, p. 436).¹⁴ Segundo Akira Iriye, “a história transnacional pode também ser diferenciada da história global naquilo em que ela lida com forças e temas que não necessariamente devem ser globais, mas ainda assim cruzam diferentes nações, como comunidades regionais, migrações inter-regionais, doenças e problemas ambientais” (IRIYE, 2007, p. 376).¹⁵

Além disso, por tratar de fluxos específicos que só acontecem entre nações porque, em algum momento, foram construídas fronteiras nacionais, a história transnacional se preocupa também em entender o motivo e o papel dessas construções. Ela é diferente, portanto, da

and time again, they had to make clear that comparative history could complement transnational approaches, even though these were not exactly the same thing. One might fruitfully compare the history of two or more countries, it was argued, but comparative history tended to treat national borders as a given. According to the new view, one must be aware that what constitutes the spaces, institutions, and traditions of nations has changed over time. Transnational history aimed to put national developments in context, and to explain the nation in terms of its cross-national influences”.

¹⁴ “The focus of world history, and the scale on which it operates, are generally very different. Global historians are primarily interested to weave the history of humans and the planet on which they live into a single story”.

¹⁵ “Transnational history may also be differentiated from global history in that it deals with forces and themes that may not necessarily be global but still cross-national, such as regional communities, interregional migrations, diseases, and environmental problems”.

história comparativa ou *comparada* na medida em que esta última essencializa a ideia de nação para realizar as suas comparações, ao passo que nada impede que hoje se estude o modo pelo qual tipos comparáveis de fluxos acontecem em diferentes contextos transnacionais. A síntese de Bárbara Weinstein a este respeito me parece bastante sensata: “não acho que a ascensão do viés transnacional signifique a morte da comparação. Pode ser que seja o fim daquela comparação ‘científica’ e positivista – o que não me parece nada lamentável. Mas acho que ele oferece uma nova maneira de fazer comparação” (WEINSTEIN, 2013, p. 27).

A história transnacional também difere da “história mundial”, como a realizada, por exemplo, por Eric Hobsbawm na sua análise das diferentes “eras” da expansão global do capitalismo a partir da Europa, porque não necessariamente se interessa por fenômenos de uma tal abrangência – segundo Ann Curthoys e Marilyn Lake, “a história mundial busca compreender o mundo como um todo” (CURTHOYS; LAKE, 2005, p. 18). A história transnacional pode se restringir a recortes locais e regionais, desde que com isso se problematize o caráter supostamente a-histórico da nação.

Patricia Clavin ainda consegue distinguir a história mundial da história global de uma maneira um pouco mais aprofundada:

A história mundial se desenha numa variedade de abordagens teóricas – pós-modernismo, pós-colonialismo e teoria dos sistemas mundiais para nomear apenas algumas delas. Em termos teóricos, historiadores(as) mundiais estão unidos(as) em sua rejeição a uma compreensão acrítica da nação como a unidade básica da análise histórica, embora elas(es) não rejeitem em definitivo qualquer compromisso com o Estado-nação. Ao contrário, elas(es) argumentam que a história mundial deveria ser vista como distinta da, embora complementar à, história nacional por razões historiográficas. Historiadores(as) mundiais estão ansiosos(as) por extrair elementos transnacionais tais como redes de trocas, investimentos internacionais, imigração, escravidão, doenças e assistência médica, corretamente argumentando que esses desenvolvimentos são de interesse por direito dos desenvolvimentos históricos globais. Em vez de o termo ‘redes transnacionais’ na história mundial se referir a laços e redes que parecem flutuar de forma independente aos Estados-nações, o globo os costura em uma nova colcha de retalhos (CLAVIN, 2005, p. 435-6).¹⁶

¹⁶ “*The dynamic new field of world history stands somewhat apart from international history, for, while it has done much to shape our understanding of the interrelationship between local and regional developments and the wider context of the history of the world, it is not easy to establish connections between world history and national history because, by definition, nation-states do not play an important role in world history. World history draws on a variety of theoretical approaches – postmodernism, post-colonialism and world systems theory to name but a few. In theoretical terms, world historians are united in their rejection of an uncritical understanding of the nation as the basic unit of historical analysis, although they do not reject outright any engagement with the nation-state. Rather, they argue that world history should be seen as distinct from, though complementary to, national history*”

Clavin ainda distingue da história transnacional, global e mundial a “história internacional”, que, segundo ela, se liga ao campo das relações internacionais e à história diplomática e pode ser definida da seguinte forma:

Relações internacionais permanece a expressão que é mais ampla e corretamente compreendida. Ela é convencionalmente tomada no sentido de relações entre Estados que, pelo menos até o século XIX, eram vistas primariamente se encontrando por meio das ações de seus diplomatas ou forças militares. A história das relações internacionais europeias foi assim tipificada pela luta pelo poder, seja como um fim ou como os meios necessários para um fim. Esse campo é representado pela história diplomática. Mas essa perspectiva Estadocêntrica dos primeiros trabalhos em relações internacionais e história diplomática nunca foi inteiramente adotada por, entre outros, historiadores(as) da economia cujos trabalhos contribuíram para nossa compreensão do contingente, mas normalmente mal considerado, elemento da história internacional: o meio ambiente internacional. Tem-se há muito reconhecido essa política nacional, e, portanto o caráter das relações inter-Estados, tanto na Europa quanto além de suas fronteiras, tem sido fortemente influenciado por várias forças, notavelmente o avanço nas ideias econômicas e o papel da geografia, ciência e tecnologia. Essa perspectiva é representada no campo da história internacional que busca privilegiar, ou pelo menos considerar pormenorizadamente, o meio ambiente internacional acima do caráter inerentemente nacional da história diplomática (CLAVIN, 2005, p. 435).¹⁷

Mas, em síntese, é possível afirmar, como explica Micol Siegel (2005), que a história internacional estuda a interação entre os Estados-nações. A história mundial poderia, então, optar tanto pela abordagem ‘internacional’ quanto pela ‘transnacional’, dependendo do sujeito histórico que venha a eleger para a sua análise: “modelos internacionais têm guiado a história

for historiographical reasons. World historians are keen to draw out transnational elements such as trading networks, international investment, immigration, slavery, disease and health care, rightly arguing that these developments are of interest in their own right as global historical developments. While they recognise that these trends are important components of national histories, the nation rarely appears as a category of analysis in world history. Rather the term ‘transnational networks’ in world history refers to ties and networks that appear to float free from the nation-state, the globe sewn together in a new patchwork design”.

¹⁷ “International relations’ remains the expression which is most widely and properly understood. It is conventionally taken to mean relations between states that, at least until the nineteenth century, were seen primarily to have encountered one another through the actions of their diplomats or military forces. The history of European international relations was thereby typified by the struggle for power, whether as an end, or the necessary means to an end. This field is represented by diplomatic history. But this state-centric view of early work in international relations and diplomatic history was never entirely adopted by, among others, economic historians whose work contributed to our understanding of the contingent, but usually underplayed, element of international history: the international environment. It has long been recognised that national policies, and therefore the character of inter-state relations both within Europe and beyond its frontiers, have been strongly influenced by a variety of forces, notably, advances in economic ideas and the role of geography, science and technology. This perspective is represented in the field of international history which seeks to privilege, or at least consider at length, the international environment over the inherently national character of diplomatic history”.

diplomática, a história militar e campos afins; o seu foco no Estado se prova menos interessante para historiadores(as) de sujeitos não pertencentes às elites, o que explica em parte a aceitação do método transnacional por historiadores(as) sociais e culturais” (SIEGEL, 2005, p. 63).¹⁸

Finalmente, a história transnacional se diferencia ainda da *história atlântica* na medida em que a última venha a se relacionar exclusivamente com instituições pré-modernas. No entanto, é impossível separar os movimentos diaspóricos e as relações de dominação e resistência colonial dos fluxos que caracterizam o mundo moderno,¹⁹ e por isso também estou de acordo em afirmar que a história transnacional se vincula obrigatoriamente a esta historiografia que a precede, bem como às análises relativas à expansão global do capitalismo e à abordagem pós-colonial, ainda que se diferencie delas por permitir enfoques mais particulares e, por isso, potencialmente esclarecedores a respeito daqueles aspectos que as leituras demasiadamente abrangentes acabaram por obscurecer.²⁰

Acredito que o mapeamento apresentado acima seja suficiente para a compreensão dos problemas mais abrangentes relacionados à definição do que pode ser chamado de história transnacional. Agora é possível explorar um pouco mais alguns de seus aspectos metodológicos.

¹⁸ “*International models have guided diplomatic history, military history, and related fields; their state focus proves less compelling for historians of nonelite subjects, which in part explains the embrace of transnational method by social and cultural historians*”.

¹⁹ Veja-se, por exemplo, o livro *O trato dos viventes*, de Luiz Felipe de Alencastro (ALENCASTRO, 2000), no qual as relações diretas estabelecidas entre América portuguesa e África lançam uma nova perspectiva para uma historiografia nacional preocupada com a formação da nação.

²⁰ Há quem, no entanto, veja com desconfiança o abandono da nação como unidade de análise historiográfica, como o demonstra Michael McGerr nas críticas que publicou em *The American Historical Review* a um artigo em que Ian Tyrrell defende a história transnacional como forma de superação da ideia de “excepcionalismo” estadunidense (MCGERR, 1991). Os argumentos de McGerr são em parte endossados por Ann Curthoys e Marilyn Lake (2005).

Espaços e fluxos transnacionais

A abordagem transnacional objetiva, dentre outras coisas, oferecer uma opção narrativa que dê conta de movimentos e espaços não percebidos pelos instrumentos heurísticos da tradicional história nacional.

Esse aspecto da história transnacional talvez seja o ponto mais pacífico entre os seus praticantes. Desde o início da última onda transnacional, ou seja, a partir das proposições do grupo da *New York University* apresentadas no começo da década de 1990 e cujos representantes mais lembrados são David Thelen, Thomas Bender e o próprio Ian Tyrrell, a história transnacional é definida como relacionada ao “movimento de pessoas, ideias, tecnologias e instituições por entre fronteiras nacionais”²¹ no que se refere ao período posterior às “revoluções democráticas”, coincidindo, portanto, com a criação dos próprios EUA como Estado independente (TYRRELL, 2007).²² Sem fugirem a essa ideia, Ann Curthoys e Marilyn Lake apresentam uma definição um pouco mais detalhada acerca da perspectiva transnacional:

Então o que é história transnacional? Nós podemos defini-la de várias maneiras, mas, de modo mais simples, ela é o estudo dos meios pelos quais vidas e eventos passados foram moldados por processos e relações que transcenderam os limites dos Estados-nações. A história transnacional busca compreender ideias, coisas, pessoas e práticas que cruzaram fronteiras nacionais. Ela geralmente está numa relação complexa com a

²¹ “[...] *movement of peoples, ideas, technologies and institutions across national boundaries*”.

²² Mae M. Ngai apresenta uma definição muito semelhante, apenas acrescentando que esse trânsito pode ocorrer também em outros tipos de fronteiras pré-estabelecidas, e que a história transnacional deve envolver pesquisas empíricas em arquivos situados em diferentes países (NGAI, 2012). Segundo Isabel Hofmeyer, “a principal reivindicação de qualquer abordagem transnacional é sua preocupação central com movimentos, fluxos e circulação, não simplesmente como um tema ou motivo mas como um conjunto de pressupostos analíticos que definem eles próprios o empreendimento. Em outras palavras, uma preocupação com o transnacionalismo dirigiria a atenção de alguém para o ‘espaço de fluxos’, para tomar emprestado um termo de [Arjun] Appadurai, cujo trabalho a partir do fim da década de 1980 tem sido tão central para o aparecimento das abordagens transnacionais” (BAYLY et al., 2006, p. 1444) – “*The key claim of any transnational approach is its central concern with movements, flows, and circulation, not simply as a theme or motif but as an analytic set of methods which defines the endeavor itself. Put another way, a concern with transnationalism would direct one’s attention to the ‘space of the flows,’ to borrow a term from Appadurai, whose work from the late 1980s has been so central to the rise of transnational approaches*”. Simone Turchetti, Néstor Herran e Soraya Boudia também definem a história transnacional de maneira semelhante: “História transnacional é um termo vagamente definido que indica o esforço de produzir novos relatos históricos focando nos fluxos de pessoas, bens, ideias ou processos que se estendem além de fronteiras” (TURCHETTI et al. p. 320) – “*Transnational history is a loosely defined term indicating the effort to produce novel historical accounts by focusing on the flows of people, goods, ideas or processes that stretched over borders. It has emerged following cross-contamination between disciplines and has been appropriated in different ways by different communities*”.

história nacional; ela deve procurar interrogá-la, situá-la, suplantá-la, substituí-la ou evitá-la completamente. Em sua reação contra aquilo que veem como rígidas ou restritivas histórias nacionais, muitas e muitos dos entusiastas da história transnacional buscam por metáforas de fluidez, como em falas sobre circulação e fluxos (de pessoas, discursos e mercadorias), ao lado de metáforas sobre conexões e relações (CURTHOYS; LAKE, 2005, p. 17-18).²³

Patrícia Clavin, por sua vez, propõe uma definição um pouco mais restritiva para a história transnacional no que se refere aos fluxos aos quais ela deve se voltar: “transnacionalismo, não obstante sua identificação inicial com a transferência ou movimento de dinheiro e mercadorias, diz respeito em primeiro lugar a pessoas: o espaço social que elas habitam, as redes que elas formam e as ideias que elas trocam” (CLAVIN, 2005, p. 422).²⁴ Os problemas se deslocam assim para quem ou o que cruza fronteiras, em que direção e para que tipo de limites são transpassados. Além disso, torna-se importante pensar nos contextos históricos e sociais que criam essas fronteiras, no significado de suas quebras e as transformações que esses trânsitos acarretam nas pessoas, grupos e instituições que os realizam (CLAVIN, 2005, p. 423).²⁵ Clavin ainda nota, por fim, que os contextos relacionais transnacionais produzem grupos que se diferenciam daqueles tradicionalmente abordados pelas ciências sociais e pela historiografia, a exemplo do conceito de “classes”: é possível identificar “comunidades epistêmicas”, “sociedades transnacionais etnicamente definidas”, “redes baseadas em conhecimentos técnicos partilhados” etc., com diferentes impactos nas políticas domésticas de Estados-nações (CLAVIN, 2005, p. 247-248). A historiadora ainda lembra que

²³ “So, what is transnational history? We can define it in a number of ways, but put simply, it is the study of the ways in which past lives and events have been shaped by processes and relationships that have transcended the borders of nation states. Transnational history seeks to understand ideas, things, people, and practices which have crossed national boundaries. It is generally in a complex relation with national history; it may seek to interrogate, situate, supersede, displace, or avoid it altogether. In their reaction against what they see as rigid and confining national histories, many of those enthusiastic about transnational history reach for metaphors of fluidity, as in talk of circulation and flows (of people, discourses, and commodities), alongside metaphors of connection and relationship”.

²⁴ “[...] transnationalism, despite its early identification with the transfer or movement of money and goods, is first and foremost about people: the social space that they inhabit, the networks they form and the ideas they exchange”.

²⁵ Clavin menciona o interessante exemplo de pessoas que exploram a existência de fronteiras de modo a obter vantagens econômicas, como mercadores e criminosos (CLAVIN, 2005, p. 423) – e poderíamos ainda acrescentar (por que não?) o próprio Estado.

os “laços transnacionais podem dissolver algumas barreiras nacionais enquanto simultaneamente criam e fortalecem outras” (CLAVIN, 2005, p. 431).²⁶

Estes fluxos podem ser compreendidos de maneira ainda mais específica. Se considerarmos que a modernidade – entendida como uma configuração ideológica produtora de relações de poder que se expande por meio de processos de subjetivação e objetivação e orientada principalmente pelos conceitos de civilização e cultura²⁷ – se espalhou mundialmente por meio da construção de Estados nacionais em diversos contextos culturais particulares, os fluxos transnacionais seriam frutos principalmente dos movimentos de resistência que estariam situados, portanto, contra ou para além dos limites definidos por esses mesmos Estados. A história transnacional seria, portanto, um importante instrumento de resistência aos projetos modernizadores de elites nacionalistas por meio da produção de contra narrativas que dessem visibilidade a formas de sociabilidade alternativas, forjadas justamente pela experiência da resistência anticolonial, anti-imperialista ou mesmo antiglobalização. Essa postura é encontrada sobretudo em historiadoras e historiadores mais diretamente comprometidos com uma perspectiva pós-colonial, como Micol Seigel (2005), ou Sean Purdy (2012) e as diversas vertentes internacionalistas/marxistas que ele aponta.

A crítica metodológica aos estudos comparativos feitas por Seigel e, principalmente, pelas pessoas que advogam pela *histoire croisée* (WERNER; ZIMMERMANN, 2003), deve-se justamente à percepção contemporânea de que os objetos dos estudos historiográficos não são estáveis no tempo e no espaço. Eles são, portanto, “descentrados”, e a reflexão transnacional da história cruzada busca encontrar formas de representação que deem conta de objetos que, além de não serem fixos no espaço e no tempo, inter-relacionam-se e transformam-se por meio desses contatos. Comparar, para Michael Werner e Bénédicte Zimmermann, significaria fazer um recorte sincrônico e arbitrário de uma realidade que só pode ser compreendida em sua diacronia, ou seja, na compreensão de seus movimentos e transformações. Mesmo a “história das transferências”, perspectiva que se concentra nas transações culturais entre dois polos, imaginando um ponto de partida e outro de chegada para trocas situadas “geralmente no interior de sociedades e culturas nacionais postas em contato” (WERNER; ZIMMERMANN, 2003, p.

²⁶ “[...] *transnational ties can dissolve some national barriers while simultaneously strengthening or creating others*”.

²⁷ A este respeito, vide LOWANDE, 2018.

96), apresentaria uma feição demasiadamente linear, incapaz de desnaturalizar por completo o caráter das “culturas nacionais”.²⁸ A noção de “intersecção”, vinculada aos entrecruzamentos transformadores entre “entidades, pessoas, práticas ou objetos”, estaria mais apta a dar conta dos objetos transnacionais por excluir

de início o raciocínio a partir de entidades individuais, consideradas exclusivamente por elas mesmas, sem ponto de referência exterior. Ela rompe com uma perspectiva unidimensional, simplificadora e homogeneizadora, em benefício de uma abordagem multidimensional que reconheça a pluralidade e as configurações complexas que daí resultem. Desde logo, as entidades ou os objetos de pesquisa não são apenas considerados uns em relação com os outros, mas igualmente uns através dos outros, em termos de relações, de interações, de circulação. O princípio ativo e dinâmico do cruzamento aqui é primordial, em contraste com o quadro estático da comparação que tende a fixar os objetos (WERNER; ZIMMERMANN, 2003, p. 96).²⁹

Jogos de escala

Num dossiê temático organizado por Patrícia Clavin para a revista *Contemporary European History*, a autora defende que a abordagem transnacional dos artigos ali reunidos “possibilita à história libertar-se das escalas de tempo nacionalmente determinadas que dominam a paisagem historiográfica” (CLAVIN, 2005, p. 429).³⁰ Numa outra introdução, agora de um livro também voltado para a perspectiva transnacional, Ann Curthoys e Marilyn Lake afirmam que

²⁸ Maria Ligia Coelho Prado explica que a “história das transferências” está em alguma medida presente na noção de “histórias conectadas” de Serge Gruzinski, cujo ponto de vista “*se aproxima del de Michel Espagne, que creó el concepto de tranferts culturels para conectar dos culturas diferentes. Para él, deben buscarse elementos de investigación que hagan aparecer puntos de contacto reales y no simplemente formales entre dos sociedades distintas*” (PRADO, 2012, p. 17), aspecto esse também destacado por Jürgen Osterhammel (OSTERHAMMEL, 2009, p. 48).

²⁹ Embora estejam de acordo com esses diagnósticos, Bernhard Struck, Kate Ferris e Jacques Revel, por sua vez, consideram a história transnacional uma *perspectiva*, e não um *método* de análise (STRUCK et al., 2011), e nisso são seguidos por Sean Purdy: “a existência ou não de conexões e ‘conversações’ transnacionais é uma questão empírica que depende no nível de análise e do assunto sob investigação e não consiste num método histórico em si” (PURDY, 2012, p. 66). De todo modo, permanece a preocupação com a produção de um novo tipo de narrativa que dê conta dessas novas realidades a serem apreendidas pela historiografia, aspecto que retomarei logo adiante.

³⁰ “[...] enables history to break free from the nationally determined timescales that dominate the historiographical landscape”.

tomar emprestado nunca é mera imitação, [...] uma vez que movimentos locais selecionam apenas aquelas ações externas que se encaixam em seus próprios padrões normativos e que foram tornadas significativas nos quadros discursivos e políticos locais. Este é um modo útil de enfatizar o poder do local assim como a importância do global” (CURTHOYS; LAKE, 2005, p. 25).³¹

Em ambos os casos se evidencia a subversão das escalas da historiografia nacional pela perspectiva transnacional: o primeiro trata da escala temporal, enquanto que o segundo trata da espacial. No entanto, são outros dois trabalhos que exploram de maneira mais detalhada isso que se pode chamar de “jogo de escalas” na historiografia transnacional.

Michael Werner e Bénédicte Zimmermann (2003) notam, em primeiro lugar, que o deslocamento das escalas espaciais na historiografia são provenientes de duas séries de fatores: em primeiro lugar, do “processo de alargamento e de multiplicação dos espaços de referência e de ação” relacionado às “mudanças ocorridas desde 1989” e, em segundo lugar, a “virada culturalista” ocorrida no “plano intelectual”, com sua ênfase na “especificidade, ou mesmo o caráter irreduzível do local” (WERNER; ZIMMERMANN, 2003, p. 89). A “caixa de ferramentas” proposta pela história cruzada forneceria assim “a ocasião de sondar, por um viés particular, questões gerais como escalas, categorias de análise, relação entre sincronia e diacronia, regimes de historicidade e da reflexividade” (WERNER; ZIMMERMANN, 2003, p. 90). Mas é preciso entender que as intersecções estudadas pela perspectiva da história cruzada não se referem a “entidades individuais, consideradas exclusivamente por elas mesmas, sem ponto de referência exterior” (WERNER; ZIMMERMANN, 2003, p. 96): elas são multidimensionais. O entrecruzamento produz transformações mútuas, põe em contato e altera, em geral de maneira assimétrica, temporalidades distantes umas das outras e pode produzir desdobramentos nos objetos cruzados, “no seu entorno próximo ou distante e manifestar-se segundo temporalidades distintas” (WERNER; ZIMMERMANN, 2003, p. 96). Além disso, não se trataria apenas de um cruzamento entre os objetos de pesquisa: eles podem ocorrer também entre os diversos pontos de vista, historicamente constituídos, que se voltam para o objeto (entre, por exemplo, uma ‘história dos vencedores’ e outra ‘dos vencidos’); e entre o observador e o objeto observado (quando, por exemplo, o objeto de pesquisa provoca reflexões

³¹ “*Borrowing is never mere imitation, [...] as local movements select only those actions from elsewhere that fit their own normative standards and which have been made meaningful in local discursive and political frameworks. This is a useful way of emphasising the power of the local as well as the importance of the global*”.

no(a) pesquisador(a), capazes de produzir “reajustamentos de problemáticas e perspectivas analíticas”).

A análise transnacional não é, *a priori*, nem micro- e nem macroscópica, mas, mais corretamente, “multiscópica”. As próprias escalas se cruzam, portanto, no interior da perspectiva transnacional:

Abordar as questões de escala ao mesmo tempo como dimensão intrínseca ao objeto e como opção cognitiva ou metodológica escolhida pelo pesquisador, implica uma ruptura com uma lógica de escalas pré-constituídas, mobilizadas automaticamente, como é comum para o nacional ou para as grandes datas da cronologia política que se impõem como quadros naturais de análise, definidos independentemente do objeto (WERNER; ZIMMERMANN, 2003, p. 101).

Em vez de buscar por pais fundadores ou heróis nacionais, a perspectiva multiscópica transnacional permite encontrar pessoas ocupando posições específicas em redes relacionais, com um maior ou menor grau de centralidade, ora visíveis, ora silenciadas, em conflito ou em consenso com outras pessoas não necessariamente anuladas por sua presença brilhante em alguns momentos, ofuscada em outros. É essa perspectiva que, a meu ver, permite conectar a vivência de pessoas comuns à produção da modernidade, a perceber a interdependência entre elas, os seus movimentos, as suas trocas, os fluxos e refluxos e as diferentes temporalidades da rede cada vez mais interconectada do mundo moderno. Assim

a abordagem em termos de cruzamento favorece a ultrapassagem dos arrazoados que opõem micro e macro, insistindo pelo contrário em sua inextricável imbricação. A noção de escala, neste caso, não remete ao micro ou ao macro, mas aos diferentes espaços em que se inscrevem as interações constitutivas do processo analisado. Em outros termos, as escalas que nos interessam são aquelas construídas ou mobilizadas nas situações estudadas, e são tanto espaciais quanto temporais, e suas variações não são o apanágio exclusivo do pesquisador mas também o produto dos protagonistas das situações estudadas (WERNER; ZIMMERMANN, 2003, p. 103).

No que diz respeito ao jogo de escalas especificamente temporais, é preciso lembrar que não se trata também apenas de se definir a ‘duração correta’ da narrativa a ser apresentada. Tampouco se trata de desvendar uma sequência cronológica indicadora de algum tipo de desenvolvimento ou uma estrutura subjacente que explicaria os comportamentos humanos num dado contexto. Werner e Zimmermann (2003) nos lembram assim de que o ponto de vista da história cruzada se aproximaria aqui do que Reinhart Koselleck chama de ‘não-contemporaneidade do simultâneo’ ou de ‘simultaneidade do não-contemporâneo’

(KOSELLECK, 2006), o que significa dizer que a história de cruzamentos, de inter-relacionamentos, é também uma história do encontro de temporalidades distintas, de sentidos que se entrecruzam e se transformam. É também uma história que se produz no encontro/confronto entre os diversos *topos* mobilizados por aqueles que se debruçam sobre os mesmos problemas. É, por fim, um cruzamento entre a temporalidade do(a) pesquisador(a) e daquilo que (ou de quem) é interrogado. A abertura a todos esses entrecruzamentos, presentes em todas as formas de relacionamento humano e, mais especificamente, de produção de conhecimento na área das ciências humanas, é capaz de enriquecer a nossa própria experiência do tempo no presente, libertando-nos da temporalidade imposta pelos marcos da história nacional e, de maneira mais ampla, da narrativa globalizante da modernização. Produz-se assim uma relativização de perspectivas que, ao contrário de afastar as pessoas entre si por causa de um relativismo vazio, na verdade abre novas possibilidades de diálogo e de mútua compreensão/tradução. Nesse sentido, a história cruzada, assim como a *Connected* ou *Shared history*, teria, segundo Werner e Zimmermann,

a ideia de ‘reconectar’ histórias separadas, especialmente a partir do estancamento produzido pela expansão das historiografias nacionais. Mas, enquanto estas propostas se colocam prioritariamente numa perspectiva de ‘restabelecimento/reabilitação’ de uma realidade perdida, a história cruzada convida o pesquisador a levar em conta sua própria implicação no processo estudado. A atenção dada à pluralidade dos pontos de vista possíveis, aos distanciamentos produzidos pelos idiomas, terminologias, categorizações e conceptualizações, tradições e usos disciplinares, acrescenta uma dimensão suplementar à pesquisa. Diferentemente de uma simples restituição de um ‘já lá’, a história cruzada insiste naquilo que, num empreendimento autorreflexivo, pode ser gerador de sentido (WERNER; ZIMMERMANN, 2003, p. 115).

Werner e Zimmermann apresentam o problema das escalas no interior de uma discussão que pretende firmar a *histoire croisée* como um conjunto de métodos historiográficos apropriados aos problemas suscitados pela perspectiva transnacional. Mas o termo ‘jogo de escala’ (*jeux d’échelle*) foi talvez trazido pela primeira vez para o campo da história transnacional por Bernhard Struck, Kate Ferris e Jacques Revel num artigo relativamente recente (2011). Como já sinalizei em outros lugares, a afirmação de que a história transnacional é uma perspectiva de estudo, não um método específico, foi apresentada justamente nesse artigo, marcando uma clara posição, portanto, entre os(as) historiadores(as) que pretendem regular metodicamente os procedimentos da história transnacional (desvinculando-a, por exemplo, da história comparada), e os que permanecem mais cautelosos com relação a esse tipo

de prescrição. Há um distanciamento inclusive das discussões sobre se se deveria adotar a perspectiva indutiva ou dedutiva na história transnacional, como o fazem Werner e Zimmermann com a sua proposta de uma “indução pragmática”. O que Struck *et alii* tentam mostrar é que, se por um lado a própria reflexão intelectual trazida pelos processos de descolonização e de globalização evidenciaram que as metanarrativas da modernização, centradas na escala dos Estados nacionais, perderam sua credibilidade, por outro lado não se faz necessário o abandono *in totum* da escala nacional, que passa a ser vista como *uma* escala possível “dentre outras”:

Parte do mundo transnacional é *nacional* e a maior parte dos(as) intelectuais que argumentam em favor da perspectiva transnacional não diminuem a importância da nação. Pelo contrário, a maioria deles(as) reconhece explicitamente o importante impacto que as nações e os Estados-nações têm tido na vida das pessoas e das sociedades durante o período moderno ou moderno tardio. Eles(as) também aceitam que muito provavelmente [as nações e os Estados-nações] continuarão a fazer isso. O que a história transnacional busca fazer é acrescentar novas perspectivas aos níveis nacional e espacial que têm impactado a construção das nações, Estados-nações e vidas individuais no passado. [...] [A história transnacional] admite a importância do Estado-nação para a maioria das partes da história moderna, mas ela não trata a nação como um recipiente hermeticamente selado e sim procura analisar as várias forças e processos que têm moldado e transformado as sociedades nacionais no passado e irão, muito provavelmente, fazer o mesmo no futuro (STRUCK et al., 2011, p. 576).³²

Isso significa que a única forma de evidenciar o real significado das construções nacionais no modo pelo qual as relações de poder perpassam as redes que conectam pessoas e coisas das mais variadas formas é ampliando e diminuindo o foco do relato historiográfico. Assim, Struck *et alii* afirmam que

a escolha de alterar o foco para um nível local ou individual de pequena escala tem indiscutivelmente uma (pelo menos) tripla vantagem. Primeiro, ela permite trazer as atrizes e/ou os atores e a agência de volta para a análise, algo que normalmente se

³² “One of these spatial levels is, of course, the nation. Part of the word transnational is national and most scholars who argue for transnational perspectives do not deemphasize the nation. On the contrary, most of them explicitly acknowledge the important impact nations and nation states have had on peoples’ lives and societies during the modern or late modern period. They also accept that they will most likely continue to do so. What transnational history seeks to do is to add further perspectives on the national and spatial levels that have impacted on the shaping of nations, nation states and individual lives in the past. As a perspective transnational history assumes that the nation and nation states are one – and definitely a crucial one – but only one spatial dimension among others ranging from global history and international dynamics to (supra- or subnational) regional to local and individual levels. It concedes the importance of the nation state for most parts of modern history but it does not treat the nation as a hermetically sealed container but seeks to analyse the various forces and processes that have shaped and changed national societies in the past and will, most likely, do so in the future”.

perde nas análises macrosociais de culturas e sociedades. [...] Segundo, tal abordagem possibilita a análise da multiplicidade espacial da vida e experiência de atrizes ou atores individuais variando da microescala local para macroníveis incluindo as escalas global ou nacional. [...] Finalmente, uma terceira vantagem é, obviamente, que o fato de aumentar e diminuir o foco das questões de larga escala para a microanálise, estudos de caso de indivíduos ou pequenos grupos e *vice versa* permite que o(a) historiador(a) cumpra o seu ofício e a ética da disciplina trabalhando mais próximo das fontes primárias. (STRUCK et al., 2011, p. 577)³³

A história transnacional almeja, portanto, superar os estudos “monoscópicos” de modo a complexificar a historiografia voltada para a questão nacional. Torna-se, desse modo, possível ir além da história macroestrutural que predominou nas décadas de 1960-70, enriquecer a micro-história das décadas de 1980-90 e repensar a novamente macro-história dos processos de globalização mais recente. A perspectiva transnacional possibilita justamente que os consensos e conflitos produzidos num conjunto finito de relações possam ser conectados concretamente ao problema mais amplo da construção de modernidades e da institucionalização desse ideal social no Estado.

Considerações finais: história transnacional como superação da metanarrativa da modernização

Resta ainda indagar, no interior desta discussão sobre as possibilidades historiográficas da perspectiva transnacional, se ela é capaz de oferecer uma alternativa à metanarrativa da modernização, que talvez seja a característica mais marcante da historiografia moderna e, em especial, das histórias nacionais.

Num mundo globalmente interconectado, é natural que as pessoas procurem por grandes narrativas que deem conta de assegurar suas respectivas identidades quando as comunidades nacionalmente imaginadas já não fazem mais o mesmo sentido, ainda que, segundo Matthew

³³ “The choice of zooming into a small-scale local or individual level has arguably a (at least) three-fold advantage. First, it does allow for bringing actors and agency back into the analysis, something that is usually missing in macro-social analysis of cultures or societies. [...] Second, such an approach enables the analysis of the spatial multiplicity of individual actors’ lives and experiences ranging from local micro-scale to macro-levels including national or global scales [...] Finally, a third advantage is, of course, that zooming in and out from grand and large-scale questions to micro analysis, case studies of individuals or small groups and *vice versa* enables the historian to fulfil his craft and the ethic of the discipline by working close to primary sources”.

Connelly, essas mesmas pessoas não esperem até que os(as) historiadores(as) lhes forneçam isso (BAYLY et al., 2006, p. 1457). No entanto, ainda que, como mencionei acima, a história transnacional não tenha as mesmas pretensões da história mundial ou da história global, ela pode contribuir para a construção de uma narrativa mundialmente significativa que não seja etnocêntrica:

Uma narrativa transnacional não pode ser organizada em torno de um centro, ou conferir toda a agência a um único conjunto de protagonistas, o que a faz inerentemente mais desafiadora. Mas a técnica narrativa é tanto mais essencial para as pessoas que querem dar sentido para este mundo, uma vez que escrever uma narrativa nos força a explicar a mudança e identificar quem a está conduzindo. De todos(as) os(as) acadêmicos(as), aqueles(as) de nós que estão trabalhando para iluminar conexões através do mundo e traçá-las de volta no tempo devem ser os(as) últimos(as) a desistirem da ideia de que a humanidade possui uma história comum. Se há uma tal coisa como uma história transnacional que molda as vidas de pessoas que podem de outro modo parecer viverem em planetas diferentes, nós não deveríamos aspirar a ajudá-las a compreender como elas são parte da mesma estória? (BAYLY et al., 2006, p. 1458).³⁴

Sintetizando a ideia apresentada por Connelly, Wendy Kozol afirma que “movendo-se além de uma compreensão da modernidade como sendo um processo ocidental de progresso e esclarecimento, as narrativas transnacionais revelam uma modernidade que é um processo multifacetado por meio do qual trocas políticas, econômicas e culturais ocorrem de formas variadas e amiúde imprevisíveis” (BAYLY et al., 2006, p. 1459).³⁵ Struck, Ferris e Revel, em seus questionamentos a respeito dos jogos de escala na história transnacional, parecem concordar tanto com o diagnóstico que coloquei em causa quanto com a relevância da história transnacional para o seu possível solucionamento:

Conduzida por processos de globalização, parece haver uma recorrente demanda por uma ordem narrativa, que possa se encaixar com as novas perspectivas. O que nós sabemos por certo é que antigas grandes narrativas e questões de larga escala num nível mundial e global não funcionam mais num momento – e isso é um paradoxo –

³⁴ “A transnational narrative cannot be organized around one center, or give all agency to one set of protagonists, which makes it inherently more challenging. But the narrative technique is all the more essential for people who want to make sense of this world, since writing a narrative forces us to explain change and identify who is driving it. Of all scholars, those of us who are working to illuminate connections across the world and trace them back through time should be the last to give up on the idea that humanity has a common history. If there is such a thing as transnational history which shapes the lives of people who might otherwise seem to live on different planets, should we not aspire to help them understand how they are all part of the same story?”

³⁵ “Moving beyond an understanding of modernity as a Western process of progress and enlightenment, transnational narratives reveal modernity to be a multifaceted process whereby political, economic, and cultural exchanges occur in varied and often unpredictable ways”.

de crescente suspeita em relação aos velhos e frequentemente normativos modelos explicativos tais como modernização e teoria dos estágios [de desenvolvimento]. Parte do macromodelo normativo da teoria da modernização foi a bem-sucedida construção de Estados e Estados-nações com suas respectivas burocracias e instituições como uma parte integral da história ocidental de uma modernização vitoriosa. A história transnacional é não-dogmática a esse respeito e junto com a história global compartilha uma suspeita em relação a tais macroexplicações monocausais e unilineares. A este respeito a história transnacional é um reflexo e um sintoma de uma mudança muito mais ampla nas ciências humanas e sociais. (STRUCK et al., 2011, p. 575)³⁶

A perspectiva da história transnacional, como já aponte, parece ser a mais adequada a fim de conectar esse amplo processo de modernização a redes relacionais bem mais específicas. Ao mesmo tempo, essa perspectiva permite tratar de relações de poder que fluem para além das fronteiras da nação e que ocorrem na escala das relações institucionais e interpessoais voltadas para a produção de modernidades como as que se desdobraram em algumas regiões brasileiras. Este tipo de narrativa poderá, a partir daí, (1) lançar luz em formas específicas de produção e reprodução do mundo moderno que não são uma simples consequência da ‘civilização Ocidental’ nascida em países como França e Inglaterra; (2) entender melhor o processo de produção de sujeitos e objetos da modernização partir de redes transnacionais, e cuja circulação e produção não podem ser considerados simplesmente unidirecionais; (3) refletir acerca dessas metanarrativas unilaterais, etnocêntricas e centradas nos Estados nacionais que, ainda hoje, circulam entre nós.

³⁶ “Driven by processes of globalisation there seems to be a recurrent demand for a narrative order, which might fit with the new perspectives. What we know for sure is that earlier grand narratives and large-scale questions at world and global level do no longer work at a moment of – and this is a paradox – growing suspicion of older, often normative explanatory models such as modernisation or stage theory. Part of the normative macro-model of modernisation theory was the successful building of states and nation states with their bureaucracy and institutions as an integral part of the Western story of successful modernisation. Transnational history is undogmatic in this respect and together with global history it shares a suspicion of such monocausal and unilinear macro-explanations. In this respect transnational history is a reflex and symptom of a much wider shift in the social sciences and humanities”.

Referências bibliográficas

- ALENCASTRO, L. F. D. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul séculos XVI e XVII.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ARMITAGE, D. A virada internacional na História Intelectual. **Intelligere, Revista de História Intelectual**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2015.
- BAYLY, C. A. E. A. AHR Conversation: On Transnational History. **American Historical Review**, v. 111, n. 5, p. 1440-1464, Dezembro 2006.
- CANDIDO, A. O significado de raízes do Brasil. In: HOLANDA, S. B. D. **Raízes do Brasil.** 26^a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CAPES. **Documento de área e Comissão da Trienal 2013.** [S.l.]. 2013.
- CLAVIN, P. Defining Transnationalism. **Contemporary European History**, v. 14, n. 4, p. 421-439, Novembro 2005.
- CURTHOYS, A.; LAKE, M. **Connected Worlds. History in Transnational Perspective.** Canberra: ANU E Press, 2005.
- DETIENNE, M. **A identidade nacional, um enigma.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- DOLHNIKOFF, M. O lugar das elites regionais. **Revista USP**, São Paulo, n. 58, p. 116-133, Junho/Agosto 2003.
- FICO, C.; POLITO, R. **A história no Brasil, 1980-1989: elementos para uma avaliação historiográfica.** Ouro Preto, MG: UFOP, 1994.
- GUIMARÃES, M. S. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, p. 5-27, 1988.
- IRIYE, A. The transnational turn. **Diplomatic history**, v. 31, n. 3, p. 373-376, Junho 2007.
- KNUDSEN, A.-C. L.; GRAM-SKJOLDAGER, K. Historiography and narration in transnational history. **Journal of Global History**, v. 9, n. 1, p. 143-161, 2014.
- KOSELLECK, R. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LOWANDE, W. F. F. **Uma história transnacional da modernidade:** produção de sujeitos e objetos da modernidade por meio dos conceitos de civilização e cultura e do patrimônio etnográfico e artístico. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP. 2018.

MATTOS, I. R. **O tempo Saquarema:** a formação do Estado Imperial. São Paulo: Hucitec, 2004.

MCGERR, M. The Price of the "New Transnational History". **The American Historical Review**, v. 96, n. 4, p. 1056-1067, Outubro 1991.

NGAI, M. M. Promises and Perils of Transnational History. **Perspectives on history. The Newsmagazine of American Historical Association**, v. 50, n. 9, Dezembro 2012.

OSTERHAMMEL, J. A "transnational" history of society: continuity or new departure? In: HAUPT, H.-G.; KOCKA, J. (Org.). **Comparative and transnational history:** Central European approaches and new perspectives. New York; Oxford: Berghahn Books, 2009.

PRADO, M. L. C. América Latina: história comparada, histórias conectadas, história transnacional. **Anuario N° 24, Revista Digital**, Facultad de Humanidades y Artes (UNR), n. 3, 2012.

PURDY, S. A história comparada e o desafio da transnacionalidade. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 64-84, 2012.

SAUNIER, P.-Y. Transnational. In: IRIYE, A.; SAUNIER, P.-Y. (Orgs.). **The Palgrave Dictionary of Transnational History:** from the mid-19th century to the present day. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEIGEL, M. Beyond compare: comparative method after the transnational turn. **Radical History Review**, v. 91, p. 62-90, Inverno 2005.

SEVCENKO, N. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: SEVCENKO, N. **História da vida privada no Brasil, vol. 3:** da belle époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, L. S. D. D. Teoria da história e história da historiografia na Alemanha hoje: comunicação intercultural e história global. In: ARAÚJO, V. L. (et al.) (Orgs.). **A dinâmica do historicismo:** revisitando a historiografia moderna. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011.

STRUCK, B.; FERRIS, K.; REVEL, J. Introduction: Space and Scale in Transnational History. **The International History Review**, v. 33, n. 4, p. 573-584, Dezembro 2011.

TURCHETTI, S.; HERRAN, N.; BOUDIA, S. Introduction: Have we ever been 'transnational'? Towards a history of science across and beyond borders. **The British Journal for the History of Science**, v. 45, n. 3, Setembro 2012.

TYRRELL, I. What is transnational history? **Ian Tyrrell**, 2007. Disponível em: <<https://iantyrrell.wordpress.com/what-is-transnational-history/>>. Acesso em: 27 Julho 2016.

VELLOSO, Mônica Pimenta. "O modernismo e a questão nacional". In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente. vol. 1**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

WEINSTEIN, B. Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional. **Revista eletrônica da ANPHILAC**, n. 14, p. 9-36, Janeiro/Junho 2013.

WERNER, M.; ZIMMERMANN, B. Pensar a história cruzada: entre empiria e reflexividade. **Textos de história**, v. 11, n. 1/2, 2003.

HISTÓRIA, LITERATURA E FILOSOFIA: ENTREVISTA COM LUIZ COSTA LIMA

Ana Carolina de Azevedo Guedes (PUC-Rio)

Edson Silva de Lima (UNIRIO)

Maycon da Silva Tannis (PUC-Rio)

Quase 60 anos depois do lançamento de seu primeiro livro *Por que Literatura?* (1969), Luiz Costa Lima ainda se dedica, sem se repetir, ao tema. O peso da idade não trouxe senão material físico para alimentar as grandes chamadas críticas que escrutinam, ano após ano, a literatura e os saberes contidos nela. Nesta entrevista confrontamos um Luiz mais maduro e consciente dos arremedos entre história, literatura e filosofia, estes, formadores da grande instância que fora sua preocupação durante todo o tempo que ele passou se formando e formando vários dos muitos professores universitários atuais.

Revista de Teoria da História: O tema da ética tem aparecido, nos últimos anos, com mais fulgor nos estudos históricos, seja relativo ao tema do papel do historiador na sociedade em que está inserido, seja como tentativa de uma resposta ao chamado giro linguístico. Embora as condições epistemológicas em torno desse tema tenham se limitado a núcleos específicos de produção e portanto, centrado em um determinado nicho de estudos (ético-político), não apresentaram uma preocupação reflexiva sobre a natureza da história em seu pressuposto de verdade. Minha questão, no entanto, é ainda mais específica. Em sua obra a dimensão ética atravessa suas reflexões e aparece como uma condição de *sine qua non* de organização entre vida e pensamento (*Vida e Mimesis*, 1995). Seria possível identificar uma silhueta mais clara entre a questão ética e suas considerações acerca do fetiche metafísico na história, ou mais especificamente, nos historiadores?

Luiz Costa Lima: Creio que a dimensão ética é uma consequência indispensável de toda argumentação intelectual que não se confunda com uma indagação técnica. Assim sendo, considero que a ênfase na unidade do que tenha sido o passado – crença praticada, embora não

afirmada – é um fetiche metafísico. “Metafísico” porque próprio da tradição metafísica é a suposição da “essência”, de algo anterior e unitário, causa originária do que se descreva.

RTH: *Mímesis e Arredores* (2017) um dos seus livros mais recentes, nos dá a impressão de ser uma obra de entrada às suas reflexões centrais referentes ao tema da Mímesis. Generosamente, você abre o livro com um capítulo altamente preocupado, do meu ponto de vista, em deixar explícito os caminhos percorridos e os desdobramentos com a compreensão da mimesis, que antes tinha sua imediata afirmação no vetor da semelhança. Sua aposta no vetor da diferença, no entanto, o teria colocado em um diálogo com surdos. Tendo você mesmo afirmado algumas vezes que sua teoria não teria causado o impacto esperado de mudanças epistemológicas nas ciências humanas e sociais, sobretudo, no que se refere a enraizada glorificação do fato em detrimento da ficção; na apresentação de *Mímesis e Arredores*, você não teve ou tem a pretensão de escrever um tratado, mas sim de ensejar aberturas à reflexão. Nesse sentido em que medida a retomada de Lévi-Strauss e Freud, por exemplo, centrais em sua paisagem mental, aparecem como matrizes importantes na compreensão de seus estudos sobre a mimesis?

LCL: Primeiro ponto: lamento reiterar que meu proposto “requestionamento” da mimesis sequer tem chamado a atenção. Nisso, a comunidade nacional repete o caminho da internacional, para a qual a mimesis é uma questão a ser evitada ou tocada apenas de passagem. Segundo: o papel de Freud é inegável. Quanto a Lévi-Strauss, o repúdio da “imitação” como reduplicação do que houve, portanto da realidade, já aparecia na análise, incluída na antropologia estrutural, de tribo indígena nossa. Neste sentido, o que tenho feito é um tributo a ambas as contribuições.

RTH: Tendo as duas questões acima apresentado ponderações sobre o tema da mimesis e da ética. Poderia nos falar um pouco sobre o deslize entre os dois conceitos naquilo que você chamou de *controle positivo e controle negativo* desenvolvido na “trilogia do controle” (2007) e brilhantemente retomado no capítulo terceiro de *Mímesis e Arredores* (2017)?

LCL: Não é nenhuma novidade a imprescindibilidade do controle para a conduta humana. Nisso se concentra o controle positivo. O mesmo caráter não acompanha o controle negativo.

Explico-o sumariamente: como não se conhece sociedade em que não haja desigualdade e, portanto, desequilíbrio social, tampouco desconhecemos aquela em que os valores dominantes não manifestem seu domínio sobre os valores discrepantes. Isso se faz sentir por excelência nos produtos do imaginário, ou seja, no que se entende como arte e literatura. Note-se apenas: controle é algo mais sutil que censura, pois se exerce sem que se declare que isso ou aquilo é proibido.

RTH: Como pensar a questão do indivíduo partido tendo em vista um aumento cada vez maior das chamadas "literaturas testemunhais" ou autobiográficas. Em sua opinião, como a crítica literária pode encontrar espaço de reflexão em meio à ação constante das novas mídias?

LCL: Social e intelectualmente, vivemos um momento de recessão, ou seja, de retirada da dimensão crítica. É preciso força de resistência manter-se contra a onda crescente, que se afirma na ausência de indagação reflexiva das obras literárias, em prosa e verso, das últimas décadas. (As exceções são mínimas e não poderiam ser aqui examinadas). O espaço da crítica como exercício reflexivo é por isso mínimo, exercido por "descuido" do controle midiático.

RTH: Em muitos dos trabalhos desenvolvidos em torno da mimesis tem como tema a prosa. Existe um entrave quando a questão dentro no campo da poesia? A que se deve a dificuldade em lidar com a poesia por parte de alguns teóricos? Quais as dificuldades de tratar do artefato literário nas aulas da pós graduação? Os estudiosos de literatura têm que afastado cada vez mais da leitura do poético na busca de uma pureza de análise. Isso é um problema em que medida?

LCL: Creio que o afastamento do poético no campo da análise é simplesmente decorrência da pobreza intelectual. A poesia é muito menos praticada porque reconhecidamente uma área de abordagem mais difícil. Reúna-se a isso vivermos em um tempo performático; o resultado é a carência que se estampa. No nosso caso, ainda importa não termos nenhuma tradição de contato com o pensamento filosófico. A tendência resultante é a acomodação, a hipocrisia cínica ou, paralelamente, o desânimo.

RTH: Como a questão do indivíduo ganhou espaço em suas reflexões? Como aliar essa reflexão às obras de Kant e Freud, tão importantes para você?

LCL: Eu mesmo não sei explicar. Apenas reconheço que tanto em Kant como em Freud vejo implicitamente acentuado a ênfase crítica no que tenho chamado de o sujeito autocentrado, isto é, na inflação do eu. Talvez só o tenha descoberto quando o entusiasmo por escrever alguma coisa que tenha escapado da compreensão usual cedeu ante a onda conformista que nos cerca. Se a interpretação tiver fundamento, ressaltar o autocentramento do sujeito seja um modo de evitar o estrangulamento pela recessão contemporânea.

RTH: Como um intelectual dos trópicos, a atividade de estudo é prejudicada pelos problemas de tradução. No que se refere à questão da mimesis, gostaria que explicasse a predileção pelos alemães e como se deu essa escolha. Existem intelectuais brasileiros com os quais você dialoga ou se aproxima teoricamente?

LCL: Minha predileção pelos alemães talvez tenha uma explicação banal: sendo a retórica uma dimensão inevitável à composição da escrita, a retórica deles não tem sido a de ordem ornamental ou do facilmente acessível. Por isso, se a formulação do autocentramento neles já está presente desde Fichte e Schopenhauer, é também neles que a questão da mimesis mais se aguça, mesmo que seja no sentido de reduplicação da realidade. Preferi-los acua minha predileção pelo embate de ideias.

RTH: Em suas últimas falas você tem afirmado continuamente o caráter intuitivo de sua escrita. Qual a importância da escrita em sua vida cotidiana? Na esteira dessa questão, como você pensa a dificuldade de escrita na pós graduação (em seus dois caminhos, discente e docente)?

LCL: Na vida cotidiana, a tal ponto o ato de escrever me é fundamental que tenho de ter o cuidado de não supor que a vida é apenas o meio para cumprir aquele ato. Quanto à dificuldade do texto escrito por professores e alunos de pós-graduação, creio que decorre da combinação de dois fatores: a) a deficiência de nosso ensino; b) a falta de reconhecimento social do trabalho intelectual. O segundo fator incentiva o primeiro. Por conta dele, as instituições ditas de

fomento à cultura consideram os artigos de valor semelhante aos livros; artigos sobretudo se publicados em inglês.

RTH: A *mimesis zero* é um ponto iniciado em uma de suas obras, mas que apresenta características de proximidade com questões freudianas. Se correta minha suposição, gostaria que falasse um pouco (mas não resumidamente) sobre essa relação e se ela será desenvolvida no futuro.

LCL: Do futuro, apenas sei que o meu deverá ser curto. A proximidade da *mimesis zero* com a abordagem freudiana é, depois de feita, evidente, porquanto o ato da *mimesis*, afastando-se da busca da verdade, não é explicável senão como uma manifestação erótica. Em termos freudianos, se diria, bastante sublimados. Apenas acrescentaria, por isso não só repetitivos mas de curso demorado. Apenas ainda acrescentaria: a *mimesis zero* é indiferente a seu êxito. Suponho que sua manifestação mais usual, identificada com o que se costuma chamar de “dor de cotovelo”, leve com mais frequência ao fracasso. Pois a *mimesis* não se realiza por nos compensar de nossas derrotas. Ao destacar pois seu instante de surgimento não prevejo trajeto algum de ordem vitoriosa. Se, ao contrário, através da escolha de uma certa obra, abordo um trajeto vitorioso, não tenho como voltar a seu instante zero.

RTH: Do ponto de vista do estudo da história, que costumeiramente se denomina por historiografia, há um evidente apagamento dos debates que envolvam a ficção e mesmo a *mimesis*. Ao passo que se produziu muito acerca dos debates a respeito da representação. Dentro de conjunto de leituras teóricas que passam da representação como fenômeno sociológico, como Bronislaw Baczko e leituras mais interessadas nas representações enquanto fenômenos históricos, como Roger Chartier. Todas elas se baseiam, como você mesmo vêm apontando nos seus livros mais recentes que, estando a representação (*Vorstellung*), bem como a *Idea* e a própria concepção de *Mimesis* como *imitatio* se ligam a um sistema de pensamento que submetem o minema ao real. Esse apagamento da questão mimética se dá por quais razões?

LCL: Longe de esgotar a questão, levanto duas trilhas: o papel que o princípio da essência tem na tradição ocidental. A necessidade pois de designar a unidade originária do que se analisa.

Ora, onde essa unidade seria mais cabal senão na natureza ou na realidade social? Em segundo lugar, a ênfase que nosso pensamento tem dado ao encadeamento causal, negando-se o papel das correlações. Se parto de n, a tendência é procurar o encadeamento que nos faça chegar próximos de a, evitando-se relacionar o estado de que se parte da correlação dos fatores p, q, r. A estes fatores é possível que se acrescente: a dificuldade de não se confundir descontinuidade com falha na argumentação, senão mesmo a secundariedade, do ponto de vista da explicação lógica, das artes.

RTH: Como pensar a escrita da história para além da mera reprodução do sistema que impõe um realismo na análise dos objetos literários? Ou de modo mais direto: após a sua teorização sobre a mimesis e a descontinuidade da conceitualidade apontada por Hans Blumenberg, o que pode a história?

LCL: Com independência das restrições que se apresentem à escrita da história, não se há de negar como dela necessitamos. Diria mesmo aproximar-se do conhecimento do que houve é uma necessidade antropológica. A questão consiste em não confundir necessidade antropológica com certeza epistemológica.

RTH: Intuitivamente sua obra mais famosa, *O Controle do Imaginário*, esbarrava em duas questões profundas a respeito do *mängel Wesen* (criatura carente) e a negativa da validade do sujeito autocentrado. Sem tocar diretamente nesses temas é erguido um argumento em torno do controle e da questão da ficcionalidade (inclusive em obras posteriores). Mas hoje em dia, quando já tendo conhecido e desenvolvido ambos os debates em suas obras, sempre tendo a fixação da mimesis como eixo central, como você se coloca em relação a esses temas, como eles afetaram sua obra ao longo do tempo e o que dizer hoje sobre eles?

LCL: É curioso que o conceito de “criatura carente” provenha de Herder, o mesmo autor que, no *Metacrítica*, manifestava a mais profunda recusa do pensamento de Kant, o suporte mais extenso do que tenho procurado desenvolver. Possivelmente, uma das dificuldades maiores do que escrevo resulte de que praticamente cada livro que faço apresenta uma nova face da questão constante da mimesis. Assim, ao escrever *O controle do imaginário*, não tinha ideia nem da

“criatura carente”, nem do sujeito autocentrado, bem como que aquela foi tematizada antes desta. Contra este traço, a entrevista que aqui termino tem o mérito de ser composta depois daqueles momentos.

HISTÓRIA E LITERATURA: ENTREVISTA COM WILLI BOLLE

Augusto Leite
Pós-doutorando (PPGH-UFES)
augustobrunoc@yahoo.com.br

Josias Freire
Professor (IFB-DF)
freire.josias@gmail.com

Marcello Felisberto Morais de Assunção
Pós-doutorando (FFLCH-USP)
marcellofma@gmail.com

Willi Bolle (Stefan Wilhelm Bolle) nasceu em 1944 em Berlim. Em 1966, aos 22 anos, veio ao Brasil para encontrar João Guimarães Rosa, tendo realizado desde então estudos sobre sua obra. Desenvolveu ao longo de sua trajetória diversas reflexões na intersecção entre história e literatura, sendo a “modernidade” brasileira o objeto primordial desses escritos. Tem sido um dos grandes divulgadores da obra de Walter Benjamin no Brasil, organizando coletâneas como *Documentos de cultura, documentos de barbárie* (BOLLE, 1986) e a versão em português das *Passagens* (BOLLE, 2006). É Professor Livre-Docente em Letras Modernas na USP. O convite para a entrevista (via e-mail) foi realizado durante o evento “Testemunho e melancolia”, realizado na UFES entre os dias 24 e 26 de setembro de 2018.

Revista de Teoria da História: O senhor faz parte da geração de alemães que de certa forma descobriu um pensador que hoje figura entre os grandes filósofos do século XX, Walter Benjamin. Como foi o seu primeiro contato com o pensamento do Benjamin?

Willi Bolle: O meu primeiro contato com a obra de Walter Benjamin ocorreu em 1969, em Berlim, com a leitura do livro *Charles Baudelaire: ein Lyriker im Zeitalter des Hochkapitalismus* (1969); *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo* (BENJAMIN, 1989). Isso se deu no contexto da ampla redescoberta de Benjamin pela geração de 1968. Naquela época, depois de um estágio de pesquisa de dois anos e meio no Brasil (1966-1968),

eu estava elaborando a minha tese de doutorado sobre a técnica narrativa nos contos de Guimarães Rosa, que defendi na Universidade de Bochum, em 1971. Depois da minha vinda definitiva para o Brasil, iniciei em 1972 a minha carreira acadêmica na Área de Pós-Graduação em Teoria Literária na PUC-São Paulo. Em 1974, dei o meu primeiro curso sobre Benjamin, no caso, sobre o seu conceito de modernidade; seguido de outro curso, em 1977, sobre o seu método crítico. Quando comecei a lecionar na USP, a partir do mesmo ano de 1977, escolhi como projeto de pesquisa da minha livre-docência o tema “Walter Benjamin e a cultura da República de Weimar” (1984), que se tornou a base do meu livro *Fisionomia da Metrópole Moderna* (1994).

RTH: Os historiadores, diferentemente dos filósofos, teóricos da literatura e das artes, ainda se dedicam relativamente pouco ao estudo rigoroso da obra de Benjamin, restringindo, em geral, as suas leituras quase sempre ao texto “Sobre o conceito de História”. Lido, ainda, de forma isolada. O senhor escreveu o verbete “História” do dicionário de conceitos benjaminianos da editora Suhrkamp e certamente figura entre os grandes especialistas na matéria. O que a ideia de História de Benjamin apresenta de novo em relação ao que as humanidades em geral entendiam ou mesmo ainda entendem como História?

W. B.: Benjamin distancia-se do paradigma tradicional do historicismo, que estuda os fatos de forma linear, contínua e causal. Para apresentar a sua visão e o seu método, ele usa uma terminologia idiossincrática, o que tem dificultado a sua recepção pelos historiadores. Ele procura estabelecer uma relação com “o ocorrido” a partir do “agora da cognoscibilidade”. Por exemplo: através do estudo da história social e política de Paris, a “capital do século XIX”, ele visa entender melhor o seu “tempo de agora”, isto é, a Alemanha no período da República de Weimar. Ele critica a fé no “progresso”, defendida ao mesmo tempo por historiadores burgueses e de esquerda. Benjamin considera a Modernidade como um tempo que “não soube corresponder às novas possibilidades tecnológicas com uma nova ordem social”. O que pesou nesse ceticismo diante do progresso foi a experiência histórica da derrota da esquerda alemã pelo nacional-socialismo. A tarefa do historiador, segundo Benjamin, é a de “um intérprete dos sonhos coletivos”. Isto quer dizer: usar uma “técnica do despertar” para desmontar sonhos coletivos, mitologias e ideologias. Nesse despertar, as “imagens oníricas” são substituídas por

“imagens dialéticas”, que esclarecem o ocorrido a partir do tempo de agora. A alternativa benjaminiana para a crença no progresso é a inclusão de elementos messiânicos em sua concepção da História. Segundo ele, a tarefa de uma “crítica salvadora” consiste na rememoração e “redenção” de elementos da “história dos sofrimentos”, que foram esquecidos ou recalçados.

RTH: A teoria pós-colonial, decolonial, *subaltern studies*, a filosofia africana e outras tantas correntes têm em comum a tentativa de reverter os efeitos negativos que o eurocentrismo marcou a autorrepresentação dos povos colonizados e grupos subalternizados. O professor vê paralelos entre a teoria da história benjaminiana e a virada historiográfica e literária em torno destes estudos nos últimos anos? Poderíamos dizer, portanto, que Benjamin, lido em chave decolonial, é um possível referencial teórico-historiográfico para pensar os efeitos da “colonialidade” no presente a partir de sua leitura a contrapelo?

W. B.: Benjamin, embora não chegue a ser uma referência obrigatória nas teorias pós-coloniais, registrou nas *Passagens parisienses* várias observações relevantes sobre as relações entre metrópoles e periferias. Três exemplos: 1) Dentre os vários projetos de colonização, publicados na mídia parisiense, ele destaca o do escritor Alexandre Dumas de fazer uma expedição à Argélia para escrever um livro que deveria “despertar em 50.000 a 60.000 franceses o gosto de colonizar”. 2) Contrariando a visão convencional de que as periferias se localizariam longe da metrópole, nos países distantes das Américas e da Ásia, Benjamin registra que a burguesia parisiense chamava de “grandes Índias” os bairros pobres de sua cidade, situados logo além dos *boulevards*, onde circulavam as classes abastadas. Também é lembrada a descrição, por parte de Baudelaire, de uma mulher negra doente no centro de Paris, deixando claro que é na própria metrópole que podem ser observados os efeitos da colonização. 3) A citação de um texto que fala de futuros avanços dos exércitos da Inglaterra, da França e dos Estados Unidos, para expandir a civilização nas “terras incultas” da Ásia, pode ser lida como uma visão premonitória de ações guerreiras na nossa época, como a invasão do Iraque, em 2003.

Por outro lado, existem nas *Passagens* (BENJAMIN, 2006) também algumas marcas de eurocentrismo, sobretudo num texto em que Benjamin fala do combate à loucura. Para ele, o lugar da loucura é simbolizado pela “Selva”, e a sua proposta consiste em torná-la um “campo

de cultivo”, limpando-a com “o machado da razão”. Comentei detalhadamente esse equívoco no meu artigo “Paris on the Amazon? Postcolonial interrogations of Benjamin’s European Modernism” (2009). Como contraponto a Benjamin, citei também várias vozes da periferia: autores brasileiros como Mário de Andrade (*Pauliceia desvairada*, 1922), os rappers Racionais MC’s (*Sobrevivendo no Inferno*, 2002) e Márcio Souza, autor da peça *As Folias do Látex* (1976, retomada em 2007).

RTH: Acerca dos desafios próprios à historiografia brasileira, como a teoria da história de Benjamin potencialmente auxiliaria os historiadores interessados em compreender a história recente de nosso país?

W. B.: A teoria da história de Benjamin e a sua aplicação prática nas *Passagens parisienses* nos faz descobrir afinidades entre a Paris do século XIX, metrópole de um império colonial, e uma megacidade da periferia, como São Paulo no século XX. A perspectiva do *tópos* da “caducidade” da metrópole desperta a atenção do leitor para as contradições e os atrasos da modernidade: ceticismo diante da ideologia do progresso, um cosmopolitismo complicado, as enormes desigualdades sociais. Aprofundi esses tópicos no meu livro *Fisiognomia da metrópole moderna* (1994).

Para estudar a relação entre as grandes cidades brasileiras e o interior, o romance *Grande sertão: veredas* (1956), de Guimarães Rosa, oferece uma conexão com aquela passagem memorável em que o protagonista Riobaldo tem uma visão de “milhares mís e centos milhentos” de sertanejos pobres e miseráveis migrando do sertão em direção às cidades. A análise da paixão e do luto de Riobaldo por Diadorim, que é o eixo da narração, pode ser ampliada através do conceito benjaminiano da “história do sofrimento” (desenvolvido em *Origem do drama barroco alemão*). Com isso, passa-se do romance de formação de um indivíduo ao romance social, e abre-se a perspectiva para a história cotidiana da população sertaneja. Aprofundi essa análise no meu livro *grandesertão.br – o romance de formação do Brasil* (2004).

Quanto à história da Amazônia, estudei-a em vários ensaios sobre o “Ciclo do Extremo Norte” (1941-1978), do romancista paraense Dalcídio Jurandir. O que é exemplar em sua obra é a apresentação detalhada das condições de vida dos caboclos e dos habitantes da periferia de

Belém, por meio de um romance que acompanha a formação do jovem Alfredo, dos seus dez aos seus vinte anos. Dalcídio valoriza os caboclos como sujeitos da História, mas chama a nossa atenção para as dificuldades do acesso dos pobres a uma boa educação – o que não é apenas um problema fundamental da Amazônia, mas do Brasil inteiro. Trata-se, para usar uma expressão de Benjamin, de despertar nesse legado do romancista, “as centelhas da esperança”, para que o seu ato de “narrar” – aludindo ao título de uma imagem benjaminiana de pensamento – possa estimular atividades de “curar” esses males.

RTH: O professor evidentemente possui uma relação muito forte com o Brasil, leciona na Universidade de São Paulo há décadas e se dedica à pesquisa da obra de João Guimarães Rosa também há bastante tempo. Da perspectiva de um alemão-brasileiro – se me permite esta sugestão –, da parte de alguém que conhece tanto a língua como a cultura dos dois países, o que o senhor teria a dizer sobre possíveis relações entre os pensamentos de Benjamin e Guimarães Rosa? Em termos estéticos, éticos, ou mesmo filosóficos em geral, podemos traçar alguma afinidade entre os dois?

W. B.: Uma afinidade estética entre Benjamin e Guimarães Rosa existe no fato de eles relacionarem os seus respectivos projetos de escritores com as culturas que inventaram a escrita. No caso de Benjamin, com os hieróglifos do Egito: cf. o texto “Papeleria” (em *Rua de mão única*), onde ele comenta a inscrição gravada no Obelisco da Place de la Concorde. No caso de Guimarães Rosa, o poema que evoca os reis mesopotâmicos “Sargon / Assarhaddon / Assurbanipal ...” (em *Sagarana*) também nos leva de volta a uma das culturas que instauraram a escrita. Com base nisso, a ideia de Benjamin era a criação de “uma escrita de trânsito universal”, enquanto o projeto de Rosa de uma “língua universal” consistia em “renovar o mundo por meio da renovação da linguagem”.

Em termos éticos, tanto Benjamin quanto Guimarães Rosa são escritores exemplares, na medida em que dão importância especial à questão de escutar “o Outro”. Nas *Passagens parisienses* há centenas de citações, através das quais escutamos as vozes dos mais diversos autores que nos fazem entrar no cenário e sentir a atmosfera da “capital do século XIX”. Em *Grande sertão: veredas*, o romancista nos proporciona um intenso mergulho no universo da cultura popular, ao incorporar à sua obra cerca de 1.300 falas de sertanejos.

Uma afinidade filosófica em geral entre Benjamin e Guimarães Rosa consiste no fato de ambos incentivarem a autorreflexão. Desde a sua tese de doutorado sobre *O conceito de crítica no romantismo alemão* (1919), Benjamin destaca como principal qualidade e requisito de um crítico a autorreflexão. Esta postura caracteriza também o modo de falar de Riobaldo, o protagonista-narrador de *Grande sertão: veredas*. A autorreflexão crítica marca a própria composição do romance, onde ocorrem duas grandes interrupções do relato. Assim, na segunda interrupção e reorganização da história narrada, Riobaldo anuncia que vai falar para o interlocutor de seus “erros” e de sua “culpa”.

RTH: Como já reiteramos, o professor é especialista nas obras de João Guimarães Rosa (1908-1967) e Walter Benjamin (1892-194). Ambos são autores muito diferentes, mas que têm em comum um apreço pela linguagem e por sua capacidade criadora, especialmente no que se refere ao que poderíamos chamar de composições linguísticas experimentais. Pensemos, por exemplo em *Sagarana* (1946) e *Rua de Mão Única* (1928). Rosa e Benjamin foram autores típicos do século XX, associados a vanguardas artísticas e político-filosóficas específicas, mas que não tiveram a oportunidade de viver a revolução informacional, a emergência da internet e do mundo interconectado. Não puderam experimentar – embora talvez tenha imaginado – a escrita virtual, não linear dos *hyperlinks*, a internet colaborativa/ construtiva (2.0) a internet das coisas, etc. Para o senhor, nossa época, o século XXI, tem espaço para relações (literário-filosóficas) criativas, inventivas e experimentais com a linguagem? Caso sim, o senhor teria exemplos de experiências nesse sentido? Qual as expectativas do senhor para a literatura e a filosofia do futuro, no que se refere à linguagem?

W. B.: Benjamin e Guimarães Rosa não viveram a revolução informacional, mas tiveram uma intuição que ela estava por vir e, nesse sentido, ambos os autores deixaram exemplos criativos, inventivos e experimentais.

Veja-se esta citação do Primeiro Esboço (1927-1929) das *Passagens*: “Comparação do homem a um painel de comando no qual há milhares de lâmpadas; ora apagam-se umas, ora outras e acendem-se novamente”. Se substituímos, nesta caracterização, a palavra “homem”, por *Passagens*, temos uma definição muito exata da forma de composição dessa obra. Com a metáfora do “painel de comando” – dispositivo de controle de uma complexa instalação elétrica

ou eletrônica – o problema da organização do saber reveste-se de uma expressão viva, tecnologicamente atual e ao mesmo tempo lúdica e aberta à experimentação. De lembrar que, em 1945, o engenheiro Vannevar Bush planejava uma máquina amplificadora do cérebro, um mega-arquivo chamado *Memex*, com o qual o pesquisador armazenaria todos os seus livros, lembranças e comunicações numa forma à qual pudesse recorrer com rapidez e flexibilidade. É justamente esse processamento dos elementos de construção das *Passagens* – registro e armazenamento de esboços e dados, sua reutilização e reorganização – que caracteriza as diversas etapas desse *work in progress*, que ficou inacabado.

Como um complemento e um signo de afinidade com aquele “painel de comando” pode ser considerada esta passagem de Guimarães Rosa, no Prefácio à *Antologia do Conto Húngaro* (1956), organizada por Paulo Rónai: “É uma língua *in opere*, fabulosamente em movimento. Toda possibilidade, ela aceita quaisquer aperfeiçoamentos de gênese inventiva, como um painel de mesa telefônica, para os engates *ad libitum*.” Com esta caracterização da língua húngara, o autor descreve ao mesmo tempo o alto grau de inventividade da linguagem e a forma de composição do seu romance *Grande sertão: veredas*. Assim como Benjamin, também Guimarães Rosa usa uma metáfora que nos faz lembrar a confecção dos primeiros computadores, na década de 1940, com centenas de conexões de fios elétricos.

Ambos os autores, apesar de não terem vivido a revolução informacional, já praticaram uma escrita em forma de *hipertexto*, composto de *links*. Mais que um livro, as *Passagens* são um arquivo em movimento, uma “enciclopédia mágica”. O romance *Grande sertão: veredas* pode ser descrito como uma rede de discursos sobre o Brasil, desde o diálogo implícito com os retratos canônicos do país até as falas de políticos e de pessoas do povo. Ambas as obras são formas de composição e escrita que mostram “como um cérebro trabalha” (cf. Vannevar Bush, *As we may think*, 1945).

O desafio para a geração atual é como dar continuidade a esse legado altamente criativo de Benjamin e de Guimarães Rosa. Com base nesse laboratório de “renovação da linguagem”, que é o *Grande sertão; veredas*, a minha expectativa, ou melhor, o meu desejo é que ocorra uma grande expansão do uso do letramento, ou seja, da habilidade de escrever, no sentido de que cada cidadão – inclusive os que pertencem às camadas mais pobres da população, os “iletrados” – se torne virtualmente um autor, que possa apresentar o seu pensamento no espaço

público. Deixei registrado esse desejo, usando uma metáfora do futebol, o “ponto futuro”, no título do meu livro *grande sertão – ponto – br.*

RTH: Em sua obra *Grandesertão.br: o romance de formação do Brasil*, o senhor apresenta a literatura de formação da identidade brasileira de modo autoral, passando por obras de ficção, de sociologia e historiografia, tais como *Os Sertões*, *Casa-Grande & Senzala* e *Raízes do Brasil*, de modo a incluir *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa, como clímax desta tradição. Segundo o seu argumento, quais seriam os principais elementos linguísticos e temáticos que elaboram na obra rosiana pontos de conexão exemplar entre a potência universal literária e a história do Brasil?

W. B.: O projeto de Guimarães Rosa de renovar e reinventar a linguagem tem sua base numa reflexão crítica sobre a falta de comunicação entre a camada social superior, considerada “cult” e “letrada”, e as camadas de baixo, “os iletrados”. O romance *Grande sertão: veredas* é uma obra literária que é ao mesmo tempo uma espécie de laboratório para um diálogo entre as classes. A começar pela forma como é construída a situação narrativa. Um doutor da cidade tem a paciência de escutar durante cerca de 500 páginas a fala de um sertanejo. A isso subjaz o incentivo de fazer os leitores letrados refletirem criticamente sobre o uso que fazem do seu letramento.

Retomando a tradição de Euclides da Cunha, também Guimarães Rosa retrata o Sertão como a região que melhor resume o retrato do Brasil. Nas obras de ambos os escritores, o Sertão aparece como a essência da paisagem social brasileira: um ambiente de forte desigualdade social e de constante recurso à violência, que nos faz refletir sobre problemas universais na nossa Terra.

Em termos linguísticos e temáticos, a contribuição dos dois escritores mostra-se também na expansão universal das palavras “sertão” e “favela” que, em vez de serem traduzidas, passaram a fazer parte de dicionários de outras línguas, como o alemão e o francês. A favela, que é uma planta da caatinga, deu seu nome ao ponto estratégico do Alto da Favela, junto à comunidade de Canudos; depois da guerra, esse nome foi transferido para um morro do Rio de Janeiro, onde os soldados ergueram seus barracos; e de lá para cá, a realidade dos pobres bairros

da periferia, as favelas, têm marcado a fisionomia das cidades no mundo inteiro, como mostra de forma eloquente o título do livro do historiador Mike Davis (2006): *Planeta Favela*.

RTH: A importância das muitas relações entre a produção do conhecimento histórico e a literatura é reconhecida pelos dois campos. A história, particularmente, ao ter seus vínculos com a literatura explicitados, por exemplo, pela obra do historiador norte-americano Hayden White (1928 – 2018), adquiriu uma maior consciência de sua natureza *poética*, de seu estatuto intermediário entre ciência e arte. De que modo o senhor pensa as relações entre história e literatura? Para o senhor, o que os historiadores podem ainda aprender com a literatura?

W. B.: A obra de Hayden White é exemplar, no sentido de intensificar o diálogo entre historiadores e estudiosos da literatura. Em 1997, na Universidade de Stanford, eu tive a sorte e o prazer de assistir a um curso desse mestre. O pensador que foi fundamental para mim para trabalhar as relações entre história e literatura foi Walter Benjamin. Para ele, a história literária não existe em si e por si, mas faz parte da história geral. Benjamin não estuda a literatura pela literatura, mas a obra literária é considerada como um medium de percepção e de reflexão por meio do qual podemos aperfeiçoar o nosso conhecimento da realidade. Assim, por exemplo, ele não estuda Baudelaire por causa de Baudelaire, mas pelo fato de a obra desse poeta ser um meio de percepção da mais alta qualidade, que nos permite conhecer melhor a fisionomia da metrópole Paris: os tipos humanos, as relações políticas, econômicas e sociais, o comportamento e o imaginário de seus habitantes. Em termos metodológicos, é importante ainda notar que a apresentação da cidade, na poesia de Baudelaire, ou do sertão, no romance de Guimarães Rosa, tem uma qualidade estética que é irreduzível a termos da linguagem científica ou comum.

RTH: Talvez uma “literatura politicamente engajada”, que se presta a problematizar seu contexto político de maneira mais específica, tanto no que se refere às suas formas e conteúdos, tenha tido seu momento de ouro, por assim dizer, diante das grandes disputas políticas (das “grandes” narrativas) do século XX. Poderíamos pensar em Sartre, na figura dele, quando falamos nesse “grande engajamento”. Para o senhor, quais seriam as possibilidades, se elas

existem, de uma literatura engajada em nossos dias? Se for o caso, qual o espaço para tal literatura na academia e o seu papel na compreensão das contradições de nossa época (pensamos em Chimamanda Adichie, por exemplo)?

W. B.: Uma pergunta que, a meu ver, deve se fazer a todos os representantes e defensores da “literatura engajada”, é esta: Em que medida vocês dialogam efetivamente com pessoas das classes pobres, ou seja, com as que vivem na periferia da nossa sociedade? E em que medida vocês dão voz a eles? Quantos e quais representantes das nossas instituições acadêmicas estão efetivamente engajados nesse sentido? Parece-me que é um número muito reduzido. Se essa situação não mudar radicalmente, e se não se criar um amplo diálogo entre o mundo acadêmico e as pessoas que vivem à margem da nossa sociedade, a situação atual de extrema inequidade social vai se perpetuar.

RTH: Um fenômeno muito comum entre clássicos do pensamento marxista (ou associados a esta tradição) é sua constante apropriação acadêmica e redução dos mesmos somente enquanto “teóricos da cultura” e não críticos do capitalismo (em suas várias dimensões) e de suas consequências. Podemos apontar o caso emblemático de Antônio Gramsci, mas também de pensadores da teoria crítica como é o caso do próprio Walter Benjamin. O professor acredita que uma parte desses usos de Walter Benjamin encontram-se hoje demasiado voltados para questões internas da análise da cultura e pouco preocupada com a dimensão política e “incendiária” da sua teoria político-social?

W. B.: Qualquer teoria da cultura, que não engloba também a reflexão sobre o seu contexto e suas condições econômicas, sociais e políticas, não consegue compreender adequadamente os fenômenos culturais. A obra de Benjamin é um exemplo crítico dessa situação e desse desafio. Quanto à relação entre o pensamento crítico e a prática política, é preciso que o pensador preserve a autonomia do seu pensamento, não se subordinando a diretrizes e chavões de partido. Benjamin e Brecht mantiveram-se autônomos nesse sentido.

Benjamin, contudo, pagou um certo tributo à retórica militante de sua época ao enfatizar “a luta de classes” e a cultivar o ideal de uma revolução que acabou se tornando um mito. No texto “Aviso de incêndio” (em *Rua de mão única*), ele se manifesta a favor da “abolição da

burguesia”: se não ocorrer essa abolição, “tudo estará perdido”. Falta aí uma certa dose de autorreflexão. Afinal: a que classe social pertenceu o próprio Benjamin: ao proletariado ou à burguesia? Ele defendeu, então, a autoabolição de sua classe? Convém lembrar que os feitos históricos da burguesia não são unilateralmente negativos; assim, por exemplo, a grande maioria dos pensadores, cientistas e artistas da época moderna é de origem burguesa. A caracterização da posição política de Baudelaire por Benjamin é mais matizada: ele o descreve como “um agente secreto – um agente da insatisfação secreta de sua classe com a própria dominação”. E, já que Benjamin defende tão enfaticamente a vitória do proletariado, não seria uma postura mais emancipatória, na luta contra a opressão, dar a primazia das palavras aos oprimidos?

RTH: Gramsci e Benjamin são conhecidos por sua escrita fragmentária de difícil internalização para jovens iniciados nas ciências humanas. Diante disso, há um esforço de organizar essa produção por meio de coletâneas de textos e de livros comentados sobre conceitos e a trajetória intelectual e institucional. Quais textos chave e comentadores o professor recomendaria para uma leitura mais profunda da obra de Walter Benjamin?

W. B.: Quanto a textos-chave de Benjamin, eu recomendo para a leitura, os seguintes, passando dos mais breves aos mais complexos:

- 1) “A vida dos estudantes”.
- 2) “Revisor de livros juramentado”, capítulo do livro *Rua de mão única*.
- 3) “Narrar e curar”, capítulo do livro *Imagens de pensamento*.
- 4) “A escrivaniinha”, capítulo do livro *Infância berlinense por volta de 1900*.
- 5) Exemplos de crítica literária e de crítica em geral:
 - 5.1) “O surrealismo: o último instantâneo da inteligência europeia”.
 - 5.2) “O agrupamento político dos escritores na União Soviética”.
 - 5.3) “Teorias do fascismo alemão”.
 - 5.4) “Sobre a imagem de Proust”.
 - 5.5) “Franz Kafka”.
 - 5.6) “O que é o teatro épico? Um estudo sobre Brecht”.
 - 5.7) “Crise do romance: sobre Alfred Döblin, *Berlin Alexanderplatz*”.

- 5.8) “O narrador”.
- 5.9) “O autor como produtor”.
- 5.10) “Crítica da violência – crítica do poder”.
- 6) A tese de doutorado: *O conceito de crítica de arte no romantismo alemão*.
- 7) A tese de livre-docência: *Origem do drama barroco alemão*.
- 8) Os dois ensaios mais citados na recepção de Benjamin:
 - 8.1) “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”.
 - 8.2) A teses “Sobre o conceito de História”.
- 9) O inacabado livro-modelo das *Passagens*:
Charles Baudelaire, um poeta no auge do capitalismo.
- 10) *Passagens*,
o *opus magnum*, que pode ser lido como livro, arquivo ou enciclopédia mágica.

Como se vê, esta lista de sugestões é muito abrangente. Por isso, o leitor deve ficar inteiramente à vontade para escolher os títulos que mais lhe interessam. Quanto aos comentadores da obra de Benjamin, que tornariam estas leituras ainda mais volumosas, prefiro deixar essa escolha a critério dos leitores.

RTH: Por fim, faremos uma última pergunta que é comum a todas as entrevistas da RTH: o professor acredita que a história, crítica literária e a ciências humanas, de forma geral, têm uma função social?

W. B.: Acredito, sim, que história, crítica literária e as ciências humanas em geral têm uma função social. Para que isso possa ser realizado, é preciso considerar a ampliação enorme das fontes de informação trazida pela revolução dos meios de comunicação e saber usar adequadamente esses recursos. O outro fator, mais importante ainda, é tomar como referência personalidades exemplares de historiadores, críticos e cientistas. Vincular-se a essa tradição significa retomar e reavivar a ideia de formação do indivíduo como um cidadão, um homem público, no sentido de Goethe, isto é: criar para cada pessoa as oportunidades de escolher livremente o seu caminho de aprendizagem. Um caminho que, além dos sucessos, permita também realizar experimentos e cometer erros, contanto que esses erros possam ser corrigidos através da reflexão crítica.

Referências bibliográficas

BOLLE, Willi. Apresentação. In: BENJAMIN, Walter. **Documentos de cultura, documentos de barbárie**. São Paulo: Cultrix, 1986, pgs. 9-14.

_____. **Fisiognomia da metrópole moderna. Representação da história em Walter Benjamin**. São Paulo: EdUSP, 1994.

_____. **Grandesertão.br – O romance de formação do Brasil**. São Paulo: Duas Cidades-Editora 32, 2004.

_____. “Um painel com milhares de lâmpadas”: Metrópole & Megacidade. In: BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte-São Paulo: EdUFMG-Imprensa Oficial, 2006, pgs. 1141-1167.

_____. Paris on the Amazon? Postcolonial interrogations of Benjamin’s European modernism. In: GOEBEL, Rolf J. **A companion to the works of Walter Benjamin**. New York: CAMDEN House, 2009.

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire: Um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

HISTÓRIA, TEORIA E LIBERDADE: SAUDAÇÃO A JÖRN RÜSEN¹

Arthur Alfaix Assis²
Professor adjunto de História
Universidade de Brasília
arthurassis@hotmail.com

O ser humano é uma criatura que faz história e nem pode repetir o seu passado, nem o pode deixar para trás. A cada momento, acrescenta novidades a tudo o que lhe aconteceu e, com isso, o acontecido é modificado. Daí vem a dificuldade de encontrar uma imagem única que possa valer como símbolo adequado da existência humana. Se pensarmos no seu futuro, que está sempre em aberto, a imagem natural será a de um peregrino solitário a caminhar por uma estrada interminável na direção de um país ainda inexplorado. Se, no entanto, pensarmos no seu passado que nunca pode ser esquecido, então a imagem natural será a de uma enorme e populosa cidade, cheia de construções de todos os estilos arquitetônicos, e onde os mortos são cidadãos tão ativos quanto os vivos. O único traço em comum entre as duas imagens é que ambas estão carregadas de propósitos: uma estrada segue numa certa direção e uma cidade é construída para durar e para servir de lar. Os animais, que vivem no presente, não têm cidades, nem estradas, e sequer delas sentem falta; a sua casa é o meio do mato e, na maioria das vezes, se são seres sociais, montam acampamento para uma única geração apenas. Mas o ser humano precisa das duas coisas: a imagem de uma cidade sem estradas de saída remete a uma prisão, enquanto a imagem de uma estrada que não começa em lugar algum lembra as pegadas de um animal” (AUDEN, 1962, 278-279, trad. minha).

Na primeira vez em que me reuni com Jörn Rüsen para tratar da minha tese de doutorado, as coisas não correram como eu esperava. O Prof. Rüsen era o meu orientador e dirigia então o prestigioso *Instituto de Altos Estudos em Ciências Humanas* de Essen. Eu, por outro lado, era o novo doutorando que, depois de ter estudado muito do que ele escrevera, e de ter passado dois meses num curso intensivo de alemão, estava bastante ansioso para começar a trabalhar na tese.

À época, a minha ideia principal era desenvolver uma investigação que contribuísse para validar parcialmente alguns argumentos-chave que havia encontrado nos textos de Rüsen. Para lhes dar uma ideia do que se passou na nossa conversa, o melhor é desencavar das profundezas

¹ Este texto é uma versão traduzida e adaptada do discurso que proferi na cerimônia de concessão do título de doutor *honoris causa* a Jörn Rüsen pela Universidade de Brasília, em 25 de setembro de 2015.

² Departamento de História e Programa de Pós-Graduação em História. Estudou em Goiânia (UFG), Brasília (UnB) e Los Angeles (UCLA), tendo concluído o doutoramento na Universidade de Witten-Herdecke. É especialista em teoria da história e em história do pensamento histórico.

do meu disco rígido alguns trechos do projeto de pesquisa, o qual ele havia lido e em breve passaria a comentar:

“A minha intenção” – escrevi eu – “é desenvolver uma reflexão acerca da inter-relação entre história e formação a partir do ponto de vista de Rüsen de que a formação histórica dos destinatários das histórias é um fator importante para o que se pode chamar de racionalidade histórica”.

E o projeto assim continuava:

“[...] esse modo de colocar a questão sobre o significado e o papel da formação no conhecimento histórico está ancorado nas investigações de Jörn Rüsen”.³

É preciso acrescentar que tais ideias foram desenvolvidas num texto cujo alemão estava longe de ser razoável. Mas mesmo que formuladas pelo mais competente usuário da língua não deixariam de ser ideias de pesquisa bastante ingênuas. O fato é que, na nossa conversa, Rüsen se revelou incrivelmente capaz de entender o que eu tinha em mente, e arrematou as suas observações com um conselho que me transmitiu uma lição da mais elevada importância. Ele disse:

“Sie sollen aus meinem Schatten heraustreten”
[Você deve sair de baixo da minha sombra]!

Vale destacar que ele não disse o que disse para me aborrecer ou afugentar. A sua frase era uma crítica construtiva e tinha mais ou menos o seguinte sentido: “Não acho nada mal que alguém retire inspirações dos meus escritos, mas se você quer mesmo fazer um trabalho como deve ser, então deve poder andar com as próprias pernas. Do contrário algo essencial vai ficar faltando”.

Esse “algo” – vim eu a perceber depois – não tem apenas a ver com autonomia intelectual. É também uma questão de liberdade pessoal.

³ A última versão do projeto é de março de 2004. A conversa referida aconteceu no primeiro semestre de 2005, certamente entre abril e maio.

Uma recapitulação sumária da trajetória acadêmica do nosso homenageado revela facilmente que a liberdade é um valor crucial que jaz além e abaixo de cada um dos seus escritos e investigações. É bem verdade que Rüsen não é um filósofo da liberdade à maneira dos filósofos políticos tradicionais. É, antes de mais nada, um teórico e um historiador da história, isto é, alguém que se dedicou a pensar e pesquisar sobre a prática dos historiadores de hoje e de ontem.

A palavra história, nunca é demais lembrar, tem pelo menos dois significados. De um lado aponta para tudo aquilo que os historiadores fazem ao pesquisar materiais remanescentes do passado e escrever histórias; do outro, para um conceito-chave que empregamos para fazer sentido de experiências coletivas, experiências essas cuja significância para nós, hoje, queremos ressaltar, quando as qualificamos como “históricas”. A obra de Rüsen abrange a história nessas duas acepções básicas. A sua primeira publicação de maior fôlego foi a tese doutoral, defendida na Universidade de Colônia, em 1966, e posteriormente adaptada para publicação. Trata-se de um trabalho sobre o historiador e teórico alemão oitocentista Johann Gustav Droysen; mais especificamente sobre como as interpretações da história antiga e moderna entabuladas por Droysen estão impregnadas de premissas teóricas que ele posteriormente viria a desenvolver de modo mais sistemático (RÜSEN, 1969).

Sem dúvida, o fato de Droysen hoje estar firmemente estabelecido sob o radar de teóricos da história e de historiadores da filosofia deve-se largamente aos esforços de Rüsen (WHITE 1990, 84-85). Na década de 1960, a obra teórica de Droysen estava relegada a um esquecimento que não parava de aumentar,⁴ e hoje pode-se dizer que, ao investir contra esse processo, Rüsen foi bastante bem-sucedido. A teoria da história de Droysen, contudo, não foi para Rüsen apenas uma matéria de interesse histórico. A partir da metade dos anos 1970, ele começou a publicar textos teóricos, num esforço deliberado de renovar a tradição de reflexão sobre os fundamentos do trabalho historiográfico que tem precisamente em Droysen a sua figura principal. Esses textos de Rüsen (1976; 2001; 2007-a; 2007-b; 2015) estão escritos numa

⁴ É preciso mencionar, porém, uma exceção para lá de significativa: Hans-Georg Gadamer, que em *Verdade e método* deu razoável destaque à teoria da história de Droysen (GADAMER, 1999, p. 327-334).

linguagem predominantemente filosófica, mas também são marcados por um sentido aguçado para a história do pensamento histórico.⁵

A teoria da história de Rüsen pode ser interpretada como uma resposta aos desafios que se colocaram aos historiadores na segunda metade do século 20 à medida que a disciplina histórica passava por um contínuo processo de fragmentação. Mas também pode ser lida como uma alternativa aos muitos apelos ao ceticismo epistêmico que foram endereçados aos historiadores desde que o pós-modernismo encontrou a história, em algum ponto dos anos 1970. Além disso, uma das suas marcas mais características é a centralidade que confere ao tema da aprendizagem histórica, algo que transformou Rüsen (2010; 2012) no melhor amigo dos teóricos da educação histórica dentre os filósofos da historiografia hoje em atividade.

Desde a década de 1990, todavia, Rüsen vem-se ocupando menos das questões clássicas da epistemologia e da metodologia da ciência histórica. Ele redirecionou as suas atenções para o tema da interação entre as inúmeras formas de saber histórico e as práticas políticas e sociais, interação essa de que resultam os meios de orientação que ele gosta de sintetizar na expressão “cultura histórica” (RÜSEN 1994; 2001; 2002-a; 2002-b; 2014). Além disso, tem buscado reforçar, com grande paixão, o ideal de um humanismo histórico enquanto uma plataforma filosófica desenhada para fazer face ao novo tipo de desafios trazidos pela globalização intensificada dos nossos dias. Tal humanismo convida acadêmicos de todo o mundo a buscar novas formas de superar o etnocentrismo e de fomentar a comunicação intercultural. Ao fazê-lo, Rüsen está na verdade a relacionar experiências fortemente contemporâneas ao velho problema da liberdade – e, como sempre, está a nos mostrar o quão importante é a perspectiva histórica para que tal relação frutifique.⁶

Como se pode ver, a obra do Prof. Rüsen é bastante abrangente. Mas, além disso, é também qualitativamente vasta. Ele é o autor de pelo menos 17 livros em alemão, muitos dos

⁵ Os trabalhos mais centrados na história do pensamento histórico são RÜSEN; JAEGER, 1992 e RÜSEN, 1993.

⁶ Dentre os inúmeros comentários aos aspectos acima referidos da teoria da história de Rüsen, podem ser mencionados os seguintes: ASSIS, 2017; DE JONG, 1997; MARTINS, 1992; WIKLUND, 2008. Uma lista mais abrangente, embora já desatualizada de comentários, consta de ASSIS, 2010, 74-75. É importante referir a existência de pelo menos dois dossiês temáticos de periódicos acadêmicos dedicados à análise da obra de Rüsen: *Erwägen, Wissen, Ethik*, Vol. 22, No. 4, 2011; e *Intelligere. Revista de História Intelectual*, Vol. 3. No. 2, 2017.

quais foram traduzidos para outras línguas. Publicou mais de 250 artigos e capítulos de livro, além de ter organizado aproximadamente 70 obras coletivas.

É vasta a influência exercida por Rüsen sobre os debates historiográficos e didáticos, e isso se aplica ao Brasil de maneira especial. Diversos dos seus textos foram traduzidos para o português brasileiro e as suas ideias hoje são bastante citadas e discutidas por todo o país (BAROM, 2015). A trilogia de Rüsen sobre a teoria da história começou a ser publicada pela Editora da Universidade de Brasília há mais de dez anos, e até hoje ainda parece estar sendo bem vendida. Esse projeto editorial resultou da iniciativa de Estevão de Rezende Martins, que ao longo dos últimos trinta anos tem sido o maior leitor, tradutor, parceiro de discussão e amigo de Jörn Rüsen no Brasil. A colaboração estabelecida entre esses dois acadêmicos abriu portas importantes para jovens pesquisadores, que assim ganharam a oportunidade de realizar estadias de pesquisa e estudo na Alemanha, bem como de iniciar contato direto com Rüsen e outros acadêmicos alemães. Vale mencionar, nesse contexto, os nomes de Astor Diehl, André de Melo Araújo, Luiz Sérgio Duarte da Silva, Pedro Caldas, Marcelo Fronza, além do meu próprio – pessoas que estiveram sob a supervisão de Rüsen no doutoramento pleno, em estágios de doutorado-sanduíche, ou em estadias de pós-doutorado.

Se eu tivesse de resumir em poucas palavras uma das principais linhas de pensamento que perpassa a obra do nosso homenageado, eu diria que se trata de uma tentativa de iluminar aspectos de um dos mais prementes, multifacetados e não inteiramente resolvíveis quebra-cabeças da modernidade. Esse quebra-cabeças expressa-se nas seguintes perguntas: como é que, a partir das tradições e traumas herdados do passado, nós podemos seguir adiante na direção do futuro que somos livres para desejar? E como o podemos fazer sem que nos percamos a nós próprios no meio do caminho?

Eu acho que um pequeno trecho do *Fausto* de Goethe (1986, 29) comprime boa parte da resposta desenvolvida por Rüsen ao longo da sua extensa obra. “Aquilo que herdaste dos teus pais” – diz Fausto num determinado momento – “adquirira-o para que o possuas”.

O que Goethe sugere aqui, numa linguagem meio cifrada, é que o passado está sempre dado, em nós, no presente. Todavia, se nós não mobilizarmos as nossas faculdades cognitivas

para “adquiri-lo”, se não conseguirmos nos apoderar intelectualmente dele, então não chegamos a “possuir” esse passado-presente. Com isso não nos tornamos donos da nossa própria experiência, porque nesse caso é o passado que nos possui e não o contrário.

Como nenhum outro pensador contemporâneo, Jörn Rüsen tem insistido que a história é precisamente a melhor maneira para nos apossarmos do passado que está aí, no presente, dentro e em volta de nós. Nós apenas somos realmente livres para ser e para nos tornarmos o que desejamos quando conhecemos quem já fomos e o que outrora quisemos ser e fazer (RÜSEN, 2001, 133). De acordo com Rüsen, esse conhecimento é precisamente o que de melhor a história nos pode dar.

Em termos gerais, Rüsen tem tido grande êxito no seu esforço de nos sensibilizar para o valor cultural da história. À medida que nos movemos para dentro do futuro desconhecido, precisamos, segundo ele, continuar a contar histórias sobre o passado: *histórias decentes*, nas quais lidamos com as informações das fontes do modo mais rigoroso possível, e acomodamos na interpretação destas o ideal normativo da humanidade como uma comunidade de seres que possuem igual dignidade, apesar das suas diferenças; *histórias significativas*, que nos ajudam a compreender os processos que formaram o nosso mundo e que nos dão preciosos subsídios para que levemos adiante, à nossa maneira, o esforço coletivo de lhe dar forma.

Senhoras e Senhores: as ideias e realizações aqui sumariadas já são mais do que suficientes para justificar a decisão da Universidade de Brasília de conceder ao nosso homenageado o título de doutor *honoris causa*. Jörn Rüsen é um dos mais importantes pensadores contemporâneos e merece todo o reconhecimento que lhe pudermos prestar.

Referências bibliográficas

- ASSIS, Arthur Alfaix. “Jörn Rüsen contra a compensação”, *Intelligere. Revista de História Intelectual*, Vol. 3, No. 2, 2017, 13-33.
- ASSIS, Arthur. *A teoria da história de Jörn Rüsen: uma introdução*, Goiânia: Ed. UFG, 2010.
- AUDEN, Wystan Hugh. “D. H. Lawrence”. In: *Auden, The Dyer’s Hand and other Essays*. New York: Random House, 1962, 278-279.
- BAROM, Willian Cipriani, “A teoria da história de Jörn Rüsen no Brasil e seus principais comentadores”, *História hoje*, Vol. 4, No. 8, 2015, 223-246.
- DE JONG, Henk. “Historical Orientation: Jörn Rüsen’s Answer to Nietzsche and His Followers”, *History and Theory*, Vol. 36, No. 2, 1997, 270-288.
- GADAMER, Hans-Georg, *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*, Petrópolis: Vozes, 1999.
- GOETHE, Johann Wolfgang. “Faust. Eine Trogödie”. In: *Goethes Werke*. Hamburger Ausgabe, Vol. 3, München: C. H. Beck, 1986, p. 29.
- MARTINS, Estevão de Rezende, “Consciência histórica, práxis e cultura. A propósito da teoria da história de Jörn Rüsen”, *Síntese* (Nova fase), Vol. 19, No. 56, 1992, 59-73.
- RÜSEN, Jörn. *Begriffene Geschichte. Genesis und Begründung der Geschichtstheorie J. G. Droysens*, Paderborn: Ferdinand Schöningh, 1969.
- RÜSEN, Jörn. *Für eine erneuerte Historik. Studien zur Theorie der Geschichtswissenschaft*, Stuttgart: Fromman-Holzboog, 1976;
- RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: os fundamentos da ciência histórica* [1ª ed. alemã: 1983], Brasília: Ed. UnB, 2001.
- RÜSEN, Jörn. *Reconstrução do passado: os princípios da pesquisa histórica* [1ª ed. alemã: 1986], Brasília: Ed. UnB, 2007.
- RÜSEN, Jörn. *História viva: formas e funções do conhecimento histórico* [1ª ed. alemã: 1989], Brasília: Ed. UnB, 2007.
- RÜSEN, Jörn. *Konfigurationen des Historismus. Studien zur deutschen Wissenschaftskultur*, Frankfurt am Mein: Suhrkamp, 1993.
- RÜSEN, Jörn. *Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas*. Curitiba: W. A. Editores, 2012; RÜSEN, Jörn. *Jörn Rüsen e o ensino de história*, Curitiba: Ed. UFPR, 2010 [1ª ed. alemã: 1994].

RÜSEN, Jörn. *Historische Orientierung. Über die Arbeit des Geschichtsbewußtseins, sich in der Zeit zurechtzufinden*, Köln: Böhlau, 1994.

RÜSEN, Jörn. *Zerbrechende Zeit. Über den Sinn der Geschichte*. Köln: Böhlau, 2001.

RÜSEN, Jörn. *Geschichte im Kulturprozeß*, Köln: Böhlau, 2002-a.

RÜSEN, Jörn. *Kann Gestern besser werden? Essays zum Bedenken der Geschichte*, Berlin: Cadmos, 2002-b.

RÜSEN, Jörn. *Cultura faz sentido. Orientações entre o ontem e o amanhã*, Petrópolis: Vozes, 2014 [1ª ed. alemã: 2006].

RÜSEN, Jörn. *Teoria da história*, Curitiba: Ed. UFPR, 2015 [1ª ed. alemã: 2013].

RÜSEN, Jörn; JAEGER, Friedrich. *Geschichte des Historismus. Eine Einführung*, München: C. H. Beck, 1992.

WHITE, Hayden. *The Content of the Form. Narrative Discourse and Historical Representation*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1990.

WIKLUND, Martin, “Além da racionalidade instrumental: sentido histórico e racionalidade na teoria da história de Jörn Rüsen”, *História da Historiografia*, No. 1, 2008, 19-44.

UMA HISTÓRIA DE VIDA DE PAUL RICOEUR

Flávio Dantas Martins
Professor de História
Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB)
Doutorando em História
Universidade Federal de Goiás (UFG)
flaviusdantas@gmail.com

Resenha de DOSSE, François. *Paul Ricoeur - Os sentidos de uma vida (1913-2005)*. São Paulo: LiberArs, 2017.

Texto recebido em: 01/02/2018
Texto aprovado em: 16/04/2018

Pretendo, neste texto, refletir sobre como a biografia de Dosse sobre Paul Ricoeur lida com problemas levantados pelo próprio Ricoeur como o de identidade narrativa, mesmidade e ipseidade, bem como tratamento do conceito de história de vida por Tengely. Também, claro, pretendo apresentar e recomendar a obra.

Dosse dispensa apresentações no Brasil. Especialista em história intelectual e biografias, tem vários livros traduzidos para o português e colabora em revistas, instituições e universidades do Atlântico. Longe de afastar-se do domínio das biografias que muitos historiadores desconfiam, suspeitam e evitam, Dosse se tornou um mestre no gênero, inclusive com reflexões teóricas e metodológicas sobre esse empreendimento.

A primeira edição francesa da biografia de Ricoeur é de 2001, acrescida de revisão e aumento em 2008. Assumidamente parcial, já que Dosse tornou-se amigo de Ricoeur após realizar a obra com independência e sem interferência do biografado, a biografia nem por isso é objetiva e contraditória. A trajetória de Ricoeur é modelar em termos de humildade, audição, diálogo, mas aparecem as fragilidades, as vacilações, os erros, as derrotas. O que não seria inesperado em alguém que cedo conseguiu notabilidade na cena intelectual parisiense como um promissor filósofo - colocando-se, portanto, como alvo a ser abatido por aqueles que o tinham como rival. E as múltiplas atividades e envolvimento de Ricoeur com a política, com a religiosidade, com a universidade em um século tumultuado como foi o último não se faria sem

elementos de drama, às vezes tragédia, umas outras farsa. Trata-se de uma biografia que tem lado, afetiva, apaixonada, mas nem por isso menos valiosa, sobretudo pela riqueza de documentos, pelo comentário de uma obra extensa e pela presença de inúmeros depoentes, cujo testemunho é valioso e facilmente perdido com a marcha dos anos. O texto é bom porque tem lado, é apaixonado e tem o dom de apaixonar, para parafrasear Gramsci.

A biografia tem dois prefácios, um da edição original e um da de 2008, e 59 capítulos divididos em dez partes. É uma biografia intelectual: trata dos acontecimentos pessoais apenas quando são relevantes para os desvios e desenvolvimento do pensamento de Ricoeur.

A primeira parte resume os anos iniciais de órfão que encontra na escola e nos livros a convivência e o afeto não pôde ter dos pais e que marcará sua obra hermenêutica que sempre destaca o papel da cultura e do texto na composição da personalidade e no agir. Aqui é apresentado o início do percurso filosófico e a descoberta de Gabriel Marcel e a filosofia reflexiva. Também é aqui que Dosse trata da filosofia personalista de Emmanuel Mounier, do engajamento socialista e das relações que Ricoeur estabelece com sua fé cristã, em especial num contexto de desenvolvimento do movimento ecumênico internacional sob a influência de Karl Barth e Dietrich Bonhoeffer. Dosse encerra esta primeira parte com a discussão das ilusões e limites do pacifismo nos anos 1930 quando lidavam com o fenômeno do nazi-fascismo. Esses limites foram aos extertores, quando a Segunda Guerra Mundial inicia e Ricoeur vai à guerra como oficial do exército francês.

Esse é o assunto da parte II. A rápida derrota da França para a *Wehrmacht* apanha o filósofo e seus soldados que se entregam e passam o restante da guerra como prisioneiros na Pomerânia Oriental. Em que pese as humilhações e cerceamento de liberdade, os oficiais presos conseguiram um tratamento menos indigno com acesso a livros e possibilidade de exercerem atividades intelectuais, inclusive ensino, debate e escrita no cárcere. A situação contrastava com outras prisões fascistas, como a que vitimou soldados russos aos milhões, sobretudo de fome ao fim da guerra. O respeito mínimo que o exército alemão concedia aos prisioneiros permitiu mesmo que oficiais franceses judeus sobrevivessem. Dosse trata tanto do estudo pormenorizado da fenomenologia de Husserl empreendida na prisão por Ricoeur, seu trabalho em torno de sua tese sobre a filosofia da vontade, como suas atividades políticas em torno da situação da França, desde a relação com Pétain até a estabelecida com De Gaulle. Dosse narra a grande marcha de retorno à França de Ricoeur e seus oficiais através de uma Europa devastada pela guerra.

Na parte III, Dosse trata da fase de Ricoeur na província, especialmente no período em que lecionou em Chambon, entre 1945-1948. Esta parte tem uma divisão que representa bem a biografia em geral: um capítulo sobre a trajetória profissional e pessoal e seu envolvimento religioso e política na comunidade; um capítulo sobre o percurso intelectual, em que Ricoeur estabelece um diálogo entre Gabriel Marcel e a filosofia da existência de Karl Jaspers e Kierkegaard - diálogo que abordará em seus dois primeiros livros publicados - e um capítulo sobre o engajamento na Cidade (no sentido francês de *Cité* que remete ao espaço do exercício da cidadania, tal qual o grego *Polis*).

O chamado período de Estrasburgo - parte IV - é quando Ricoeur inicia sua carreira universitária, consolida-se como referência política no movimento Cristianismo social e se insere como filósofo promissor na cena intelectual francesa. Na universidade de Estrasburgo, Ricoeur concilia uma intensa jornada de atividades que vão desde os seus cursos sobre Platão e Aristóteles, ao mesmo tempo em que se coloca o problema do mal e da culpabilidade na tarefa de pensar depois do Holocausto - referido como Shoa no texto, como ocorre no mundo francófono. Nesse período, Ricoeur se insere na comunidade intelectual que se torna a revista **Esprit**, animando o grupo de Estrasburgo publicando, nessa década, textos seminais como “O *socius* e o próximo” e “O paradoxo político”. Também é aí, dentro do movimento ecumênico, especialmente na esquerda protestante, que Ricoeur reflete sobre a educação, uma faceta pouco conhecida desse pensador, especialmente no tocante à laicidade da escola, na importância da educação como o quarto poder da república e no papel da cultura na corrosão de ditaduras e manutenção da democracia.

O período de Estrasburgo é de engajamento junto ao campo do Terceiro Mundo, especialmente no apoio às descolonizações e revoluções nacionais em África e Ásia e dos movimentos socialistas que procuravam uma terceira via entre o capitalismo e seu consumismo exarcebado e sua propaganda massiva que lembrava o fascismo e o comunismo soviético burocrático. Essa aspiração por uma terceira via se torna mais forte após a divulgação dos crimes de Stálin por Kruchev. Dosse destaca que nesse período o filósofo já se posicionava em relação à questão palestina, pois a justiça a ser feita aos judeus, vítimas da Shoa, não poderia se fazer às custas dos palestinos (p. 215). Nesse período, Dosse destaca que Ricoeur visitou a China e colocou uma posição crítica em relação à revolução: as suas realizações econômicas e culturais eram extraordinárias, especialmente o bem sucedido processo de coletivização e

planificação da economia, mas isso não poderia conviver com um sistema político autocrático. Ricoeur fala nesse período sobre não-violência e atividade, o que não significa que não tenha aprendido com os erros dos anos 1930 e com os limites do pacifismo. A publicação de sua tese sobre a vontade e a publicação de sua tradução de Husserl são a consagração de um trabalho que não foi interrompido sequer pelo cárcere.

Na **Esprit**, nessa época, publicou um dos seus mais importantes textos, “O paradoxo político”. Nele, Ricoeur se afasta tanto da crítica radical do Estado enquanto aparelho de dominação, quanto da apologia ao Estado como contrato social. Ricoeur admite que o estado é tanto negativo por possuir uma faceta de sujeição e dominação, quanto possui uma dimensão positiva que é libertadora. Ricoeur recusa o reducionismo do político das teorias vigentes então em moda sobre política. Desde esse período, se aproxima de Hannah Arendt na discussão sobre política, seja pela questão da tradição da autoridade, quanto pela dimensão da ação que apela à história e entende esta como relato, narração. Dosse destaca que Ricoeur permanecerá com Arendt nas suas reflexões futuras sobre poder que recusa a ideia de política como dominação e pensa-a como viver-com, ser-com (p. 206-208).

Um tema interessante é tratado no capítulo 22, a história no presente. Ricoeur refletiu sobre a objetividade e subjetividade em história no início da década de 1950. Então, conforme Dosse, Ricoeur entende que a história tem uma epistemologia que combina objetividade e subjetividade. A objetividade incompleta da história leva ao uso da subjetividade tanto pela 1) escolha do tema de estudo, quanto pela 2) causalidade colocada em evidência pelo pesquisador (p. 211).

Sua entrada na Sorbonne em 1957, onde permaneceu até 1964 (parte V) é uma fase de consagração. Dosse mostra que Ricoeur assume a presidência do Cristianismo Social e continua suas intervenções no movimento ecumênico do protestantismo progressista. Em Paris, se muda para a comunidade personalista dos Muros Brancos, idealizada por E. Mounier, numa tentativa de evitar o anonimato e a atomização da vida urbana, desde os conjuntos populares até os apartamentos burgueses. Nessa fase Ricoeur publica a segunda parte de sua filosofia da vontade com a discussão sobre o mal e o símbolo, com recepção positiva, ao mesmo tempo em que opera uma transição de uma fenomenologia eidética para uma fenomenologia hermenêutica (p. 263). Aí já está presente em Ricoeur um interesse pela narração, pois sua preocupação com o

símbolo, importante numa sociedade cada vez mais marcada pelo esquecimento do sagrado, passa pelo interesse no mito, marcado pela narração e pela temporalidade (p. 264-265).

Nesse período a França está marcada pela instabilidade política, cujos efeitos das contradições da guerra da Argélia levam a IV República ao colapso, especialmente após a tentativa de golpe dos quatro generais. Dosse destaca a posição ambivalente de Ricoeur: é contrário à guerra da Argélia, um território de exceção, e considera que a conquista e a ocupação colonial macularam qualquer projeto civilizador francês no país, opondo-se aos defensores da Argélia francesa (p. 253); por outro, considera excessivas as medidas de intelectuais - os 121 que instigam a insubmissão na *Tempes Modernes* - que propõem a deserção dos jovens no exército - evocando a irresponsabilidade de intelectuais que estimulam jovens a se voluntariarem ao exílio ou clandestinidade - e que apoiam a Frente de Libertação Nacional, que luta contra o exército francês, entendendo que o Estado francês ainda não é fascista e que a luta deve ser de massas e pela sua retirada da guerra e por uma solução pacífica, mas uma solução descolonizadora (p. 255). Dosse considera que Ricoeur está numa posição firme, favorável à independência, mas longe de ser moderada, marcada pela agência, pelo pacifismo e pela responsabilidade. Esse lugar intermediário pode ser atestado na posição de Ricoeur sobre a técnica, discutida no capítulo 25: Dosse coloca que o filósofo nem faz a celebração da técnica, nem a entende como instrumento unilateral de manipulação e alienação. Recusa o fetiche da técnica, seja o positivo, que lhe faz apologia, seja o negativo, que se nega potencial libertador (p. 247).

Esse lugar intermediário, conforme Dosse demonstra, não se caracteriza por uma posição vacilante. Os anos 1960 - discutidos na parte VI - são de confrontação com a corrente hegemônica na intelectualidade parisiense, o estruturalismo, o que está longe de ser uma posição confortável para um mero conciliador. Dosse considera que Ricoeur enxerta o estruturalismo na sua hermenêutica porque aquele problematiza o homem capaz, o voluntário, centro de suas preocupações. Dosse coloca que Ricoeur trás a contribuição da linguística estruturalista, uma ciência, para sua hermenêutica também porque a explicação se insere no seio da compreensão (p. 292-293). Dosse destaca também como Ricoeur se apropria e se confronta com Algirdas-Julien Greimas e sua semiótica e sua pretensão de ciência dos significados. Dosse considera que Ricoeur aprecia os benefícios da semiótica para a hermenêutica, mas entende que aquela tem limites e permanece como ciência, enquanto esta,

filosófica, tem uma identidade própria (p. 305). Esse confronto com o estruturalismo linguístico se caracteriza, segundo Dosse, pela aceitação da contribuição da semiótica e da linguística para a hermenêutica na forma de um diálogo enriquecedor, ao mesmo tempo em que Ricoeur recusa a clausura textual que marcará os estruturalistas - e depois, os pós-estruturalistas - e insiste na realidade como referente do discurso (p. 307).

É nesse período que Ricoeur realiza seu estudo filosófico de Freud, o que o torna alvo de ataque da seita de Lacan por motivos pouco acadêmicos (p. 282-283). Dosse considera que Ricoeur contribui com hermenêutica da suspeita para a destruição dos ídolos; do ponto de vista religioso, Freud é importante para que a fé renuncie ao pai (p. 280). Esse período é marcado tanto pelo enxerto hermenêutico, realizado através do estudo de Gadamer, quanto pela aproximação crítica de Greimas. Nesta parte também há um capítulo sobre a hermenêutica bíblica. O capítulo 34 debate a construção de *Le metaphore vive* que sintetiza esse debate com o estruturalismo e com seu herdeiro, o desconstrucionismo de Derrida.

Dosse familiariza o leitor com a situação de Ricoeur na Sorbonne. A consagração vem com a frustração da falta de contato com os estudantes e da impossibilidade de trabalhar com os colegas. Foi aí que Ricoeur se animou com a possibilidade de mudar esse contexto conservador e desestimulante ao se transferir para a recém-construída Universidade de Nanterre, mais aos moldes democráticos americanos que o filósofo apreciava em Chicaco. Esse período, tratado por Dosse na parte VII, entretanto, é de grandes expectativas, radicalização política e desilusões para Ricoeur. Durante 1968, Ricoeur se coloca como referência para os jovens protestantes progressistas, colocando-se contra a guerra do Vietnã (p. 365). Debatendo a revolução sexual, Ricoeur teria, conforme Dosse, colocado que o sagrado da procriação dava lugar ao sagrado da ternura (p. 366). Ricoeur considerou que tratava-se de uma revolução cultural típica de uma sociedade industrial contra o capital e a burocracia. Defendeu que as instituições se abrissem à reformas internas e contestações externas. A universidade e o ensino deveriam levar em conta que os estudantes tem saberes anteriores e paralelos, aptidões, gostos e um projeto de realização pessoal (p. 369). Dosse coloca que Ricoeur se colocava contra a absolutização do político e via de forma crítica a revolução como uma solução total e acreditava na contestação dos valores e na contestação da cultura (p. 373). A sua situação de sintonia com o movimento do maio de 1968 degradingou quando, decano em Nanterre, foi colocado em situações difíceis em que a radicalização política, especialmente após o episódio em que um

estudante lhe agride com uma lixeira na cabeça. A situação se degradou até o momento em que Ricoeur se colocou como incapaz de manter a segurança no *campus* e precipitou a explosão de violência ao autorizar que o Ministério do Interior entrasse no mesmo, ocupando a universidade e agredindo os estudantes com feridos dos dois lados. Esses acontecimentos criam uma espécie de eclipse dele na França e uma situação insustentável em Paris para Ricoeur, visto agora como o reacionário que colocou a polícia no *campus* universitário. É aí que se abre uma espécie de exílio nos EUA, um momento em que Ricoeur se insere cada vez mais no cenário intelectual a partir de Chicago para construir, pacientemente, uma obra central do século XX, *Temps et récit*.

Dosse trata desse período estadunidense, entre 1970-1985, na parte VIII. Inicia tratando da eleição de Foucault para o *Collège de France*, quando Ricoeur teria sido manipulado para participar em um concurso com uma derrota certa. Esse período de Chicago, Ricoeur recebe a influência do pensamento de Mircea Eliade que vai na contramão da crítica radical da religião em curso sob influência das teses de Dietrich Bonhoeffer. Dosse afirma que o período de 1970 foi de felicidade para Ricoeur, já que a modalidade de ensino, mais democrática e menos ideologizada, agradava ao professor e lhe fornecia um esquecimento momentâneo do fracasso retumbante enquanto decano em Nanterre. Esse período é de gestação e escrita de *Temps et récit*, onde aparece pela primeira vez sua noção de identidade narrativa. O pensamento pela contradição e a dialética sem síntese se expressam bem nessa obra que sustenta a tese que o tempo se torna humano quando é narrado. Dosse destaca o abandono da narrativa pela escola história dos *Annales* foi ilusória. Ricoeur, aceitando as contribuições da filosofia analítica anglo-saxônica e da crítica literária a respeito do problema da narrativa, admite que narrar já é explicar, mas se afasta de suas teses radicais que insistem que historiografia e ficção são indistintas. Recusando o positivismo ingênuo e a astúcia desconstrutivista das genealogias das interpretações, Ricoeur propõe um caminho do meio. Dosse também fala sobre a renúncia a Hegel que aparece em *Temps et récit*, pois as catástrofes do século XX teriam imposto o declínio do hegelianismo e de noções ingênuas de progresso. Nesse período, há um engajamento de Ricoeur no auxílio e colaboração com intelectuais tchecos que animavam uma filosofia clandestina contrária à ditadura soviética, sobretudo através de várias viagens em Praga.

Os últimos 30 anos da vida de Ricoeur são narrados nas partes IX e X, agora sem uma periodização clara, parecendo mais um comentário das últimas obras de Ricoeur do que

propriamente uma narração de vida. Esse período é marcado, conforme Dosse, pelo reconhecimento na França, uma redescoberta da importância de sua obra e uma realização da promessa de consagração enquanto grande filósofo. Dosse destaca que a esquerda que abandonou o trotskismo e o stalinismo se aproxima da social-democracia e encontra nas teses de Ricoeur sobre o paradoxo político um antídoto ao ceticismo e ao cinismo (p. 472). Os aspectos mais pessoais dessa fase da vida de Ricoeur são narrados e há uma relação com as preocupações do pensamento do filósofo no final de sua obra: o suicídio de seu filho Olivier, a doença degenerativa e morte de sua esposa Simone e a própria morte em 2005. É nessa fase que Ricoeur lança obras importantes como *O si-mesmo como outro*, a culminação de sua trajetória intelectual em que a identidade narrativa se desenvolve como questão do homem capaz, do eu posso (p. 489). Nesse período, Ricoeur se envolve com a filosofia do direito, com o problema do justo e da justiça e com a questão da memória, da história e do esquecimento.

Em todas estas questões, há um filósofo envolvido na Cidade, seja pela questão da renovação do direito, afastado da filosofia e transformado em técnica, seja pela discussão da memória justa em uma sociedade marcada pelo excesso de comemoração - mas excesso de esquecimento. Ricoeur se coloca ao lado dos historiadores contra o negacionismo. A originalidade da obra passa pela importância dada por Ricoeur ao esquecimento de reserva, aquele que permite a memória e faz parte da anistia (p. 594). Dosse também destaca a importância da noção de representância que é característica do saber histórico marcado por um pacto entre historiador e leitor de que as situações e personagens narrados existiram (p. 597). A recepção favorável - e um artigo com um ataque sistemático à *La Mémoire, l'histoire, l'oubli* feito por Alan Badiou classificado por Dosse como terrorismo intelectual fora de moda - é tratada pelo biógrafo. O penúltimo capítulo trata de sua contribuição ao problema do reconhecimento e sua discussão sobre tradução.

A tradução de Roberto Roque Lauxen, Gonçalo Marcelo, Hugo Barros e Andrés Bruzzone foi rigorosa e fiel dos conceitos ricoeurianos que permitem que esta edição compartilhe do vocabulário de Ricoeur, inclusive usando os conceitos no original entre parênteses sem banalizar o recurso de modo a permitir a checagem. A edição tem notas explicativas que não são nem cansativas porque não menosprezam a cultura geral do leitor, nem insuficientes porque conseguem introduzir acontecimentos específicos da história francesa e aspectos bem específicos dessa cultura para o leitor, dispensando uma consulta online para

esclarecimento. Um pequeno erro de impressão atribui a Giovanni Levi a nacionalidade alemã (p. 602).

A escolha de Dosse por uma biografia intelectual de Ricoeur não deixa de instigar o levantamento de questões sobre a identidade narrativa que constitui-se em uma narração de uma vida para responder a pergunta “quem é?”. Este sofisticado conceito ricoeriano de identidade narrativa compõe-se tanto de uma mesmidade, quanto de uma ipseidade, em outras palavras, aquilo que é idêntico e o que é individual, o que permanece e o que muda. László Tengelyi afirma que a identidade narrativa é parte da identidade pessoal e precisa da unidade da história de vida. Ele também destaca que é Ricoeur que conecta a história de vida com a identidade pessoal. A ideia ricoeuriana de ipseidade permitiria, segundo Tengelyi, inserir as mudanças na estrutura de uma vida numa unidade de identidade pessoal, sendo que o outro está dentro do si mesmo. A visão narrativa da individualidade dissocia a mesmidade e assimila a história de vida como unidade da ipseidade. Cláudio Reichert do Nascimento afirma que para Tengelyi a história de vida é tanto a experiência vivida quanto a história narrada ou narrável de uma vida. A inovação de Alisdair MacIntyre, Paul Ricoeur, Charles Taylor e David Carr estaria na ênfase da história de vida em relação à identidade narrativa que se baseia na ideia diltheyana de coesão de vida (*Zusammenhang das Lebens*). É a história de vida que responde à pergunta sobre o que somos de modo que história, vida e narração estão relacionados (NASCIMENTO: 2014, p. 197).

Desse modo, Dosse insiste na mesmidade da história intelectual de vida de Ricoeur. O problema da capacidade humana daria unidade à vasta produção de ideias do filósofo francês, afirma o biógrafo. Em que pese uma guerra mundial, as guerras da Argélia e do Vietnã, a revolução de 1968 na França, as mudanças de regime, as aceitações e decepções de Ricoeur no meio acadêmico e intelectual, o ostracismo temporário e a consagração, as desventuras pessoais, todos esses aspectos não abalariam a resiliência e coerência dos princípios e temas de Ricoeur na narração de Dosse. Seria possível uma narração destacando as transformações intelectuais do filósofo que começa como um existencialista-personalista da esquerda cristã em 1930 e se torna um ícone da social-democracia ou do centro (?) após o fim do socialismo? Suas intervenções na Cidade passam por um revisionismo político que se afasta da esquerda, do socialismo e se aproxima de políticas de conciliação? Ou teria Ricoeur permanecido coerente a seus princípios, enquanto se transformava o chão político da França e do mundo de modo que

reivindicações quentes em 1950 - como a questão da sexualidade - sejam mornas ou frias nos anos 1990 ou mesmo na véspera dos anos vinte do século XXI. Em que medida a narração da história de vida de Ricoeur por Dosse expressa uma busca por um novo ícone ideológico numa era de crise das ideologias, um recurso por estabilidade numa época instável, a construção de uma referência de diálogo e abertura a partir de um pensador combativo e que polemizava sem polêmica? Ricoeur cai como uma luva para os problemas de intolerância, desideologização, cinismo na política e anti-intelectualismo na academia. Cabe perguntar se é o Ricoeur narrado por Dosse ou o Ricoeur por si-mesmo?

Uma das objeções que Tengelyi destaca em relação às histórias de vida é o recurso imaginativo da tragédia e da hagiografia na composição das narrações de histórias de vida. Outro problema levantado por Tengelyi é o problema da perspectiva e esse início de século XXI assombrado pelo Terror e pela crise não tenderia a buscar referências sólidas e coerentes no século XX, ao custo de tornar mais coerentes e unitárias histórias de vidas e pensamentos que são marcados por uma amplitude, movimento e abertura ao outro. Já que o si-mesmo engloba o outro em Ricoeur, e o filósofo possuía uma capacidade de abertura ao diálogo impressionante, não estaria sua história de vida marcada muito mais pela transformação e pelo deslocamento do outro do que por uma mesmidade intelectual em algumas questões centrais que selecionam autores e correntes para conversar ao longo das décadas? Para formular a questão em outras termos mais polêmicos: não seria Ricoeur, enquanto leitor generoso e bom ouvinte com sua dialética sem síntese e seu pensamento pela aporia, um pensador marcado mais pela instabilidade, pela flexibilidade e pelo deslocamento do que pela coerência e pela fidelidade a uma unidade de pensamento? Poderíamos dizer que Ricoeur é mais pós-moderno que muitos pós-modernos que estabeleceram uma neo-ortodoxia e giraram em torno dela com performances de ruptura e instabilidade, enquanto uma abertura ao outro metamorfoseava diuturnamente o filósofo?

Estas e inúmeras questões podem ser levantadas pela leitura - que vale a pena - dessa biografia intelectual que faltava no mercado editorial brasileiro. A universidade brasileira - e a sociedade - já tem em Ricoeur um pensador relevante há décadas, mas carecia de uma obra de amplitude e arrojo como a de Dosse capaz de relacionar o pensamento do filósofo e sua longa trajetória com o terrível século XX em que viveu.

Referências bibliográficas

NASCIMENTO, C. R. do. *A questão da vida em Paul Ricoeur*. Tese (Doutorado em Filosofia), Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014.

TENGELYI, L. *The wild region in life-history*. Illinois: Northwestern University Press, 2004.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO E CORRESPONDÊNCIAS - DOSSIÊ HISTÓRIA E LINGUAGENS: BIOGRAFIA – FICÇÃO – TEORIA DA HISTÓRIA

Edson Silva de Lima; Evander Ruthieri; Maycon da Silva Tannis Ana Carolina de Azevedo
Guedes; Eduardo Ferraz Felipe 6

DOSSIÊ

POESIA E EXPERIÊNCIA ESTÉTICA

Luiz Costa Lima 29

LOGOS E PATHOS EM ANTÍGONA E PROTÁGORAS

Flávia Maria Schlee Eyler 41

O TEMA DA VAIDADE NAS LÍNGUAS ESPANHOLA, FRANCESA E PORTU- GUESA: ESTUDO DE SEMÂNTICA HISTÓRICA EM DICIONÁRIOS

Daniel Wanderson Ferreira; Mannuella Luz de Oliveira Valinhas 49

UMA BIOGRAFIA SEM NINGUÉM: REFLEXÕES ACERCA DA BIOGRAFIA *GETÚ- LIO VARGAS: O PODER E O SORRISO* (2006)

Marcelo Hornos Steffens 71

O AUTOR COMO GESTO: REVISITANDO UMA QUESTÃO FOUCAULTIANA

Reginaldo Sousa Chaves 90

HISTORIOGRAFIA E VISADA ÉTICA: HAYDEN WHITE E OS PASSADOS PRÁTI- COS

Walderez Simões Costa Ramalho; Augusto Martins Ramires; Letícia Almeida Ferraz 106

HERÓIS DE PAPEL: HISTÓRIA E BIOGRAFIA EM GUSTAVO BARROSO

Erika Morais Cerqueira 130

BIOGRAFAR, IMAGINAR, ESCREVER: ESCRITA BIOGRÁFICA E IMAGINAÇÃO HISTÓRICA EM JOÃO MANUEL PEREIRA DA SILVA (1817-1898)

Rafael Terra Dall'Agnol 152

TRADUÇÃO**ALGUMAS OBSERVAÇÕES À PROPOSTA DE UMA NOVA REPRESENTAÇÃO DO TEMPO NA PINTURA DO SÉCULO XX**Jeffrey Andrew Barash; Ana Carolina de Azevedo Guedes (Tradução) **181****DANTE... BRUNO. VICO... JOYCE**Samuel Beckett; Lucas Peleias Gahiosk (Tradução) **192****ARTIGOS LIVRES****LAS REACTUALIZACIONES CONTEMPORÁNEAS DE LA TEORÍA DEL RECONOCIMIENTO**Leonardo Gustavo Carabajal **207****A HISTÓRIA TRANSNACIONAL E A SUPERAÇÃO DA METANARRATIVA DA MODERNIZAÇÃO**Walter Francisco Figueiredo Lowande **219****ENTREVISTA****HISTÓRIA, LITERATURA E FILOSOFIA: ENTREVISTA COM LUIZ COSTA LIMA**Ana Carolina de Azevedo Guedes; Edson Silva de Lima; Maycon da Silva Tannis **246****HISTÓRIA E LITERATURA: ENTREVISTA COM WILLI BOLLE**Augusto Leite; Josias Freire; Marcello Felisberto Moraes de Assunção **253****CONFERÊNCIA****HISTÓRIA, TEORIA E LIBERDADE: SAUDAÇÃO A JÖRN RÜSEN**Arthur Alfaix Assis **266****RESENHA****UMA HISTÓRIA DE VIDA DE PAUL RICOEUR**Flávio Dantas Martins **274**